

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

LEONARDO MONTES LOPES

**BIBLIOTECAS ESCOLARES DE RIO VERDE-GO: UMA POSSÍVEL
POLÍTICA MUNICIPAL DE LEITURA**

Presidente Prudente - SP

2014

LEONARDO MONTES LOPES

**BIBLIOTECAS ESCOLARES DE RIO VERDE-GO: UMA
POSSÍVEL POLÍTICA MUNICIPAL DE LEITURA**

Tese apresentada como exigência para obtenção do título de doutor em Educação da Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP – Campus Presidente Prudente, Programa de Pós Graduação em Educação, sob a orientação da prof.^a Dr.^a. Renata Junqueira de Souza e Co-orientação do Prof. Dr. Rovilson José da Silva.

Presidente Prudente - SP

2014

Catálogo na Publicação Elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista Campus Presidente Prudente

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Lopes, Leonardo Montes.

L854 Bibliotecas Escolares de Rio Verde-GO : uma possível política municipal de
b leitura / Leonardo Montes Lopes. - Presidente Prudente : [s.n], 2014

246 f : il.

Orientador: Renata Junqueira de Souza

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Bibliotecas Escolares de Rio Verde. 2. Leitura. 3. Políticas Públicas. I. Lopes, Leonardo Montes. II. Souza, Renata Junqueira de. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.

Banca Examinadora

*O valor das coisas não está no tempo que elas duram,
mas na intensidade com que acontecem.
Por isso existem momentos inesquecíveis,
coisas inexplicáveis
e pessoas incomparáveis.*

Fernando Sabino

DEDICATÓRIA

A Lília, minha amada esposa, que está comigo em todos os momentos.

As minhas filhas Júlia Mel e Amanda, que me ensinam a ser pai e amigo.

Aos meus pais, Leolino e Edna, que me ensinaram a lutar.

À Profª Renata, pela forma serena e competente como orienta.

Ao Prof. Rovilson, pela maneira amigável que se coloca à disposição

Aos entrevistados desta pesquisa, pela grande contribuição.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fortalecer e me amparar nos momentos de dificuldade.

A Professora Renata, pela acolhida, pela calma e firmeza no acompanhamento deste trabalho.

Ao Professor Rovilson, pelo apoio e disposição em co-orientar.

Às Professoras Lílian Silva e Helen, pelos valiosos comentários e orientações por ocasião do Exame de Qualificação.

Aos professores da Pós Graduação em Educação da UNESP, pelo apoio e ministração de aulas que contribuíram na elaboração desta pesquisa.

À minha amada esposa Lília, e as minhas queridas filhas Júlia Mel e Amanda, pelo apoio e compreensão nos muitos momentos de ausências.

Aos meus queridos pais, Leolino e Edna, pelo apoio e incentivo nos momentos de dificuldades.

Aos meus irmãos, Edléia, Cássia, Liliane e Romeu pela torcida e companheirismo, meu eterno carinho.

Aos meus sobrinhos e cunhados, pelas tantas palavras de incentivo.

Às colegas de disciplinas e grupo de pesquisa, Vânia, Juliane, Roberta, Valéria, Tatiane, Ana Laura, Josany, entre tantos outros, pelas conversas sobre leituras.

Ao CELLIJ e aos membros do grupo de pesquisa, pelos debates e troca de experiências que contribuíram tanto para o amadurecimento desta pesquisa.

Ao meu amigo Keuly, pelo apoio e companheirismo nos momentos de dificuldade.

Aos professores dinamizadores de biblioteca escolar das escolas de Rio Verde e Londrina, obrigado por participarem e contribuírem com esta pesquisa.

À Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde, pelo apoio e suporte no processo de elaboração deste trabalho.

À Prof.^a Márcia coordenadora das Bibliotecas Escolares de Londrina, pelas várias informações e apoio.

A todas as pessoas entrevistadas que se encontram neste trabalho.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Biblioteca desorganizada.....	068
Foto 2 – Biblioteca depósito.....	068
Foto 3 – Biblioteca almoxarifado.....	068
Foto 4 – Biblioteca depósito.....	068
Foto 5 – Biblioteca EMEF José de Alencar.....	071
Foto 6 – Biblioteca EMEF Fernando Pessoa.....	071
Foto 7 – Biblioteca EMEF Machado de Assis.....	072
Foto 8 – Cadeiras com tamanho desproporcional para crianças.....	075
Foto 9 – Estante danificada excesso de livros.....	076
Foto 10 – Estante na altura ideal para consulta.....	076
Foto 11 – Livro “intocável” pelos alunos.....	085
Foto 12 – Aluno na Hora do Conto.....	091
Foto 13 – Hora do Conto – avental da leitura.....	092
Foto 14 – Biblioteca Escolar Itinerante.....	094
Foto 15 – Biblioteca Escolar reestruturada Palavras Andantes.....	122
Foto 16 – Biblioteca Escolar reestruturada Palavras Andantes.....	122
Foto 17 – Mobiliário adaptado para crianças.....	124
Foto 18 – Tamanho adequado de cadeiras.....	124
Foto 19 – Tamanho adequado de estantes.....	124
Foto 20 – Hora do conto zona informal.....	125
Foto 21 – Momento Hora do Conto.....	133
Foto 22 – Alunos à frente compartilhando leituras com os colegas.....	134
Foto 23 – Curso mensal PROB’s.....	143
Foto 24 – Oficina PROB’s.....	143
Foto 25 – Biblioteca arejada, espaçosa e com mobiliário adaptado às crianças.....	154
Foto 26 – Dinamizadora caracterizada contando histórias.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Perfil das bibliotecas escolares pesquisadas em Rio Verde.....	066
Tabela II – Perfil das professoras dinamizadoras de Rio Verde.....	096
Tabela III – Perfil das gestoras escolares de Rio Verde.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS

B.E - Biblioteca Escolar

B.P – Biblioteca Pública

CEALE – Centro de Alfabetização e Escrita

CELLIJ – Centro de Estudos de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEI – Escola Municipal de Ensino Infantil

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMREF – Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FME – Fundo Municipal de Educação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEBE – Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

INL – Instituto Nacional do Livro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBEC – Centro de Investigação em promoção da Literacia e do Bem Estar da Criança

MEC – Ministério da Educação

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDDE – Programa Dinheiro Direto nas Escolas

PDEM – Programa Dinheiro nas Escolas Municipais

PIB – Produto Interno Bruto

PISA – Programa Internacional de Avaliações de Alunos

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PROB – Professor Regente de Oficina de Biblioteca

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEB – Secretaria de Educação Básica

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SESC – Serviço Social do Comércio

SINBIESP – Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo

SME – Secretaria Municipal de Educação

SNB – Serviço Nacional de Biblioteca

SNBP – Serviço Nacional de Biblioteca Pública

TCU – Tribunal de Contas da União

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	018
------------------------	------------

CAPÍTULO I – BIBLIOTECA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, PANORAMA ATUAL E PERSPECTIVAS.....	027
--	------------

1.1 A História da Biblioteca Pública na Europa, nas Américas e no Brasil.....	027
1.2 A Biblioteca Escolar no Brasil: Considerações Históricas.....	035
1.3 O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): Políticas Públicas, Investimentos e Ajustes.....	039
1.3.1 O PNBE e as Políticas Públicas.....	040
1.3.2 O PNBE: Ajustes para uma Prática Pedagógica.....	045
1.4 A Lei 12.244/10: Análise e Apontamentos.....	050

CAPÍTULO II – AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DE RIO VERDE-GO: HISTÓRIA, LEITURA E INVESTIMENTOS.....	057
---	------------

2.1 As Bibliotecas Escolares de Rio Verde: Memória e História.....	059
2.2 As Bibliotecas Pesquisadas: Critérios de Escolha, Localização e Público.....	063
2.3 A Estrutura Física e as Políticas de Investimentos em Reforma e Construção de Bibliotecas.....	066
2.3.1 A Biblioteca: Mobiliário e Equipamentos.....	074
2.3.2 O Acervo: Investimentos, Critérios para Aquisição e Qualidade.....	078
2.3.3 A Organização e a Conservação do Acervo.....	082
2.4 A Biblioteca Escolar: Funcionamento e Horário de Atendimento.....	086
2.5 Os Projetos e as Práticas de Incentivo a Leitura Desenvolvidas no dia a dia da Biblioteca Escolar.....	089
2.6 O Professor Dinamizador em Rio Verde: Formação, Motivação e Envolvimento.....	095
2.6.1 A Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde e as Políticas Voltadas às Professoras Dinamizadoras.....	102
2.7 A Gestão Escolar e seu Envolvimento com os Programas da Biblioteca.....	105
2.8 A Relação Pedagógica das Bibliotecas Escolares de Rio Verde na Formação de Leitores.....	109

CAPÍTULO III – AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DE LONDRINA-PR: UM PARÂMETRO EM BUSCA DA COLETIVIDADE.....114

3.1 As Bibliotecas Escolares de Londrina: Resgate Histórico e Cultural.....116

3.1.1 O Projeto Palavras Andantes: Um Marco na História das Bibliotecas Escolares de Londrina.....118

3.2 As Bibliotecas Observadas em Londrina: Localização e Público.....119

3.3 As Políticas de Investimentos em Estrutura Física, Mobiliário e Acervo.....121

3.4 As Atividades de Leitura Desenvolvidas nas Bibliotecas Escolares de Londrina..130

3.5 As Funções e Atividades Desenvolvidas pelo Professor Regente de Oficina de Biblioteca.....136

3.5.1 As Políticas Públicas Voltadas ao Professor Regente de Oficina de Biblioteca em Londrina.....141

3.6 As Bibliotecas Escolares de Londrina: Formação de Leitores Aliada a Prática Pedagógica.....145

CAPÍTULO IV – O PAPEL DA BIBLIOTECA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PROPOSITURAS DEMOCRÁTICAS E COLETIVAS PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DE RIO VERDE – GO.....148

4.1 A Biblioteca Escolar Além dos Modelos: Em Busca de Projetos de Transformação Coletiva.....149

4.2 A Estrutura Física, Acervo e mobiliário: Melhorias possíveis e Dinâmicas.....152

4.3 O Professor Dinamizador em Rio Verde e a Importância de Políticas Específicas160

4.4 A Biblioteca Escolar e a Formação de Leitores Críticos e Reflexivos.....165

4.4.1 As Estratégias de Mediação e Leitura: Propostas para as Bibliotecas de Rio Verde.....169

4.4.2 Os Projetos de Leitura: A Importância do compartilhar entre as Bibliotecas da Rede.....174

4.4.3 A Formação de Leitores e o Mundo Digital.....178

4.5 A Biblioteca Escolar e o Poder Público: A Importância do Diálogo e Parceria.....181

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....186

REFERÊNCIAS.....	190
 ANEXOS	206
Anexo A – Lei Nº 5.805 de 03 de outubro de 1972.....	207
Anexo B – Decreto Nº 520 de 13 de maio de 1992.....	208
Anexo C – Lei Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.....	209
Anexo D – Resolução Nº 2 FNDE/PNBE 2006.....	213
Anexo E – Art. 208 da Constituição de 1988.....	216
Anexo F – Lei Nº 12.244/2010.....	217
Anexo G – Balanço Orçamentário 2014 Prefeitura de Rio Verde – GO.....	218
Anexo H – Nota de Empenho Compra de Mobiliário – Rio Verde-GO.....	222
Anexo I – Nota de Empenho Prefeitura de Rio Verde.....	223
Anexo J – Nota Fiscal Biblioteca Itinerante.....	224
Anexo L – Balanço Orçamentário 2014 Prefeitura de Londrina - PR.....	225
Anexo M – C.I Nº 143 Secretaria de Educação de Londrina - PR.....	228
 APÊNDICES.....	229
Apêndice A – Questionário Observação Biblioteca Escolar.....	230
Apêndice B – Questionário Entrevista – Professor Dinamizador.....	232
Apêndice C – Questionário Entrevista – Secretário de Educação.....	239
Apêndice D – Questionário Entrevista – Gestor Escolar.....	241
Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	243

LOPES, Leonardo Montes. *Bibliotecas Escolares de Rio Verde – GO: Uma Possível Política Municipal de Leitura*. 2014. 246 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual Paulista - UNESP “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente – SP – 2014.

RESUMO

Esta tese apresenta as políticas públicas de investimento e as práticas de leitura nas bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Rio Verde – GO. Para tanto, foram escolhidas três bibliotecas escolares de Rio Verde; e em paralelo foi feito um estudo de uma experiência premiada pelo Viva Leitura, tendo como parâmetro três bibliotecas escolares da rede municipal de Londrina-PR. Este trabalho também abordou investimentos em leitura, além de um resgate histórico do percurso das bibliotecas públicas e escolares no Brasil e no exterior. Portanto, esta pesquisa, um estudo de caso de caráter quanti-qualitativa, foi realizada por meio de estudos bibliográficos, tendo como embasamento teórico, autores como: Bakhtin, Cosson, Foucault, Freire, Kuhlthau, Chartier, Girotto e Souza, Silva, dentre outros. Ademais, foram feitas análise de documentos, entrevistas com seis professores que atuam em bibliotecas escolares, sendo três em Rio Verde e três em Londrina, entrevistas com três gestoras escolares de Rio Verde e com os secretários de educação de Rio Verde e Londrina. Assim, realizou-se um estudo das condições de funcionamento, das políticas de investimento em estrutura física, dos projetos de leitura executados nas bibliotecas escolares de Rio Verde, além da relação biblioteca-comunidade. Os resultados obtidos nesta pesquisa apontam que as bibliotecas escolares de Rio Verde necessitam de investimentos em áreas estruturais e na qualificação dos professores que atuam nas bibliotecas, e que é importante o envolvimento da comunidade e do poder público, no sentido de ampliar e fortalecer esses espaços através de projetos e políticas eficazes que objetivem a implantação de bibliotecas em todas as escolas da rede municipal, oportunizando a todos o acesso à leitura e a informação. Contudo, mesmo em meio a poucos investimentos, as bibliotecas de Rio Verde, dentro de suas possibilidades, vêm se configurando como espaço de formação de leitores, proporcionando o acesso à leitura para parte dos alunos das escolas municipais, o que está fazendo a diferença na vida de estudantes que encontram nas bibliotecas escolares um caminho para informação, cultura e prazer.

Palavras-chave: Bibliotecas escolares de Rio Verde. Biblioteca escolar. Leitura. Políticas públicas.

LOPES, Leonardo Montes. School Libraries of Rio Verde-GO: a Possible Reading Municipal Politics. 2014. 246 f. thesis (graduate-pos program in education) – Universidade Estadual Paulista-UNESP "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente – SP – 2014.

ABSTRACT

This thesis offers an analysis of the public policy of investment and practices of reading in the Public Municipal Libraries in the city of Rio Verde – GO. Three different libraries were chosen in the mentioned city; at the same time, it was done a research about a rewarding experience named Viva Leitura; and for that, we had as yardstick three public libraries from the municipal segment of Londrina -PR. For the preparation of this work, a lot of reading was done and also a historical rescue of the trajectory of public library in Brazil and abroad. The research is qualitative and quantitative and was based on bibliographic works from authors as: Bakhtin, Cosson, Foucault, Freire, Kuhlthau, Chartier, Girotto e Souza, Silva, and more. Analysis of documents and interviews with six people who work at public libraries were done. Three of these people are from the city of Rio Verde and the other three from Londrina. Three school principals of Rio Verde were also interviewed, and so did the Education Secretaries from Rio Verde and Londrina. A study about the running conditions, the investment policy in physical structure; reading projects done at school libraries in Rio Verde and the library-community relationship was also done. Through this work we concluded that the school libraries in Rio Verde need investments in structural areas and in the qualification of teachers who work at these libraries. We also concluded what a great importance it is the involvement of community and public power in an effort to extend these places and make them stronger. That would be possible through implantation of efficient projects and politics that goal the introduction of libraries in all municipal schools, which would give all students the opportunity of reading and to have access to information. However, even with lack of investment, the libraries in Rio Verde, conform their possibilities, have done an effort to be recognized as a place to make readers, giving to part of students of municipal public school, access to reading. This has done great difference in student's lives, who have found in school libraries a way to information, culture and leisure.

Key words: School library of Rio Verde. School library. Reading. Public politic.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado de várias indagações que têm sido tecidas a partir da minha atuação como coordenador das bibliotecas escolares¹ de Rio Verde-GO, como professor universitário e como pesquisador. Aos poucos, essas indagações foram se constituindo em um projeto inicial que buscava respostas para questionamentos vinculados ao papel da B.E na formação de leitores e às políticas públicas eficazes voltadas para a promoção desse espaço, em especial, as B.E's do município de Rio Verde – GO.

Muitas foram as discussões nas disciplinas que fiz no curso de Doutorado em Educação, nos grupos de estudos e nos grupos de pesquisa da UNESP, para que eu pudesse compreender e delimitar meu objeto de estudo. Compreensão fortalecida por meio de participação em eventos científicos, tais como: o 15º Congresso Internacional de Promoção a Leitura e o Livro de Buenos Aires, I Congresso Internacional sobre a Teoria Histórico-Cultural – UNESP - Marília, VII Congresso de Práticas de Leitura e de Escrita na Constituição do Sujeito – UFU – Uberlândia, V Congresso Internacional de Educação, Pesquisa e Gestão de Ponta Grossa - PR e o VII Seminário de Pesquisa em Educação, promovido pela UNESP - Presidente Prudente, dentre outros; em que discuti com pesquisadores e professores questões relacionadas ao estudo de B.E's.

No meu cotidiano como docente e coordenador das B.E's de Rio Verde, constatava certo distanciamento de muitos alunos quando se tratava de leitura, e mais, percebia que as conversas entre professores nas reuniões pedagógicas eram sempre as mesmas, de que os alunos não liam, não sabiam escrever, não tinham capacidade de argumentação e que tinham dificuldades na articulação de ideias. Porém, ao mesmo tempo, notava que as escolas, em sua maioria, não proporcionavam aos estudantes, meios eficazes para a promoção da prática da leitura, ou seja, havia poucos trabalhos de mediação, e muitas escolas eram desprovidas do espaço da B.E, e de acervo suficiente para atender toda comunidade escolar.

Diante disso, comecei a despertar o interesse em aprofundar meus estudos na área de B.E, tendo como objetivo levantar apontamentos para contribuir com a

¹Usarei o termo B.E para Biblioteca Escolar.

consolidação e melhoria desses espaços, fortalecendo dessa maneira a prática da leitura nas escolas e viabilizando meios para a formação de leitores. Assim, constatei a importância de realizar uma pesquisa de doutorado, visando uma política de leitura voltada para a formação de um leitor crítico e reflexivo por meio do espaço da biblioteca, além de trabalhar as políticas públicas de investimento nesses espaços.

Dessa forma, foram escolhidas três B.E's da rede municipal de ensino de Rio Verde; e em paralelo, foi feita uma intervenção e análise como parâmetro, em três B.E's da cidade de Londrina-PR. Por ter um dos sistemas de bibliotecas mais eficientes do Brasil, e há muitos anos em funcionamento, realizei um estudo nas bibliotecas de Londrina-PR, com o intuito de analisar as políticas de leitura, os investimentos, além das práticas pedagógicas de incentivo à compreensão e recriação dos sentidos dos textos.

Essa análise nas B.E's de Londrina não é de caráter comparativo com as bibliotecas de Rio Verde, O que pretendo ao inserir a realidade das bibliotecas de Londrina nesta pesquisa é ter um exemplo de experiências bem sucedidas junto aos programas de B.E. Assim, o presente trabalho não tem um olhar para os programas de biblioteca desenvolvidos em Londrina como o ideal para Rio Verde, tão pouco como um modelo, afinal, os modelos não se enraízam na história, não se movimentam e embaçam nosso pensamento, nos levam ao risco de julgar o tempo todo, porque não nos permitem considerar as contradições. Portanto, o que se pretende ao inserir as bibliotecas de Londrina nesta pesquisa é analisar e compartilhar os principais resultados e experiências obtidos nas B.E's desse município como um parâmetro, na busca de uma coletividade para as atividades desenvolvidas nas bibliotecas.

A presente pesquisa tem como objetivo principal - realizar um estudo que visa analisar o espaço das B.E's de Rio Verde, buscando políticas públicas que tenham a biblioteca como célula central para a formação de leitores. Porém, para se alcançar os resultados esperados, este estudo se organiza em sua composição, primeiramente, investigando a real situação em que se encontram as B.E's de Rio Verde-GO, nas mais diversas áreas, tais como: mediação de leitura, acervo, estrutura física, mobiliário, qualificação dos professores, relação pedagógica na formação de leitores e demais aspectos; para que, posteriormente, após o contato com alguns parâmetros de projetos

de B.E bem sucedidos, levantem-se proposituras que primam pela coletividade para serem adequados nas bibliotecas de Rio Verde-GO.

Entendo que conhecendo os alunos, as estratégias de leitura e as políticas de investimentos nessas bibliotecas, terei condições de compreender as práticas de leitura ali desenvolvidas, ou a partir dali, perceber tais ações como uma das práticas culturais importantes para a formação do leitor crítico, ou seja, um leitor que saiba pensar os fatos, formar sua própria opinião e expor seus pensamentos, sem reproduzir ideias de outras pessoas ou segmentos, sendo, desta forma, capaz de contribuir para a transformação da realidade social na qual está inserido.

A B.E enquanto espaço de aprendizagem e instrumentalizada com uma gama de recursos informacionais (livros, materiais especiais, computadores) e devidamente apropriada pela comunidade escolar (bibliotecários, professores, orientadores, pais, estudantes) pode ser um instrumento chave para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e valores dos seus usuários, a fim de torná-los aptos a viver, participar e desfrutar dos benefícios da sociedade da informação. Como bem coloca Soares (2001, p. 16), no Brasil, “Quem aprende a ler e a escrever e passa a usar a leitura e a escrita, a envolver-se em práticas de leitura e escrita, torna-se uma pessoa diferente, adquire outro estado, outra condição”. Nesse sentido, Bakhtin (1999) afirma que o diálogo e a leitura acontecem de forma ativa, quando o leitor interage com a obra, com o texto, distanciando-se da ideia de leitor passivo, aquele que apenas recebe e aceita informações sem refletir nem questionar.

É importante destacar que mesmo diante de todas as dificuldades encontradas nas B.E's no Brasil, tais como falta de investimento em: acervo, estrutura física e capacitação de professores, é possível, por meio do envolvimento dos docentes, gestores, coordenadores, pais e alunos, que o espaço da B.E se constitua em um local onde os estudantes sejam estimulados a serem leitores ativos e que leiam além das entrelinhas, ou seja, que haja compreensão e habilidade crítica no processo de leitura; que a B.E, através de projetos e estratégias de leitura, incentive a formação de um leitor crítico e que busque a compreensão do texto. Tais anseios remetem a Solé, (1998, p.24) quando afirma que:

[...] para ler, é necessário dominar as habilidades de decodificação e aprender as distintas estratégias que levam a compreensão. Também se supõe que o leitor seja um processador ativo do texto, e que a leitura seja um processo

constante de emissão e verificação de hipóteses que levam a construção da compreensão do texto e do controle desta compreensão – de comprovação de que a compreensão realmente ocorre.

Desta forma, é preciso ouvir as vozes dos vários sentidos e dos vários sujeitos. Assim, essas vozes, que são na verdade, as diferentes formas de interpretação, pontos de vista, experiências, vivências existentes nos livros, é que se tornarão elementos constituintes na formação do leitor que busca informação, e o leitor que procura essa prática também por prazer. Percebe-se que a leitura é fruto de um ato social historicamente demarcado, portanto, ela está sempre em processo de constituição, sendo as instituições formais e informais as grandes mediadoras dos vínculos entre leitura e sociedade.

Nesse sentido, o papel da B.E é incentivar e dar condições para a efetivação da leitura reflexiva, pois através dela o aluno terá outra concepção do texto, não como algo estático, desprovido de sentido e de valor, mas como algo vivo, repleto de significados e informações interessantes; o que me remete a Goulemot (1996, p.108) quando explica: “Ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências [...] ler é, portanto, constituir e não reconstituir um sentido”. Desta maneira, vale enfatizar que a B.E torna-se um dos locais onde se forma o leitor crítico, aquele que seguirá, vida afora, buscando ampliar suas experiências existenciais mediante a leitura. Assim como a leitura, o processo de escrita, de produção textual, é uma experiência que também deve perpassar no espaço da biblioteca. O processo de produção de um texto implica escolhas pessoais quanto ao que dizer e como dizer, a seleção de tópicos a serem apresentados, das palavras a serem utilizadas, e dos enunciados a serem organizados, sendo tudo isso extremamente vinculado à prática da leitura.

Infelizmente, a realidade evidencia que grande parte das bibliotecas não está cumprindo seu papel no sentido de promover a leitura e a formação de leitores de forma efetiva na maioria dos municípios do Brasil. Diante dessa realidade, indago; quais são os investimentos feitos nas B.E's de Rio Verde-GO para que elas cumpram o papel de espaço de formação de leitores? Os profissionais que desempenham suas funções nessas bibliotecas têm acesso a cursos de qualificação? Quais são os programas de aquisição e renovação do acervo das B.E's de Rio Verde? Há políticas de incentivo à leitura realizada através das B.E's Rio Verde-GO, e quais são os resultados? Como é

trabalhada a leitura, os aspectos pedagógicos nas B.E's do município de Rio Verde? Quais são as políticas públicas de incentivo a B.E em Rio Verde? Com estas questões, procurei um caminho, mas por onde começar? Fazendo entrevistas com leitores? Indo em busca de documentos? Ou me dedicando exclusivamente à pesquisa bibliográfica?

A necessidade de ter claro uma abordagem teórico-metodológica que me orientasse nessa investigação, encaminhou-me para os estudos: da História Cultural, das políticas públicas voltadas para as bibliotecas escolares e das práticas de mediação de leitura. Por meio dessas questões, obtive informações pertinentes, visando fazer um estudo com a realidade das B.E's da rede municipal de ensino de Rio Verde-GO.

Para uma melhor compreensão desta pesquisa, meus estudos se apoiaram em autores que têm dado contribuições importantes na área da leitura e biblioteca, tais como: Barthes (2004), Cosson (2006), Cavallo e Chartier (1999), Campello (2012), Lajolo (2006), Obata (1999), Orlandi (1999), Freire (1992), Foucault (2006), Kuhlthau (2009), Souza (2009), Silva (1998), Zilberman (2001), dentre outros. Os autores citados são de extrema importância para o conhecimento mais profundo acerca dos leitores, dos modos e das práticas de leitura, além de possuírem indispensáveis reflexões teóricas que permitem o estudo sobre os leitores no espaço da biblioteca escolar, proporcionando, desta maneira, embasamento teórico.

Bakhtin (1999) também deu uma efetiva contribuição para o entendimento da concepção de linguagem numa perspectiva histórico-social, abrindo assim caminhos para os estudos da leitura como prática social e cultural. Já no campo da memória/história das bibliotecas em estudo, dialoguei com as concepções teóricas de Halbwachs (2004), Nora (1990), Bosi (1994), entre outros, que apontam direcionamentos e conceitos esclarecedores sobre os vários grupos de memória que povoam a lembrança, evidenciado que a memória/história são importantes na formação da identidade individual e coletiva. Logo, os autores supracitados e suas teorias contribuíram de forma significativa na reconstrução da memória/história das B.E's pesquisadas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é um estudo de caso² de caráter quanti-qualitativo. Dessa forma, associa a análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, privilegiando a melhor compreensão do tema estudado, o que facilitou a interpretação dos dados obtidos. Ou seja, necessita-se da análise qualitativa aliada à quantitativa, sendo que na visão de muitos autores, ambas análises não podem ser separadas, pois segundo Minayo (2007, p.43): “a quantidade é em si mesma, uma qualidade do objeto, assim como a qualidade é um dos elementos da quantidade”. Todavia, essa atividade, para o autor, torna-se um desafio na prática científica contemporânea.

A entrevista semiestruturada é um dos instrumentos utilizados no estudo de caso, e é por meio dela que se pode obter informações quantitativas e qualitativas. Portanto, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas³ com 06 (seis) professores que trabalham nas B.E's, 03 (três) gestoras escolares e 02 (dois) secretários de educação, com objetivo de obter informações sobre a promoção das práticas de leitura realizadas dentro das bibliotecas pesquisadas. Assim, o percurso foi construído mediante entrevistas gravadas com esses profissionais e pessoas que, de alguma forma, vivenciam ou vivenciaram a trajetória das B.E's. A rede de falas foi tecida pelos entrevistados, que através de seus discursos deram vida a esta pesquisa.

De maneira mais específica, as entrevistas semiestruturadas foram todas gravadas e realizadas dentro das unidades escolares. As entrevistas com os professores que atuam nas B.E's tiveram como base um questionário com 14 questões abertas, essas abordavam aspectos de formação/qualificação, atividades desempenhadas no dia a dia da B.E, além de projetos realizados nesse espaço. Já com as gestoras das escolas, a entrevista foi composta 15 perguntas abertas, que discutiam questões como o envolvimento da gestão com os programas da B.E, investimentos, as expectativas e o olhar do gestor com relação a B.E e demais aspectos de cunho administrativo. Quanto ao questionário usado para entrevistar os secretários de educação, ele foi composto por 20 questões também abertas, que levantavam aspectos voltados para investimentos nas

²Segundo Marconi e Lakatos (2009), o estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever contextos complexos, sendo um método de estudo de campo.

³Conforme Marconi e Lakatos (2009), a entrevista semiestruturada combina perguntas abertas e fechadas, em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal.

B.E's, políticas públicas, cursos para os professores que atuam na B.E, aspectos de cunho administrativo, além do conceito e das perspectivas dos secretários para com o espaço da biblioteca.

É importante destacar que a análise dos dados, muitas vezes, gerou a necessidade de entrevistar mais de uma vez uma mesma pessoa, provocando a inclusão de novos questionamentos e dados nos seus depoimentos. Porém, essas idas e vindas aos entrevistados foram de extrema importância para o entendimento e para compreensão dos mais variados aspectos.

Também realizei observações diretas, sobre as quais registrei os fatos presenciados na pesquisa de campo mediante fotografias, anotações, reações e comportamento dos entrevistados e; ainda, a aplicação de questionário de observação composto por 36 questões (sendo 31 objetivas e 05 subjetivas) que foram divididas da seguinte maneira: identificação da escola onde a B.E está sendo pesquisada, 14 questões abordando a estrutura física da B.E e da escola, 09 questões voltadas para o funcionamento da B.E e 13 questões direcionadas para aspectos pedagógicos, acervo e formação de leitores. Esse questionário de observação teve como objetivo obter informações sobre recursos financeiros em acervo, ampliação do espaço da B.E, mobiliário e cursos de qualificação dos professores que atuam nas bibliotecas; além da análise documental existente nesses espaços.

A revisão da literatura das áreas de interesse desta tese foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, visando aprofundar os conhecimentos sobre a formação de leitores e suas práticas de leitura a partir do espaço da B.E; além do aprofundamento literário sobre políticas públicas de investimentos nas bibliotecas. Assim, as bases teóricas pesquisadas forneceram subsídios para a construção de um modelo abrangendo as questões de políticas de investimentos em leitura e B.E.

Os procedimentos adotados para análise de evidências, que foram captadas durante o trabalho de campo, envolveram a análise dos projetos de leitura existentes nas bibliotecas, além das práticas de leitura ali trabalhadas, visando saber o que é atrativo, e a realidade do processo de mediação de leitura. Quanto à pessoa do discurso empregada nesta pesquisa, procurando uma relação de proximidade com a realidade investigada, a redação predominante é em 1ª pessoa do singular, sendo que às vezes há o uso em outras pessoas, de modo a atender melhor às especificidades de cada assunto abordado.

Desta forma, a busca por uma política municipal de leitura possível para as B.E's de Rio Verde foi se estruturando através das entrevistas, dos estudos bibliográficos e das observações diretas, assim, o funcionamento do texto e a estrutura da presente pesquisa resultou em quatro capítulos que são trabalhados da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, “Biblioteca – História e Políticas Públicas”, contextualiza a trajetória da biblioteca pública e escolar e as políticas voltadas para esses espaços, assim, fez um estudo da constituição da biblioteca pública na Europa, América e no Brasil, chegando até os dias atuais. Esse capítulo, conforme mencionado, apresenta a B.E no Brasil, os programas governamentais voltados para as B.E's, dando ênfase ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) enquanto política pública; além de discutir a Lei 12.244/10 debatendo e apontando os principais pontos da referida Lei. Nele, ainda, destaco a importância da biblioteca para a formação e constituição de leitores.

O segundo capítulo, “Bibliotecas Escolares de Rio Verde - GO: História, Leitura e Investimentos”, faz um resgate histórico das B.E's de Rio Verde - GO e apresenta as práticas de mediação utilizadas nas bibliotecas. Esta parte do trabalho dá ênfase à estrutura física e às políticas locais de investimentos em reforma e construção de B.E's, compra de acervo e mobiliários, além, é claro, dos programas de qualificação voltados para o professor que atua nesse espaço, ressaltando a formação e envolvimento desses profissionais com as atividades realizadas nas B.E's. Esse capítulo também analisa o papel e apoio dos gestores das escolas e do secretário de educação junto aos programas desenvolvidos na biblioteca e aborda a relação pedagógica da B.E na formação de leitores. De maneira geral, o segundo capítulo apresenta a realidade das B.E's de Rio Verde, seu cotidiano e o que representa esses espaços de leitura para a comunidade estudantil.

O terceiro capítulo, “Bibliotecas Escolares de Londrina: Um Parâmetro em Busca da Coletividade”, analisa as políticas de leitura, os investimentos, além das práticas pedagógicas de incentivo à compreensão e recriação dos sentidos dos textos. Nele consta algumas políticas municipais de leitura realizadas nas B.E's de Londrina, que após a implantação do projeto “Palavras Andantes”, vêm dando resultados positivos relacionados às práticas de mediação de leitura no espaço da B.E. Nesse capítulo também é abordado alguns programas que buscam a constante qualificação dos professores que atuam no espaço da biblioteca, o envolvimento da comunidade escolar

com os programas desenvolvidos nesse espaço e os aspectos voltados para a estrutura física e acervo das B.E's.

O quarto capítulo, “O Papel da Biblioteca na Sociedade da Informação: Proposituras Democráticas e Coletivas para as Bibliotecas Escolares de Rio Verde-GO”, levanta uma proposta de intervenção coletiva e democrática, apontando para uma possível política pública municipal de leitura, tendo a B.E como foco, ou seja, a busca por uma proposta de B.E que vise a formação de um leitor crítico e reflexivo, com estratégias consistentes, valorizando a importância de uma gestão que tenha como objetivo dinamizar as atividades e os investimentos em diversas áreas nas bibliotecas de Rio Verde; respeitando sempre os limites e a realidade de cada B.E dentro daquilo que elas têm, porém, apontando possibilidades flexíveis de avanço, primando pela coletividade.

Assim, esta pesquisa firma suas bases acreditando em uma proposta coletiva e flexível para as B.E's de Rio Verde, em que essas bibliotecas possam cumprir seu papel de formar um leitor autônomo e reflexivo com real interesse pela leitura. Porém, para isso, é necessário que se tenham políticas voltadas para a mediação da leitura, estrutura física, acervo, mobiliário e programas de incentivo à prática da leitura e informação. Tal premissa vai ao encontro de Colomer (2007, p.102) quando afirma: “estímulo’ ‘intervenção’, ‘mediação’, ‘familiarização’ ou ‘animação’ são termos associados constantemente à leitura no âmbito escolar, bibliotecário ou de outras instituições públicas e que se repetem sem cessar nos discursos educativos”. Percebe-se que todos esses termos se referem à maneira de se apresentar a leitura e o livro às pessoas de forma diferenciada, levando-as à prática da leitura, não apenas superficial, e sim uma leitura que faça diferença por meio de um processo de amadurecimento dos leitores, tornando-os críticos, interrogadores e um mediador dos diversos tipos de leitura, ou seja, um leitor que saiba interagir com o texto utilizando seus conhecimentos prévios e suas experiências, o que de acordo com Leffa (1996, p.37): “É pela interação entre as informações do texto e o conhecimento prévio do leitor que as variáveis implícitas são identificadas e um valor lhes é atribuído.” Desta maneira, esta pesquisa parte do princípio de que bons programas de leitura na B.E contribuem diretamente para a constituição e amadurecimento de leitores, auxiliando-os a buscar por meio da leitura e produção textual, expor com habilidade crítica seus posicionamentos e ideias.

CAPÍTULO I

BIBLIOTECA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, PANORAMA ATUAL E PERSPECTIVAS

A trajetória das bibliotecas no mundo acompanha a própria história da escrita e das formas de registro do conhecimento humano. Há relatos de bibliotecas na antiguidade que já reuniam milhares de tábuas de argila; e mais tarde, surgiram as coleções de papiros e pergaminhos. Diante das transformações e da evolução das várias áreas do conhecimento, nota-se que o mundo contemporâneo vive em meio a uma explosão de informações veiculadas face aos avanços tecnológicos que propiciam sua ampla disseminação, exigindo que as pessoas desenvolvam e aperfeiçoem cada vez mais suas estratégias em buscar e usar informações de forma crítica e reflexiva.

Assim, diante dessa realidade de busca constante de informação e conhecimento, a biblioteca pública⁴ e a escolar devem contribuir para que a aquisição desse processo transcorra de forma que os leitores possam atender as suas necessidades e as de sua comunidade.

Por isso é importante, antes de adentrar especificamente no meu objeto de estudo, intitulado “Bibliotecas Escolares de Rio Verde: Uma Possível Política Municipal de Leitura”, dar sustentação teórica e apresentar parte da origem e do percurso da biblioteca pública e escolar, e as políticas públicas de investimentos, porque é difícil, dentro da história da biblioteca, desvincular esses dois espaços (biblioteca pública e escolar), visando mostrar o alcance ou não deste ambiente de leitura para formação, informação e prazer dos diferentes leitores que as têm frequentado ao longo da história.

1.1 - A História da Biblioteca Pública na Europa, nas Américas e no Brasil

É importante que biblioteca tenha a missão de disponibilizar obras que representem a cultura, propiciando condições de acesso a todas as pessoas, à pesquisa, à leitura, à informação e ao conhecimento, cumprindo sua missão fundamental de

⁴Chamarei o termo Biblioteca Pública por B.P.

promover o gosto e o prazer pela leitura. Porém, diante dessa premissa, a história das bibliotecas públicas nos mostra que por vários momentos, inclusive no presente, esse espaço, por falta de políticas públicas coerentes, não está sendo um ambiente ao alcance de todas as pessoas, o que compromete a formação cultural dos cidadãos. Por isso, é fundamental analisar um pouco da história desse espaço de leitura e cultura, a fim de contextualizar a biblioteca e ter uma visão mais ampla, por meio da história.

Cavallo e Chartier (1998) relatam que por volta do ano 1000, as sinagogas eram locais abertos ao público, onde era possível encontrar espaços com coleções de livros, que eram de livre acesso às pessoas. “Além de local de oração, a sinagoga de fato desempenhava, na Idade Média, as funções de verdadeiro ‘centro social’ judaico e, entre outras coisas, de biblioteca pública” (CAVALLO, CHARTIER, 1998, p.198). Porém, vale destacar, que a tradição secular estabelecia para os homens judeus o dever de se dedicar sistematicamente aos estudos, ou seja, pleno acesso aos livros, já as mulheres eram impedidas deste mesmo direito.

Segundo Eco (1986), a partir do século XVII, surgiram as primeiras B.P's patrocinadas por mecenas⁵. A abertura das instituições, até então restritas ao grande público, como museus e bibliotecas, deu-se a partir da Revolução Francesa, que também foi o estopim para os ideais de uma educação pública, laica e gratuita. Desde o surgimento das bibliotecas até o período da Renascença, os guardiões dos livros não tinham uma existência social e profissional como os bibliotecários que conhecemos hoje. Eram homens sempre eruditos (sacerdotes ou figuras da elite) que viviam reclusos em suas bibliotecas e preocupados em salvar e copiar as obras dos acervos. Ainda, de acordo com Eco (1986), somente a partir de meados do século XIX, sentiu-se a necessidade de haver um profissional com formação especializada e técnica, pois se reconheceu que era uma profissão socialmente indispensável. Foram desenvolvidas efetivamente, a partir dessa época, práticas e técnicas bibliotecárias a fim de sistematizar as informações existentes nos acervos das bibliotecas. Em 1876, por exemplo, foi que Melvil Dewey publicou nos Estados Unidos a primeira edição de sua classificação decimal, com objetivo de catalogar assuntos.

⁵ Mecenas foi um cidadão romano da época imperial. Foi um grande político, estadista e patrono das letras. Na atualidade esse nome é o símbolo do patronato rico, generoso das artes. O nome mecenas tornou-se de nome próprio em nome comum. Assim, um mecenas é uma pessoa que patrocina as artes, a ciência ou o ensino, muitas vezes com benefícios fiscais (MAGGE, 2001).

Sponholz (1984) faz um interessante estudo do percurso da B.P na Europa, nas Américas e no Brasil. Conforme essa autora, na Europa, o conceito de biblioteca moderna se assemelha ao conceito de B.P, que foi dado às bibliotecas municipais quando surgiram na Inglaterra, Escócia, França e Alemanha, entre os séculos XV e XIX. Essas bibliotecas eram mantidas por meio de doações feitas por pessoas da comunidade e contribuição pública, sendo confiadas à administração municipal.

Ressalta-se que no final do século XVIII e início do século XIX, na Europa, em especial na França, inicia-se a importância de um movimento que tinha como objetivo levar textos impressos às camadas mais populares da sociedade. Esse processo não foi simples, mas teve a Biblioteca Azul como um dos principais impulsos. Os livros deveriam chegar a todas as camadas da sociedade, ampliando o público de leitores, em um período em que os livros eram destinados somente às elites. Brochuras, normalmente encapadas em papel azul e com um custo de produção de menos de um centavo por exemplar, se tornaram progressivamente um elemento particular da cultura camponesa. Vale lembrar que, nessa época, a propagação da leitura e da biblioteca, em especial a Biblioteca Azul, enfrentou vários desafios e obstáculos, isso por que diversas “ideias” eram atribuídas e criadas à prática da leitura. Abreu (2000, p. 10,12 e 13) relata alguns desses “pensamentos” que eram propagados na época, com o intuito de distanciamento das massas da cultura e da informação:

A certa altura do século XVIII, imaginou-se que a leitura oferecesse perigo para a saúde, pois o esforço continuado de intelecção de um texto prejudicaria os olhos, o cérebro, os nervos e o estômago [...]. O poder de alterar comportamentos, atribuídos à leitura, não era, em si, um mal. O problema advinha do fato de que os livros não ensinavam apenas atitudes recomendáveis. Eles corrompiam a inocência, afastavam da virtude, favoreciam o crime, pois as pessoas desejavam transpor para a vida real aquilo que leram nos livros [...] A leitura faria perceber as desigualdades sociais, gerando descontentamento e insubordinações. Uma vez que os pobres deveriam continuar pobres, seria melhor que não se alimentassem de ideias que os fizessem desejar alterar seu estado.

Mesmo diante de todas essas questões a respeito da leitura proveniente da classe dominante, a Biblioteca Azul se firmou como um meio de propagação e disseminação da leitura, principalmente para os menos favorecidos, ou seja, a população do campo e os assalariados, que não tinham recursos financeiros para a aquisição de livros.

Somente no século XIX, no Reino Unido, que a moderna B.P, ou seja, uma biblioteca em que o acesso aos livros era gratuito, sendo possível o empréstimo de livros por um determinado tempo, foi que a comunidade começou a ter livre acesso a informações que, de alguma forma, eram úteis e ajudavam no desenvolvimento social e cultural da sociedade (SPONHOLZ, 1984).

Já na América, a primeira biblioteca a corresponder aos requisitos de moderna B.P foi a de Peterborough, New Hampshire, instituída em 1833. Essa biblioteca tinha realmente um caráter público, pois era acessível a todas as classes da comunidade e sem taxas. Ademais, era a porta de entrada para o conhecimento, proporcionando condições básicas para a aprendizagem permanente e desenvolvimento cultural dos leitores e grupos sociais. Diante desse cenário que se apresentava a B.P nos Estados Unidos, reporto-me a Sponholz (1984, p. 5), quando afirma que: “pela primeira vez uma instituição foi fundada por uma cidade com o deliberado propósito de estabelecer uma biblioteca acessível a todas as classes da comunidade, sem restrições – uma biblioteca mantida desde o início pelos fundos públicos.” Com a fundação da Biblioteca de Peterborough, nota-se o início da presença de um pensamento democrático sobre a leitura, o livro e a biblioteca, além do acesso das pessoas a esse bem cultural. Assim, de acordo com Martins (2002), com o passar dos anos, essa democratização da biblioteca acentuava-se cada vez mais, proporcionando ascensão, igualdade e oportunidades de conhecimento, que antes estavam reservados apenas a uma minoria.

Ao longo de 150 anos, o desenvolvimento das B.P's na América Latina foi influenciado por dois argentinos: Domingo Faustino Sarmiento e Carlos Victor Penna. O primeiro era um educador e hábil estadista que procurava sempre esclarecer as pessoas quanto aos mais diversos assuntos, principalmente, econômicos e políticos. Enquanto o segundo era um bibliotecário, que defendeu, juntamente com colegas, a ideia do planejamento nacional dos serviços de bibliotecas.

No Brasil, várias barreiras dificultaram a propagação das bibliotecas e da cultura de forma geral, dentre essas barreiras, El Far (2006) salienta que diferentemente do governo espanhol, que autorizava a abertura de estabelecimentos gráficos em suas colônias na América, a metrópole portuguesa, até a vinda da família real, em 1808, proibiu expressamente qualquer tipo de reprodução impressa em todo o território

nacional, por temer uma possível propagação de ideias políticas progressistas e revolucionárias.

A atenção voltada para a cultura só foi marcada pela fundação da primeira B.P do país, que ocorreu em 1811, pelo Conde dos Arcos, na Bahia. A segunda em 1814, quando foi permitido ao público o acesso às obras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro teve seu acervo original trazido com a família real e a corte portuguesa em 1808, quando Portugal foi invadido pelas tropas de Napoleão, mas ainda não era pública. Até então, durante todo o período colonial brasileiro, havia somente bibliotecas particulares e de conventos, destinadas a poucos usuários. A fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ocorreu oficialmente em 29/10/1810, mas só foi franqueada ao público em 1814, ou seja, ela ficou quatro anos sendo restrita apenas à família real e a poucos estudiosos que tinham autorização para consultá-la.

No percurso da B.P no Brasil, faz-se importante destacar alguns momentos de repressão e controle que as bibliotecas, as editoras e os escritores passaram a sofrer a partir dos anos de 1930. Em 1937, no período do governo de Vargas, foi fundado o Instituto Nacional do Livro - INL, que surgiu com a iniciativa de controlar toda publicação no país. O INL era vinculado ao Ministério da Educação e Saúde coordenado por Gustavo Capanema⁶, que foi responsável por esse ministério até 1945. Vivia-se o período designado de Estado Novo que, segundo Carneiro (2002), foi um regime autoritário que buscava a legitimidade do autoritarismo em todos os setores da sociedade, favorecendo o domínio e controle sobre os cidadãos. Para o sucesso desse regime, seria necessário impor idéias e direcionamentos mediante repressões aos cidadãos brasileiros. O INL, então, surge na tentativa de manipular e controlar as publicações nacionais. Carneiro (2002, p.32) ainda afirma: “Os homens do poder e os revolucionários sempre tiveram consciência da força da palavra. É através do discurso oral e escrito que as ideias circulam seduzindo, reelaborando valores e gerando novas atitudes”. Percebe-se que para impor um regime de governo e tornar as pessoas servis, as autoridades passaram a controlar as palavras e os meios em que são veiculadas, isto é, os livros e outros materiais impressos além dos meios de comunicação. O livro era

⁶ Gustavo Capanema foi político brasileiro, ministro da Educação e Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas, sua gestão caracterizou-se principalmente pelo início dos estudos, visando a criação da Universidade do Brasil e a construção do edifício sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro.

censurado e apenas aqueles livros permitidos é que circulavam como tentativa de controlar o que as pessoas liam.

Nota-se que esse controle, muitas vezes, neutralizava a verdadeira existência do livro, uma vez que, consoante Melo (2007), são os sentidos que o leitor cria e recria durante o processo de leitura que dá vida ao texto, ao livro, portanto, não é possível controlar os múltiplos sentidos. Afinal, a leitura faz com que o leitor ultrapasse as barreiras da imaginação e abra caminhos e ideias sobre uma variedade de assuntos e temas. Desta forma, Bamberger (1986, p. 29) reforça essa ideia, ao asseverar que:

Quando uma pessoa sabe ler bem, não existem fronteiras para ela. Ela pode viajar não apenas para outros países, mas também no passado, no futuro, no mundo da tecnologia, na natureza, no espaço cósmico. Descobre também o caminho para a porção mais íntima da alma humana, passando a conhecer melhor a si mesma e aos outros.

Evidencia-se que um bom leitor não somente encontra prazer nos livros, mas também pode pensar e aprender melhor; assim, nesse período, em que os livros foram controlados e censurados, os autores e suas obras eram selecionados pelos órgãos do governo, e intimados a compartilhar a ideologia do poder. Liam-se, portanto, somente os autores permitidos, devendo os leitores captarem apenas as ideias desses escritores, apagando, negando a constituição de sentidos outros que poderiam denunciar o governo autoritário. Nesse contexto, a B.P passou também a ser mais um instrumento controlador, com obras selecionadas que faziam parte do seu acervo e, portanto, com temas que deviam impor determinadas leituras. Todo esse cenário existente no Brasil nas décadas de 30, 40, 50, 60 e 70 condiz com a afirmação de Silva (1997, p.39), quando destaca que:

O problema da leitura no contexto brasileiro deve ser colocado, figurativamente falando, em termos de uma *lei-dura*, isto é, em termos de um conjunto de restrições agudas que impede a fruição da leitura, do livro, por milhões de leitores em potencial. É essa mesma *lei-dura* que vem colocar a leitura numa situação de crise, num reflexo de crises maiores presentes em nossa sociedade.

Fica claro, por meio das ideias de Silva (1997), que todas as restrições e obstáculos de cunho controlador imposto pelo governo, dificultaram e impediram a fruição da leitura e a expansão mais rápida das B.P's no Brasil. Afinal, o governo temia as publicações de obras e o conteúdo contido nos acervos das bibliotecas e, infelizmente, a história nos mostra que todo esse controle e rigidez não davam trégua.

Exemplo disso é que em 1961, surgiu o Serviço Nacional de Biblioteca - SNB, que teve pouco tempo de existência, e em 1968, foi incorporado ao INL, que passou a coordenar todas as bibliotecas do Brasil, alinhando-se à política autoritária para formação de leitores.

Em 1972, entrou em vigor a lei nº 5.805 (Anexo A, p. 207), que diz respeito ao critério rigoroso quanto às cópias de obras que as editoras teriam que seguir:

Art. 1º As editoras sediadas no território nacional são obrigadas a adotar os textos fixados ou que tenham a fixação reconhecida pelo Instituto Nacional do Livro, quando editarem obras da literatura brasileira caídas em domínio público. Parágrafo único. A fixação de um texto consiste no estabelecimento do texto original, após o cotejo de várias edições de uma obra.

Portanto, a posse do livro significa a posse de seu conteúdo legitimado, controlado. Acentua-se a preocupação do governo quanto às obras publicadas, ao conteúdo e à ideologia veiculados nos livros editados no país. Consta-se que ainda não existe um programa de leitura livre de termos autoritários destinado à população, junto ao desenvolvimento da B.P.

No ano de 1978, foi elaborada pelo governo uma publicação *INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO* que foi enviada a todas as BPs do Brasil através do Ministério da Cultura e do INL. Nesta publicação, encontram-se informações interessantes de como era a BP no país. Na definição de B.P pelo programa Nacional de Bibliotecas do INL, observa-se:

É a biblioteca que, gratuitamente, ou em troca de uma contribuição inicial, serve a uma coletividade particular, uma coletividade local ou regional, podendo a sua clientela ser ou a totalidade do público ou certas categorias de usuários, tais como crianças, doentes de hospitais, militares, operários, etc. (INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO, 1978, p.23)

Trata-se de uma definição um pouco confusa. Percebe-se que ainda não está muito definido qual o verdadeiro papel da biblioteca pública na sociedade, há uma preocupação em definir qual é o público que faz parte da biblioteca, e não existe um objetivo preciso quanto ao seu papel como difusora da leitura e informação. Segundo Almeida (1997), só a partir das décadas de 1980 e 1990, a leitura começa a ser associada à B.P, associação ainda muito tímida, impulsionada pela globalização, que solicita um sujeito capaz de manipular a informação, ou seja, solicita pessoas mais qualificadas, preparadas principalmente para o ingresso no tão disputado mercado de

trabalho, onde o caminho mais viável ao acesso a esse mercado é através da busca pela informação e cultura. Essas ideias me remetem aos apontamentos de Sponholz (1984), quando afirma que a B.P é o principal meio de proporcionar a todos o livre acesso aos registros do conhecimento e das ideias do homem e às expressões de sua imaginação criadora; é sob esta concepção que a biblioteca deve ser entendida, como um ambiente propulsor da democratização da vida cultural. Assim, esse espaço converte-se em um veículo de integração e inclusão, tornando-se um forte instrumento para a independência cultural das pessoas, o que me leva as ideias de Silva (1997), ao alegar que a biblioteca quando bem trabalhada, promove por meio da leitura o crescimento criativo do ser humano.

No ano de 1992, foi criado o Sistema Nacional de Biblioteca Pública - SNBP instituído pelo decreto Presidencial nº520 (Anexo B, p.208):

Art. 1º Fica instituído, junto à fundação Biblioteca Nacional, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com vistas a proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito da leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País.

Em 1995, o SNBP divulgou uma publicação objetivando o desenvolvimento, a organização e a difusão dos “bens culturais” contidos na B.P. Na definição de B.P encontra-se:

BIBLIOTECA é uma coleção de livros, organizada de modo a conservá-los e guardá-los para serem consultados e lidos com facilidade. Por extensão, as bibliotecas passaram a incorporar, também, diversos outros documentos, tais como: periódicos (hemeroteca), estampas (iconografia), mapas (mapoteca), fitas de vídeo (videoteca), discos (discoteca), slides, manuscritos etc. (SNBP, 1995, p.15)

Novamente, a ênfase está na implantação, instalação e organização da biblioteca visto serem estes serviços imprescindíveis para sua existência, porém o incentivo à leitura ainda se encontra um pouco distante. Mas o conceito de B.P foi se desenvolvendo e já em 2000, as diretrizes das B.P's pontuam que:

[...] baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além das informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais. A biblioteca pública é um elo entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso

informativa que nela se encontra organizado e à sua disposição. Além disso, uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar idéias. [...] (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL 2000, p.17)

Observa-se que a B.P passa a ser vista de modo diferenciado, um local que proporciona igualdade de direitos, não mais apenas como repositório de livros, mas propagadora da informação e da cultura e inserida na vida da comunidade, como um espaço criativo. Prova disso, é que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013), o total de municípios brasileiros com B.P's passou de 76,3% para 97 % entre 1999 e 2012. Mesmo com essa expansão, ainda percebe-se a necessidade de uma maior propagação deste bem cultural, principalmente no sentido de hastear-se na dinâmica dos valores culturais em germinação na comunidade, afinal, num país como o Brasil, onde a cultura e a educação ainda estão em processo de avanço e melhorias, a promoção da leitura, por meio das B.P's, converte-se em veículo de integração nacional, e a leitura, é, com certeza, um forte instrumento para a nossa independência cultural.

1.2- A Biblioteca Escolar no Brasil em Foco: Considerações Históricas

É notória a importância da B.E como espaço do conhecimento e de formação de leitores também de sua importância nas práticas educativas, porém, evidencia-se que pouco se comenta sobre os aspectos históricos da B.E no Brasil. Por isso, torna-se importante fazer uma reflexão histórica visando descortinar o panorama da B.E e proporcionar uma visão mais ampla da historicidade desse espaço de leitura.

Segundo Moraes (2006), a história da B.E no Brasil começa nos colégios religiosos, especialmente nos dos Jesuítas que foram chegando no país, de forma mais específica no estado da Bahia, nos meados de 1549, sob o comando de Manuel da Nóbrega. Ainda, de acordo com o autor (2006), o objetivo principal era o de catequizar índios e instruir colonos, o que mostra que a B.E teve seu início no Brasil diretamente ligada à figura da igreja. Desta maneira, as B.E's foram sendo construídas e instaladas nos colégios Jesuítas, primeiramente na Bahia, e depois em outras capitanias. Vale lembrar que, conforme Carvalho Silva (2010), no século XVII, outras religiões

começam a chegar ao Brasil, e a implantar seus colégios, bem como estruturar suas B.E's com um acervo voltado para suas concepções e crenças.

Essa expansão das B.E's no Brasil, por meio dos colégios e instituições religiosas, deu-se expressivamente até o final do século XVIII, quando começa sua decadência que se concretizou no início do século XIX, isso porque, de acordo com Moraes (2006), o governo imperial, na pessoa do Marquês de Pombal, promulgou uma circular no dia 19 de maio de 1835, proibindo o noviciado, o que atingiu diretamente os conventos. É importante ressaltar que a promulgação dessa circular se justificava ascensão do ideal iluminista⁷, a partir da França, que se contrapunha a ideologia da igreja católica.

Carvalho e Silva (2010) afirmam que com essa proibição, grande parte do acervo das bibliotecas foram abandonados e perdidos, isso por causa dos insetos e umidade, devido ao abandono desses espaços, e também por falta de pessoas capacitadas para cuidar do acervo existente nessas bibliotecas escolares. Essa realidade perdura até os dias de hoje em muitas B.E's do país, que é a falta de qualificação do profissional responsável pela B.E, e o abandono desses espaços.

É importante ressaltar que com a decadência das escolas da igreja católica, escolas de outras religiões de cunho protestante⁸, começaram a se instalar no Brasil, principalmente na cidade de São Paulo, exemplo disso é o Mackenzie College. De acordo com Almeida Carvalho (1996, p.48), o Mackenzie College “incorporava ao ensino paulista ideias revolucionárias, que o diferenciava dos outros tradicionais colégios, tais como: Dom Bosco, São José, São Luís e Arquidiocesano.”

Com todas essas mudanças e oscilações, é pertinente destacar que no final do século XIX e início do século XX, a B.E ganhava uma nova configuração. Isso porque somente as B.E's dos colégios particulares é que se destacavam, por instituir métodos educativos com ênfase religiosa, uma vez que lá estudava a elite brasileira.

Todas essas questões históricas referentes à B.E no Brasil levantadas até o momento me faz afirmar que a biblioteca surgiu muito bem, seja em termos de infraestrutura, seja no que diz respeito ao acervo. Outro aspecto que se nota é que ela (a biblioteca escolar) tinha um público restrito aos integrantes vinculados à igreja e, além

⁷ Movimento cultural da elite intelectual européia do século XVIII, que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval. Promoveu o intercâmbio intelectual e foi contra a intolerância e os abusos da igreja e do estado.

⁸ Movimento que se iniciou na Europa Central, no início do século XV, como uma reação contra as doutrinas e práticas do catolicismo romano medieval. Os protestantes também são conhecidos como evangélicos. O principal nome desse movimento foi Martinho Lutero.

disso, as B.E's visavam aprimorar a educação religiosa de seus usuários, para que os mesmos tivessem preparados para a tarefa de catequizar índios e colonos.

Já no século XX, a história apresenta que a B.E começa a conquistar um novo espaço, isso por causa de algumas reformas educacionais feitas no país, como ressaltam Eggert-Steindel e Fonseca (2010, p.2). Para eles, “No âmbito nacional as reformas do ensino pautadas na Escola Nova realizadas por Fernando Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), legitimaram a biblioteca escolar no sistema de ensino”. Nota-se que a B.E começa a ser incluída no processo de reforma educacional, tendo como finalidade e objetivo a constituição de leitores.

De acordo com Silva (2011), essa aproximação da B.E com o processo de reforma educacional fez com que, nas décadas de 1940/50, começasse a se discutir sobre o acervo da B.E, bem como a participação efetiva dos alunos nesse processo, por meio de ações pedagógicas.

Em 11 de agosto de 1971, o governo promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de nº 5.692 (Anexo C, p. 209), instituindo, entre outras coisas, a pesquisa escolar como requisito obrigatório para o ensino de primeiro e segundo grau. Como a B.E não existia em grande parte das escolas, muitos professores e alunos passaram a utilizar a B.P para o cumprimento das exigências obrigatórias da nova lei. Segundo Almeida (1997, p. 29-32), “eram pesquisas realizadas sem métodos, sem critério, sem desenvolver as potencialidades dos alunos, sem orientação, sem bibliografia básica”. Isso ocorria porque os professores e bibliotecários não estavam preparados para desenvolver aspectos relacionados à pesquisa, e ela era realizada através de “cópia” de textos pelos alunos das enciclopédias oferecidas pelos profissionais da biblioteca. A B.P, neste período, era representada como um local para realização de trabalhos escolares, e não exercia sua função cultural e social, não favorecendo o acesso à leitura junto à comunidade.

Desta forma, nas décadas de 1960/70, e início da década de 1980, consoante Eggert-Steindel e Fonseca (2010), a B.E perde, de certa forma, seu espaço para a B.P. Percebe-se que por falta de políticas mais efetivas que contemplem as B.E's, o público e, por que não dizer o acervo da B.E, passa em alguns lugares a ter abrigo nas B.P's. Prova disso é que já na década de 1990, e na primeira década do século XXI, em nível nacional, algumas políticas que visavam o fortalecimento e a expansão das B.E's no Brasil começaram a ser executadas, entre elas pode-se destacar a criação da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1997) que visualizam a B.E como espaço de aprendizado e estímulo a leitura. Enfatiza-se também a criação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que abordarei de forma mais detalhada, ainda, neste capítulo.

Observa-se por meio dessa perspectiva histórica, a carência, em nível nacional, de políticas mais eficientes que visem a promoção e o funcionamento eficaz das B.E's no Brasil. Porém, para transformá-las, é necessário que se modifique a sua identidade, por meio de políticas públicas de leitura transformadoras, como coloca de Lemos (2005, p.101-102):

Nem toda a coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda a biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização, uma comunidade de usuários, efeitos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

É possível notar por meio da asserção de Lemos e pela história da B.E, que esse espaço, ao longo de muitos anos, foi visto como um espaço isolado dentro das instituições, sendo muitas vezes interpretado apenas como um lugar onde se concentra uma grande quantidade de livros, onde as habilidades e suas funções sociais eram e ainda são muitas vezes desconsideradas, o que me reporta a Kuhlthau (2009, p.19), quando afirma que:

O programa de desenvolvimento de habilidades para usar a biblioteca e a informação deve integra-se à proposta curricular da escola. A sequência de habilidades deve estar intimamente ligada aos conteúdos programáticos. É importante que as atividades desenvolvidas em sala de aula exijam que os alunos utilizem as habilidades para usar a biblioteca e a informação que estão adquirindo.

Fica evidenciada a necessidade de se efetivar, de forma mais ativa e prática, políticas mais eficientes voltadas para a B.E, afinal, a história mostra que para muitos foi negada a oportunidade de ter acesso a uma B.E com características transformadoras e impactantes. Ou seja, uma B.E que de fato integre valores, habilidades, e, sobretudo o incentivo a leitura e informação que, consequentemente, forma o leitor crítico e reflexivo, independente de classe social, credo ou cor.

1.3 O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): Políticas Públicas, Investimentos e Ajustes

Os debates em torno da importância da leitura e da B.E no Brasil são grandes. Contudo, o que está evidenciado em relação às políticas públicas de incentivo à leitura, é a carência de programas definitivos de implantação e valorização das B.E's, e de programas de leitura que fomentem com mais eficiência o acesso dos alunos ao livro e à leitura.

De acordo com Silva (2003), Milanesi (2002) e Quevedo (2002), grande parte das B.E's brasileiras se encontra e funciona em situação precária, com estrutura física comprometida, acervo defasado, com ausência de profissionais qualificados para coordenar e dinamizar o espaço da B.E. Essa realidade condiz com afirmação de Saviani (2007), ao alegar que o que se percebe é uma grande preocupação do poder público em promover livros, ou seja, distribuí-los as unidades escolares, porém desconsidera-se a necessidade de qualificar os professores dinamizadores das bibliotecas, além da ausência de políticas públicas que contemplem a construção, ampliação e reforma das B.E's.

Diante dessa realidade e dos baixos índices de leitura no Brasil, confirmados em pesquisas como a realizada pelo Programa Internacional de Avaliações de Alunos (PISA), verifica-se a necessidade de políticas públicas de leitura capazes de dinamizar o uso da biblioteca e do livro. Porém, é importante lembrar que esta “preocupação” não é recente, visto que os governos, sobretudo federal, vêm ao longo do tempo tentando estimular o uso da biblioteca e o acesso ao livro por meio de vários programas intitulados de incentivo a leitura. Hoje, o programa de incentivo à leitura e biblioteca coordenado pelo governo federal é o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

O PNBE, segundo o site do MEC, foi instituído em 28 de abril de 1997, por meio da Portaria Ministerial nº 584 (anexo D, p. 213). Atualmente, ele é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação SEB/MEC. O programa, de acordo com o MEC, tem por objetivo democratizar o acesso às obras de literatura

infanto-juvenil; brasileiras e estrangeiras, e também o acesso a materiais de pesquisa e referência a professores e alunos.

Esta etapa da presente pesquisa tem como objetivo fazer uma breve análise das políticas públicas e dos investimentos feitos pelo governo federal em leitura e biblioteca por meio do PNBE, portanto, neste subitem apenas inicio a discussão a respeito das políticas públicas de leitura, dando ênfase ao PNBE. Assim, para uma melhor compreensão, apóio-me em autores que têm dado contribuições importantes na área da leitura, biblioteca e políticas públicas, tais como: Bakhtin (1999); Perroti (1986); Neves (2000); Dourado (2009); Silva (1993); Saviani (2007); dentre outros.

Os autores citados são de extrema importância para o conhecimento mais profundo dos programas de leitura, políticas públicas e investimentos, além de possuírem indispensáveis reflexões teóricas que permitem o estudo da formação de leitores e do Programa Nacional Biblioteca da Escola, proporcionando assim embasamento teórico.

1.3.1 O PNBE e as Políticas Públicas

O Programa Nacional Biblioteca da Escola, desde sua criação, vem sofrendo modificações e ajustes para atender a realidade e necessidades educacionais. Assim, é importante fazer um breve relato histórico e apontar os investimentos feitos pelo governo federal no PNBE, enquanto programa de política pública.

O PNBE está apoiado pelas políticas públicas de leitura gerenciadas pelo MEC e a documentação que o regulamenta vai ao encontro do artigo 208 da Constituição Federal (Anexo E, p. 216), que garante o direito a todo aluno, de ter acesso ao material de apoio didático, bem como a universalização e melhoria do ensino fundamental estabelecidos na LDB 9394/96. Para se ter uma ideia mais detalhada dos investimentos do governo junto a esse programa, realizei consultas ao site do FNDE, onde obtive informações no que diz respeito a quantidade de livros adquiridos e os valores investidos em cada ano do programa.

No ano de 1998, segundo o FNDE (2013), o acervo do PNBE foi destinado às escolas de 5ª a 8ª séries (atualmente 6º ao 9º ano) e era composto por 215 títulos, dentre eles, obras clássicas e modernas da literatura brasileira, enciclopédias, atlas, globos terrestres, livros sobre a história do Brasil, bem como sua formação econômica, além de um “Atlas Histórico Brasil 500 anos”. Neste ano foram adquiridos 3.660,000 livros, beneficiando 20.000 escolas e 19.247.358 alunos da rede pública de ensino, com um investimento no valor de R\$ 29.830.886,00.

Já no ano de 1999, o PNBE foi direcionado às escolas de 1ª a 4ª séries (atual 1º ao 5º ano), com um acervo de 109 títulos com obras de literatura infantil e juvenil, sendo quatro dessas obras direcionadas às crianças portadoras de necessidades especiais. Foram distribuídos 3.924.00 títulos, beneficiando 36.000 escolas e 14.112.285 alunos, com investimento de R\$ 24.727.241,00.

No ano 2000, o programa distribuiu material direcionado aos docentes do ensino fundamental das escolas públicas que participaram do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – Programa Parâmetros em Ação. De acordo com o site do FNDE, o investimento foi de R\$ 15.179.101,00, contemplando 18.718 escolas com 3.728.00 livros. Nesse tipo de iniciativa percebe-se o cuidado com a formação continuada dos professores, porém apenas com a distribuição de acervos, sem se pensar em cursos voltados para esses profissionais.

O PNBE 2001 deu início à ação denominada “Literatura em Minha Casa”. O intuito do programa era incentivar a leitura e a troca de livros entre os alunos e possibilitar às suas famílias a opção de fazer leituras em casa. Nesse ano, o a quantia empregada foi de R\$ 57.638.015,60, com a aquisição de 60.923.940 livros, distribuídos para 139.119 escolas, abrangendo um total de 8.561.639 alunos. Vale ressaltar que, nesse mesmo ano, cada aluno recebeu um kit composto por cinco livros.

Em 2002, segundo o site do FNDE, foi dada continuidade à ação “Literatura em Minha Casa”, em que foram contemplados 3.841.268 alunos de 126.692 escolas, com a distribuição de 21.082.880 livros, com um investimento de R\$ 19.633.632,00.

No ano de 2003, o PNBE foi executado em ações que procuravam dinamizar o programa, sendo estas:

- Literatura em Minha Casa: 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano) distribuição de uma coleção por aluno, composta por cinco volumes. 4ª série (5º ano) foram investidos R\$ 18.448.791,00 para aquisição e distribuição de 20.855.750 livros, atendendo 3.449.253 alunos em 125.194 escolas; sendo que na 8ª série (9º ano) 2.969.086 alunos foram atendidos com a distribuição de 13.689.320 livros para 36.685 escolas, com investimento total de R\$ 14.757.086,96.

- Palavra da Gente: Destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nessa ação foram investidos R\$ 2.956.053,24 na aquisição e distribuição de 3.470.904 livros, atendendo a 463.134 alunos em 10.964 escolas.

- Casa da Leitura: Desenvolvido em parceria com as secretarias municipais e estaduais de educação e consiste na distribuição de “bibliotecas” itinerantes para uso de toda comunidade do município. Esta ação teve investimento de R\$ 6.246.212,00, beneficiando 3.659 municípios, que receberam 6.372.912 livros.

Biblioteca Escolar: Foram distribuídos 144 títulos de ficção e não ficção, com ênfase na formação histórica, política e econômica do Brasil para as escolas com maior número de alunos. O investimento foi de R\$ 44.619.529,00 e atendeu 20.021 escolas, com a distribuição de 3.193.692 livros.

Em 2004, houve a continuidade das ações desenvolvidas pelo PNBE 2003. Em 2005, o atendimento aos alunos nas escolas volta a ser foco do PNBE, por meio da ampliação dos acervos das B.E's, por conta disso houve um investimento de R\$ 47.268.337,00 na aquisição de 5.918.966 livros, atendendo 136.389 escolas e 16.990.819 alunos.

O PNBE 2006 foi destinado às escolas públicas de 5ª a 8ª série (6º ao 9º ano), com investimento de R\$ 45.509.183,56. O programa distribuiu 7.233.075 livros, atendendo 46.700 escolas e 13.504.906 alunos.

Em 2007, o Centro de Alfabetização e Escrita (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) assume a organização da equipe de especialistas responsáveis pela avaliação e seleção do material que irá compor o PNBE.

No ano seguinte, o Programa foi ampliado, passando a atender além de escolas de ensino fundamental, também escolas de educação infantil e ensino médio. Os

investimentos deste PNBE para educação infantil foram de R\$ 9.044.930,30 na aquisição e distribuição de 1.948.140 livros, atendendo 85.179 escolas e 5.065.686 alunos. No ensino fundamental foram adquiridos 3.216.600 livros, beneficiando 127.661 escolas e 16.430.000 alunos com o investimento de R\$ 17.336.024,48. E para o ensino médio o investimento foi de R\$ 38.902.804,48 para a distribuição de 3.437.192 livros, atendendo 17.049 escolas e 7.788.593 alunos.

Em 2009, o programa foi destinado aos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio. O investimento para o ensino fundamental foi de R\$ 47.347.807,62 para a distribuição de 7.360.973 livros em 49.516 escolas, beneficiando 12.949.350 alunos. Já para o ensino médio foram adquiridos 3.028.298, com um investimento de R\$ 27.099.776,68, abrangendo 17.419 escolas e 7.240.200 alunos.

O PNBE 2010 foi direcionado para a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental e EJA. Segundo o FNDE, 24 milhões de alunos foram beneficiados com o programa, que distribuiu 10,7 milhões de livros, com um investimento de R\$ 51.817.743,25 milhões.

Já o PNBE 2011 beneficiou o ensino fundamental e médio, sendo distribuídos 77.754 acervos para o ensino fundamental (6º ao 9º ano) e de 34.704 acervos distribuídos para o ensino médio, salientando que são compostos três acervos diferentes para cada uma dessas etapas, com um investimento de R\$ 70.812.088,00 milhões.

O PNBE 2012 foi voltado para a aquisição e distribuição de obras literárias nas escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos e educação infantil (creches e pré-escolas). Esta versão do programa teve como novidade a aquisição das obras também em formato MecDaisy; tendo todo o programa em 2012 um custo de R\$ 81.797.946,11 milhões.

Já o PNBE 2013 contemplou o ensino fundamental (6º ao 9º ano) e o ensino médio, alcançando mais de 21.120,092 alunos em 19.144 escolas, com a aquisição de 7.426.531 livros, com um investimento de R\$ 86.381.384,21 milhões.

É importante ressaltar que todo esse investimento em compra de livros e distribuição, passa antes pelo processo de triagem e escolha das obras que irão compor o acervo do PNBE. Autores/editores de todo país podem inscrever suas obras, que após

serem inscritas, são avaliadas por uma equipe de professores - especialistas em literatura, leitura e educação, de diversas instituições de ensino superior, de diversas regiões do Brasil. Todo esse processo é coordenado por Instituições, Universidades Públicas e supervisionado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Segundo o FNDE, não há um número fixo de avaliadores, pois depende da quantidade de obras inscritas em cada edição do PNBE. Assim, recai sobre esses especialistas a responsabilidade de selecionar e avaliar as obras do PNBE, para que as mesmas não se tornem um instrumento de manipulação de massas, ou que simplesmente estão avaliando obras que o leitor lerá meramente por confirmação, e não pela criticidade. Tal preocupação do programa com a qualidade das obras reporta à constatação de Hunt (2010, p. 124), ao relatar que

É comum nos livros para crianças, que o leitor leia meramente por confirmação, e não pela novidade. Pressupõe que a reação seja previsível (gostará, sentirá alívio) e que tudo que o leitor tenha que fazer é preencher algumas lacunas emocionais. Presume que aquilo que o editor sentiu será correspondente ao que os leitores sentirão. Embora isso aconteça como função normal da redação publicitária, a distância entre o adulto-editor e a criança-leitora é tal que fica difícil evitar um subtexto de manipulação.

Diante desses investimentos e de toda estrutura formada com vistas em promover a leitura e o acesso de crianças e jovens ao livro e a literatura, é importante ter como referência as ideias de Candido apud Paiva (2009, p.39), o autor sustenta que: “A literatura como sistema funciona ao mesmo tempo como elemento de constituição identitária e expressão de identidades, sejam elas regionais ou nacionais”. Diante dessa premissa, nota-se que a literatura não é um fenômeno pontual, expressão individual, mas um evento de natureza sociológica, que promove transformações no contexto social e ideológico dentro de uma sociedade, o que me remete a Bakhtin (1999, p.123), quando afirma que:

[...] o ato da fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade tanto as do próprio autor como de outros autores [...] o discurso escrito é de certa forma parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.

Nessa direção, nota-se que a perspectiva Bakhtiniana de linguagem encaminha, assim, os estudos da leitura para os estudos dos sentidos e dos sujeitos que se confrontam no ato de ler e escrever. Perrotti (1993) afirma que a formação de um quadro vivo de leitores não ocorre no vazio ou apenas no acaso. Desse modo, a leitura é fruto de um ato social historicamente demarcado, portanto, ela está sempre em processo de constituição, sendo as instituições formais e informais as grandes mediadoras dos vínculos entre leitura e sociedade.

Sendo o PNBE um programa formal de mediação da leitura e do livro, é importante ressaltar o cuidado que esse programa deve ter, para que por meio de suas obras não passe a exercer na sociedade civil características da nova pedagogia da hegemonia, que segundo Neves (2005, p. 35):

A nova pedagogia da hegemonia atua no sentido de restringir o nível de consciência política coletiva dos organismos da classe trabalhadora que ainda atuam no nível ético-político para o nível econômico-corporativo. Mais precisamente, a nova pedagogia da hegemonia estimula a pequena política em detrimento da grande política, propiciando, contraditoriamente, á classe trabalhadora a realização da grande política da conservação.

Vale ressaltar que todo investimento e toda política de incentivo à leitura e o livro, vinculado ao PNBE, deve necessariamente contemplar a formação de leitores críticos e reflexivos. Logo, que saibam interpretar com habilidade e criticidade o texto e a sociedade na qual está inserido, longe de qualquer interferência ou estratégia que leve o Estado, por meio das obras do PNBE, a impor a formação de um certo “homem coletivo”, ou seja, conformar técnica e eticamente as massas populares a pensamentos formulados pelo estado.

1.3.2 O PNBE: Ajustes para uma Prática Pedagógica

A leitura é um dos processos que pode levar a conhecimentos mais profundos e variados da cultura humana, abrindo novas perspectivas para que o leitor possa pensar sobre a realidade e as condições de vida. O ato de ler indica caminhos para um posicionamento mais reflexivo por parte do leitor, pois pode tornar mais sólidos os argumentos que sustentam sua posição. Assim, a leitura, abrindo espaço para o

entendimento do mundo sob uma visão crítica, possibilita ao indivíduo uma participação social mais efetiva, capaz de estabelecer relações de resistência e de confronto, o que me remete a Silva (1997), quando afirma que dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação.

Sendo o PNBE, um programa de política pública de investimento em leitura, é necessário que se busque, por intermédio desse programa, a formação de leitores com a visão crítica já citada, e que alcance, mediante a leitura, a compreensão e o domínio das várias áreas do conhecimento, devendo o PNBE se distanciar ao máximo de temas vinculados exclusivamente a grupos de interesse (governo, sindicatos, empresas e associações), como revela Dourado (2009, p.18), que, infelizmente, em alguns casos:

[...] As políticas públicas seriam resultado da ação de grupos de interesse, que participam ativamente em sua execução. A análise das políticas públicas, sobretudo do processo de sua implementação, tem revelado relações muito próximas entre grupos de interesse (sindicatos, associações, etc.) e funcionários do estado, implicados na administração.

Assim posto, evidencia-se a necessidade de ajustes no PNBE, que visem melhorias nas práticas pedagógicas do programa, buscando sempre a formação de cidadãos críticos e reflexivos, que almejem constantemente um programa de incentivo à leitura livre de qualquer ação de grupos de interesse.

Dentre essas alterações, nota-se a necessidade da implantação de um guia para o uso do acervo. Uma vez que os livros do PNBE chegam até as unidades escolares, e não existe um material (guia) que dê suporte aos professores e coordenadores, dando informações e dicas para o uso mais proveitoso desses livros. O que se encontra são materiais disponíveis não sendo utilizados em toda sua potencialidade, devido ao despreparo de muitos professores, que não dispõem de conhecimento aprofundado do conteúdo dos livros, nem das práticas para se trabalhar com eles. Tal situação remete a Guimarães (2010, p. 53 - 54), ao destacar que:

O Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável por auxiliar o Congresso Nacional na “fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União” apresentou no ano de 2002, uma avaliação sobre o PNBE, tendo como justificativa, a ausência de informações sobre a utilização dos acervos distribuídos. Desta forma, foram avaliadas quais as dificuldades para a utilização dos mesmos, observando aspectos como: divulgação do programa, condições de inserção dos livros nas

atividades escolares e, capacitação de professores (...). Com essa pesquisa o TCU constatou: Eficácia do FNDE na distribuição dos acervos do programa às escolas; ausência de atividades de monitoramento e avaliação em estruturas do programa; diretores e professores com pouco conhecimento sobre o PNBE; falta de ações de apoio para as escolas mais carentes, que não possuem espaço próprio para guarda e conservação do material recebido.

Evidencia-se, também, que essa realidade de falta de espaço para acomodação do acervo, ainda é um agravante na maioria das unidades escolares do Brasil; e o pouco conhecimento dos gestores e professores com relação ao PNBE, ainda perdura até os dias atuais. Faz-se importante a interação do professor junto a PNBE e suas obras, uma vez que no aprendizado de leitura, o professor tem papel preponderante, pois é ele quem opta pela metodologia a ser aplicada em sala de aula; é ele quem pode selecionar textos, tendo em vista somente a educação moral e ideológica de seus alunos, ou trabalhar de forma a valorizar o prazer da leitura, porém, sem abandonar as práticas e atividades que são essenciais para o desenvolvimento da leitura e da produção textual. Essas práticas devem conceder ao leitor a mobilidade crítica e social que vem do uso regular, sistemático e competente que delas se pode fazer, tornando-o um estudante efetivamente letrado. Assim, a distribuição de um guia ou material de apoio que auxilie o professor na utilização do acervo do PNBE, e o interaja ao programa, torna-se tão indispensável quanto à distribuição dos livros. A esse respeito, Silva (1993, p. 21) alerta que “não se forma um leitor com uma ou duas cirandas e nem com duas sacolas de livros, se as condições sociais e escolares, subjacentes à leitura, não forem consideradas e transformadas”.

Ou seja, o aspecto qualitativo da leitura só se torna possível e concreto se houver além dos elementos materiais, elementos humanos com suporte e qualificação para despertar nos alunos o interesse pela leitura. Porém, para que isso aconteça, é indispensável que o profissional goste de ler e que seja preparado para manusear os livros com os quais vai trabalhar, tendo acesso à metodologia e práticas diversificadas. Para compreender melhor essa realidade, é importante exemplificar algumas experiências obtidas por meio de pesquisas já realizadas.

Entre agosto de 2006 e setembro de 2010, o Centro de Estudos de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil - CELLIJ e o Grupo de Pesquisa: *Formação de professores e as relações entre as práticas educativas em leituras, literatura e avaliação do texto literário*, coordenado pela Professora Doutora Renata Junqueira de Souza participaram

de uma pesquisa de políticas públicas em leitura, denominada “Literatura na escola: espaços e contextos. A realidade brasileira e portuguesa”. Esse estudo, além de ter sido financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – processo n. 2006/51756-4) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – processo n. 474481/2006-9), envolveu uma equipe de pesquisadores de três unidades da UNESP (Presidente Prudente, Assis e Marília) e outro grupo de docentes filiados ao Centro de Investigação em Promoção da Literacia e do Bem-Estar da Criança (LIBEC), da Universidade do Minho (Portugal).

A investigação interessou-se em responder a seguinte pergunta: qual o lugar da literatura, na escola? Durante quatro anos, em sua frente realizada no Brasil, os pesquisadores da UNESP examinaram dados de questionários e entrevistas, tentando traçar o perfil das escolas públicas municipais e estaduais de Presidente Prudente, Assis e Marília.

Nas informações coletadas em nosso país, a pesquisa averiguou o perfil e procedimentos de leitura entre professores (cerca de 900), alunos (cerca de 6 mil estudantes de 3ª a 6ª séries do Ensino Fundamental) e bibliotecários (110) de escolas públicas municipais e estaduais da região do oeste paulista.

As análises, segundo Souza e Girotto (2009, p.380), evidenciaram:

1) coleções do PNBE trancadas em estantes da biblioteca, ou, então, “escolas cheias de livros” disponíveis aos alunos, com a justificativa de que basta ofertar, dar acesso e/ou enfatizar a importância da leitura, como condição para formar leitores – todavia, os livros não são ofertados; 2) despreparo da equipe docente e responsáveis; 3) ausência de um planejamento didático efetivo; 4) problemática da qualidade dos textos apresentados nos livros; 5) escolas que tomam para si a Literatura Infantil e escolarizam, “didatizam” e “pedagogizam” os livros de literatura para crianças, para atender a seus próprios fins, ou seja, “fazem dela uma literatura escolarizada”.

Assim, ainda é possível notar que as observações descritas mostram um “descompasso entre um discurso escolarizado e ‘nobre’, empenhado na valorização da leitura, já introjetado pelos alunos e professores, e a ausência de práticas efetivas de leitura, que revelam leitores, ainda muito pouco, ‘cultivados’” (SILVA; GIROTTI, 2009, p.380). Entretanto, tais resultados enfatizam desafios a serem enfrentados, na formação de crianças leitoras, o que me reporta as reflexões de Bakhtin (1993), ao mencionar que a situação discursiva determina as práticas culturais do ler e escrever.

O ato de ler, assim, é entendido como um processo discursivo em que os sujeitos produtores de sentido, leitor e autor, são ambos ideologicamente constituídos e sócio-historicamente determinados. A construção dos sentidos é influenciada por esses elementos constitutivos. E aí se pode interrogar: será que só o investimento na compra do acervo do PNBE por si só resulta na formação de leitores? Por se tratar de um programa de política pública de formação de leitores, não deveria existir o investimento na formação e qualificação dos professores para trabalhar com o acervo do PNBE? Será que o investimento em um guia que auxilie o professor, não contribuiria para um melhor resultado do programa? Não seria interessante que os professores responsáveis pelas bibliotecas escolares também fossem submetidos a cursos de qualificação?

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) justifica sua existência e importância no desempenho de um programa de incentivo à leitura, cultura e lazer. Porém, cabe ao poder público, o investimento não somente em material, ou seja, na compra de livros, é necessário também o investimento na qualificação e aprimoramento dos profissionais, que têm o papel de difundir a leitura no ambiente escolar, sendo eles: professores, coordenadores e gestores. Nesse sentido, Dacal (1998, p.45) afirma que para se formar leitores, os professores devem:

Compartilhar com alegria as experiências de outras leituras com seus alunos, estar disposto a julgar, criar e imaginar junto com os leitores, contagiar o lugar onde acontece à leitura, conhecer a literatura infantil, e se possível, continuar aprendendo sobre a literatura infantil, ter atitudes ativas e dispostas, estimular um encontro para leitura com um clima positivo, livre, criativo e responsável para cada situação, propiciar a participação de todos de forma organizada e espontânea, ser flexível e incorporar as ideias que se vão produzindo a partir da interação e valorizar cada um dos apontamentos feitos pelos alunos.

Diante dessas habilidades, evidencia-se a importância de um professor bem qualificado para desempenhar a função de formar leitores. Desse modo, comprova-se que as políticas públicas de formação de leitores devem ir além da compra de livros e materiais, porque a compra de livros por si só não forma leitores, as políticas públicas devem focar também na formação e qualificação de professores que saibam trabalhar o livro com habilidade e crítica, levando os alunos a se tornarem leitores que leiam além das entrelinhas.

É importante destacar o cuidado que se deve ter para que o PNBE não se torne um programa de “manobra de massas”, ou seja, que os conteúdos e temas

propostos e contidos nas obras não direcionem os leitores a pequena política, uma vez que segundo Neves (2005, p.25),

O governo redefine suas funções, acrescentando as tarefas de comando, e domina a função de direção cultural e política das classes dominadas (hegemonia civil), por meio da adesão espontânea (consenso), passiva e indireta e/ou ativa e direta ao projeto de sociabilidade da classe dominante e dirigente.

Diante de tais fatos, conclui-se que o PNBE é um programa de política pública extremamente importante para formação de leitores e incentivo à prática da leitura, porém é necessário que ajustes sejam feitos para que os objetivos de se formar leitores aconteçam com mais êxito e praticidade. Afinal, a simples compra de livros não resulta necessariamente na formação de leitores, é preciso investimentos em infraestrutura e na formação de professores qualificados para trabalharem com as obras de forma crítica e reflexiva. Desta maneira, é preciso analisar com criticidade a direção cultural e política que estão presentes nas obras do PNBE.

Diante desse cenário, é válido ressaltar que até agora o que se obteve em melhorias educacionais, desde as reformas da década de 90, foi o ganho do fácil, isto é, a vaga que não existia, o livro que não se tinha. Daqui para frente, as benesses dependerão de investimentos de maior envergadura na educação. Talvez a recente aprovação de 10% do PIB para a educação dentro do novo PNE (2014-2024) trará recursos adicionais para os ajustes necessários, visando o aperfeiçoamento do PNBE e a formação adequada dos professores atuantes nas B.E's brasileiras.

1.4 A Lei 12.244/10: Análise e Apontamentos

Vários meios de comunicação publicaram e discutiram em 2010, a aprovação da Lei 12.244/10 (Anexo F, p. 217), que tem como objetivo estipular parâmetros que visem a universalização das B.E's no Brasil. Essa Lei foi aprovada no dia 24 de maio de 2010, com vigência a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, em 25 de maio do mesmo ano.

Faz-se importante dentro desta pesquisa, a análise e discussão de tal legislação, devido aos impactos diretos que a mesma poderá trazer aos municípios,

estados, escolas, B.E's já existentes e para as futuras B.E's. Por estar diretamente ligada ao meu objeto de estudo, se torna pertinente e oportuna a sua discussão.

De acordo com Brasil (2009), a Lei 12.244/10 tem suas bases firmadas no projeto de Lei 324/09, do deputado federal Lobbe Neto (PSDB-SP), tendo como seu relator o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), nela ficou estabelecido o prazo de 10 (dez) anos para que as instituições se ajustem a ela, o que coincide com o último ano de vigência do FUNDEB (Fundo que financia a manutenção e desenvolvimento da educação em estados e municípios brasileiros), assim, caso este fundo não seja prorrogado, os municípios ficarão descobertos de fontes de financiamentos e dificilmente poderão fazer os ajustes necessários para uma política municipal de B.E. Vale lembrar que a Lei 12.244/10 atende a uma antiga reivindicação de bibliotecários e movimentos educacionais que visam uma política mais consistente para a B.E no Brasil.

Essa legislação possui quatro artigos com conteúdo que demandam debate. Desta forma, procurarei fazer uma análise de cada um desses artigos, por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando material escrito e em meio digital.

No artigo primeiro, Brasil (2010) determina que: “As instituições de ensino público e privado de todos os sistemas de ensino do país contarão com bibliotecas, nos termos desta lei”. Evidencia-se por meio deste artigo que o governo apresenta sinais da necessidade e importância de se ter o espaço da B.E em todas as instituições de ensino do país, importância essa, que remetem as ideias de Campello (2008, p.11). Para ela,

A biblioteca escolar é, sem dúvida, o espaço por excelência para promover experiências criativas de uso de informação. Ao reproduzir o ambiente informacional da sociedade contemporânea, a biblioteca pode, através de seu programa, aproximar o aluno de uma realidade que ele vai vivenciar no seu dia-a-dia, como profissional e como cidadão.

Nota-se por meio da citação, a importância e os benefícios que a B.E pode proporcionar à comunidade e à sociedade em geral, deste modo, é possível afirmar que o artigo primeiro, teoricamente, proporcionará grandes benefícios a toda população, porém, é relevante levantar alguns questionamentos a seu respeito.

Segundo Macedo (2005), em nosso país existem mais de 300 mil escolas públicas e privadas e a grande maioria sem B.E. Ainda, conforme o mesmo autor, há

uma valorização, um pouco mais visível, às B.E's dentro das escolas particulares. Diante dessa realidade indaga-se: Será que o poder público, seja na esfera municipal, estadual ou federal, executará políticas eficientes para a implantação e construção desses espaços em todas as escolas do território nacional? Os pequenos municípios, localizados nas regiões mais distantes e isoladas desse país, terão ajuda dos governos para o cumprimento do artigo primeiro?

Esses questionamentos me conduzem a Silva (1995), quando afirma que a contradição fundamental na questão do acesso ao livro no Brasil diz respeito ao grande distanciamento existente entre o discurso laudatório sobre a importância de políticas de incentivo a leitura e as condições concretas de sua produção vividas pelos estudantes brasileiros. Por fim, resta a expectativa e a iniciativa de cobrarmos dos órgãos competentes o devido cumprimento deste artigo.

No artigo segundo da Lei 12.244/10 (BRASIL, 2010), é apresentado o conceito de B.E, ou seja: “[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. Fica evidente que esse conceito presente na lei se assemelha aos apresentados por meio de documentos institucionais como, por exemplo, o Manifesto da Unesco/Ifla para a B.E (1999). Porém, é necessário ressaltar que além dos suportes documentais, outras atribuições devem estar presentes na B.E, tais como o desenvolvimento do acervo, tendo como objetivo torná-lo cada vez mais acessível aos usuários; ser um espaço de desenvolvimento de coleções, como questão de suma importância na dinamização pedagógica inerente ao currículo e as perspectivas da escola. Tais anseios para a B.E corroboram com Campello (2008), quando afirma que a coleção constitui a base para a aprendizagem questionadora e crítica.

O parágrafo único, do artigo segundo, dessa lei afirma que:

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Por meio desse parágrafo, é possível notar que o livro é o único suporte documental exigido para se ter nas B.E's, enquanto materiais videográficos,

documentos para pesquisa e outros mais não são citados no parágrafo único do artigo segundo. Outro ponto que merece discussão é o fato de não especificar que tipo de livros deve ser concebido na B.E, o que pode comprometer nos aspectos qualitativos desse acervo. Sabe-se que a formação qualitativa de livros é de fundamental importância no processo de incentivo à leitura e na formação do leitor, o que vai ao encontro da afirmação de Milanesi (2002, p.96), ao advertir sobre a necessidade da qualidade do acervo, sendo que a falta dessa qualidade interfere de forma direta em toda ação cultural desenvolvida pela biblioteca:

Ação cultural não é uma atividade possível de ser desenvolvida se a biblioteca não possuir um acervo onde determinadas informações estejam disponíveis. Para cada atividade cultural é necessário que todos os registros sobre o tema de ação sejam conhecidos. Como ação cultural e criatividade são elementos que se integram, é requisito básico conhecer o que já foi criado numa tentativa de encurtar o caminho entre o já visto e o novo.

Contudo, a valorização apenas do aspecto quantitativo do acervo pode ser totalmente improdutivo para a comunidade escolar, principalmente se a quantidade de 01 (um) livro por aluno for dimensionada por livros didáticos e livros de coleções que devem ser destinados às atividades de classe, ou até mesmo livros com temas e assuntos fora da faixa etária dos alunos.

Dando sequência a análise da Lei 12.244/10, o seu artigo terceiro atesta que:

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada à profissão de bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Sobre esse artigo destacarei dois pontos: o primeiro diz respeito ao prazo estipulado para a concretização da lei, ou seja, que em dez anos todas as escolas do Brasil possuam uma biblioteca, na qual, tenha pelo menos um título para cada aluno. O segundo aspecto é quanto à necessidade de se ter um profissional bibliotecário nas escolas visando a consolidação e a perspectiva Lei.

Com relação ao prazo estabelecido, penso que o problema não se refere ao tempo especificamente, mas ao processo de elaboração de estratégias para sua devida concretização. Isso porque, como dito anteriormente, no Brasil há realidades diferentes

nas diversas regiões e municípios, assim, é preciso pensar como será o suporte aos municípios diante das suas realidades. Isso porque essa realidade vai além da construção de uma sala para funcionamento da B.E; há inúmeras escolas municipais, estaduais e particulares que funcionam em prédios locados, fator que dificulta mais a execução e os trâmites legais para o cumprimento da lei, o que necessitará de ações integradas entre as esferas educacionais públicas (Ministério da Educação, secretarias estaduais e municipais de educação), para fortalecer a execução da lei em casos mais complexos.

Quanto ao segundo ponto, ao abordar a exigência do bibliotecário como profissional habilitado para gerenciar a B.E, faz-se interessante reforçar a importância do profissional bibliotecário, porém, nota-se que a formação desse profissional é mais voltada para os aspectos técnicos e de gerenciamento e organização do espaço da biblioteca, o que é algo extremamente positivo para as B.E's. Todavia, a presença desse profissional pode gerar certa deficiência nos aspectos lúdicos, de contação de histórias e de estratégias de leitura no espaço da B.E. O que me remete a Masetto (2000, PP: 168 – 170), quando aponta algumas características de mediação pedagógica que podem enquadrar na prática das atividades realizadas na B.E:

1. Perceber que o ensino aprendizagem deve ser centrado no aluno e construído em conjunto com ele, para que seja um processo de interaprendizagem;
2. Ser empático sempre, nos momentos de avanços e derrotas, promovendo uma atitude de confiança mútua;
3. Estimular a co-responsabilidade nas ações;
4. Propiciar um clima de respeito entre educadores e educandos;
5. Demonstrar domínio na sua área de conhecimento de maneira que as práticas educativas contribuam com a construção do conhecimento dos envolvidos;
6. Ser criativo e aberto para situações imprevistas, respeitando as diferenças de cada aluno;
7. Estar disponível ao diálogo, se necessário e possível, utilizando-se das novas tecnologias para melhorar essa relação;
8. Estar atento para perceber as reações subjetivas e individuais dos alunos;
9. Cuidar da linguagem, em especial se a comunicação não for presencial, apoiando o aluno na sua aprendizagem.

Fica claro, que além da mediação pedagógica, o profissional responsável pela B.E também é responsável pela mediação da leitura literária, e a mediação da informação, ou seja, uma função que vai muito além dos aspectos técnicos e organizacionais.

Outra questão a ser destacada no artigo 3º, é saber se tem hoje no Brasil, profissionais bibliotecários suficientes para assumir as B.E's em todo território nacional, e se há, vale lembrar que essa categoria tem um piso salarial que deve ser respeitado, onde no estado de São Paulo, por exemplo, segundo o Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo (SINBIESP), em 2012, o piso era de R\$ 2.052,00. Diante disso, indaga-se será que os pequenos municípios terão recursos financeiros para arcar com esse impacto salarial na folha de pagamento? O governo federal, por meio do ministério da educação, auxiliará esses pequenos municípios?

Diante dessas considerações a respeito do profissional bibliotecário, não quero desconsiderar como primordial a inserção da visão especializada e técnica no espaço da B.E, pelo contrário, é uma inclusão que em parceria com o departamento pedagógico pode resultar em grandes benefícios. Contudo, o que levanto no momento são as lacunas deixadas pela legislação, e os eventuais impactos de ordem financeira e didática que a lei, em especial o artigo 3º, podem causar.

Quanto ao artigo 4º, fica reforçado que a lei entra em vigor na data de sua publicação, ou seja, 24 de maio de 2010. Em síntese, verifica-se que a Lei apresenta perspectivas positivas para a B.E no Brasil, mas também algumas deficiências teóricas e propositivas. Penso que a maior deficiência está em não garantir critérios para que seu intento seja efetivamente concretizado no prazo estipulado. Acredito que uma alternativa para sanar essa deficiência seria definir responsabilidades compulsórias no caso do seu descumprimento. Esta não-indicação de responsabilidades no texto do documento causa esse receio.

Na verdade, acredito que a lei de universalização de bibliotecas (BRASIL, 2010) poderia ser mais detalhada no que tange a critérios e penalidades ao não cumprimento da mesma, ao caráter semântico da B.E e de suas funções técnicas, organizacionais, educativas, política, social e pedagógica.

É necessário reconhecer que a Lei 12.244/10 apresenta sinais de mudanças, pois se configura, a meu ver, como uma possibilidade de transformações necessárias para que a B.E mostre sua potencialidade na vida cultural de milhares de alunos em todo país. Portanto, é importante salientar que essa Lei só será reconhecida, se houver, ao longo desses anos, uma continuidade e ampliação das ideias que contemplem a importância da B.E, lembrando que essa mobilização e ampliação das B.E's devem

partir dos nossos governantes, no sentido de fazer cumprir a Lei, além, é claro, de oferecer condições e recursos que viabilizem esse cumprimento. Cabe à comunidade escolar cobrar, visando a consolidação efetiva e prática da Lei 12.244/10 em nosso país.

CAPÍTULO II

AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DE RIO VERDE-GO: HISTÓRIA, LEITURA E INVESTIMENTOS

As B.E's da rede municipal de ensino de Rio Verde se fazem presentes na condição de segmento cultural há mais de 27 anos, o que possibilitou pesquisar e estudar as fontes orais e escritas, que delineiam a composição dos investimentos, das políticas de leitura e a história desses espaços de cultura e apropriação de discursos.

As bibliotecas em estudo neste capítulo situam-se na cidade de Rio Verde-GO, município que ocupa uma área de 8.379,659 Km², na microrregião sudoeste de Goiás, Centro-Oeste brasileiro, localizada a 222 km de Goiânia, capital do estado, e a 445 km de Brasília, capital do Brasil.

Segundo Pires (1998), por volta do ano de 1830, início do século XIX, quando Goiás ainda era constituído de latifúndios improdutivos e muitos espaços vazios, chegaram ao Sudoeste Goiano procedentes de Casa Branca, província de São Paulo, os desbravadores José Rodrigues de Mendonça, sua esposa Dona Florentina Cláudia de São Bernardo e seus oito filhos, residindo em terras às margens do Rio São Tomás, tomando posse das mesmas.

Até a concretização do seu nome atual, Rio Verde recebeu várias denominações: Arraial das Abóboras, Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde pela resolução nº 6, de 05 de agosto de 1848, data em que se comemora o aniversário da cidade e; finalmente, passou-se a chamar Rio Verde, em elevação da condição de vila à cidade, por meio da Lei nº 670 de julho de 1882.

Hoje, a população de Rio Verde é formada por habitantes de várias procedências, migrantes de diversas regiões do país, que se juntaram às famílias pioneiras da região, atraídas pelo desempenho da atividade agroindustrial do município, em que a agricultura, a pecuária e as agroindústrias são os pilares da economia local. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), a população do município é de 202 mil habitantes, sendo que 91% residem na zona urbana e 9% na zona rural.

Em relação ao sistema educacional, a cidade de Rio Verde está constituída enquanto pólo da educação pelas três esferas públicas: federal, estadual e municipal, tendo, conforme dados da Secretaria Municipal de Educação, 4.100 alunos na esfera federal (cursos técnicos e superiores), 18.112 na estadual (6º ao 9º e ensino médio) e 21.658 na esfera municipal (ed. infantil e 1º ao 9º ano). A rede privada de ensino está composta por aproximadamente 10.000 alunos. Ainda no campo educacional, a cidade conta com quatro instituições de ensino superior, que oferecem mais de quarenta cursos, que atendem universitários de Rio Verde e mais 18 cidades vizinhas.

Mediante essas informações é possível notar a força do município de Rio Verde que, de acordo com informações do IBGE (2012), tem um PIB (renda per capita), a preços correntes, na ordem de R\$ 23.571,97, um dos maiores PIB's da região Centro-Oeste, e, arrecadação anual do município, com base no ano de 2014, em torno de R\$ 507.301.995,59 milhões, segundo a Secretaria Municipal da Fazenda (Anexo G, p. 218).

Quanto aos recursos financeiros direcionados à educação municipal em Rio Verde, ainda de acordo com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), o valor estimado oriundo do Fundo Municipal de Educação (FME) para 2014 é de R\$ 60 milhões; e recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), R\$ 134 milhões, totalizando os dois fundos uma previsão de receita na ordem de R\$ 194 milhões voltados para a educação municipal de Rio Verde para 2014.

Dando sequência a esta contextualização, ainda na área educacional, o município possui na rede um total de 71 unidades escolares, incluindo Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI's), Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI's), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF's) e Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental (EMREF's). Dessas 71 unidades, 23 atendem de 1º ao 5º ano, sete atendem de 1º ao 9º ano e duas unidades do 6º ao 9º ano, sendo essas escolas localizadas na zona urbana. Na zona rural, quatro unidades atendem de 1º ao 5º ano e seis do infantil ao 9º ano. Quanto ao número de profissionais que atuam nessas escolas, a rede é composta por 69 gestores escolares e 1288 professores, e somando todos os servidores das diversas áreas que trabalham na educação municipal de Rio Verde, totaliza-se 2.500 funcionários.

Por meio desta contextualização fica evidenciada a importância da cidade de Rio Verde, e a pertinência em se realizar um estudo sobre as B.E's da rede municipal

de ensino, devido ao relevante papel que esses espaços de leitura assumem frente ao número significativo de estudantes e comunidade em geral.

Entendo que conhecendo um pouco da história e do início das B.E's de Rio Verde, terei condições de compreender melhor as práticas de leitura desenvolvidas nesses espaços, bem como as políticas de leitura e os investimentos realizados nestas bibliotecas.

2.1 As Bibliotecas Escolares de Rio Verde: Memória e História

Desvelar um pouco da memória, da história e da identidade das B.E's de Rio Verde-GO, significa buscar em suas raízes o percurso e as pessoas envolvidas nesse processo de inserção da biblioteca no espaço escolar.

As palavras memória e história evocam, ao mesmo tempo, o passado. Contudo, apesar de a matéria-prima comum ser compreensão oposta e difundida entre os especialistas, memória e história não se confundem. Nora (1990) afirma que a palavra memória é vaga e ambígua, mas que sua utilização estratégica pode ser fecunda para a renovação da historiografia. Já Halbwachs (2004) distinguiu dois tipos de memória; a “autobiografia”, pessoal e vivida, que necessariamente sofre influência do meio social, sendo sempre filtrada pelo presente, e a “memória histórica”, passada para o indivíduo pela coletividade. A “memória histórica” se refere a coisas e processos do passado que o sujeito não vivenciou, mas que a partir desse processo, passam a fazer parte da sua história.

Percebe-se que a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, em constante desenvolvimento; já a história, como operação intelectual, dessacraliza a memória. Faz-se importante observar o que Nora (1993, p.9) explica a esse respeito:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é efetiva, e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico.

Fica evidenciado que a história é coletiva e, nela, grupos com suas construções desaparecem para ceder lugar a outros, pois a escrita não os registrou. Assim, de acordo com o exposto, nota-se que a memória e a história têm um papel fundamental na construção da identidade individual e coletiva dos grupos sociais, por isso, baseado nesses conceitos, busquei inserir nesta pesquisa, para uma melhor contextualização, um breve resgate da memória e história das B.E's de Rio Verde-GO.

Esse percurso de reconstrução foi algo extremamente gratificante e desafiador. Logo no início, a grande dúvida foi em relação aos caminhos que iria percorrer na busca deste resgate histórico. O primeiro passo foi a ida à Secretaria Municipal de Educação (SME) de Rio Verde-GO em busca de documentos ou informações de pessoas sobre como e quando teriam sido implantadas na rede municipal de ensino as primeiras B.E's. Mesmo trabalhando na Secretaria de Educação, na coordenação de B.E's, nunca havia me atentado em buscar ou ter conhecimento da história/memória desses espaços de leitura.

Ao chegar à Secretaria Municipal de Educação, conversei com uma funcionária do setor de arquivamento de documentos, sobre o objetivo desta etapa da pesquisa. Ela, educadamente, me disse que não havia no setor nenhuma documentação, ou lei, que fizesse referência à criação das B.E's na rede, ou seja, dentro da SME não havia nenhum documento que oficializasse ou formalizasse a implantação das B.E's. Porém, após certa insistência de minha parte, eu e a funcionária procuramos nos arquivos da Secretaria algum documento ou lei que fizesse referência as B.E's, mas infelizmente nada foi encontrado.

Depois dessa investigação frustrada em busca de alguma documentação que resgatasse a história desses espaços, comecei a perguntar para os funcionários mais antigos da Secretaria, se alguém conhecia como e quando as B.E's haviam sido implantadas na rede; foi quando me indicaram duas pessoas que haviam vivenciado essas implantações, sendo uma delas funcionária com mais de 33 anos de serviços prestados na SME. Hoje, essa pessoa está no setor dos Centros Municipais de Educação Infantil; e a outra é uma servidora que, atualmente, trabalha na biblioteca pública da cidade.

Ao procurar a servidora que trabalha na biblioteca pública, ela me disse que de fato lembrava-se de algumas coisas da época das primeiras B.E's, porém de forma muito superficial, e que não poderia me ajudar muito. Após essa conversa, procurei a outra servidora da SME, que por uma questão de privacidade a chamarei pelo nome fictício de Rosana. Rosana me informou que havia vivenciado esse período de mobilização para instalar nas escolas da rede municipal o espaço da B.E. Desta forma, marquei um horário para que ela pudesse me relatar como havia sido essa implantação.

Ao nos encontrarmos, começamos a conversar a respeito do início dessas bibliotecas, e ela aparentou recordar com clareza, e em entrevista, declarou:

Lembro que na década de 70 e no início da década de 80 não havia biblioteca nas escolas municipais, só a partir de 1983, 1984, que através da professora Selva Campos, que na época era secretária da Educação, que ela se esforçou para começar a colocar nas escolas um lugar para biblioteca. Me recordo que no ano de 1986, três escolas foram as primeiras a terem biblioteca, sendo elas as escolas: Adelor Quintiliano, Olinda Ataydes e Prof. Cesário; porém tudo era muito improvisado, poucos livros, poucas mesas e cadeiras, mas apesar das dificuldades, era o início. (Entrevista, 2013)

Quando a questioneei se essas B.E's, ao serem instaladas, possuíam funcionários responsáveis por esses espaços, ela relatou o seguinte:

Não havia nenhum funcionário específico para as B.E's, quando precisavam fazer alguma pesquisa, os alunos eram levados para a biblioteca, e lá pegavam os livros ou realizavam suas tarefas. Os próprios professores da sala de aula eram quem organizavam o espaço e coordenavam as turmas na biblioteca; tudo de forma bem improvisada, porque não havia cursos de capacitação para esses professores sobre como trabalhar no espaço da B.E. (Entrevista, 2013).

Diante da fala da Rosana, dois aspectos me chamaram a atenção: o primeiro se refere ao fato que no ano de 1986 é que foram instaladas as primeiras B.E's na rede municipal. Nesse ano, a cidade de Rio Verde já tinha, segundo dados do IBGE (2010), mais de 100 mil habitantes, e só então se atentaram para essa necessidade, o que me remete a Silva (1997, p.53), quando destaca que:

Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito [...] Ora, sabe-se que a maioria das escolas públicas brasileiras não possui biblioteca e as que possuem estão em estado calamitoso de funcionamento, seja em nível de organização, seja em nível de atualização de acervos.

Outro ponto que merece destaque na fala da entrevistada, diz respeito à ausência de um professor responsável pelo espaço da B.E, e de cursos de capacitação

para qualificar os professores nas atividades realizadas na biblioteca. Nesse sentido, Carvalho (2008) ressalta a necessidade e importância de um profissional preparado para desempenhar suas funções na B.E, e que esse mediador quando qualificado contribui diretamente para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos alunos. No entanto, percebo que houve, naquele momento, a boa vontade dos professores e a percepção da secretária de Educação sobre a importância de tal espaço. Embora as ações sejam evidenciadas como improvisadas era o começo, tardio, mas, evidentemente necessário.

Com o passar dos anos, a quantidade de B.E's no município foram ampliadas em pequeno número, e com carência de projetos que transformasse esses espaços num ambiente atraente, interativo e genuíno para as crianças e adolescentes que as frequentavam.

No ano de 2009, a quantidade de bibliotecas na rede totalizavam 10 (dez), por isso foi criada pela Secretaria de Educação, uma coordenação específica para trabalhar com as B.E's, no sentido de ampliar seu número, preparar e qualificar profissionais para desempenhar a função de mediador de leitura nas B.E's.

A história das B.E's de Rio Verde-GO evidencia que não houve, do ano de 1986 até 2009, nenhum projeto ou política de leitura impactante, capaz de transformar a biblioteca num espaço diferenciado. Ou seja, de torná-la um ambiente transformador dentro da comunidade escolar, pelo contrário, a visão atribuída era de um local onde haviam muitos livros armazenados, na maioria das vezes aberto somente para as turmas realizarem “pesquisa escolar”, ou atividades quando professores faltavam, ou, até mesmo, um local destinado a alunos indisciplinados, que em muitas situações eram conduzidos para a B.E a fim de passar boa parte do tempo fazendo tarefas repetitivas como forma de punição. A esse respeito, a servidora da SME Rosana conta:

Infelizmente as bibliotecas só eram lembradas quando um professor faltava, isso porque levavam os alunos para lá e eles faziam diversas tarefas repetitivas, a exemplo de cópia de textos sem objetivo específico; ou, às vezes, aqueles alunos mais indisciplinados eram mandados para a biblioteca e tinham que fazer tarefas como forma de punição. (Entrevista – 2013)

Toda essa realidade vai ao encontro de Garcia e Amanto (1998, p.13), que relatam: “A biblioteca é vista muitas vezes como um lugar em que são armazenados

livros para leitura; um lugar destinado a alunos considerados indisciplinados, ou ainda, um lugar de disseminação da informação”.

De 2009 até os dias atuais, existe uma coordenação específica de B.E, e por meio dessa coordenação, alguns projetos e políticas de investimento em leitura foram implantados na rede municipal, porém, ao longo deste capítulo abordarei esses projetos e a ampliação das B.E's de forma mais detalhada.

2.2 As Bibliotecas Pesquisadas: Critérios de Escolha, Localização e Público

É sabido que a B.E é de fundamental importância dentro do sistema educacional de um país, pois, como parte integrante do sistema de informação pode colaborar consideravelmente na formação de novos leitores. Diante disso, entendo que conhecendo como se dá o estímulo, a leitura e os investimentos feitos nas B.E's de Rio Verde-GO, terei condições de levantar propostas significativas no que tange a políticas públicas de investimentos, capacitação profissional e à formação de leitores mediante a B.E. Porém, para se chegar aos resultados desejados dentro desta pesquisa, e ter condições de levantar propostas concretas e teorizadas sobre as B.E's de Rio Verde-GO, foi necessário selecionar utilizando alguns critérios: três bibliotecas da rede municipal, com frequentadores/alunos de perfil e realidades distintas.

Atualmente, das 71 escolas municipais de Rio Verde-GO, 16 possuem B.E's, assim, foram selecionadas três bibliotecas para a aplicação dos instrumentos de pesquisa, onde realizei entrevistas com professoras dinamizadoras⁹ e gestoras escolares¹⁰, além de um trabalho de observação em que foi analisado o espaço da biblioteca, o acervo, o mobiliário, os projetos de leitura e a análise de documentos.

A razão da escolha de três bibliotecas para a aplicação dos instrumentos e para as observações, deve-se ao fato de que a presente pesquisa trabalhou com amostras para os procedimentos de coleta de dados. Tal método vai ao encontro das ideias de Marconi e Lakatos (2009, p. 167), quando afirmam que: “Elaborados os instrumentos de

⁹Na rede municipal de Ensino de Rio Verde-GO, o funcionário responsável pela Biblioteca Escolar é chamado por Professora Dinamizadora.

¹⁰Na rede municipal de Ensino de Rio Verde-GO, é atribuído o termo gestor escolar para o responsável pela escola.

pesquisa, o procedimento mais utilizado para averiguar a sua validade é o teste-preliminar ou pré-teste, que consiste em testar (aplicar) os instrumentos da pesquisa sobre uma pequena parte.” Desta forma, foram elaborados questionários semiestruturados para a realização de entrevistas e coleta de dados nas B.E’s; etapa que, ainda segundo Marconi e Lakatos (2009), exige do pesquisador muita atenção, além de um cuidadoso registro dos dados coletados.

Os critérios para a escolha dessas três B.E’s foram pautados levando-se em consideração o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas, a localização geográfica e os fatores sociais; assim, visando uma melhor compreensão desses critérios, irei detalhar cada um deles.

O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas (INEP) em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), onde por meio da Prova Brasil, escolas e alunos são avaliados. Desse modo, por ser um indicador de desenvolvimento oficial do Ministério da Educação, utilizei essa avaliação como um dos critérios para a escolha das escolas, onde as bibliotecas foram pesquisadas, assim, escolhi três escolas que possuíam B.E e que tinham as melhores notas no IDEB 2012. A escolha das escolas com maior IDEB é porque subentende-se que nessas unidades existam projetos e programas de leituras diferenciados nas B.E’s, por meio das observações, análises e da aplicação dos instrumentos, esses métodos podem ser desenvolvidos nas demais bibliotecas da rede. Nesse sentido, Andrade (2008, p. 14 - 15) destaca que:

Nas avaliações conduzidas pelo Ministério da Educação (MEC) no âmbito do Sistema de Avaliação da educação Básica (SAEB), realizadas junto aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares dos 27 estados brasileiros, a biblioteca não é focalizada em profundidade, mas ainda assim aparece como um dos fatores que contribuiu para o bom desempenho dos alunos, desde que seu acervo apresente bom estado de conservação e que ela conte com equipamentos.

A afirmação da autora comprova a influência e contribuição da B.E para o bom desempenho dos alunos nas avaliações idealizadas pelo governo. Desta maneira, evidencia-se que de forma direta ou indireta, a biblioteca tem participação nos resultados obtidos no IDEB, o que deu embasamento para utilizar este indicador como um dos critérios para escolha das bibliotecas onde a pesquisa foi realizada.

Outro critério utilizado para a escolha dos espaços da pesquisa foi a localização geográfica e os fatores sociais. No intuito de obter uma visão mais ampla das diferentes realidades vivenciadas pelas comunidades escolares, busquei selecionar: a escola com maior IDEB na região central da cidade, onde geralmente estudam crianças com certa estabilidade financeira; outra escola com alto IDEB, localizada em uma região mediana, situada em bairros periféricos, porém perto do centro e; por último, a escola com maior IDEB localizada nas regiões mais carentes da cidade, onde as crianças vivem em vulnerabilidade social.

O critério de selecionar as B.E's levando em consideração a localização geográfica, juntamente com fatores sociais é muito importante. Porque ao realizar dentro da pesquisa uma abordagem sobre as práticas de leitura e investimentos em biblioteca, não se deve fazer dessas práticas culturais, peças motoras para provocar exclusão que, segundo Foucault (2006, p.9), “em uma sociedade como a nossa, conhecemos é certo, procedimentos de exclusão”. Ao contrário, deve ser ponto de reflexão sobre a formação do público leitor que, para Zilberman (2001), não pode ser entendido apenas como quantidade indistinta de gente, mas também enquanto composto por classes sociais diferentes e dotados de interesses e objetivos variados. tal apontamento me reporta a Soares (2000, p.25), quando afirma:

As condições sociais de acesso a leitura em nossa sociedade capitalista são diferenciadas: discriminam-se as camadas populares pelo reforço de sua concepção pragmática da leitura, o que se atribui apenas um “valor de produtividade”, enquanto, para as classes dominantes, ler é proposta de lazer e prazer.

Diante desses fatores, fica evidente a importância de utilizar as diversas realidades geográficas e sociais como critérios de escolha das B.E's que serão pesquisadas neste trabalho.

Embasado nestes critérios de escolha que destaquei, selecionei, após análise de todos os dados, as três escolas municipais de Rio Verde cujas bibliotecas foram pesquisadas. Por uma questão de preservação e privacidade dessas unidades escolares, chamarei-as por meio de nomes fictícios. Assim, as três escolas selecionadas foram: A EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) Machado de Assis, localizada numa região mais centralizada da cidade, com IDEB (2012) 6,2 e 926 alunos matriculados; a EMEF Fernando Pessoa, situada em um bairro mediano da cidade, com IDEB (2012)

6,8, e 351 alunos matriculados; e a EMEF José de Alencar, que fica na periferia, com IDEB (2012) 5,7 e 590 alunos.

Após este processo de escolha, o passo seguinte foi a aplicação dos instrumentos através de questionários semiestruturados, além do trabalho de análise dos projetos de leitura, e também observação dos aspectos físicos e das políticas de investimentos em reforma e ampliação desses espaços, questões que serão abordadas no subitem seguinte. De maneira geral, nos subtítulos a seguir exponho Rio Verde-GO e suas unidades escolares, aprofundando as análises e discussões nas escolas selecionadas e pesquisadas (EMEF's: Machado de Assis, Fernando Pessoa e José de Alencar). Porém, visando facilitar a leitura e a compreensão dos subtítulos seguintes, a tabela abaixo apresenta resumidamente os principais aspectos encontrados nas três B.E's pesquisadas:

Tabela I – Perfil B.E's Pesquisadas em Rio Verde

Escola	Estrutura Física	Mobiliário	Acervo	Organiz. Acervo	Atendimento	Projetos
EMEF Machado de Assis	35 m ² pouca ventilação e boa iluminação	Mobiliário desproporcional ao tamanho das crianças	3.392 livros 926 alunos	Não há critério formal de catalogação	03 manhãs e 02 tardes	Hora do Conto
EMEF José de Alencar	20m ² pouca ventilação e boa iluminação	Mobiliário desproporcional ao tamanho das crianças	500 livros 590 alunos	Não há critério formal de catalogação	03 manhãs e 02 tardes	Hora do Conto
EMEF Fernando Pessoa	35 m ² boa ventilação e iluminação	Estantes com tamanho adequado, mas mesas e cadeiras grandes	3.900 livros 351 alunos	Não há critério formal de catalogação	03 manhãs e 02 tardes	Hora do Conto

2.3 A Estrutura Física e as Políticas de Investimentos em Reforma e Construção de Bibliotecas

A realidade das B.E's brasileiras é caracterizada, de maneira geral, por ínfimos espaços físicos, situados geralmente em locais inadequados, com um mínimo de infraestrutura e recursos humanos sem qualificação específica o que, segundo Silva, (1999) interfere diretamente na formação de leitores e no incentivo à prática da leitura.

Nota-se que, em muitos casos, a biblioteca é reconhecida pela comunidade escolar como um espaço importante. Até mesmo as autoridades de todas as esferas

reconhecem, que a B.E é um ambiente primordial para o acesso à leitura e à informação, porém, o que se percebe, é que embora a importância da biblioteca se apresente com clareza, ainda encontra-se com uma ideia muito vaga por parte das autoridades políticas.

Silva (1995) afirma que muitas vezes o verdadeiro propósito das bibliotecas dentro das escolas não é realizado devido à falta de infraestrutura, espaços pequenos, sem ventilação, com goteiras; e que nos últimos anos, através de manobras ideológicas do poder dominante, as B.E's foram colocadas em segundo plano, ou seja, na condição de “receptáculos passivos” do sistema. Esta afirmativa me remete ao entendimento de que muitas B.E's ainda continuam legadas à condição de “depósito”, como afirma Martins (2002).

Porém, segundo Bakhtin (1999), não há dúvida de que a B.E, quando instalada num espaço estruturado, que proporcione conforto e condições ideais de leitura, torna-se em um dos espaços sistematizados em que o leitor se apropria dos mais variados discursos através da leitura. Nesse sentido, Campello (2012, p.7- 8) ressalta que:

Boas bibliotecas propiciam uma aprendizagem peculiar [...]. É uma aprendizagem em que o estudante constrói seu conhecimento, explorando um vasto repertório de experiências já vividas e registradas por outros, extraindo delas significados e agregando suas próprias experiências.

Por meio da afirmação anterior, é possível perceber o significado da B.E e os benefícios que esse espaço, quando bem estruturado, podem trazer a toda comunidade escolar. Assim, segundo Silva (1995), para que as bibliotecas tenham condições de cumprir seu papel de disseminadora da leitura, é válido que o poder público, em todas as esferas, faça investimentos e dê sustentabilidade para que elas possam exercer de forma significativa, diferenciada e com qualidade seu exercício cultural.

A ausência de investimentos nas B.E's também afeta Rio Verde-GO. Atualmente, a rede municipal de ensino conta com 71 unidades escolares, sendo, 39 de 1º ao 5º ano; das quais, 16 unidades têm espaço da B.E, ou seja, pouco mais de 20% das escolas da rede contam com o benefício de se ter uma biblioteca. Vale ressaltar que havia menos bibliotecas até 2009, quando não tinha na rede municipal uma coordenação específica para trabalhar com as B.E's.

Em 2009, assim que conclui o mestrado em Educação, cujo objeto de estudo foi biblioteca pública, fui convidado pelo então secretário de Educação a assumir uma coordenação para trabalhar com as B.E's, ou seja, seria o início de um trabalho, porque na realidade poucas escolas do município possuíam uma B.E em pleno funcionamento; uma biblioteca com espaço adequado, mobiliário, acervo, funcionários, projetos; isso era praticamente inexistente nas escolas.

Ao assumir a coordenação, um dos primeiros desafios foi localizar as escolas que possuíam o espaço da biblioteca, ou seja, que tinha uma sala que deveria ser B.E, mas que por motivos diversos, esses espaços eram de tudo, menos uma B.E. Após alguns meses de trabalho, consegui identificar dez escolas que tinham uma sala, cujo projeto original era destinado à biblioteca, mas que estavam sendo utilizadas como sala de aula, sala de informática, ou até mesmo depósitos, como as imagens abaixo podem comprovar:



Foto 1: Biblioteca Desorganizada



Foto 2: Biblioteca Depósito



Foto 3: Biblioteca Almojarifado



Foto 4: Biblioteca Depósito

Além da desorganização, nota-se por meio das fotos acima, que estes espaços eram verdadeiros depósitos. Outro aspecto que me chamou atenção nestas salas foi o tamanho, são ambientes pequenos e com pouca ventilação, o que compromete a realização de atividades e projetos na biblioteca.

Em geral, as B.E's do município de Rio Verde-GO, e em especial as três bibliotecas analisadas nesta pesquisa, não foram construídas baseadas em um projeto arquitetônico, que proporcionasse conforto e condições ideais de leitura aos seus frequentadores, muitos destes espaços foram readaptados ou improvisados para se tornarem B.E's, o que resulta em ambientes como o da escola José de Alencar, onde não comporta receber uma sala de aula com 30 alunos devido ao pequeno espaço, assim, algumas turmas são divididas no momento das atividades na biblioteca.

Nesse sentido, Silva (2009, p.119) enfatiza que:

Implantar a biblioteca na escola requer um projeto arquitetônico que possa acomodar uma turma completa, ou seja, em média 35 alunos. A área destinada à biblioteca deve conter, no mínimo, o mesmo tamanho que uma sala de aula, ou seja, 1,2 metros quadrado por aluno, considerando a circulação e a área para o responsável pela biblioteca.

Com base nessa afirmação, percebi que a maioria das B.E's de Rio Verde-GO não possuem um espaço mínimo por metro quadrado por aluno citado, o que compromete a circulação e as atividades promovidas nesses espaços.

A necessidade de novas bibliotecas com ambiente amplo esbarra em um problema que requer uma ação arrojada por parte do poder público em Rio Verde. Isso porque várias escolas da rede funcionam em prédios locados, o que na maioria dos casos impede a ampliação desses espaços e a construção de novas B.E's. Tal fato será um desafio para o município até mesmo para o cumprimento da Lei 12.244/10, já citada no primeiro capítulo desta pesquisa. Por essa legislação todas as escolas até 2020 terão que ter uma B.E. A esse respeito percebi que seria enriquecedor ouvir o secretário de Educação. Após algumas tentativas frustradas de agendamento com o secretário, enfim consegui um horário para que pudesse me atender. Em entrevista por meio de questionário semiestruturado (Apêndice A, p. 230) perguntei se havia algum plano de ampliação das bibliotecas da rede, até mesmo visando o cumprimento da 12.244/10, o secretário respondeu o seguinte:

Muito me estranha a emissão de leis sem citar a origem do recurso, isso é Brasil, esse é o país que nós vivemos; metas ousadas para a educação, e mais ousadas que as metas é o governo não colocar R\$ 1,00, e querer que a gente faça alguma coisa; eu acho isso uma falta de respeito; você está em uma prefeitura, e ter um governo que lhe diz o que você deve fazer, mas não vai te disponibilizar o dinheiro, eu acho isso uma vergonha para o país. Porém, eu penso que para Rio Verde a gente tentará cumprir a Lei, até porque, no meu planejamento estratégico, coloquei a criação e aquisição de acervo para bibliotecas de todas as unidades escolares. (Entrevista, 2013)

Por meio da fala do secretário de educação, fica evidente a crítica com relação à Lei 12.244/10, pelo fato da mesma não citar as fontes financeiras para o seu cumprimento. O que se evidencia neste caso são as esferas governamentais, uma atribuindo a outra as responsabilidades de ampliação e construção de novas B.E's, e, enquanto isso, crianças e adolescente estão perdendo a oportunidade de acesso à leitura, cultura e informação por meio da biblioteca, o que me reporta a Silva (1997, p.63), quando destaca que:

Se o “ler” for tomado como um ato de libertação, como uma atividade provocadora de consciência dos fatos sociais por parte do povo, então é interessante ao poder dominante que as condições de produção da leitura sejam empobrecidas ao máximo, ou seja, que o acesso ao livro e a um certo tipo de literatura (crítica-transformadora) seja dificultado ou bloqueado. Assim, manter ou fazer aumentar a taxa de analfabetismo no país, censurar obras literárias contestadoras [...] sorrir diante do fechamento das livrarias nacionais, forçar o rebaixamento da qualidade da leitura nas escolas, postergar eternamente a implantação de bibliotecas escolares [...] etc, etc, etc, são marcas de uma política que certamente não privilegia a popularização do livro e da leitura em nossa sociedade.

A citação apresenta com clareza os motivos que fazem com que o poder público não invista e não apresente interesses concretos em direcionar recursos para a ampliação de novas B.E's, prova disso é que mesmo diante de vários pedidos vindos de gestores, professores e alunos, solicitando a construção e a ampliação de B.E's em Rio Verde-GO, o poder público sempre demonstrou morosidade no sentido de reverter essa situação nas escolas do município.

Um dado importante a ser destacado são os investimentos em reforma e construção de B.E's executados nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 em Rio Verde-GO, a saber: 05 (cinco) escolas que não possuíam biblioteca, quando reformadas foram contempladas com a construção da B.E, dentre elas a biblioteca da escola José de Alencar. Uma escola nova construída com recursos do governo federal foi entregue com B.E, pois no projeto já contemplava esse espaço e; 03 três bibliotecas foram reformadas

e reativadas no momento em que as escolas passaram por ampliação, incluindo as bibliotecas pesquisadas da escola Machado de Assis e Fernando Pessoa, o que totalizou 09 (nove) bibliotecas novas na rede.

Ao procurar o Departamento de Compras e Finanças da SME para saber os valores investidos nas obras de construção e reforma das B.E's, o departamento me informou que não era possível ter os valores separados, porque eles estavam incorporados nas construções e reformas de todas as escolas. Porém, ao questionar o engenheiro da Secretaria de Educação, responsável pelas obras, ele me contou que os investimentos em reforma e construção de bibliotecas haviam girado em torno de R\$ 150.000,00

Com relação as três B.E's de Rio Verde-GO que foram selecionadas para esta pesquisa, após mais de trinta dias de observação direta nesses espaços, analisei as práticas de leitura, mobiliário, acervo e também o espaço físico, assim, destacarei alguns dados importantes sobre a estrutura física dessas B.E's.

Quanto às condições de acesso às bibliotecas para as crianças, pode-se considerar que são boas, porque as três bibliotecas possuem rampas e plenas condições de acessibilidade. Já o tamanho das B.E's é algo que deve ser repensado e ajustado; o espaço das bibliotecas das escolas Fernando Pessoa e Machado de Assis, têm em média 35 mts², e a biblioteca da EMEF José de Alencar 20 mts²; o que limita significativamente as atividades realizadas nesses espaços.



Foto 5: B.E da EMEF José de Alencar – 20m²



Foto 6: B.E da EMEF Fernando Pessoa – 35m²



Foto 7: B.E EMEF Machado de Assis – 35m²

Essa realidade me remete a Silva (2009, p.119), quando descreve que:

Em geral, as bibliotecas escolares brasileiras estão dispostas em espaços que não oferecem segurança e conforto para receber pelo menos uma turma de alunos, pois o ambiente é pequeno, o mobiliário está incompleto, sendo composto pelas sobras de outras salas da escola. Além disso, a iluminação não é boa e a ventilação revela-se precária, uma vez que tudo foi improvisado desde o começo, sem planejamento para criação de um espaço adequado. Por isso, é necessário que se estabeleçam parâmetros mínimos para se estruturar a biblioteca escolar.

Outros pontos analisados nessas três bibliotecas, diz respeito à ventilação, a iluminação e o nível de ruído. Quanto à ventilação, as bibliotecas das escolas José de Alencar e Machado de Assis se apresentaram espaços bem quentes e com pouca ventilação, principalmente no período da tarde, quando o sol reflete nas janelas dessas salas, o que torna esses ambientes bem quentes. Já a biblioteca da escola Fernando Pessoa se mostrou um espaço com temperatura mais amena, porém, nenhuma dessas três bibliotecas possuem ar condicionado e somente em uma há ventilador; essa realidade compromete as atividades realizadas no período vespertino. Já a iluminação das bibliotecas se encontra em conformidade, até porque a maioria dos trabalhos realizados nessas B.E's acontece no período diurno.

Quanto ao ruído nesses espaços, notei que a biblioteca da escola José de Alencar foi construída bem próxima à divisa de um muro, que é em frente a uma rua muito movimentada, inclusive com linha de ônibus urbano, há momentos que o barulho é ensurdecedor, o que dificulta muito na hora das atividades e da leitura individual. Já na escola Machado de Assis, a biblioteca é bem próxima à cantina da escola, e há muito

barulho e um cheiro constante de alimentos, o que também não deixa de ser um fator prejudicial para a prática da leitura. Na Fernando Pessoa, a biblioteca fica na entrada da escola, próximo a secretaria e a sala da gestora, isso gera muito barulho e grande movimento de pessoas na porta da B.E, tirando a atenção das crianças na hora das atividades. Em suma, nenhuma das bibliotecas pesquisadas está em um local tranquilo tanto para as atividades de mediação, quanto para a leitura silenciosa, quando leitor e livro se encontram.

No momento que realizei as observações nas B.E's fui preenchendo o questionário de observação de B.E (Apêndice B, p. 232) ,em que 36 questões foram analisadas, abordando desde a estrutura física, passando pelo acervo da biblioteca até os aspectos pedagógicos realizados no espaço da B.E. Assim, ao observar como que se encontrava a infraestrutura de toda a escola, percebi que nessas três unidades pesquisadas em Rio Verde-GO a infraestrutura é muito boa, tendo nas três escolas: quadras poli esportivas, banheiros em excelente estado de conservação, inclusive com piaas em pedra e cuba, cantinas muito bem estruturadas, todas revestidas em azulejo até o teto. Todas as três escolas possuem salas de informática, com computadores de última geração e espaço climatizado com ar-condicionado, carteiras das salas de aulas novas e de material de primeira qualidade, além de todas as unidades possuírem equipamentos como data-show, net-book's, câmera fotográfica digital e algumas salas de aula também climatizadas

Todas as benfeitorias presentes nestas escolas contribuem diretamente no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e são extremamente importantes para o avanço da educação. Porém, o que se percebe é que, em muitas situações, uma atenção maior é dada aos outros departamentos da escola, e os investimentos no espaço da B.E não acompanham o mesmo ritmo de benfeitorias feito em outros setores. Nota-se, na maioria das vezes, que os benefícios destinados às B.E's se limitam a compras resumidas de livros, e a estrutura física da biblioteca e a figura do mediador ficam a mercê, como se esse espaço não pertencesse à escola. Nesse sentido, Arena (2009, p.180) afirma que:

No Brasil, as políticas públicas [...] destinam recursos para a compra e distribuição de livros de literatura nas escolas, mas duas outras situações não são contempladas: nenhuma atenção é dada para os poucos educadores de biblioteca, nem para os espaços físicos da biblioteca.

Assim, de acordo com o que foi exposto, fica claro a importância de uma política mais efetiva voltada para a construção, reforma e ampliação das B.E's de Rio Verde-GO, até porque, além das bibliotecas pesquisadas, existem outras em estado de conservação bem piores, além, é claro, das escolas que nem possuem o espaço da B.E, lembrando que em Rio Verde-GO a maioria das escolas está desprovida desse ambiente.

2.3.1 A Biblioteca: Mobiliário e Equipamentos

Quando se fala em infraestrutura de B.E não se pode esquecer do mobiliário e dos materiais que dão suporte a esse ambiente. A questão do mobiliário que é utilizado pelos frequentadores da biblioteca não pode ser tratada fora de um contexto de aprendizagem, e, também, é importante ser visto como um fator diretamente ligado ao conforto e a saúde dos alunos.

Muito embora os designs dos móveis das B.E's tenham particularidades técnicas e critérios específicos, é salutar que esse assunto esteja inserido num âmbito maior. É interessante compreender e analisar as mais diversas questões do espaço da biblioteca para estabelecer as relações da importância de se ter bons mobiliários, levando em consideração os critérios pedagógicos, ergonômicos e tecnológicos. Afinal, o mobiliário existente em uma biblioteca é elemento de apoio ao processo de ensino, e é notório, conforme Caldeira (2008), que o conforto físico e psicológico dos alunos influencia diretamente no rendimento das atividades realizadas nesse ambiente de leitura e informação:

A preocupação em oferecer ambiente acolhedor, de forma a reforçar o prazer de ler, levou à criação, nas bibliotecas, de espaços aconchegantes, visando especialmente a atrair crianças menores que se encontram na idade de descobrir o gosto pelas histórias contadas ou lidas pelos adultos. Tapetes, almofadas, móveis coloridos, decoração alegre formam ambientes descontraídos que, cercados de muitos livros bem selecionados, de fácil acesso e expostos de forma atraentes, sem dúvida contribuem para despertar e manter um comportamento positivo da criança com relação à leitura. (CALDEIRA, 2008, p.48)

Fica evidente que os critérios didáticos atuais apontam para um ambiente na B.E, em que a mobilidade dos móveis, o seu conforto e sua organização são fundamentais no processo de formação de leitores, afinal, segundo Kuhlthau (2009), as

habilidades para usar a B.E e os recursos materiais não são aspectos isolados do projeto pedagógico da biblioteca.

Nas três B.E's pesquisadas em Rio Verde-GO, observei que alguns critérios não foram levados em consideração no momento da aquisição dos mobiliários. Ao aplicar o questionário de observação referente ao espaço físico e composição dos móveis existentes nas bibliotecas, percebi que não havia mesas e nem cadeiras compatíveis com o tamanho das crianças em nenhuma das três bibliotecas em estudo, ou seja, são mesas e cadeiras grandes e altas, o que dificulta o seu uso. Prova disso é que as crianças ficam com as pernas no ar devido à altura das cadeiras, e também têm dificuldades para conciliar o uso de cadeira e mesa, porque o tamanho é desproporcional à estatura das crianças.



Foto 8: Cadeiras com tamanho desproporcional para crianças

Por meio dessa imagem é possível notar o desconforto e a desproporção do móvel e seu usuário. Nesse sentido, o FUNDESCOLA – MEC (1999, p.15), mediante a publicação de um caderno técnico sobre mobiliário escolar, alega que:

É fundamental o estabelecimento de critérios relativos à altura do assento, ao encosto, aos ângulos e às dimensões de cadeiras. Cadeira e mesa constituem um todo antropométrico, devendo ter obrigatoriamente suas medidas relacionadas. O crescimento do corpo humano processa-se segundo uma ordem complexa: cabeça, tronco e membros desenvolvem-se gradualmente [...] Recomenda-se a adoção de tamanhos diferentes de cadeiras e mesas, pequeno médio e grande, a fim de que sejam atendidos os requisitos básicos de postura para a realização das diversas atividades, por parte de alunos de diferentes estaturas.

Nas três bibliotecas pesquisadas em Rio Verde-GO, e nas demais bibliotecas da rede, todas as mesas e cadeiras foram adquiridas em tamanho grande, o que é incompatível para os usuários que frequentam esses espaços, uma vez que são crianças na faixa etária de 06 a 10 anos. A altura do mobiliário, com certeza, influencia no prazer da prática da leitura, nesse sentido Manguel (1997, p. 177) destaca que:

[...] não somente determinados livros exigem um contraste entre conteúdo e ambiente; há os que exigem posições diferentes de leitura, posturas do corpo do leitor que, por sua vez, exigem locais de leitura apropriados a essas posturas. [...] Com frequência, o prazer derivado da leitura depende em larga medida do conforto corporal do leitor.

Outro elemento básico para compor o mobiliário de uma B.E são as estantes onde o acervo é acondicionado. Nas bibliotecas em estudo pude constatar que no mesmo espaço existem vários tamanhos, modelos e cores de estantes, e não há um padrão de tamanho e nem um lugar estratégico para colocá-las, visando o aproveitamento da área interna. Assim, encontrei nas três bibliotecas pesquisadas estantes acessíveis às crianças, onde elas têm condições de escolher um livro, porém, há estantes que são altas, e, além disso, estão com excesso de peso, o que danifica o mobiliário, coloca em risco os usuários da B.E e impossibilita o acesso das crianças aos livros.



Foto 9: B.E Machado de Assis excesso de livros



Foto 10: B.E Fernando Pessoa altura ideal

Por meio das fotos 9 e 10, evidencia-se duas realidades bem distintas em uma mesma rede de ensino, nota-se a ausência da padronização dos mobiliários, e até

mesmo um trabalho no sentido de organizar melhor o acervo. A esse respeito, Lopes (1998, p. 37) recomenda que:

As estantes devem acompanhar as paredes para melhor se aproveitar a área central. Recomenda-se que tenha a altura máxima de 1,80 m. Convém que as prateleiras sejam modulares para que se adaptem ao tamanho dos livros. Quanto à profundidade, 30 cm é uma boa medida.

Em se tratando de B.E's que atendem um público de alunos entre 06 e 10 anos, acredito que o ideal seja a padronização das estantes em 1 metro de altura, o que facilita no processo de escolha e apreciação dos livros.

Outro aspecto que analisei por meio das observações, diz respeito à zona informal, que são espaços destinados à contação de histórias de forma mais descontraída e lúdica, um espaço dentro da B.E com almofadas, cestos, varal, data-show e demais equipamentos. Nas três bibliotecas em estudo, há ausência desses materiais, e, em nenhuma delas, há tapetes emborrachados, almofadas, baús, data-show e nem computador de uso exclusivo da B.E.

A ausência desses materiais e equipamentos limita as possibilidades de atividades e estratégias no espaço da biblioteca. É preciso reafirmar que a implantação e o investimento na aquisição de materiais para a zona informal entusiasma os pequenos leitores, tornando a B.E num ambiente ainda mais atraente e lúdico. Nesse sentido Lopes (1998), afirma que para envolver o leitor através de atividades variadas e lúdicas, é interessante que se tenha na biblioteca mais que mesas, cadeiras e estantes, é válido que se tenham materiais que possibilitem a interação entre livro e leitor; ainda segundo o mesmo autor, um espaço lúdico e equipado, envolve e contextualiza as leituras realizadas.

Diante da realidade encontrada referente aos mobiliários e aos equipamentos das B.E's trabalhadas nesta pesquisa, achei pertinente procurar o setor de finanças da Secretaria de Educação, a fim de saber quais foram os valores investidos em mobiliário do ano de 2009 até 2012. Isso porque, como apontado anteriormente, antes de 2009, não havia uma coordenação específica para bibliotecas, e as poucas que funcionavam, eram desprovidas de qualquer tipo de investimento.

Segundo o setor de finanças, os valores investidos¹¹ para a compra de mobiliário nesse período, ficaram de acordo com a nota de empenho (Anexo H, p. 222) em R\$ 4.680,00; lembrando que esses valores não se referem a investimentos somente nas três bibliotecas pesquisadas, mas são referentes a todas as B.E's em funcionamento na rede. De acordo com as gestoras das escolas, as próprias unidades por meio de campanhas junto à comunidade ou até mesmo através de verbas próprias, também já adquiriram algum tipo de mobiliário para as B.E's visando à melhoria desses espaços.

Evidencia-se, assim, a importância de uma política de investimentos em mobiliários de forma planejada, padronizada e com valores mais significativos, e que contemple de forma eficaz todas as B.E's da rede municipal de Rio Verde-GO.

2.3.2 O Acervo: Investimentos, Critérios para Aquisição e Qualidade

Compreende-se que o acervo são todos os documentos que, juntos, formam uma coleção. Porém, é importante destacar que uma coleção de livros no original em inglês, por exemplo, é considerado acervo para uma biblioteca universitária, mas não são livros ideais para uma B.E; afinal, na B.E, as fontes são diversas levando-se em consideração a multiplicidade de usuários existentes.

Dentre as diversidades de materiais e acervo, penso que seja enriquecedor identificar os que mais se aplicam em uma B.E. Haum (2009) apresenta algumas fontes que podem compor esse acervo, tais como livro de literatura infantil, literatura infanto-juvenil, literatura brasileira e estrangeira, livros paradidáticos¹², livros de conhecimento específico, histórias em quadrinhos, periódicos, documentos não-convencionais¹³ e livros de referência¹⁴. Além dessas fontes bibliográficas, existem as fontes não-bibliográficas que também podem compor o acervo das B.E's, que são DVD's, Cd's, fotografias, desenhos, atlas, mapas, globos, esculturas, brinquedos pedagógicos, animais empalhados, fantoches, entre outros. Ainda, segundo Haum (2009), cabe à B.E, de acordo com a proposta político pedagógica da escola, e conforme os recursos

¹¹É importante salientar que esses recursos, de acordo com a nota de empenho anexada nesta pesquisa, foram oriundos do Fundo Municipal de Educação (FME)

¹²Obras de caráter informativo com textos atraentes e linguagem clara.

¹³São documentos distribuídos fora do circuito comercial.

¹⁴Obras contendo assuntos gerais com objetivo de auxiliar a pesquisa de usuários.

orçamentários, adquirir diferentes tipos de obras literárias e demais materiais informacionais aptos a atender a demanda escolar.

Em Rio Verde-GO, por meio das observações realizadas nas bibliotecas em estudo, foi possível obter informações pertinentes quanto ao acervo existente nesses espaços, e as políticas de investimentos para a aquisição de livros.

Ao adentrar numa biblioteca, antes mesmo de manusear as obras, a primeira imagem que se tem é da quantidade de livros no ambiente. Nas três B.E's pesquisadas, a quantidade de livros existente em cada uma delas é a seguinte: a escola Machado de Assis tem um acervo composto por 3.392 livros; na escola Fernando Pessoa, aproximadamente 3.900 e; na José de Alencar, um acervo de quase 500 obras. Vale lembrar que 90% desses livros foram adquiridos há menos de cinco anos, sendo uma parte por meio de compra direta, e outra parte através dos programas governamentais como o PNBE.

Em relação à qualidade dos livros, verifiquei que existem obras excelentes nas B.E's, tais como clássicos da literatura, livros de poesia e imagem, livro brinquedo, livros com temas da literatura regional, que podem levar o leitor a apropriação de discursos variados. No entanto, é importante destacar que há nas B.E's uma quantidade significativa de livros cujo conteúdo se limita a inculcar valores moralizantes nas crianças, pois são livros excessivamente didáticos que impõem padrões. Tal observação remete a Perroti (1986, p.117), quando assevera que:

O discurso utilitário procurou sempre oferecer a crianças e jovens atitudes morais e padrões de conduta a serem seguidos, ordenando os elementos narrativos em função de tal finalidade exterior. Tais atitudes e padrões, evidentemente, inseriram-se na ordem da sociedade que os promoveu, uma vez que tal discurso buscou não somente adaptar a criança e o jovem à vida social, mas adaptá-la a um determinado modelo social: o burguês.

Diante dessa realidade, nota-se o cuidado para compor o acervo de uma B.E. Afinal, é importante que ela atenda as necessidades culturais, informacionais, educativas e de lazer dos alunos. Assim, tendo em vista o perfil bastante heterogêneo do público da biblioteca, é interessante estabelecer critérios que possam servir de orientação na formação do acervo. Dessa forma, dotar o acervo das contribuições mais significativas das diversas áreas do conhecimento, bem como de autores representativos

no campo das ideias e da literatura, corrobora para se ter um local com livros que ampliem os sentidos e subvertam a uma ordem conceitual.

Contudo, para se obter livros de qualidade e que levem, segundo Bakhtin (1999), o leitor a um verdadeiro processo de interação verbal e social que se materializa em enunciações, é necessário que haja critérios para a aquisição desse acervo. Em Rio Verde-GO a aquisição de livros é feita geralmente pelas próprias unidades escolares, elas têm a liberdade de escolha no momento da compra do acervo e, pude notar que não existe nenhum critério no sentido de analisar o conteúdo das obras, os autores, e se esses livros caminham na mesma direção do projeto político pedagógico da escola. O que percebi é que muitas obras são selecionadas e adquiridas, limitando-se apenas na análise das ilustrações, da qualidade do papel, da capa e não se leva em consideração o texto, o enredo e a temática do livro.

Assim, diante da importância de critérios bem definidos para a compra de livros, Abreu (2008, p.30) enfatiza que:

A coleção da biblioteca não é conjunto de materiais reunidos aleatoriamente e sem nenhum propósito. Para constituir um recurso didático eficiente, o acervo da biblioteca tem que ser formado e desenvolvido com critério, levando-se em conta o projeto pedagógico da escola e o contexto em que esta se insere.

O estabelecimento de critérios para a seleção de livros é uma tarefa bastante difícil, e que deve levar em consideração aspectos relativos a cada B.E e a cada comunidade. O acervo deve ser escolhido a partir das necessidades de informação e de formação, deve, também, apresentar uma diversidade de tendências, formas, gêneros e oferecer ao usuário a oportunidade de vários pontos de vista.

Evidencia-se que os critérios de compra de livros para as três bibliotecas pesquisadas não estabelecem prioridades com relação à seleção, aquisição e avaliação do material que irá compor o acervo das B.E's. Prova disso é que presenciei, nas três escolas em estudo, a compra de livros via telefone, ou seja, muitas distribuidoras vendem coleções fechadas, com livros, autores e temas diversos. As três escolas adquirem esses materiais sem ao menos manusear ou analisar as obras que estão adquirindo, o que comprova a ausência de um processo rigoroso para a composição do acervo das B.E's.

Essa ausência de critérios compromete a qualidade das obras das três bibliotecas, e isso é algo muito sério em decorrência de que se ceifa dessas crianças a oportunidade de acesso a obras com padrão de excelência, com temas e assuntos que poderiam fazer diferença na sua caminhada como leitor. O mais grave é que a maioria dessas crianças tem a B.E como único meio de acesso a livros e à literatura. Sendo esta a realidade, é necessário proporcionar a esses pequenos leitores a garantia de contato com livros de qualidade, e quanto a isso, Paiva (2009, p. 142) afirma o seguinte:

Em decorrência dessa situação de desigualdade [...] a primeira garantia que se deve ter, portanto, é a de acesso, a possibilidade de o aluno/ a criança poder olhar e manusear esse objeto (o livro), [...] pela constituição de espaços literários (bibliotecas bem organizadas e equipadas com acervos atualizados e de qualidade).

Vale destacar, que o acesso a obras atualizadas e de qualidade esbarra no pouco investimento por parte do poder público na compra de livros. Exemplo disso é que grande parte do acervo das B.E's de Rio Verde-GO foi adquirido com recurso das próprias unidades escolares, com dinheiro proveniente de verbas, cujos valores são bem reduzidos e limitados.

Com o objetivo de ter uma visão mais detalhada dos recursos recebidos pelas escolas pesquisadas, procurei o Departamento de Finanças da Secretaria de Educação e obtive os seguintes dados referentes às verbas do Programa Dinheiro nas Escolas Municipais (PDEM¹⁵). A escola Machado de Assis recebe uma verba anual de R\$ 9.357,80 para arcar com grande parte das despesas escolares, a escola José de Alencar R\$ 9.244,40 e a Fernando Pessoa R\$ 4.252,80, esses valores são baseados na quantidade de alunos existentes em cada escola, e são repassados em quatro parcelas durante o ano. Diante desse cenário, as gestoras escolares garantem que não sobrem quase nada para se investir na compra de livros para as B.E's.

Quanto ao poder público municipal, através das experiências que vivencio na Secretaria de Educação, posso afirmar que existe resistência e certa morosidade para se investir em bibliotecas e, sobretudo para compra de livros. De acordo com nota fiscal de empenho (Anexo I, p. 223), os investimentos em compra de livros específicos para as

¹⁵Com os recursos do PDEM, as escolas devem arcar com as seguintes despesas: material de expediente, material de limpeza, manutenção predial, serviços gerais, compra de material pedagógico, livros para biblioteca, e eventuais despesas; lembrando que esses recursos são municipais, não inclui o PDDE, que é um programa do governo federal, que repassa verbas para a merenda escolar.

B.E's giraram em torno de R\$ 30.552,85, referente aos anos de 2010, 2011 e 2012. Penso que para um município que tem uma arrecadação anual acima de 500 milhões de reais, os valores destinados a livros específicos para as B.E's são muito pequenos, e refletem o pouco investimento nessa área. Essa realidade me reporta a Freire (1992, p.35) que pontua:

A forma como atua uma biblioteca, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior [...] tem que ver com técnicas, métodos, previsões orçamentárias, pessoal auxiliar, mas, sobretudo, tudo isso tem que ver com uma certa política cultural.

Chartier (1998) descreve a biblioteca ideal. Para ele, “Quando sonha uma biblioteca ideal, o seu desejo é ver reunido o máximo de conhecimentos em um espaço delimitado” (CHARTIER, 1998, p. 118). No entanto, diante do que Freire (1992) descreve a respeito da constituição do acervo das bibliotecas, fica evidente que para se alcançar a tão sonhada biblioteca ideal de Chartier, é interessante a existência de uma política cultural, para que se veja a importância de investimentos maciços no acervo das B.E's, pois, a B.E, quando bem estruturada, possui dinamismo e flexibilidade para o acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Assim, o desenvolvimento do acervo deve, também, se adaptar às mudanças ocorridas no ambiente escolar, daí mais um motivo para se ter uma política cultural no sentido de se investir em livros para as B.E's.

2.3.3 A Organização e a Conservação do Acervo

A distribuição do acervo no espaço da B.E, quando bem organizado, facilita o acesso à consulta do usuário, e promove a preservação dos materiais que os constituem. Desta forma, analisar se as obras estão devidamente acondicionadas e armazenadas nas estantes é importante para proporcionar aos leitores o manuseio correto e facilitar o processo de busca de livros. Diante disso, é importante realizar periodicamente o controle físico do acervo através de inventários, provenientes da avaliação da coleção, que possam diagnosticar a situação dos livros dentro da B.E.

Além da organização do acervo, é interessante que existam procedimentos que visem a preservação dos livros. Daí a necessidade de verificar se o local em que a biblioteca se situa é adequado para a guarda e conservação das obras, não apresentando fendas ou aberturas que possam proporcionar infiltrações e abrigar insetos ou roedores tanto nas áreas internas, como externas da B.E; além de procedimentos que instruem os usuários quanto à conservação e manuseio dos livros.

Diante da importância de se ter um acervo devidamente organizado e preservado, observei como se encontrava, nas bibliotecas pesquisadas em Rio Verde-GO, o estado de guarda e conservação das obras. Afinal, organizar e preservar o acervo resguarda o espaço da B.E enquanto estrutura dinâmica, e contribui para o desenvolvimento desse ambiente.

Nas três B.E's em estudo, percebi que as condições de organização e localização das obras precisavam de ajustes, isso porque evidenciei que a distribuição dos livros nas estantes não obedecia aos critérios relacionados ao interesse das diferentes faixas etárias, volume de texto e quantidade de ilustrações. Ou seja, os livros não estão organizados em áreas distintas, e não existe nenhum critério formal de catalogação das obras. De maneira geral, os livros são organizados nas estantes usando como critério o gênero das obras, porém, não existe nenhum programa de computador ou livro tombo que auxilie na catalogação e localização desse acervo.

No processo de organização, outro fator fundamental diz respeito à localização do acervo. Como mencionado anteriormente, há bibliotecas que as estantes não são apropriadas para crianças, e, constatei que muitos livros de literatura infantil se encontravam acondicionados em prateleiras muito altas. Nesse sentido, Nery (1998, p. 56) destaca a necessidade de se ter na biblioteca escolar: “Estantes baixas ou, pelo menos, ao alcance dos menores [...] Estantes com livros divididos por assunto ou por interesse”.

Diante dessa realidade, nota-se que muitas vezes priva-se das crianças o contato com o acervo, e a oportunidade de escolher nas estantes o livro que mais lhe agrada. Ademais, o fato da criança localizar uma obra de seu interesse na biblioteca lhe proporciona satisfação e confiança, o que vai ao encontro da proposição de Kuhlthau. Segundo ela (KUHLETHAU, 2009, p.107), é preciso que a disposição e localização do acervo

Desenvolva nas crianças a confiança em sua habilidade de localizar materiais. Elas tornam-se menos confiante quando não conseguem localizar o material rapidamente [...] Caso tenham sucesso na busca de materiais, desenvolvem autoconfiança e atitude positiva com relação à habilidade de usar a biblioteca.

Fica evidente que o acesso das crianças aos livros nas prateleiras da biblioteca vai muito além da localização, mas envolve autoconfiança e passa ao aluno a certeza de que ele possui habilidades e competências para usar com segurança a B.E, daí a necessidade do acervo estar sempre organizado e em plenas condições de acesso para seus usuários.

Outro aspecto observado durante a aplicação dos instrumentos foi quanto à conservação do acervo. Percebi que os livros não são submetidos a nenhum cuidado de conservação, ou seja, não são encapados e nem cartonados. Dessa forma, o desgaste da capa e das páginas ocorre com mais rapidez, o que compromete a vida útil do acervo, principalmente, quando são emprestados, porque são transportados em mochilas e, caso não estejam encapados ou cartonados, estarão sujeitos a se danificarem com mais facilidade. Segundo as responsáveis pelas B.E's, o que elas fazem para tentar conservar o acervo é um trabalho de conscientização junto aos alunos, avisando-os diariamente da importância de se cuidar bem dos livros. A esse respeito Silva (2009, p. 133) afirma o seguinte:

Nesse contexto, o aluno precisa ser informado dos procedimentos para o empréstimo, do cuidado e manutenção do acervo emprestado, entretanto, deve-se evitar exageros na recomendação, pois muitas crianças desistem de emprestar o livro com medo de perdê-lo e não ter como fazer a reposição.

Nos procedimentos de empréstimos de livros em Rio Verde-GO, as B.E's alertam os alunos e os responsáveis de que no caso de perda do livro, o leitor deverá ressarcir a B.E com outro livro igual ao que foi perdido, o que nem sempre conseguem. Deve-se ter cuidado com essas regras nas B.E's para que elas não se tornem um mecanismo de cerceamento, isso porque presenciei em uma das visitas na biblioteca da escola Machado de Assis, uma aluna que estava tentando pegar um livro emprestado, porém foi impedida, pois no último empréstimo feito por ela, houve atraso de uma semana na devolução do livro e, de acordo com as regras da referida biblioteca, quem atrasa na devolução fica o mesmo período do atraso sem poder fazer empréstimos de livros.

Também pude observar que para certas coleções de livros há um cuidado exagerado em mantê-los conservados, livros que os alunos não podem pegar emprestados, e que somente a responsável pela B.E pode manuseá-lo na Hora do Conto. Isso porque, segundo as responsáveis, trata-se de livros caros. E o que mais me chamou a atenção, é que para esses livros há até um pedestal onde eles ficam expostos. Assim, segue abaixo imagem de livro “intocável” pelos alunos que fica em local de veneração:



Foto 11: Livro “Intocável” pelos alunos

Essa blindagem ao livro, me remete a Cavallo e Chartier (1998, p.199-200), quando retratam que:

Entre os preceitos de moral religiosa dos pietistas da região do Reno, encontramos uma seção inteira de uns sessenta parágrafos dedicada à maneira de tratar os livros: como conservá-los colocando-os “numa bela e decorosa arca”, como não estragá-los e assim por diante. São todos testemunhos do desenvolvimento de uma sensibilidade em relação ao livro visto como um objeto de uso, certamente digno do maior respeito, porque contém a mensagem divina, mas também porque é extremamente caro e de difícil acesso aos menos abastados. Porém, ao mesmo tempo, são também testemunhos de uma tomada de consciência da necessidade de remediar essa dificuldade e de tornar o livro acessível a todos.

As B.E's, quando dinâmicas, possuem políticas de organização e conservação que se adaptam visando o uso equilibrado das obras, de maneira a atender as necessidades informacionais dos usuários das bibliotecas. Dessa forma, os meios de acondicionar os materiais ali presentes não podem sufocar e nem limitar o acesso dos alunos aos livros presentes no espaço da B.E, pelo contrário, as medidas de guarda e

conservação devem existir, visando a melhoria do acesso ao acervo e a devida organização das obras ali presentes.

A estrutura física das três B.E's pesquisadas encontram-se em bom estado, o que evita infiltrações e goteiras, que podem comprometer na conservação do acervo. Porém, falta boa circulação de ar nas bibliotecas em estudo, o que pode resultar na proliferação de fungos e bactérias junto aos livros.

Um trabalho direcionado, que dinamize o processo de organização do acervo por meio da catalogação e informatização, além, é claro, de um cuidado especial quanto ao local onde as obras são acondicionadas, levando em consideração o público que frequenta a B.E, podem contribuir no processo de dinamização das bibliotecas.

2.4 A Biblioteca Escolar: Funcionamento e Horário de Atendimento

A B.E como apresenta Motta (1999, p.21): “Dentro de uma instituição deve estar bem definida quanto à sua organização e funcionamento para que venha facilitar o ensino e a aprendizagem”. Assim, a partir do momento que o aluno tem contato com uma biblioteca organizada, em pleno funcionamento e com horários que atendem as suas necessidades, o usuário se tornará um visitante habitual em busca de leitura e fontes geradoras de novas informações. Desta forma, é pertinente dentro desta pesquisa conhecer como se processa o funcionamento e o horário de atendimento nas B.E's em estudo.

Para realizar essa análise, utilizei o questionário de observação (Apêndice B p. 232) que havia questões relacionadas especificamente ao funcionamento e ao horário de atendimento desses espaços. Assim, um dos primeiros aspectos observados foi o funcionário da B.E, afinal, para que esse ambiente de leitura funcione é pertinente que haja um responsável. As três bibliotecas pesquisadas em Rio Verde estão sob a responsabilidade de professoras dinamizadoras, todas com curso superior, onde a formação e os motivos que as levaram a trabalhar na B.E discutirei no subitem 2.6 deste capítulo.

Ao acompanhar o trabalho dessas professoras, pude observar questões interessantes ligadas ao funcionamento diário das B.E's, dentre elas: como é o acesso ao livro nesses espaços. Nas três B.E's, os alunos têm contato com as obras de maneiras diversas: via empréstimos, aonde o aluno vai diretamente à biblioteca e realiza a escolha do livro; empréstimo via professor de sala de aula, quando a professora vai até a biblioteca, seleciona as obras e a leitura é realizada em sala de aula; e, a outra forma, são as leituras realizadas na própria B.E, nos horários pré-estipulados. Porém, nesse processo de empréstimos de livros, somente na biblioteca Machado de Assis, os alunos possuíam carteirinha para fazer empréstimos, e nas três B.E's o controle de entrada e saída dos livros se efetua por meio de um caderno de anotações.

Com o intuito de ter informações sobre a movimentação de livros nas bibliotecas pesquisadas, consegui, por meio dos livros de anotações, chegar a um número aproximado de empréstimos realizados diariamente nas três bibliotecas. Na escola Machado de Assis, que possui 926 alunos, o número de empréstimos diário gira em torno de 30(trinta) livros; na escola Fernando Pessoa, com 351 alunos, uma média de 20(vinte) livros são emprestados diariamente e; na biblioteca da escola José de Alencar, que possui 590 estudantes matriculados, o número de empréstimo fica na média de 10(dez) livros por dia, lembrando que esses números dizem respeito a empréstimos espontâneos, ou seja, o aluno de forma livre e sem cobranças vai até a biblioteca e realiza os empréstimos. Diante desses números, é possível notar que ainda são tímidas as iniciativas por parte dos alunos em procurar a biblioteca para realizar um empréstimo, nota-se que falta um trabalho que contemple incentivar os alunos a se aproximarem do espaço da B.E.

Essas informações de acesso aos livros e de como funciona o processo de empréstimo, remetem a Baldi (2009, p. 18), quando afirma que:

Cada biblioteca terá a sua própria organização, mas é importante que, em todas elas, se queremos que a criança se aproxime dos livros e da leitura e deles desfrute o máximo, o acesso seja sistemático, dinâmico e planejado com coerência e preocupação pedagógica. E quanto mais o aluno puder, nesse espaço, escolher livremente suas leituras, melhor!

Fica claro que independente das normas de funcionamento de uma biblioteca, que a liberdade de acesso ao livro é fundamental no processo de aproximação e interação entre livro e leitor. Daí o cuidado que se deve ter nas

bibliotecas onde somente o professor vai às prateleiras e realiza as escolhas pelos alunos, o que foi possível presenciar nas três B.E's pesquisadas.

Outro aspecto analisado diz respeito ao horário de atendimento nas bibliotecas e o período semanal que os alunos desfrutam desse espaço. Quanto ao horário de funcionamento das B.E's pesquisadas, nenhuma atende em período integral, de segunda a sexta-feira, isso porque cada biblioteca possui apenas uma professora, dessa forma, os horários de funcionamento ficam alternados, basicamente em três manhãs (07 h às 11 h 30 min.) e duas tardes (13 h às 17 h 30 min.), o que pode comprometer significativamente o acesso dos alunos ao livro e a materiais de leitura. É importante registrar que na escola Machado de Assis, quando comecei as observações, possuía duas professoras dinamizadoras, o que permitia que a biblioteca funcionasse em período integral, porém, como estava faltando professores em sala de aula, uma das funcionárias foi retirada da biblioteca para cobrir a licença de uma professora, o que fez com que a biblioteca passasse a funcionar em meio expediente.

Quanto ao horário de funcionamento, Silva (2009, p.128) alerta que:

O funcionamento de uma biblioteca deve ser cuidadosamente planejado, de modo a atender ao aluno durante o tempo que estiver na escola e fora dela. Portanto, o funcionamento da biblioteca na escola estará circunscrito a dois horários, a saber: Pré-determinados [...] e livres.

Mesmo diante dessas dificuldades no horário de atendimento, nas três bibliotecas, uma vez por semana, os alunos, acompanhados pelo professor da sala de aula, vão à B.E para uma atividade de 45 minutos, geralmente é a Hora do Conto, que é realizada pela professora que trabalha na biblioteca. Dessa forma, é feito um horário semanal contemplando a visita de todas as salas de aula, e, nessas visitas, além da Hora do Conto, os alunos podem realizar empréstimos de livros.

Outro fator que merece destaque quanto às normas de funcionamento das bibliotecas pesquisadas, é que elas são fechadas ao público externo, ou seja, as crianças que não são alunas da escola não podem pegar livros emprestados. Quando me deparei com essa regra no funcionamento das bibliotecas, perguntei as professoras dinamizadoras quem havia estipulado que a B.E não poderia atender a comunidade de fora da escola, e elas me informaram que eram ordens das gestoras. Ao procurar as gestoras e questioná-las sobre essa situação, em entrevista uma delas elas explicou:

Eu tenho uma restrição quanto à comunidade e ao público, a gente não tem um acervo destinado ao público a não ser as crianças, mas nós não emprestamos livros para a comunidade de fora porque já temos certos problemas de devolução de livros com alunos da escola, imagina se a gente emprestar para as pessoas de fora? (Entrevista – 2013).

Outra gestora argumentou:

Nosso espaço é pequeno, e nossa quantidade de alunos é grande, se for abrir para a comunidade de fora, fica inviável, e outra coisa, infelizmente a cultura das pessoas é de estragar, então a gente não abre a biblioteca para a comunidade. (Entrevista – 2013).

Diante do exposto, Cavallo e Chartier (1998, p.199) destacam que:

Estamos ainda longe das ideias modernas da leitura pública como campo de intervenção da sociedade e do estado, da definição institucional da responsabilidade destes últimos na gestão das bibliotecas abertas ao público, da biblioteca entendida como propriedade de todos.

Abrir a B.E para a comunidade é ampliar o espaço de leitura e fomentar o desenvolvimento social, é mister afirmar que a B.E é indispensável para a formação e proporciona o desenvolvimento cultural da comunidade escolar e da sociedade ao seu redor. Logo, favorecer o acesso de todas as pessoas a esse espaço, promove a leitura, a cidadania e a consciência cultural.

Diante dessa premissa, é interessante que as normas de funcionamento e os horários de atendimento das três B.E's pesquisadas se atentem para os procedimentos que viabilizam a formação de leitores, sem deixar que tais normas e a ausência de atendimento sufoquem as práticas de leituras no ambiente da biblioteca.

2.5 Os Projetos e as Práticas de Incentivo a Leitura Desenvolvidas no dia a dia da Biblioteca Escolar

Ancorando-me nos estudos da História Cultural (CHARTIER, 1998), os quais abordam as práticas de leitura e de escrita circunscritas pelos valores e gestos que representam os modos de ler específicos de cada comunidade, é possível perceber que a leitura é uma atividade complexa e plural, que se desenvolve em várias direções teórico-práticas que se confrontam ou se encontram em determinados pontos.

Na compreensão dessas direções teóricas de como se dá o movimento de estabilidades e instabilidades do ato da leitura, Bakhtin (1999) afirma que o sujeito da linguagem só produz sentido quando interage com outros sujeitos, elegendo, portanto, como lugar de encontro e de confronto, o terreno instável e precário do evento discursivo. Desta forma, os projetos e práticas de incentivo a leitura e linguagem devem ser compreendidos como interação humana e social, constituindo não um conjunto de códigos e normas irrevogáveis, mas um trabalho social e sempre em curso.

Assim, os projetos não podem visualizar a leitura como um ato isolado de um indivíduo diante da escrita de outro indivíduo, mas vê-la em um contexto social da linguagem e da aprendizagem por meio da interação com o outro. Tal constatação me remete a Vygotsky (1998), quando explica que o funcionamento mental no ser humano é oriundo de processos sociais, pois não se pode estudar o comportamento do indivíduo em contexto isolado, mas em interação com outros indivíduos. Vygotsky (1998) explana, também, que esse processo de interação social é responsável por transformações no comportamento, pois os processos sociais e psicológicos são moldados por formas de mediação e se dão a partir da transformação de objetos em signos culturais. Evidencia-se que a teoria vygotskyana permite levar o leitor e o seu mediador a conceberem a leitura como processo de construção de sentido entre o leitor, o texto, o autor e as práticas sociais e culturais, nas quais ocorre essa interlocução.

Diante disso, é interessante que as propostas e projetos de incentivo à leitura literária dentro da B.E, se atentem para estratégias que viabilizem uma leitura além da alfabetização, ou seja, o letramento literário que, de acordo com Cosson (2006, p.12):

[...] Possui uma configuração especial. Pela própria condição de existência da escrita literária [...] o processo de letramento que se faz via textos literários compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também, e sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio [...] fortalecer e ampliar a educação literária.

É válido que os projetos tenham como premissa ampliar a visão literária através da interação dos sujeitos, ao ponto que leitor, por meio das atividades desenvolvidas no dia a dia da B.E, tenha plenas condições de ler e atribuir significado ao texto. Isso vai ao encontro de Leffa (1996, p.14), quando afirma que: “Ler é atribuir significado ao texto”. Mediante ao exposto, destacarei alguns projetos e atividades que

são desenvolvidas nas três B.E's pesquisadas em Rio Verde-GO, visando o incentivo à prática da leitura.

Um dos projetos de incentivo à leitura mais trabalhados nas bibliotecas pesquisadas é a Hora do Conto. Durante todo período que acompanhei as atividades desenvolvidas nas bibliotecas em estudo, presenciei as professoras dinamizadoras com frequência realizando essa atividade.

Segundo Girotto e Souza (2009, p.22):

A Hora do Conto pode ser parte das atividades da B.E, reafirmando o espaço desta biblioteca como local propício à atividade literária, pois por ele circulam não só livros e conhecimento, como também pessoas. As atividades de contar e ouvir histórias estão voltadas à formação do leitor.



Foto 12: Alunos na Hora do Conto

Sendo a Hora do Conto o projeto de leitura mais desenvolvido nas três B.E's pesquisadas, observei que parte das atividades de contação estava em processo de aperfeiçoamento, sendo necessários alguns ajustes. Isso porque é importante que tal atividade seja previamente preparada e articulada, no sentido de envolver os alunos na história. Daí entra em cena aspectos que contribuem para que a Hora do Conto seja atraente e enriquecedora, tais como: a postura do professor no momento da história; a entonação de voz; o envolvimento do professor com a contação e; além disso, materiais que dêem suporte para tornar a atividade lúdica e encantadora. O que é muito discutido por Kuhlthau (2009, p.29). Para ela:

Estabelecer uma rotina para criar um ambiente de escuta atenta é uma forma efetiva de prepará-las para ouvirem uma história. Para isso, pode-se utilizar atividades tais como: canções, fantoches, marionetes ou, mesmo, exercícios físicos. Elas funcionarão como um sinal para que as crianças se preparem

para escutar uma história [...] Em resumo, para fazer com que as crianças desde cedo apreciem a leitura de histórias, é necessário que o professor ou bibliotecário demonstre interesse na leitura, criando um ambiente agradável e convidativo.

É importante deixar claro que a simples narrativa, ou seja, contar a história com o recurso da memória e da voz, segundo Coelho (1989), é o mais antigo e fascinante modo de contar uma história. Girotto e Souza (2009) afirmam que ao ler ou narrar uma história, o narrador precisa se preparar a Hora do Conto.

Um exemplo de que este preparo é importante, foi que em uma das visitas na biblioteca da escola José de Alencar me deparei com a professora dinamizadora realizando a Hora do Conto usando como recurso o “Avental da Leitura”, nos bolsos desse avental, haviam pequenos textos de literatura de cordel, e a medida que esses textos eram retirados dos bolsos, a história era contada. Assim, utilizando essa técnica, pude notar o envolvimento e o interesse dos alunos no momento da contação.



Foto 13: Hora do Conto – Avental da Leitura

Outra prática realizada nas três bibliotecas em estudo é a escolha de determinados autores para que suas obras sejam trabalhadas durante o mês. Assim, várias obras do “autor do mês” são lidas e discutidas, com isso os alunos se aproximam de uma variedade de textos, inclusive os poéticos. Kuhlthau (2009) alerta para importância de se trabalhar com a poesia, segundo ela, “As atividades com textos poéticos são especialmente interessantes nesta etapa, desvendando um mundo de sensibilidade e emoção e permitindo vivenciar uma nova realidade construída de palavras” (KUHLTHAU, 2009, p.30).

A prática da leitura em que os alunos vão à B.E e, de forma individual, sentam e lêem também é uma atividade utilizada nas bibliotecas pesquisadas. Presenciei muitas vezes salas de aulas que chegavam para a atividade semanal nas bibliotecas, e os alunos eram orientados a escolherem um livro e realizarem a leitura de forma individual, porém, como “prova” que de fato haviam lido, eram orientados a fazer uma resenha ou síntese da obra lida. Essa atividade de leitura sem nenhum direcionamento prévio e com cobranças remete a Cosson (2006, p.26), que relata:

Não é possível aceitar que a simples atividade da leitura seja considerada a atividade escolar de leitura literária. Na verdade, apenas ler é a face mais visível da resistência ao processo de letramento literário na escola. Por trás dele encontram-se pressuposições sobre leitura e literatura que, por pertencerem ao senso comum, não são sequer verbalizadas. Daí a pergunta honesta e o estranhamento quando se coloca a necessidade de se ir além da simples leitura do texto literário quando se deseja promover o letramento literário.

Diante da fala do autor é possível afirmar que os livros jamais falam por si mesmos. Na verdade, o que os fazem ter significado e sentido são os meios de interpretação que usamos, interpretações essas que podem ser aprendidas e moldadas na escola, em especial no espaço da biblioteca. Assim, como relatado anteriormente, é válido que os projetos e as práticas de incentivo à leitura primem pelo confronto das mais diversas vozes do discurso (BAKHTIN, 1999) e, que busquem sempre promover o letramento literário tão debatido por Cosson (2006). Dessa forma, a simples atividade de leitura, fria, superficial e com cobranças, dificilmente proporcionará aos alunos resultados significativos de apropriação e letramento.

Outra atividade que presenciei sendo trabalhada nas três bibliotecas pesquisadas, e que merece destaque, é a Biblioteca Itinerante. Como dito no início deste capítulo, há um número significativo de escolas da rede municipal que funcionam em prédios locados, o que dificulta ainda mais a construção de bibliotecas nessas unidades. Diante dessa dura realidade, no ano de 2009, a coordenação de B.E, visando amenizar esse problema, solicitou ao secretário de Educação a compra de uma perua Kombi para que ela fosse adaptada, e se transformasse em uma B.E itinerante para percorrer todas as escolas da rede municipal, em especial, as que não possuíam B.E. No início, queriam adquirir para o projeto um veículo usado, porém, segundo a Procuradoria do Município, a prefeitura não tem amparo legal para adquirir veículos

usados, dessa forma, após um ano e seis meses de solicitações, em julho de 2010, a B.E Itinerante, enfim, começou a funcionar.



Foto 14: Biblioteca Escolar itinerante

Com investimento¹⁶ de R\$ 43.500,00 (Anexo J, p. 224) e com um acervo de aproximadamente 2.500 livros, a B.E itinerante atende todas as escolas municipais da zona urbana e rural. Porém, antes da biblioteca itinerante começar a funcionar, ela foi alvo de discussões e polêmicas, dentro e fora da Secretaria de Educação, isso por que várias pessoas não apoiavam a ideia de se fazer um investimento tão “alto” para adquirir um veículo para se transformar em biblioteca. Mas, após todas as discussões e polêmicas, a Biblioteca Itinerante passou a ser um suporte para os projetos de leitura realizados nas escolas da rede.

O projeto da B.E itinerante me reporta a Chartier (1998), ao comentar dois movimentos ocorridos depois da Primeira Guerra Mundial, quando por influência americana, foi recomendado que seria extremamente importante que a biblioteca saísse dos seus muros. Conforme Chartier (1998, p. 123), “[...] a leitura pública supõe que a biblioteca saia de seus muros, vá ao encontro dos leitores, com ônibus-biblioteca, as bibliotecas circulantes instaladas nos bairros, as bibliotecas nas empresas”. Evidencia-se a importância desse projeto, que através de um agendamento prévio fica de três a cinco dias em cada escola para que as atividades de leitura sejam realizadas. Atualmente, até mesmo as unidades que possuem B.E são contempladas com a visita da Biblioteca

¹⁶Investimento feito com recursos do Fundo Municipal de Educação (FME), cuja nota fiscal de empenho e compra se encontra no Anexo J.

Itinerante, o que proporciona aos alunos o contato com muitas obras que não têm no acervo das B.E's.

Uma das coisas que me chamaram a atenção ao fazer as observações dos projetos nas B.E's, foi perceber que, ao final das atividades, os alunos eram cobrados a desenvolver algum exercício que escolarizava a leitura realizada, sempre havia uma tarefa, um resumo, algo que vinha como prestação de contas. Pude perceber que dificilmente a leitura era realizada sem que depois houvesse mecanismos de cobranças. Essa escolarização da leitura, essa visão de que leitura proveitosa e que dê resultados deve ser cobrada, vai ao encontro das proposituras de Cosson (2006, p. 22), quando afirma:

De acordo com o conteúdo, as atividades desenvolvidas oscilam entre dois extremos: a exigência de domínio de informações sobre a literatura e o imperativo de que o importante é que o aluno leia, não importando bem o que; pois a leitura é uma viagem, ou seja, mera fruição. No ensino fundamental, predominam as interpretações de texto trazidos pelo livro didático, usualmente feitas a partir de textos incompletos, e as atividades extraclases, constituídas de resumos dos textos, fichas de leitura e debates em sala de aula, cujo objetivo maior é recontar a história lida ou dizer o poema com suas próprias palavras.

É interessante que os projetos de leitura desenvolvidos nas B.E.'s de Rio Verde-GO foquem na compreensão dos trâmites do texto literário, ou seja, a promoção de uma leitura que leve o leitor ao letramento por meio de uma mediação eficiente, e vislumbre a importância de se promover o texto sem pretexto. Para Lajolo (1986), o texto não pode, em hipótese alguma, ser pretexto para nada, assim, o texto, o livro existem para realizar o encontro entre escritor e leitor.

2.6 O Professor Dinamizador em Rio Verde: Formação, Motivação e Envolvimento

A B.E tem como função assumir papel central na formação de crianças e jovens, contribuindo para que sejam autônomos e críticos na utilização da informação, na construção do conhecimento e na condução do seu processo de aprendizagem ao longo da vida. Para que a biblioteca cumpra seu papel, é interessante e salutar que o professor dinamizador atue como um mediador e um verdadeiro agente de inovação e mudanças nesse espaço. Porém, a realidade apresenta um perfil funcional multifacetado

e complexo desse profissional, uma vez que os motivos que o levou a assumir o trabalho na B.E são os mais variados possíveis.

É enriquecedor que o profissional responsável pela biblioteca tenha um perfil que vá ao encontro das habilidades a serem desenvolvidas na B.E, ou seja, não são todas as pessoas ou todos os professores que têm condições para assumir essas atividades. A esse respeito, Silva (1998, p.27) esclarece que:

Gostar de ler, ou, mais do que isso, ter uma paixão pessoal pela literatura – esta me parece ser a característica básica da pessoa que vai comandar uma biblioteca. Essa paixão, desenvolvida a partir de uma história concreta de leitura, coloca-se como fundamento do processo de dinamização da biblioteca.

É possível afirmar que esse perfil de profissional muitas vezes não se faz presente em todas as B.E's do Brasil, e nem em todas as bibliotecas pesquisadas em Rio Verde-GO. Dentro desta pesquisa, analisar o perfil do professor dinamizador é de fundamental importância para se levantar proposições que venham contribuir para a melhoria e fortalecimento das B.E's, pois, esse profissional, quando bem preparado e motivado, é muito importante no processo de constituição de leitores.

Na rede municipal há 16 professoras dinamizadoras de B.E, sendo uma para cada unidade que possui biblioteca. Não existe concurso público específico para esse cargo, as professoras que atuam nas bibliotecas estão em “desvio de função”; o que de acordo com o Departamento Pessoal, da Secretaria de Educação, não foge da legalidade. Por não haver um critério formal especificando qual deve ser a formação desse mediador, existem professoras das mais diversas áreas atuando como professora dinamizadora, há pessoas formadas em Biologia, Educação Física e Matemática exercendo função nas B.E's. Assim, visando facilitar a leitura e a compreensão deste subtítulo, a Tabela II apresenta resumidamente o perfil das professoras dinamizadoras das três bibliotecas pesquisadas, sendo que no decorrer do texto teremos essas informações de forma detalhada.

Tabela II – Perfil Professoras Dinamizadoras Entrevistadas em Rio Verde

Nome Professoras	Escola	Formação	Tempo de B.E
Raquel	Machado de Assis	Letras	03 anos
Rúbia	José de Alencar	Educação Física	02 anos
Regina	Fernando Pessoa	Normal Superior	03 anos

Um aspecto que merece destaque é o número elevado de dinamizadoras com sérios problemas de saúde e próximas de se aposentarem, professoras que por questões diversas foram designadas para trabalharem nas B.E's e, que nas bibliotecas se esforçam ao máximo para contribuir com a promoção da leitura, mas que muitas vezes não têm suporte e nem programas que as qualifiquem para o desenvolvimento das atividades de leitura na B.E. Muitas vezes, seu trabalho não é valorizado, e seu esforço não é reconhecido, ou seja, simplesmente são designadas a uma função, porém, não são preparadas para tal. A esse respeito Silva (1997, p.53) destaca o seguinte: “Há uma distorção completa das funções da bibliotecária dentro da escola, pois geralmente a biblioteca é conduzida e controlada não por um especialista, mas por uma professora em fase de se aposentar”. É interessante reafirmar que essas professoras em fase de se aposentar muitas vezes não se tornam especialistas na área da B.E devido à falta de programas e cursos que as capacitem para o exercício pleno da função.

As dinamizadoras das bibliotecas pesquisadas têm a seguinte formação: a professora da escola Machado de Assis é formada em letras, a dinamizadora da escola Fernando Pessoa em normal superior e a da escola José de Alencar em educação física (conforme Tabela II), todas trabalham em período parcial. Em relação ao tempo de serviço na rede municipal, a dinamizadora da escola José de Alencar tem 25 anos de magistério e está há dois anos na B.E; a professora da escola Fernando Pessoa tem 15 anos de trabalho e está há três na B.E e; a dinamizadora da escola Machado de Assis já completou 20 anos de serviço e tem três anos na biblioteca. Conviver com as dinamizadoras durante o período das observações e aplicação dos instrumentos foi muito importante para mim, isso porque pude vivenciar de perto as atividades e os projetos dessas professoras.

Por meio de entrevistas e questionários (Apêndice C, p. 239), obtive várias informações a respeito do trabalho, da formação e do dia a dia das dinamizadoras no espaço da B.E, porém, vou enfatizar os aspectos que julgo serem os mais importantes para o enriquecimento desta pesquisa.

Saber os motivos que levaram essas professoras a exercerem suas funções na biblioteca é fundamental para descortinar quais foram os caminhos trilhados para chegarem a tal função. Assim, ao perguntar: “quais foram os motivos que levaram você

a trabalhar na B.E?”, obtive as seguintes respostas das professoras dinamizadoras, que por uma questão de privacidade as chamarei por meio de nomes fictícios¹⁷. Em resposta a pergunta, a professora dinamizadora Regina, da escola Fernando Pessoa, conta:

Com as mudanças políticas, eu saí da Secretaria de Educação; isso após 23 anos trabalhando no Departamento de Compras e de Prestação de Contas. Como tinha que sair da Secretaria, e a escola precisava de uma professora dinamizadora, me encaminharam para cá. (Entrevista – 2013)

A dinamizadora Rúbia, da escola José de Alencar, respondeu:

Eu tive um acidente de trabalho, e como na rede municipal de 1º ao 5º ano você tem que estar ligada diretamente aos alunos nas aulas de Educação Física, eu não pude mais exercer minhas funções como professora de Educação Física, então é por isso que estou aqui; e vou permanecer porque eu continuo com esses problemas de saúde, e como na biblioteca não preciso ficar correndo o tempo todo, e nem ficar direto em pé, aqui é melhor para eu trabalhar. (Entrevista – 2013)

Já a dinamizadora Raquel, da escola Machado de Assis, relata:

Eu pedi para vir para a B.E porque eu gosto muito de ler, então eu acho que seria muito útil aqui, e na outra escola que eu trabalhava estava enfrentando alguns problemas. (Entrevista – 2013)

Nota-se que os motivos que levaram as professoras a estarem atuando na B.E são diversos. Porém, independentemente da maneira em que essas profissionais chegaram à biblioteca, é salutar que elas estejam convictas do seu ofício, e tenham maturidade e requisitos para desempenhar tal função com qualidade e envolvimento, isso por que o aluno leitor precisa do auxílio de um profissional competente e ciente de sua tarefa, para lhe apoiar no processo de aquisição da leitura e informação. A esse respeito, Solé (2007, p.18) ressalta que:

O aprendiz leitor, e poderíamos chamá-lo apenas de aprendiz, precisa de informação, do apoio, do incentivo e dos desafios proporcionados pelo professor [...] Desta forma, o leitor incipiente pode ir dominando progressivamente aspectos da tarefa de leitura que, em princípio, são inacessíveis para ele.

Por meio da citação acima, fica reforçada a importância do professor dinamizador no sentido de apoiar e direcionar o aluno no processo de apropriação da

¹⁷Todas as professoras dinamizadoras entrevistadas em Rio Verde serão chamadas por meio de nomes fictícios começados com a letra R.

leitura, daí a necessidade desse profissional não estar na B.E por mera casualidade, mas sim através de suas habilidades e convicções.

Outro ponto levantado foi quanto às atividades que as professoras dinamizadoras desempenham na B.E, ou seja: que fazem, o que exercem com mais frequência na biblioteca em que trabalham? A dinamizadora Regina, da escola Fernando Pessoa, explica:

As professoras das salas de aula sempre vêm na biblioteca com as crianças, então elas me pedem para colocar DVD's, pedem para eu baixar vídeos da internet, eu organizo o espaço, levo livros na sala de aula para os alunos lerem, eu faço empréstimos, é isso que faço. (Entrevista – 2013)

A professora dinamizadora Rúbia, da escola José de Alencar, expõe:

Uma semana do mês eu me dedico a preparar atividades para estar trabalhando com os alunos, por exemplo, eu peguei um tema na semana do livro, e nós ensaiamos com alguns alunos a Pílula Falante de Monteiro Lobato, aí os alunos se caracterizaram e se apresentam; isso é uma das coisas que faço. Além disso, faço empréstimos de livros, organizo o espaço, e faço atendimento. (Entrevista – 2013)

Já a professora Raquel, da Machado de Assis, declara:

O que mais faço é contar histórias, é uma atividade que toda semana a gente faz. Também divulgo o acervo aos alunos quando eles vêm pegar livros emprestados, e faço empréstimos. (Entrevista – 2013)

É interessante que a professora dinamizadora vá ao encontro de seus usuários, e que esteja inserida na comunidade, por meio de atividades diversas, participando do projeto pedagógico da escola, atuando junto aos professores, alunos e comunidade em geral, buscando algo além da organização do espaço, num trabalho de cooperação e participação de forma a tornar a biblioteca num espaço dinâmico, que favoreça o processo de ensino-aprendizagem.

Acredito que um dos motivos para não se ter um número maior de projetos e atividades nas B.E's de Rio Verde-GO, seja por causa da ausência de cursos, seminários e simpósios que visem a qualificação contínua dessas professoras. Ao perguntar se elas já haviam recebido ou participado de algum curso de qualificação, congressos ou seminários que tratassem de B.E, a resposta dada por todas as dinamizadoras foi que jamais haviam participado ou recebido cursos específicos sobre B.E, ou seja, nem a

Secretaria de Educação, nem as próprias professoras buscaram cursos visando a qualificação e a aprendizagem. Nesse sentido, a fala da dinamizadora Regina (Escola Fernando Pessoa) me chamou a atenção:

Não, nunca recebi nenhum curso, nem promovido pela Secretaria, nem promovido pela escola, eu estou aprendendo no dia a dia mesmo, praticamente sozinha; e nem em cursos e congressos nós fomos ainda. (Entrevista – 2013)

Penso que exista uma ausência por parte do poder público, no sentido de oferecer cursos de qualificação às dinamizadoras. Afinal, é importante que essas professoras tenham a oportunidade de ouvir, aprender, descortinar o novo, participar de congressos, seminários, simpósios, o que possibilitará a descoberta e o conhecimento mais profundo das atividades voltadas para a B.E. A esse respeito, Freire (1996, p.29) afirma o seguinte: “Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.”

É possível notar que o interesse em se informar e obter conhecimentos sobre a B.E precisa ser mais incentivado, porque nenhuma das dinamizadoras entrevistadas sabia com clareza o que era o PNBE, ou seja, o maior programa do país voltado para a B.E não era conhecido pelas professoras pesquisadas. Prova disso foi a resposta da dinamizadora Regina (Escola Fernando Pessoa), quando questionei se ela trabalhava com o acervo do PNBE na biblioteca e ela respondeu:

PNBE, o que é isso? (Entrevista – 2013)

Esse cenário me reporta a Chartier (1999), quando discute o reunir e dispensar, em que a meu ver, o PNBE, algumas vezes, insiste muito só no reunir. Isto é, milhões de reais em compra de livros, e há certo desconhecimento por parte de muitos mediadores a respeito do programa, faltando, às vezes, uma política mais efetiva no sentido de não só adquirir, mas também qualificar e informar os professores, que no final de todo o processo, trabalham com essas obras junto com os alunos. Neste sentido, Arena (2009, p.164) assevera: “Somente com livros silenciosos e sonolentos no escuro silencioso dos espaços eventualmente abertos, a leitura não nasce, porque quem faz nascer e existir são seus leitores com a mediação dos educadores da biblioteca.”

Dando sequência ao perfil destas profissionais em Rio Verde-GO, perguntei às dinamizadoras: “se houvesse oportunidade, vocês deixariam a biblioteca para assumir outra função na escola?” A resposta dada pela professora Regina (Escola Escola Fernando Pessoa) foi a seguinte:

Depende, porque ser professora de sala de aula eu não gostaria, em outra área vai depender da oportunidade (Entrevista – 2013)

A dinamizadora Rúbia (Escola José de Alencar) disse:

Eu não deixaria a biblioteca, porque eu tenho que trabalhar em um lugar onde eu sei que vou dar frutos, eu continuaria aqui, mas eu gostaria de mudar o meu espaço, ter um espaço melhor para trabalhar. (Entrevista – 2013)

Já Raquel (Machado de Assis) respondeu:

Não, mesmo que fosse convidada para assumir outra função eu não aceitaria e continuaria aqui na B.E. (Entrevista – 2013)

Por meio das entrevistas percebe-se que as professoras não querem deixar a B.E, mesmo diante de outras oportunidades, optariam em permanecer como dinamizadoras. Como dito pela professora Regina, ir para sala de aula não é de seu interesse. Desta forma, percebi que, em algumas escolas, os professores de sala de aula olham para a figura das dinamizadoras com certa resistência, atribuindo a essa função certa ociosidade, isso por que a ideia que alguns professores têm é que na B.E. não há muito serviço. Diante desse cenário, fiz a seguinte pergunta às dinamizadoras: “Vocês se sentem membro importante e integrante do corpo docente da escola?” As professoras Regina e Raquel contaram que sim, que se sentiam membro integrante, porém a fala da professora Rúbia (Escola José de Alencar) me chamou a atenção. Ela disse o seguinte:

É muito complicado se sentir membro integrante porque na maioria dos casos as dinamizadoras estão em “desvio de função”, então os outros funcionários da escola tem uma visão de que quem não faz nada vai para a biblioteca. Muitas vezes eu chego à sala dos professores e ouço as professoras comentando: “O que ela vai pedir agora?” porque eu peço para que elas não deixem de levar os alunos na biblioteca; com isso muitas vezes eu já deixei de ir para a sala dos professores na hora do intervalo devido ao tratamento que é dispensado a mim pelas outras professoras. Muitas vezes eu ia à sala dos professores para mostrar o acervo que havia chegado, e eu falava; pessoal, silêncio só um pouquinho para eu apresentar rapidinho o acervo novo que chegou em nossa biblioteca, e ninguém fazia silêncio, me tratavam com indiferença. (Entrevista – 2013)

Essa situação de conflito e resistência não acrescenta em nada para a promoção e constituição de leitores, pelo contrário, é necessário que haja cooperação e

envolvimento entre professoras dinamizadoras e professores de sala de aula. Amato e Garcia (1998, p.13-14) a esse respeito afirmam:

Nessa situação de conflito (entre professores e responsável pela biblioteca), os esforços de ambas as áreas se diluem completamente no marasmo das “impossibilidades”, tornando inócua a presença da “biblioteca escolar” como agente do conhecimento. [...] É evidente a necessidade de entrosamento entre professores, bibliotecários/ou responsáveis para que se realize um trabalho de cooperação e participação, visando à melhoria do processo ensino-aprendizado.

Diante dessa premissa, percebo que as professoras dinamizadoras entrevistadas em Rio Verde-GO, mesmo frente a todas as dificuldades de ordem estrutural, de acervo, de capacitação, de relacionamentos, precisam se motivar e se verem de fato como responsáveis pela B.E, contribuindo como mediador de leitura e promovendo animação cultural. Além, é claro, de ser um agente facilitador para uma melhor compreensão das práticas e representações de leitura para seus alunos.

2.6.1 A Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde e as Políticas Voltadas às Professoras Dinamizadoras

A B.E no Brasil enfrenta grandes desafios para desempenhar o seu verdadeiro papel, falta infraestrutura para que os serviços sejam de melhor qualidade e, o professor de biblioteca ainda é um profissional que não tem recebido a atenção devida para se qualificar e realizar suas funções com autonomia. Compreende-se que a biblioteca bem estruturada e dirigida por um professor qualificado pode se transformar em forte aliada no processo de constituição de leitores críticos e reflexivos.

É interessante que haja vontade dos dirigentes para que se implemente políticas específicas voltadas para os professores que atuam nesses espaços, pois o cenário nas bibliotecas, sobretudo escolares, apresenta a necessidade de uma discussão no sentido de se ter políticas de formação voltadas aos professores, visando a qualificação que direcione a novas formas de organização do trabalho pedagógico na B.E.

Em Rio Verde-GO, as políticas públicas voltadas especificamente a essas profissionais poderiam ser mais arrojadas. Nota-se que as dinamizadoras não estão

sendo contempladas, quando se trata de cursos de qualificação, aperfeiçoamento e valorização da função desempenhada. O que se percebe é que devido a esse “abandono”, há em muitas dinamizadoras um problema de autoestima, que segundo Branden (1995, p.22), “é a confiança em nossa capacidade de pensar, em nossa habilidade de dar conta dos desafios básicos da vida.” Nesse sentido, não há confiança e segurança entre as três dinamizadoras entrevistadas e, dessa maneira, o trabalho fica comprometido.

Qualificar as dinamizadoras é de fundamental importância para o funcionamento da biblioteca. Preocupado com essa realidade, no ano de 2010, propus à Secretaria de Educação a realização de um curso para todas as funcionárias das B.E's da rede, que seria ministrado em dois módulos: o primeiro abordaria as questões técnicas da biblioteca (organização, catalogação, empréstimos), que seria ministrado por uma profissional bibliotecária; e a segunda parte do curso envolveria a mediação, estratégias de leitura, aspectos pedagógicos e didáticos para se trabalhar na B.E, esta parte seria ministrada por uma professora da Universidade Federal de Goiás (UFG). Os valores para realização do curso ficariam em R\$ 5.000,00. Dois dias após passar o orçamento dos custos para a realização das palestras, fui informado que devido ao valor, o curso não havia sido aprovado. Experiências iguais a essas mostram que as políticas públicas de investimentos na figura das professoras dinamizadoras e na B.E precisam ser ajustadas visando uma biblioteca forte e dinâmica, dirigida por professoras motivadas e atualizadas.

Diante dessa realidade percebi que seria enriquecedor ouvir o poder público por meio do Secretário Municipal de Educação, com o objetivo de tentar compreender a visão do secretário com relação às professoras dinamizadoras e a B.E. Assim, perguntei-lhe: “A Secretaria de Educação tem algum projeto ou políticas voltadas para a qualificação das professoras dinamizadoras de B.E?” A resposta do Secretário foi a seguinte:

As pessoas que cuidam da biblioteca deveriam receber qual tipo de qualificação? O que eu percebo é que a biblioteca é um local de colocar pessoas que não pararam em sala de aula. A qualificação desse profissional passa por uma condição de estatuto; porque se o estatuto dos professores do município não deixar claro que a pessoa que trabalha na biblioteca é alguém de carreira, fica difícil qualificá-las. Agora outra coisa que eu percebo é o seguinte, as bibliotecas não têm mostrado que as pessoas que trabalham lá têm que ser alguém especializado; por exemplo, se eu tenho um problema nos olhos, a pessoa que me atende tem que estudar muito, na biblioteca eu

não tenho nenhuma evidência que a pessoa que deva estar lá tem que ter qualificação profunda. Percebo que quem mais influencia nas bibliotecas dentro das unidades escolares é o professor de sala de aula; no caso aqui de Rio Verde fomos até inovadores porque nós colocamos alguém para tomar conta da biblioteca. (Entrevista – 2013)

Ainda em entrevista com o Secretário, eu lhe indaguei: “Por que o município através da Secretaria de Educação não investe mais nas B.E’s e nas professoras dinamizadoras?” O Secretário respondeu:

Fala-se muito que a B.E é importante, mas eu não vejo a importância dela assim para que todo mundo possa perceber. Para eu que tenho mestrado, doutorado, eu sei da importância que ela tem. Mas eu não vejo as pessoas que trabalham na B.E movimentando esse espaço para mostrar aos pais e alunos a importância que a biblioteca tem. Eu percebo uma passividade do pessoal que trabalha na biblioteca, eles pensam que as coisas vêm de graça, ou seja, se eu quero alguma coisa, eu tenho que deixar bem claro que aquilo que eu quero é necessário, talvez pelo fato da maioria das pessoas que trabalham nas bibliotecas sejam pessoas que estavam encostadas em outros setores, elas também não têm vontade, e, acham que é aquilo mesmo; até porque eles (professores dinamizadores) não sabem o valor que a biblioteca tem, e como eles não sabem o que eles tem, acaba que a biblioteca fica em segundo plano dentro de um processo de escolha de políticas públicas prioritárias. (Entrevista – 2013)

Evidencia-se que o Secretário apontou os problemas, destacou as limitações das professoras dinamizadoras, e atribuiu às próprias dinamizadoras a responsabilidade da falta de políticas públicas voltadas a elas. Além disso, ele burocratizou o processo de qualificação dessas professoras, alegando questões referentes ao estatuto do magistério. Todo esse cenário, reporta a Silva (1998, p.32-33), quando explicita que

Numa sociedade de classes como a nossa, a classe que está no poder (e que é senhora das relações econômicas de produção) procura através de diferentes meios e procedimentos, cegar as pessoas de modo a reproduzir o regime de privilégios ao longo da história. Por outro lado, essa classe (dominante, opressora ou exploradora) procura estabelecer normas de comportamento para toda a sociedade, enquadrando os homens na sua visão de mundo. Podemos perceber, então, que as proibições, punições e interdições sociais aspectos do fenômeno “censura” – são mecanismos arbitrários, acionados mais ou menos frequentemente pelo Estado e seus aparelhos com intuito de reproduzir as estruturas sociais ao longo do tempo.

Em meio a essa situação, a realidade que se apresenta é que o município tem poucas políticas eficazes que contemplem a figura do mediador e da B.E. Esse cenário fortalece o poder dominante, dificulta a fruição da leitura e barra o acesso dos menos favorecidos ao conhecimento e à apropriação de discursos que, em muitos momentos, são interditados pelo poder dominante. Tal interdição é muito discutida por

Foucault (2006, p.10), quando afirma que: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.”

2.7 A Gestão Escolar e seu Envolvimento com os Programas da Biblioteca

A B.E tem como função desenvolver nos alunos, desde o início de sua vida escolar, o contato com o livro e com a leitura, selecionando e interpretando informações, contribuindo para a prática efetiva da leitura e a apropriação do discurso. Desta forma, a biblioteca é voltada para o processo educativo.

É enriquecedor que o gestor escolar participe efetivamente das ações e dos programas desenvolvidos pela B.E, sendo este espaço parte integrante da escola e do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, torna-se positivo que o gestor se faça presente na elaboração da proposta pedagógica da biblioteca e tenha conhecimento do plano docente, das atividades e das estratégias de leitura que são desenvolvidas nesse ambiente, visando a ampliação das práticas de leitura. Afinal, a interação entre professor dinamizador, equipe docente e gestão escolar resulta na promoção e no desenvolvimento eficaz da B.E. A esse respeito, Silva (1998, p.31) assevera que: “A biblioteca escolar é ‘tarefa de todos’(diretor, supervisores, orientadores, professores, alunos e pais) sem distinção”.

Diante da importância do envolvimento do gestor escolar junto aos programas da biblioteca, percebi que seria enriquecedor ouvir, por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice D, p. 241), as gestoras das três escolas participantes desta pesquisa, com o objetivo de investigar o nível de envolvimento das mesmas com o espaço e as atividades desenvolvidas na biblioteca. Com o intuito de conhecer o perfil das gestoras entrevistadas, a tabela a seguir apresenta algumas informações:

Tabela III – Perfil Gestoras Entrevistadas em Rio Verde

Nome Gestora	Escola	Formação	Tempo de Gestão
Amanda	Fernando Pessoa	Pedagogia	08 anos
Ana	José de Alencar	Pedagogia	04 anos
Alice	Machado de Assis	Pedagogia	04 anos

Assim, agendei as entrevistas, de forma muito receptiva fui atendido por todas as gestoras, que por uma questão de privacidade, chamarei-as por nomes fictícios¹⁸. A primeira pergunta que realizei, foi: “Vocês (gestoras) destinam algum valor para investimentos na B.E provenientes das verbas recebidas do governo federal e municipal?”. A gestora Amanda, da escola Fernando Pessoa, respondeu:

Sim, são feitos investimentos. Dentro dos mais de 07 anos de gestão, posso afirmar que já foram investidos uma média de R\$ 20.000,00 na compra de acervo, mobiliário, televisão, DVD, som, fantoches e etc. Isso com verbas do PDDE e PDEM. (Entrevista – 2013)

A gestora escolar Ana, da escola José de Alencar, disse:

Com os recursos do PDDE e PDEM a gente pode utilizar uma parte para investimentos na biblioteca. Todo o início do ano, a professora dinamizadora faz uma lista do que precisa para a B.E, e nós, na medida do possível, durante o ano, vamos adquirindo aquilo que é necessário. No ano de 2012 por exemplo nós adquirimos R\$ 980,00 em compra de livros com recursos da escola. (Entrevista – 2013)

Já a gestora Alice, da escola Machado de Assis, falou o seguinte:

Destinado especificamente para investimentos em biblioteca não, mas na medida em que a gente vai vendo as necessidades, a gente vai investindo em mobiliário, em acervo, mas um valor específico para investimentos na B.E não existe. Mas com as verbas a gente pode gastar com que quiser, inclusive com a biblioteca. Eu não tenho um valor exato, mas penso que em 2012 investimos com esses recursos entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00 na compra de acervo. (Entrevista – 2013)

Nota-se que todas as gestoras afirmam que, de acordo com suas possibilidades, estão investindo mesmo que com valores reduzidos, na compra de acervo, mobiliário e equipamentos para as B.E's. Vale lembrar, que esses recursos recebidos pelas unidades escolares, provenientes dos órgãos públicos, servem também para outras despesas, tais como material de limpeza, merenda escolar, material de expediente e demais necessidades.

Na realidade, o que se evidencia é que o poder público como visto anteriormente não investe nas B.E's pesquisadas, e as gestoras, por não terem muitos recursos, destinam um valor limitado. O resultado disso são bibliotecas carentes de investimentos. Esse cenário me reporta a Silva (1997, p.21), ao explicitar que “Daí a

¹⁸Todas as gestoras escolares entrevistadas em Rio Verde-GO serão chamadas por meio de nomes fictícios começados com a letra A.

necessidade de se pensar uma política para o povo brasileiro e para a escola, levando em consideração as reais condições para a produção da leitura”.

Outro aspecto levantado foi se a gestão escolar já havia se mobilizado para que a dinamizadora de sua escola participasse de algum curso de qualificação que tratasse da B.E. A resposta das três gestoras foi que nunca haviam se mobilizado para buscar a qualificação das dinamizadoras. Não quero afirmar que a capacitação em si é suficiente para a mudança na proposta didática dentro da B.E, mas, segundo Lerner (2001), a capacitação e a atualização são sempre necessárias para as mudanças e para vislumbrar novas ações. Dessa forma, penso que a ausência das gestoras, na articulação de cursos e seminários para essas profissionais, pode enfraquecer as relações entre gestão e B.E.

Dando sequência as perguntas, indaguei se a gestão estabelecia metas ou objetivos para serem alcançados pelas professoras dinamizadoras no trabalho executado na B.E. A resposta dada pela gestora Amanda (Escola Fernando Pessoa) foi:

No início do ano são estabelecidas metas que são renovadas mensalmente, principalmente no sentido de motivar às crianças a prática da leitura. (Entrevista – 2013)

A gestora Ana (Escola José de Alencar) a esse respeito explicou:

As metas pré-estabelecidas para a professora dinamizadora é que nas datas comemorativas a biblioteca é que fica responsável pela organização dos eventos. (Entrevista – 2013)

Já a gestora Alice (Machado de Assis) respondeu:

O que a dinamizadora vai fazer durante o ano, ela tem que me apresentar porque vai para o projeto político pedagógico da escola. Esse projeto é desenvolvido durante todo o ano, então, o profissional da biblioteca tem que desenvolver as visitas dos alunos na biblioteca, empréstimos de livros e contação de histórias. (Entrevista – 2013)

É possível notar que as respostas dadas pelas gestoras com relação às metas estabelecidas foram superficiais, dando a entender que não há metas estruturadas, elaboradas por meio de projetos para serem desenvolvidos durante o ano letivo. Prova disso foi a fala da gestora Ana que afirmou que a meta estipulada por ela para a dinamizadora é de organizar as programações das datas comemorativas, tal declaração remete a Campello (2012, p.58), quando afirma que “Diversas pesquisas mostram que a maioria dos diretores tem uma compreensão limitada de como as atividades da

biblioteca funcionam e de como elas contribuem para a qualidade dos projetos da escola”.

Também fiz a seguinte questão às gestoras: “Com qual frequência a gestão se informa das atividades realizadas na B.E?”

A gestora Amanda (Escola Fernando Pessoa) explicou:

A coordenação pedagógica faz reuniões mensais com as dinamizadoras, e tudo que está sendo trabalhado, ou que se pretende trabalhar, deve ser apresentado a coordenação pedagógica. (Entrevista – 2013)

Ana (José de Alencar) a esse respeito respondeu:

Semanalmente a coordenação e a professora dinamizadora se reúnem para saber como andam as atividades, e para ver o que pode ser feito. (Entrevista – 2013)

A gestora Alice (Escola Machado de Assis) contou o seguinte:

Tanto a coordenadora quanto eu, vamos até a biblioteca com frequência ver como andam as atividades e os projetos. A gente está sempre sabendo o que se passa na biblioteca.

Percebe-se que a coordenação pedagógica, que em Rio Verde-GO é quem dá suporte didático aos professores de sala de aula, é quem mais tem contato com as atividades realizadas na B.E, e dá impressão de ser a coordenação a ponte entre biblioteca e gestão. Sabe-se que a direção de uma escola tem diversas atividades administrativas e burocráticas, o que pode consumir grande parte do tempo das gestoras, porém, penso que seja importante e salutar que as gestoras tenham um novo olhar para as atividades da biblioteca e para as professoras dinamizadoras. Ou seja, a gestão não pode definir a escola e colocar em posição central somente professores de sala de aula e coordenadores, é necessário que a B.E e as dinamizadoras sejam vistas também como responsáveis pelos resultados de ensino-aprendizagem e como parte das instituições escolares. A esse respeito, Campello (2012, p.60-61) pontua o seguinte:

Por causa de sua própria experiência e do foco de seu trabalho, os diretores tendem a definir a escola em termos de ensino/aprendizagem. Em consequência, para eles, professores e coordenadores têm posição central na escola e o bibliotecário é percebido apenas como membro da equipe que apóia os responsáveis pelos resultados da aprendizagem – professores e coordenadores –, e não como alguém diretamente interessado na aprendizagem dos alunos.

Outra questão que merece destaque e que pode apresentar com mais clareza o grau de envolvimento e o olhar que algumas gestoras têm pela B.E, foi quando perguntei para a gestora Alice (Escola Machado de Assis): “Se a sua escola tiver um número elevado de matrículas, e faltar salas de aula, você desativa a B.E para transformar em sala de aula ou não?” E a gestora respondeu:

Eu desativaria porque como ser humano não posso deixar um aluno fora da sala de aula tendo o espaço de uma B.E. Eu faria as atividades da biblioteca no corredor, eu não fecharia a biblioteca, mas eu iria conseguir outro espaço para ela no corredor da escola, eu daria um jeitinho brasileiro. (Entrevista – 2013)

Dá a entender que em algumas escolas a B.E existe porque ainda não apareceu nenhuma situação para fechá-la. Esse cenário passa instabilidade e incerteza da permanência desses ambientes de leitura nas unidades escolares. Além disso, de certa forma, essa insegurança quanto ao espaço das B.E's limita a constituição de leitores. Na realidade, o que se percebe é que quando há o efetivo envolvimento das gestoras, no sentido de contribuir para que a B.E seja vista como um local importante, lúdico e dinâmico, esse espaço se torna um instrumento que contribui efetivamente na formação de leitores; daí a importância do apoio das gestoras nas ações voltadas para a biblioteca. “O apoio do diretor da escola é vital para a implantação e manutenção dos projetos da biblioteca escolar” (CAMPELLO, 2012, p.57).

A B.E, quando valorizada pelos seus gestores, professores e poder público, passa a ser um espaço vivo e dinâmico, assim, terá também a atenção dos alunos e da comunidade. Por isso é enriquecedor, que aqueles que detêm o poder vejam a biblioteca como um espaço de congregação da leitura e da cultura, vendo como o local que recebe o leitor, que lhe oferece novidades, o local de presença constante de educadores, de alunos, de funcionários e de famílias, ou seja, toda comunidade escolar. Isto é, um lugar de troca e de apropriação, um local de conhecimento.

2.8 A Relação Pedagógica das Bibliotecas Escolares de Rio Verde na Formação de Leitores

Quando bem trabalhada, a B.E torna-se um verdadeiro instrumento na prática pedagógica de formação de leitores. A associação dessas relações pedagógicas

nas atividades desenvolvidas nesse espaço é um recurso didático na elaboração de maneiras de intervenção, que viabilizam a aprendizagem e o prazer pela leitura. Segundo Santiago et al. (2010, p.20),

A didática coloca-se como espaço que situa o saber ensinar, não apenas um como fazer, mas um fazer que altera o processo de ensino e aprendizagem, que se propõe a interagir, produzir vínculos com os alunos para que o conhecimento tenha alcance e promova o desenvolvimento humano. Nesse sentido a didática é transformadora, pois modifica o sujeito que ensina e o que aprende.

As palavras de Santiago e colaboradores (2010) apontam para uma relação mútua de transformação tanto do professor, quanto do aluno, ao dirigir e orientar a aprendizagem. No contexto da B.E, pode-se afirmar que o professor dinamizador, ao utilizar aspectos pedagógicos, estabelece um novo olhar das práticas de mediação de leitura, porque ele passa a pensar no outro (aluno), com isso, o dinamizador enxerga realidades diferentes, constituindo novas formas de aprendizagem e de formação de leitores. Enquanto o aluno vê o que é novo, diferente e inovador, possibilitado pela didática do dinamizador, quando este envolve um número diversificado de ferramentas em sua prática diária.

Segundo Placco (2008), a didática está relacionada à prática pedagógica do docente, ou seja, está intimamente ligada aos processos de ensino-aprendizagem. Desta forma, é possível atestar que dentro das práticas pedagógicas há diversos instrumentos que podem facilitar o processo de aprendizagem, e dentre esses instrumentos, pode-se inserir a B.E. Infelizmente, muitos professores não usam a biblioteca como instrumento pedagógico e didático, e alguns utilizam esse espaço de maneira inadequada, não tendo conhecimento da potencialidade existente na B.E para a execução de atividades pautadas em aspectos pedagógicos que almeje a formação de leitores.

Diante do exposto, vou levantar alguns apontamentos que abordam a relação pedagógica das três B.E's pesquisadas em Rio Verde-GO na formação de leitores. Uma das maneiras de evidenciar bons procedimentos pedagógicos na formação de leitores é por meio das estratégias de leitura que são utilizadas na B.E. Nesse sentido, Giroto e Souza (2010, p.55) asseveram que:

O professor ao criar as situações adequadas do letramento ativo, estabelece a possibilidade do leitor de, enquanto lê, ativar explicitamente, por meio das

estratégias, o conhecimento prévio, estimulando-o a fazer conexões entre suas experiências, seu conhecimento sobre o mundo e o texto.

Nota-se que no momento em que a professora dinamizadora cria e estimula situações adequadas, o leitor faz conexões com suas experiências, seu conhecimento de mundo e o texto lido e, a partir daí, dá sentido ao texto. Esse processo de interação entre dinamizadora e leitor vai ao encontro das idéias de Bakhtin (2003, p.401), quando destaca que: “O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto)”. Fica evidente que as relações entre texto e contexto e as experiências vividas podem levar o leitor à compreensão e à construção de novos sentidos de acordo com suas experiências. Assim, é possível afirmar que quando as estratégias de leitura são utilizadas na B.E como recurso pedagógico, esse espaço passa a ter evidências concretas para mostrar que a B.E pode fazer diferença na educação de crianças e jovens.

Nas bibliotecas pesquisadas em Rio Verde-GO, percebi que há atividades pedagógicas que contemplam a formação de leitores, e isso deve ser valorizado. Ou seja, o empenho na utilização de práticas que visem a formação de leitores é notório nas B.E's. Porém, é interessante ressaltar a necessidade de se buscar cada dia mais, numa crescente, outras atividades que abarquem o letramento literário¹⁹ e a contextualização do texto lido. Na realidade, as práticas trabalhadas nas bibliotecas pesquisadas primam, às vezes, pela escolarização da leitura, por meio de questionários, limitando-se a perguntas superficiais. A ideia que se passa é que o papel da B.E é ensinar técnicas de leitura. A esse respeito, Arena (2010, p.37) explica que: “Longe de aprender uma técnica, o leitor pequeno de literatura infantil aprende a pensar por e com signos articulados em um discurso”. Daí o valor de um fazer literário mais presente, que abranja de maneira dinâmica a obra, as relações culturais e a construção de sentidos. No entanto, para que isso aconteça é interessante que o mediador tenha: uma visão ampla e recursos literários satisfatórios para a execução dessas estratégias.

Outros aspectos que analisei que evidenciam a relação pedagógica das bibliotecas na formação de leitores, foram: a quantidade de empréstimos de livros, a atribuição de sentido ao texto e o levantamento de hipóteses por parte dos leitores.

¹⁹Segundo Cosson (2006, p. 12), o letramento literário possui uma configuração especial. O processo de letramento que se faz via textos literários compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também e, sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio.

Assim, tendo esses aspectos como parâmetros, fui no dia a dia dessas três B.E's realizando observações relacionadas a esses pontos.

Por meio da análise dos livros de controle das bibliotecas, percebi que a quantidade de empréstimos feitos pelos alunos de forma espontânea era relativamente pequena, enquanto os empréstimos realizados a pedido dos professores também era limitado devido ao número restrito de livros liberados para empréstimos. De acordo com levantamento realizado nos livros de controle e mediante as informações repassadas pelas professoras dinamizadoras, detectei que somente 10% dos alunos vão à B.E de forma espontânea para fazer empréstimos de livros, ou seja, a maioria das leituras realizadas pelos alunos se concentra no pouco período que passam na B.E. Esse fator limita a relação entre biblioteca e a formação de leitores.

Quanto às leituras realizadas, verifiquei, por meio do contato com os alunos, que muitas vezes eles lêem, porém não sabem a finalidade, não sabem o objetivo e muitos não conseguem articular as ideias expostas pelo autor. Sobre isso, Arena (2009, p.173) afirma que:

Na maioria das vezes, o aluno, obediente, lê o texto, mas sem saber com qual finalidade, com quais objetivos e, principalmente, sem ter perguntas. Se não há objetivos, finalidades, nem perguntas, não há como mobilizar os conhecimentos de que já dispõe, nem pode, por isso, elaborar perguntas.

Ainda, segundo Arena (2009), é necessário realizar um trabalho de mediação que oportunize as crianças o contato com textos vivos e carregados de significados, porém, para isso, os alunos devem ser orientados a atribuir sentido ao texto para que tenham condições de desenvolver ideias e hipóteses do texto lido.

A relação pedagógica da B.E na formação de leitores não fica restrita apenas aos pontos levantados até aqui, aspectos como boa estrutura física, acervo de qualidade, mobiliário adequado, também contribuem para se ter bons programas de B.E. Dessa maneira, estratégias de leitura e boas ações pedagógicas, aliadas a um espaço adequado para a B.E, podem resultar em um ambiente ideal para a formação de leitores. Andrade (2008, p.13) atesta que:

Pesquisa realizada pela Universidade de Denver, nos Estados Unidos, mostrou que estudantes de escolas que mantêm bons programas de biblioteca aprendem mais e obtêm melhores resultados em testes padronizados do que alunos de escolas com bibliotecas deficientes.

As três B.E's pesquisadas em Rio Verde-GO apontam para a importância de ações mais eficientes. Assim, verifica-se que a relação pedagógica das bibliotecas na formação de leitores existe, porém é tímida e limitada, necessitando de ajustes que primem por uma mediação que utilize outras atividades de leitura em que o aluno tenha condições de criar, recriar e apropriar-se do discurso do outro. Isso, segundo Bakhtin (1999), vai fazer com que o leitor mediante o seu contexto de mundo e de suas experiências vividas, dê vida ao texto lido. De acordo com Lerner (2001), participar da cultura escrita e apropriar da leitura envolve exercício de diversas operações com os textos e a prática de conhecimentos sobre as relações entre os textos e seu contexto.

CAPÍTULO III

AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DE LONDRINA-PR: UM PARÂMETRO EM BUSCA DA COLETIVIDADE

Em Londrina-PR, as B.E's já fazem história dentro das unidades escolares do município há mais de 40 anos, o que dá subsídio para estudar a trajetória, os investimentos e o funcionamento desses espaços. É importante reafirmar que esta pesquisa, ao destacar parte dos programas desenvolvidos nas B.E's de Londrina, não tem como intenção realizar um estudo comparativo, nem um modelo a ser seguido em Rio Verde-GO, mas sim, ter um parâmetro de política municipal de leitura por meio da B.E, que está dando resultados consistentes e fortalecendo o espaço da biblioteca nas unidades de ensino.

Londrina é um município que ocupa uma área de 1.653,075 Km², na região norte do estado do Paraná, Sul do Brasil, ficando a 379 km de Curitiba, capital do estado, e a 1.083 km de Brasília, capital federal. De acordo com Perfil (2012), o norte do Paraná, uma região de terra roxa, muito fértil, era, até pouco tempo, uma imensa floresta. Antes da colonização extensiva do norte do Paraná, havia entre seus habitantes, além dos índios Kaingáng, uma população pobre instalada na floresta e que já havia derrubado parte dela para a criação de animais e o plantio de produtos para sobrevivência. Entre os anos de 1904 e 1908, chegaram à região homens vindos de Minas Gerais e São Paulo, formando uma colonização espontânea.

A partir de 1922, o governo estadual começou a conceder terras a empresas privadas de colonização. Em 1924, iniciou-se a história da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations LTDA, que deu grande impulso no desenvolvimento da região norte do Paraná. Neste mesmo ano, atendendo a um convite do governo brasileiro, que sabia do interesse dos ingleses em abrir áreas para o cultivo de algodão no exterior, chega a Missão Montagu, chefiada pelo inglês Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento. Impressionado com o solo norte-paranaense, acabou adquirindo terras e maquinários para o plantio de algodão. O empreendimento na época fracassou, devido aos preços baixos e à falta de sementes sadias no mercado, obrigando uma mudança de planos. Foi criada, assim, em Londres, a Paraná Plantations e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná,

que transformaria as propriedades do empreendimento frustrado, em projetos imobiliários. Este sistema estimulou muito a concentração de produção, principalmente, a cafeeira e a expansão demográfica.

O nome da cidade foi uma homenagem prestada a Londres – “Pequena Londres”, pelo Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná. A criação do município ocorreu através do Decreto Estadual nº 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 03 de dezembro de 1934. Sua instalação foi em 10 de dezembro do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade.

Atualmente, de acordo com dados do IBGE (2010), Londrina tem uma população de 506 mil habitantes, sendo que 97% da população residem na zona urbana e 3% na zona rural. A cidade se consolidou como pólo regional de bens e serviços e se tornou uma das mais importantes cidades do Sul do Brasil, o que trouxe migrantes de várias regiões do país, atraídos pelo excelente desenvolvimento econômico e agroindustrial do município.

No que tange o sistema educacional, Londrina é referência no ensino superior, tendo 16 instituições, que juntas possuem mais de 31 mil alunos matriculados, em que se destaca a Universidade Estadual de Londrina (UEL). De acordo com dados de Perfil (2012), essa instituição conta com mais de 16 mil acadêmicos. Alunos de diversas partes do Brasil estudam nas faculdades e universidades de Londrina, que juntas oferecem mais de cinquenta cursos superiores. Quanto ao ensino básico e médio, conforme informações da Secretaria Municipal de Educação (2013), a cidade tem 35 mil alunos matriculados nas escolas da rede municipal (Ensino Infantil ao 5º ano), mais de 54 mil alunos na rede estadual (fundamental II e ensino médio) e a rede privada de ensino conta com aproximadamente 27 mil alunos (ensino infantil ao ensino médio).

Diante desses dados, nota-se a força e a importância da cidade de Londrina que, consoante dados do IBGE (2012), tem um PIB per capita a preços correntes, na ordem de R\$ 19.612,48, e uma arrecadação anual, referente a 2014, na ordem de R\$ 1.128.168.668,85, segundo dados da Secretaria Municipal da Fazenda (Anexo L, p. 225). Com relação aos recursos financeiros destinados à educação em Londrina, o valor estimado, oriundo dos cofres municipais para o ano de 2013, foi de 215 milhões de reais, e recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

(FUNDEB), 95 milhões, somando as duas receitas, mais de 309 milhões de reais foram direcionados para a educação municipal de Londrina, referente ao ano de 2013.

Ainda no campo educacional, Londrina possui na rede municipal um total de 83 unidades escolares, que atendem do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Porém, é importante destacar que existem mais 132 unidades de educação infantil (67 creches e 65 pré-escolas) que são conveniadas com o município. Quanto ao número de profissionais que atuam nessas unidades escolares, o município tem em seu quadro de servidores: 148 diretoras e vinte diretoras auxiliares e 3.684 professores, totalizando todos os servidores das diversas áreas, que atuam na educação municipal de Londrina, chega-se ao número de 4.105 funcionários.

Por meio deste breve relato histórico, é possível ver a importância da cidade de Londrina-PR como pólo industrial, comercial e educacional. Assim, torna-se pertinente dentro desta pesquisa, ter como parâmetro alguns aspectos desenvolvidos nas B.E's de Londrina, dado aos inúmeros benefícios que essas bibliotecas vêm proporcionando aos estudantes e à comunidade em geral. Desta forma, conhecer parte da história destas B.E's poderá contribuir para uma melhor compreensão das práticas e das políticas educacionais desenvolvidas nesses espaços.

3.1 As Bibliotecas Escolares de Londrina: Resgate Histórico e Cultural

Conhecer parte da história das B.E's de Londrina é reconstruir um pouco do passado e trazer à memória o percurso percorrido e as pessoas que colaboraram para a consolidação e o fortalecimento desses espaços de leitura e conhecimento. Segundo Bosi (1994, p.55), “Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.” Para a autora, a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à disposição, no conjunto de representações que povoam a consciência atual. O fato de lembrar o passado no presente exclui a identidade entre as imagens de um e outro e propõe a sua diferença. Para reforçar as ideias de Bosi (1994), é possível recorrer a Heler (1993, p. 53), que considera toda recordação passada: “Uma interpretação ou uma reconstrução do passado, as experiências que tivemos, nossos interesses, sinceridade e insinceridade,

tudo isso modifica aquilo que reconstruímos, o modo pelo qual fazemos e o tipo de significação que atribuímos ao passado reconstruído”.

Assim, Almeida (2004) afirma que a biblioteca, como bem cultural, não está isolada dos acontecimentos sociais, e também não se encontra, em hipótese alguma, imune às interferências presentes no mundo que está ao seu redor. Desse modo, constrói-se história e memória, o que reforça a importância de se relatar a trajetória das B.E's de Londrina.

Resgatar parte do percurso dessas B.E's foi algo enriquecedor para mim. Procurar os caminhos para o resgate histórico, um desafio. Contudo, nas minhas idas a Londrina, e após o contato com pessoas que vivenciaram esses momentos e, as várias leituras, pude obter material e suporte para compor um pouco da história das B.E's do município de Londrina.

De acordo com Silva (2006), no ano de 1971 foi criada a primeira B.E na rede municipal de Londrina. Essa biblioteca foi instalada na escola Carlos Kraemer. Em 1974, pela Lei/DEC nº 761, mais três B.E's foram criadas, e até o final da década de 70 mais duas bibliotecas foram inauguradas, totalizando seis B.E's neste período. Ainda, segundo Silva (2006), no início da década de 70, com o intuito de descentralizar o atendimento na Biblioteca Pública Central, foram criadas as Bibliotecas Sucursais²⁰, dessa forma, o objetivo era levar bibliotecas para os bairros e as escolas se tornaram espaços ideais para a abertura das mesmas.

Na década de 80, mais 26 B.E's foram criadas, já na década de 90, mais nove, chegando a um total oficial de 41 bibliotecas na rede municipal de ensino de Londrina. Mesmo que nesta época (décadas de 70, 80 e 90), as bibliotecas precisassem de melhorias, é válido destacar, que só o fato de se ter mais de quarenta bibliotecas instaladas nas escolas nesse período, já era um grande avanço, que necessitava de pessoas dispostas a aprimorarem as atividades nesses espaços.

Um exemplo dessa necessidade de aprimoramento, é que, conforme Silva (2006), nesse momento, a Biblioteca Pública atendia de forma insuficiente o trabalho realizado nas B.E's, pois se preocupava apenas com a manutenção e conservação do acervo. Enquanto as práticas de leitura, no espaço da biblioteca, restringiam-se a uma

²⁰Segundo Silva (2006), as bibliotecas escolares eram chamadas de Bibliotecas Sucursais.

mediação utilitarista, em que o texto era usado apenas como pretexto, para a realização das atividades, o que limitava a formação de leitores críticos e reflexivos, além de dificultar o processo de apropriação dos mais variados discursos.

3.1.1 O Projeto Palavras Andantes: Um Marco na História das Bibliotecas Escolares de Londrina

Neste processo de resgate histórico das B.E's de Londrina, é importante destacar o Projeto Palavras Andantes, implantado na rede municipal, no início dos anos 2000, pelo Prof. Dr. Rovilson Silva²¹. Naquela época, ele era docente da rede municipal de ensino e vivenciava toda realidade das B.E's da rede municipal, dessa forma, embasado em sua experiência de leitura literária no ensino fundamental, constatou as dificuldades para a mediação de leitura literária nas bibliotecas da rede, além da necessidade de investimentos na compra de acervo, mobiliários e na infraestrutura desses espaços.

Diante dessa realidade, o prof. Rovilson estruturou no ano de 2002, o projeto de leitura intitulado “Bibliotecas Escolares: Palavras Andantes”, que apresentava como proposta central: a formação do mediador de leitura que atuava nas B.E's. Segundo Silva (2006, p.18), esse projeto circunscreveu-se a quatro pilares: “formação do professor que medeia à leitura literária na escola; realização semanal da Hora do Conto; ampliação do acervo; e readequação pedagógica e arquitetônica da biblioteca escolar”.

O projeto foi tomando forma e se tornou pesquisa de doutorado do Prof. Rovilson, que por meio da pesquisa-ação coletou dados a respeito da mediação de leitura, nas B.E's de Londrina e Barcelona (Espanha), estabelecendo uma correlação do processo de mediação entre as duas cidades.

É possível afirmar que a implantação do “Palavras Andantes” foi um marco na história das B.E's de Londrina, isso porque por meio desse projeto, inúmeros professores foram qualificados para atuar nas bibliotecas e todas as escolas da rede

²¹Estruturou e coordenou o Projeto Palavras Andantes de 2002 a 2009, nas escolas rede municipal de Londrina. Em 2008, recebeu o prêmio Viva Leitura com o Palavras Andantes. Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Educação - UEL

foram contempladas com uma B.E, além da renovação do mobiliário e do acervo dos espaços. A prova da eficácia do projeto foi que, em 2008, o Palavras Andantes foi o vencedor do prêmio Viva Leitura, premiação reconhecida e respeitada em nível nacional. Isso confirmou a excelência do trabalho desenvolvido e a importância de fundamentar a prática do professor mediador com novas propostas para a formação de leitores.

Até o ano de 2009, as B.E's de Londrina eram coordenadas pelo Prof. Rovilson, que após assumir cadeira na Universidade Estadual de Londrina (UEL), deixou a coordenação, que atualmente está sob a responsabilidade da Prof^a. Márcia Batista de Oliveira, que deu sequência aos projetos de leitura das B.E's e ao Palavras Andantes.

3.2 As Bibliotecas Observadas em Londrina: Localização e Público

A B.E se configura como um espaço importante para a formação do leitor, afinal, é um ambiente cultural para os alunos, sejam crianças, adolescentes ou jovens. Esse espaço, quando bem estruturado pedagogicamente, contribui de forma efetiva para o crescimento intelectual do aluno leitor, despertando-o para uma leitura reflexiva. Portanto, democratizar o acesso à B.E é extremamente importante para a formação cidadã e cultural das pessoas, em especial das crianças, independente da classe social, raça ou credo. Assim, esta pesquisa busca conhecer como se dá o acesso às B.E's em uma cidade como Londrina, com o objetivo de fortalecer parâmetros que visem a formação de leitores por meio desses espaços.

No processo de escolha das bibliotecas para serem observadas em Londrina, contei com o apoio e auxílio de alguns funcionários da Secretaria Municipal de Educação, isso porque, não conhecia a localização geográfica das escolas e nem os aspectos sociais que as cercavam. Assim, após vários contatos com alguns servidores da Secretaria e algumas idas a Londrina, pude obter uma visão da realidade das B.E's, o que me auxiliou no processo de escolha desses espaços.

Em Londrina, de acordo com a Secretaria de Educação, há 73 B.E's em funcionamento, porém, foram selecionadas 03 (três) bibliotecas para observação direta das atividades, realização de entrevistas com os Professores Regentes de Oficina de Biblioteca (PROB)²² e aspectos estruturais (acervo, mobiliário e estrutura física).

As realidades geográficas e sociais estão diretamente ligadas ao acesso à leitura e à formação do leitor, pois em várias comunidades carentes, a única forma de acesso ao livro é por meio da B.E; e se a biblioteca não viabilizar livros de qualidade e uma mediação eficaz, as crianças ficarão prejudicadas e distantes das práticas e representações de leitura. Esse contexto me reporta a Silva (1997, p. 90 – 91), quando afirma que: “O acesso aos bens culturais, proporcionado por uma educação democrática, pode muitas vezes significar o acesso aos veículos onde esses bens se encontram registrados – entre eles, o livro”.

É importante destacar que os critérios estabelecidos para a escolha das bibliotecas também levou em consideração os aspectos metodológicos. Afinal, foram elaborados questionários semiestruturados que, de acordo com Marconi e Lakatos (2009), associam a análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, privilegiando a melhor compreensão do tema e facilitando, assim, a interpretação dos dados obtidos.

Com base em critérios de escolha, selecionei três escolas, cujas bibliotecas foram observadas. Por uma questão de privacidade chamarei as escolas por meio de nomes fictícios. As três unidades escolhidas para observação foram: a Escola Municipal Vinicius de Moraes, localizada na região central da cidade, com IDEB (2012) 6,8 e 364 alunos matriculados; a Escola Carlos Drummond de Andrade, situada em uma região mediana de Londrina, com IDEB (2012) 7,5 e 280 alunos matriculados e; a terceira, a Escola Monteiro Lobato, que fica na periferia da cidade, com IDEB (2012) 4,6 e 370 alunos. Após a escolha das unidades escolares, tive condições de agendar as visitas nas bibliotecas selecionadas visando a aplicação dos instrumentos e a observação dos espaços.

²²Os professores que atuam nas bibliotecas escolares de Londrina são chamados Professores Regentes de Oficina de Biblioteca. Na pesquisa, para me referir a esses profissionais utilizarei a sigla PROB.

3.3 As Políticas de Investimentos em Estrutura Física, Mobiliário e Acervo

Nos últimos anos, tem havido um aumento das reflexões em torno da necessidade de investimentos nas B.E's, sobretudo, com a importância de se ter um espaço adequado dentro das escolas para a prática e mediação da leitura. Porém, tradicionalmente, a maioria das B.E's no Brasil convive com problemas derivados da necessidade de instalações e áreas físicas suficientes, tanto para armazenar o acervo quanto para prover serviços de qualidade aos usuários.

De acordo com Cunha (2000), em geral, as bibliotecas podem apresentar dois desafios para a estruturação do seu espaço. O primeiro é que a maioria das salas destinadas para serem bibliotecas não foi projetada para tal, assim, não há suportes nem sistemas de comunicação, de ventilação e nem de iluminação adequada para apoiar as atividades realizadas nesses locais. O segundo é que as instalações geralmente não possuem um tamanho mínimo que acomode com conforto o mobiliário, acervo e as atividades realizadas na biblioteca. É possível notar que em algumas regiões o vento da mudança já começou a soprar, e alterações começaram a ser feitas por meio de reformas e construção de B.E's levando em consideração os requisitos mínimos de espaço e de disponibilidade da informação. O exemplo disso são as B.E's de Londrina, onde por meio de projetos e parcerias, parte das escolas possui bibliotecas estruturadas e projetadas.

Até o final da década de 90, não havia planejamento estratégico com vistas à melhoria estrutural das bibliotecas de Londrina, algumas escolas se quer tinham esse espaço e muitas bibliotecas precisavam de reforma e ampliação. A partir do ano de 2002, com o surgimento do projeto “Biblioteca Escolar: Palavras Andantes”, deu-se início a um trabalho que contemplava, além das questões de mediação, os aspectos estruturais e arquitetônicos das B.E's. Assim, por meio de parcerias e investimentos do poder público, todas as escolas de 1º ao 5º ano foram contempladas com o espaço da B.E.

De acordo com Silva (2006), para que houvesse uma intervenção, no sentido de reestruturar o espaço das B.E's em Londrina, foi necessário estipular parâmetros que estabelecessem um padrão para as bibliotecas. Após a elaboração de

uma proposta de espaço, o projeto foi submetido ao setor responsável pela projeção e criação de ambientes nas escolas da prefeitura municipal de Londrina. A proposta elaborada contemplava que o espaço da biblioteca deveria ser bastante flexível e oferecer a possibilidade de se transitar com conforto e segurança, além de ter cores agradáveis, ambiente arejado e com boa circulação de ar. Tal descrição me remete a Caldeira (2008, p.47-48), para ele, “o espaço reflete de maneira muito clara o papel que é destinado à biblioteca pela instituição que a mantém [...] visando proporcionar aos alunos oportunidades de leitura intensa e autônoma [...] a biblioteca deve ser um espaço amplo, e com instalações confortáveis.”

Assim posto, de forma gradativa, a partir do ano de 2002, as B.E's foram sendo reformadas e ampliadas, recebendo um novo formato arquitetônico e estrutural, que antes do “Palavras Andantes” não havia, ou seja, existia o espaço da biblioteca, em grande parte das escolas, porém sem um projeto arquitetônico que contemplasse o melhor aproveitamento dos ambientes, e que proporcionasse organização, conforto e qualidade, conforme imagens a seguir:



Foto 15: B.E reestruturada pelo Palavras Andantes



Foto 16: B.E reestruturada pelo Palavras Andantes

De acordo com a Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil (2011), muitas B.E's de diversas regiões do país são utilizadas inadequadamente, sob uma visão de conceito ultrapassado. Segundo a Avaliação, é comum observar as B.E's sendo usadas como simples depósito de livros e de um amontoado de móveis desorganizados e fora do padrão para o uso das crianças. A B.E deve ser visualizada como um espaço dinâmico e indispensável para a formação dos pequenos leitores, é ela que auxilia de

forma direta os caminhos para que os alunos desenvolvam a curiosidade e o senso crítico que os levarão à cidadania plena. Válio (1990) define B.E como uma instituição que organiza a utilização dos livros, orienta a leitura dos alunos, coopera com a educação e com o desenvolvimento cultural da comunidade escolar e dá suporte ao atendimento do currículo da escola.

Para que a biblioteca cumpra seu papel de auxiliar no desenvolvimento cultural da comunidade, é importante que ela esteja bem instalada e devidamente equipada, ou seja, com mobiliário apropriado e devidamente projetado para atender de forma adequada os seus frequentadores, o que me reporta a Lopes e Balça (2013, p.148), quando afirmam que: “É importante que a biblioteca escolar seja um ambiente estruturado, flexível, onde ofereça aos alunos e à comunidade em geral, condições favoráveis à pesquisa e leitura, pois a biblioteca é parte integral do processo educativo.”

Nas B.E's de Londrina, por meio do “Palavras Andantes”, houve também um planejamento voltado para a adequação do mobiliário que compõe as bibliotecas da rede, isso porque até na década de 90 e início dos anos 2000, não haviam critérios que estabelecessem parâmetros para a aquisição do mobiliário. Segundo Silva (2006), havia bibliotecas que, ao invés de cadeiras, tinha tamboretes de plástico; um móvel que não proporcionava conforto e segurança ao leitor. Outra situação eram as cadeiras e mesas grandes, totalmente desproporcionais para o uso das crianças, além disso, as estantes eram altas e, muitos livros não ficavam ao alcance dos alunos. Esse cenário vai ao encontro de Silva (2009, p. 120), ao alertar que:

O mobiliário deve adequar-se à estatura de seus usuários, pois o leitor que se acomoda desconfortavelmente numa cadeira ou mesa alta demais, terá dificuldades para concentrar-se na leitura. Por isso o aluno precisa de mobília que lhe dê segurança, seja estável e não ofereça risco a sua saúde. O espaço da biblioteca escolar deve ser bastante flexível, oferecer a possibilidade de se transitar e ser utilizado de forma dinâmica.

A partir da implantação do projeto, gradativamente o mobiliário das B.E's foi ganhando um novo aspecto, ou seja, foi se adequando à estatura dos seus frequentadores, proporcionando comodidade, conforto e segurança aos leitores, como é possível ver nas imagens a seguir:



Foto 17: Mobiliário adaptado p/ crianças



Foto 18: Tamanho adequado de cadeiras

É possível notar que as mesas e cadeiras proporcionam conforto e segurança aos alunos, e nas bibliotecas observadas pude averiguar que o mobiliário, também, permite satisfazer distintas modalidades de uso: - leitura individual ou coletiva, estudo em grupo e atividades diversas – além, é claro, de facilitar a comodidade de leitores de diferentes estaturas.

Outro móvel que também deve se adequar à estatura dos usuários são as estantes, isso por que, quando muito altas, impedem que os pequenos leitores tenham acesso aos livros, o que dificulta o processo de escolha das obras. Assim, de acordo com Avilés (1998), o mobiliário deve oferecer praticidade, conforto e acessibilidade aos leitores. Por essa razão, grande parte das estantes que compõem o mobiliário das B.E's de Londrina são de um metro de altura, o que proporciona pleno acesso aos leitores.



Foto 19: Tamanho adequado de Estantes

Outro ponto observado nas B.E's pesquisadas, foi quanto aos equipamentos e materiais utilizados na zona informal da biblioteca, ou seja, nos espaços lúdicos onde o acervo está disposto sem a rigidez e formalidade das estantes. Nas três bibliotecas pesquisadas, a zona informal tem seu espaço reservado, com tapetes e fantoches, caracterizando-se como um espaço lúdico com manuseio descontraído e informal, tão discutido por Bortolin (2001).



Foto 20: Hora do Conto - Zona Informal

É válido ressaltar que nas três bibliotecas observadas toda disposição do mobiliário no espaço da biblioteca segue uma organização que respeita o ambiente e suas divisões. Em um determinado espaço acomodam-se mesas, cadeiras e estantes, esse é um espaço de leitura e estudos, que Silva (2006) nomina de zona formal; em outro ambiente, o espaço de contação de histórias é chamado pelo mesmo autor de zona informal. Essa disposição do espaço facilita as atividades e faz com que os alunos se sintam mais à vontade na biblioteca.

A B.E como espaço dinâmico e integrante da escola, quando envolvida no processo de ensino-aprendizagem precisa ter livros de qualidade. Afinal, proporcionar aos alunos a oportunidade de crescimento e enriquecimento cultural requer um acervo estruturado, e que leve o leitor à reflexão, à apropriação de discursos e à articulação de idéias. Nesse sentido, Silvestre e Silva (2013) atestam que para se ter atividades lúdicas e prazerosas no espaço da B.E, é fundamental a existência de um acervo variado, e que encante os pequenos leitores. Assim, para que a biblioteca exerça função dinâmica na escola e se consolide como um verdadeiro centro cultural, alguns elementos são essenciais, tais como atividades que levem à reflexão e à apropriação, além de práticas

que proporcionem a expansão do conhecimento letrado, isso tudo aliado a um acervo que desperte o interesse pela leitura. “É inquestionável a importância do acervo para desenvolver o gosto pela leitura.” (CALDEIRA, 2008, p.51).

Pude observar nas três bibliotecas em estudo que há uma quantidade satisfatória de livros que compõe o acervo. Na biblioteca da Escola Monteiro Lobato há um acervo de aproximadamente 5.000 livros, na biblioteca da Escola Vinícius de Moraes, 2.600 e, na Carlos Drummond de Andrade, em torno de 5.200 livros compondo o acervo da B.E. A Lei 12.244/10 aponta que a B.E deva ter um acervo de no mínimoum livro para cada aluno matriculado. No entanto, tendo as escolas pesquisadas uma média 300 alunos, nota-se que esses números estão bem acima do recomendado pela Lei, o que é algo positivo para a promoção da leitura.

De acordo com os PROB's, muitos dos títulos do acervo foram adquiridos na época de implantação do “Palavras Andantes” e boa parte dos livros são provenientes dos programas governamentais (PNBE), outra parte vem de campanhas realizadas pelas escolas. Quanto aos investimentos em compra de livros por parte do município, de acordo com a C.I. Nº 143 (Anexo M, p. 228), relata-se que no ano de 2011 foi feito investimento na compra de livros para as B.E's da rede, segundo informações da coordenação de B.E, cada biblioteca recebeu um Kit composto por 350 livros, com custo que ultrapassou R\$ 250.000,00.

Diante desses investimentos, procurei a coordenação de B.E, a fim de saber como foram os critérios de escolha do acervo adquirido em 2011. Segundo as informações repassadas, toda a escolha foi realizada por meio de critérios de avaliação que incluía o autor da obra, o gênero, se o livro acompanhava o projeto político pedagógico da escola, e se a obra tinha temas e conteúdos enriquecedores, além é claro de um criterioso processo de análise dos catálogos enviados pelas editoras, que conforme Lajolo (2006, p.29):

Um bom catálogo vai muito além de divulgar os títulos que elenca: além de envolver, maquiagem e marcar o produto que anuncia, o catálogo acaba construindo uma das imagens pela qual seu produto fica conhecido. Ou seja, no caso dos livros, as informações que o catálogo fornece a respeito das obras que nele constam transformam-se, quando o usuário do catálogo transforma-se em leitor do livro, nas categorias que prioritariamente o leitor procurará e (com grande chance) encontrará no livro. Por isso, as coloridas e geralmente bem diagramadas páginas de um catálogo são documento muito importante para o estudo de livros.

Por meio de reuniões onde foram convidados professores das bibliotecas e coordenadores pedagógicos, os livros foram devidamente analisados levando em consideração os critérios citados anteriormente, só após o processo de seleção foi efetuada a compra do acervo.

De maneira geral, as obras que compõem o acervo das bibliotecas pesquisadas são de boa qualidade, em que há livros de diferentes gêneros, com conteúdos que estimulam o desenvolvimento de conceitos, conhecimentos e habilidades diversas. Existem, ainda, muitos livros voltados para os alunos dos anos iniciais, o que estimula o desenvolvimento da recepção estética, da percepção literária e os aspectos sonoros da língua. Assim, pude notar por meio das observações, que no momento das atividades de leitura na B.E, muitos alunos se identificavam com os livros, seja pelo fato de abordar questões culturais já vivenciadas por eles, ou por que despertaram o seu imaginário. e então, verifiquei que muitas obras faziam parte da vida das crianças, constituindo um processo de identificação entre livro e leitor, constatação que corrobora com a afirmação de Ferreira (2009, p.90):

As obras precisam fazer parte da vida do aluno para que pertençam, não somente ao acervo escolar e cultural, mas ao seu imaginário, à sua história de leitura, ou seja, à sua biblioteca vivida. A constituição dessa biblioteca integra socialmente o leitor, pois, ao construí-la, ele se apropria gradativamente do que sempre lhe pertenceu: sua herança cultural.

Outro aspecto importante a ser discutido com relação ao acervo das B.E's de Londrina, é que devido ao uso frequente dos livros, há uma necessidade de renovação constante das obras. O que observei acompanhando as atividades, é que muitos alunos já conhecem grande parte dos livros e estão sedentos de uma renovação frequente do acervo, esse aspecto me remete a Feba e Vinhal (2013, p. 177), quando lembram que: “É importante que se tenha um acervo de qualidade e na quantidade adequada, bem como que se assegure a renovação e atualização constantes para manter seus frequentadores e atrair cada vez mais adeptos.” A realidade evidencia que quanto mais o espaço da B.E é utilizado, maior se torna a necessidade de renovação e atualização do acervo e, dentro desse contexto, é possível afirmar que as B.E's de Londrina se adéquam a essa realidade, cabendo ao poder público elaborar medidas e projetos que contemplem a frequente renovação dessas obras.

A B.E é um dos principais suportes para despertar e promover o gosto pela leitura e servir de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Para que isso aconteça vários fatores devem estar ajustados para o bom funcionamento da mesma, inclusive a organização e conservação do acervo existente nesses espaços. A esse respeito, o Grupo de Estudos em B.E (GEBE), da Escola de Ciência e Informação da UFMG, afirma que a B.E deve ter: “Um acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez” (GRUPO, 2010, p.9).

Em Londrina, por meio do questionário de observações (Apêndice B, p. 232), pude constatar que as condições de conservação e organização do acervo nas três bibliotecas pesquisadas são boas. Para manter a conservação do acervo, o PROB trabalha em duas frentes: a primeira, é que a maioria dos livros tem suas capas plastificadas com material transparente, o que protege e aumenta a vida útil do acervo; outra maneira utilizada pelos PROB's visando a conservação das obras é por meio da conscientização dos alunos, em que por meio de palestras, peças teatrais e diálogos frequentes, é desenvolvida na comunidade escolar a importância de se preservar e ter cuidado com os livros. A esse respeito, Kuhlthau (2009, p.56) defende que:

As crianças podem começar a entender que a biblioteca é o seu lugar, mas que ela deve ser compartilhada com outras crianças. Assim, têm o direito de usar os materiais e a responsabilidade de conservá-los. É uma oportunidade para desenvolver a atitude de respeito mútuo, que abarca também a dimensão do respeito pelos lugares públicos: entender que tais espaços pertencem a todos, preservá-los, não sujá-los ou depredá-los é dever de cada um porque todos têm direito de desfrutar-se deles.

Observei que as medidas realizadas visando a conservação das obras estão proporcionando resultados positivos, visto que grande parte dos livros estão conservados, e os que se encontram mais desgastados, fica evidente, que não é por conta de maus tratos, mas sim, pela frequente utilização.

Quanto à organização do acervo, ainda não há um padrão de catalogação, existem algumas bibliotecas que os livros são catalogados por funcionários da biblioteca pública da cidade, usando o sistema de classificação decimal de Dewey (CDD), porém não são muitas, isso por que, de acordo com as PROB's, o processo de envio e devolução dos livros pela biblioteca pública é bem demorado. Dessa forma, grande

parte das B.E's organiza suas obras por gênero, faixa etária/idade ou por ordem alfabética. Das três bibliotecas pesquisadas, em duas, o acervo é organizado por faixa etária, e em uma, pelo gênero da obra. Notei que os alunos, em sua maioria, têm familiaridade com a organização do acervo, o que proporciona a eles facilidade para encontrar os livros nas prateleiras. Mesmo com um sistema de organização e catalogação bem simples, o sistema contribui para que as crianças futuramente tenham facilidade em utilizar uma biblioteca pública ou universitária. Neste sentido, Vianna (2008, p.46) destaca:

É importante que mesmo as pequenas bibliotecas utilizem instrumentos de organização. Desse modo, estarão possibilitando ao aluno familiaridade com uma organização padronizada que ele irá encontrar em bibliotecas que frequentará durante sua vida. Isso lhe permitirá, por exemplo, utilizar com desembaraço bibliotecas universitárias e especializadas. Se a biblioteca de sua escola for organizada de acordo com um sistema que seja utilizado pela maioria das bibliotecas, a criança terá mais segurança e estímulo para explorar os acervos de outras bibliotecas.

A citação acima reforça a importância de se ter nas pequenas B.E's um sistema de catalogação e organização do acervo, o que contribui para que os pequenos leitores, desde cedo, já compreendam o sistema de organização e localização das obras nas bibliotecas.

Com relação à perda de livros das B.E's, via de regra, o pedido é que o aluno adquira outra obra igual ou semelhante a que foi perdida, mas, de acordo com os PROB's, essas situações acontecem com raridade. Diante disso, os alunos têm acesso a todos os livros da biblioteca, inclusive para empréstimos, ou seja, não há nenhum tipo de cerceamento ou blindagem das obras, aspecto tão discutido por Cavallo e Chartier (1998), o que possibilita aos alunos o livre acesso à leitura e à informação por meio da B.E.

Quanto ao horário de atendimento, as três bibliotecas pesquisadas funcionam em período integral, sendo das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas, de segunda a sexta-feira. As bibliotecas da rede municipal, em sua maioria, contam com dois professores, um que atua no período matutino e outro no vespertino, o que proporciona a toda comunidade escolar um atendimento em período integral. Os benefícios de uma biblioteca aberta em período integral são inúmeros, pois ela se torna mais ativa na escola e proporciona ao PROB maior participação nas atividades, além de

facilitar o acesso dos alunos na biblioteca, resultando na maior interação entre B.E e leitores. E, assim, Andrade (2008, p.14) relata:

As conclusões do estudo feito nos estados do Alaska, da Pennsylvania e do Colorado demonstraram que alunos que obtiveram melhores resultados eram oriundos de escolas cujas bibliotecas contavam com bibliotecários em horário integral (30 a 40 horas por semana). [...] Essas bibliotecas mantinham horário de funcionamento mais longo [...] além disso preocupava-se em estabelecer políticas de desenvolvimento de coleções que direcionassem adequadamente seus acervos.

Sobre as visitas na B.E, há um agendamento semanal das salas de aula, em que uma vez por semana cada sala tem atividades de 45 minutos no espaço da biblioteca, realiza-se a Hora do conto, atividades diversas de leitura, além dos empréstimos de livros, sendo que todas as atividades são coordenadas e dirigidas pelos PROB's. É importante ressaltar que além dos horários de visitaçaõ das salas, os alunos têm toda liberdade para visitarem a biblioteca no intervalo das aulas e nos períodos que não há turmas agendadas.

Nas três bibliotecas pesquisadas é permitida a visitaçaõ do público externo, respeitando os horários preestabelecidos. Quanto aos empréstimos de livros, não são permitidos ao público externo, porém, a visitaçaõ e a realizaçaõ de leituras no espaço da B.E são autorizadas, o que já é um grande avanço e integra a comunidade junto à escola, constituindo a biblioteca em um espaço aberto e interativo, o que vai ao encontro das ideias de Carvalho (2008). Segundo a autora (CARVALHO, 2008, p.23), “a escola que pretenda investir na leitura como ato verdadeiramente cultural não pode ignorar a importância de uma biblioteca aberta, interativa, espaço livre para expressaõ genuína da criança e do jovem.” Isso reforça a necessidade de se ter bibliotecas que tenham flexibilidade de horário e atendimento, além de regras de funcionamento que busquem a inclusãõ da sociedade no espaço da B.E, cumprindo, assim, sua função de formar leitores e incluir pessoas.

3.4 As Atividades de Leituras Desenvolvidas nas Bibliotecas Escolares de Londrina

Segundo Camacho, Ecard e Jesus (1998), a leitura tem sido centro de discussãõ ao longo dos últimos anos, tanto na área da educaçaõ quanto na área da

cultura. Porém, o que se percebe é que os avanços no ensino, na construção do leitor e na formação do gosto estão distantes do ideal. Um grande caminho já foi percorrido, porém, ao discutir mais a fundo os projetos e as práticas de incentivo à leitura, nota-se que é preciso ir além.

Considerando a aquisição da prática da leitura como processo contínuo de produção de sentido e como aspecto fundamental para a promoção cultural do cidadão, é necessária a utilização de uma metodologia que privilegie a participação da B.E como agente ativo no processo de mediação e formação de leitores, mediante estratégias e práticas de leituras voltadas efetivamente para a constituição do leitor crítico e reflexivo. Obata (1999) salienta que é necessário mais do que a promoção da leitura, que seja feita sua apropriação, levando a B.E a assumir-se como biblioteca interativa, espaço não apenas de difusão, promoção ou disseminação da informação e da cultura, mas também um espaço onde o leitor possa ter voz, posicionamentos e interpretações por meio de projetos e práticas de incentivo à leitura.

Assim posto, é importante que os projetos e as práticas desenvolvidas pelas bibliotecas tenham uma concepção de linguagem dentro de um processo criativo, que se materialize pelas enunciações, uma concepção de linguagem em que seu caráter ideológico não possa ser compreendido separadamente do fluxo da comunicação verbal, o que confirma Bakhtin (1999, p.123) ao explicitar que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicológico de sua produção, mas pelo fenômeno da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações; a interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Para Bakhtin (1999), qualquer enunciado - oral ou escrito – faz parte de um processo de comunicação ininterrupto, concebendo a linguagem um processo de interação. Assim sendo, o sentido é construído no discurso, e essa construção envolve os participantes, a situação imediata ou um contexto mais amplo. Diante disso, ao provocar uma reflexão sobre projetos e práticas de leitura, não se pode partir do pressuposto de que existe uma língua pronta e acabada, um discurso imutável representado pelos cânones literários expostos nas estantes. Ler na ou a partir da B.E compele o sujeito a construir por meio do mundo que o cerca uma representação, oferecendo-a e contrapondo-a à representação de um “outro”. Faraco (1997) também se alinha a essa ideia, quando assevera que é necessário que se olhe a língua em sua

integridade concreta e viva, não como algo unitário, mas focando a atenção na realidade linguística que, segundo os pressupostos bakhtinianos, é sempre pluridiscursiva, plurilíngue, heteróclita, e imersa no diálogo. O sujeito constitui-se, portanto, nos processos interativos dos quais participa, abrindo o espaço para as relações intersubjetivas e para o reconhecimento recíproco da construção ideológica das consciências. Diante do exposto, destacarei os principais projetos e atividades que são desenvolvidos nas B.E's de Londrina, visando o incentivo à leitura e à constituição de leitores.

Antes do ano de 2002, segundo Silva (2006), praticamente todos os projetos e atividades de leitura realizadas nas B.E's tinham como premissa a solicitação de trabalhos após as atividades da Hora do Conto ou de qualquer atividade de leitura realizada. Com a implantação do “Palavras Andantes”, a partir do ano de 2003, a orientação era contrapor a ideia de solicitar trabalhos após as contações. Uma vez que o que se configurava nas bibliotecas da rede municipal era a ideia de que ler um livro ou ouvir uma história não bastava, era necessário a cobrança por meio de uma atividade, assim, o texto era usado como pretexto, algo muito discutido por Lajolo (1986).

Com o passar do tempo e a consolidação do “Palavras Andantes” na rede municipal, aos poucos e após vários cursos e seminários, os PROB's começaram a desenvolver projetos e atividades de leitura que confrontavam a ideia da cobrança e avaliação, e passaram a ter uma concepção de leitura que privilegiasse o dialogismo, a apropriação de discursos e a valorização do conhecimento de mundo trazido pelos alunos. Quanto a isso, Silva e Balsan (2013, p. 84 – 85) afirmam:

Cabe à escola contribuir para a formação de um leitor que não se caracterize como um ser obediente e apático, que preencha fichas, faça resumos de livros ou reproduza trechos de materiais escritos, mas, sim, daquele leitor que é provocado e estimulado pelos textos que lê, que engendra e constitui sentidos, que dialoga com o escrito, com seu contexto, fazendo brotar e utilizando sua biblioteca vivida.

Alicerçado nessas concepções, pude acompanhar algumas atividades realizadas nas três B.E's pesquisadas em Londrina e constatei como elas se processavam e quais as principais estratégias utilizadas nesses espaços. Uma das principais atividades realizadas nas bibliotecas é a Hora do Conto, em média, sua duração gira em torno de 15 minutos, e notei um grande envolvimento dos alunos que

ficam fascinados com o desenrolar das histórias. Observei que um dos motivos para o sucesso da Hora do Conto é o preparo das atividades, que contemplam leitura, desenho, oralidade, além disso, os PROB's situam o leitor sobre o que será trabalhado, deixando claro quais são os objetivos da leitura, além de usar habilidades e estratégias que atendem às necessidades e aos objetivos propostos. Todo esse planejamento e preparação condizem com as ideias de Solé (2007), quando ressalta a necessidade do preparo das atividades de leitura e alerta para a importância do uso de estratégias que contribuem para ativar os conhecimentos prévios do leitor.

Ao presenciar os PROB's folheando os livros junto aos alunos, apresentando a estrutura da história e situando os pequenos leitores sobre os elementos mais importantes do livro, vi o quanto isso é importante para a compreensão durante a leitura e para o amadurecimento do leitor. “Antes de ler, bons leitores geralmente ativam conhecimentos prévios que podem então ser relacionados às ideias do texto. O exercício de ativar estas informações interfere diretamente, na compreensão durante a leitura.” (GIROTTI; SOUZA, 2010, p.50).



Foto 21: Momento “Hora do Conto”

Outros momentos de leitura realizados nas B.E's são as atividades divididas em três etapas no horário de visitação das salas. Acompanhei a atividade com uma sala de 4º ano e o tempo de duração é de aproximadamente 45 minutos. Nos primeiros 15 minutos, os alunos, de forma espontânea, contam aos colegas e à PROB a história do livro que leram durante a semana, podendo contar ou ler os trechos que acharam mais interessantes.



Foto 22: Alunas à frente compartilhando leitura aos colegas

A oportunidade de compartilhar com os demais colegas a leitura realizada, amplia as ideias do leitor e oportuniza aos demais colegas escutarem uma nova história, levando-os ao interesse de realizar a leitura do livro comentado pelo colega. A esse respeito, Kuhlthau (2009, p.113) explica que as “Oportunidades de falar sobre o que leram ou assistiram na televisão ou no cinema vai ajudá-las a entender e interpretar significados”.

Após a troca de experiências, todos os alunos devolveram os livros e tiveram mais dez minutos para realizarem a escolha de novos livros para empréstimos. Concluída essa etapa, o PROB deu sequência, nos últimos vinte minutos, à leitura de mais um capítulo de “Os Miseráveis”, de Victor Hugo (Adaptação de Valcyr Carrasco), na semana em que eu estava presente foi lido o 13º capítulo – Perseguição e Fuga. Após a leitura, ainda houve um breve debate abordando os principais pontos do capítulo lido, e o PROB levantou algumas questões que provocaram interação na atividade, como opiniões individuais e conjuntas formuladas pelos alunos.

Uma de tantas práticas de leitura que defendemos para a dinamização na biblioteca é a leitura compartilhada, aquela em que se realiza um debate após a leitura a partir de um roteiro previamente elaborado pelo mediador que aborde impressões subjetivas de leitura, aspectos da construção textual, temas e peculiaridades do projeto gráfico e dos paratextos. Por meio deste debate é possível: construir conjuntamente os significados para o texto; provocar uma interação entre o livro, o professor e o aluno; elaborar coletivamente as respostas pelo mediador; posicionar-se criticamente; refletir acerca das opiniões diversas ou complementares; aumentar a criatividade; trocar ideias. (FEBA; VINHAL, 2013, p.183)

Dentre os vários projetos e práticas de incentivo à leitura desenvolvidos nas B.E's de Londrina, as dramatizações teatrais de obras lidas pelos alunos também

merecem destaque. Nessas atividades há uma grande participação dos alunos, e as peças teatrais são apresentadas à comunidade escolar, o que reforça a interação entre B.E e comunidade, e aperfeiçoa as habilidades de ler e expressar publicamente. Segundo Kuhlthau (2009, p. 52-53),

A dramatização depois de uma história se adapta de modo especial às necessidades e interesses das crianças das primeiras séries. As crianças são muito ativas e aprendem através de jogos criativos e da imitação, que podem ser feitas através de representação teatral. [...] A dramatização acompanha o desenvolvimento da criança como uma manifestação espontânea, evoluindo esta espontaneidade para a observação de regras, passando, portanto, do individual para o coletivo.

Além de auxiliar no desenvolvimento da criança nos aspectos de manifestação espontânea e linguística, a representação teatral, quando bem elaborada, oportuniza o aperfeiçoamento da comunicação, organizando o conhecimento de mundo de forma integradora, o que é muito discutido por Bakhtin (1999).

O Projeto “Sacola da Leitura” é outra atividade desenvolvida nas três B.E’s pesquisadas. Nele cada sala de aula possui uma sacola com aproximadamente cinco livros de gêneros variados, e por meio de sorteio, cada dia uma criança leva a sacola para casa, e são instruídas a realizarem a leitura com a família. Há um caderno acompanhando a sacola, onde os pais descrevem como foram os momentos de leitura junto com o filho (a), ou seja, os pais relatam essa interessante e enriquecedora experiência de leitura em família. A “Sacola da Leitura” é um projeto muito enriquecedor, porque além de incentivar a leitura dos alunos, também insere a família no processo de formação do leitor. Rigoleto e Di Giorgi (2009, p. 226-227) atestam:

Consideramos a família peça muito importante para o funcionamento da escola. Assim sendo, a família é chamada a participar da educação das crianças e dos jovens. No entanto, muitos pais não sabem como fazê-lo. Contudo, acreditamos que uma das maneiras viáveis de concretizar esta tarefa consiste na participação ativa da família na formação do aluno leitor. Para tanto, a escola deve formar famílias leitoras capazes de compartilhar a leitura com seus filhos. E esta missão pode ser realizada com a colaboração de professores, e principalmente, de bibliotecários.

Projetos e práticas de incentivo à leitura, iguais ou semelhantes aos destacados neste estudo, podem fazer diferença na vida de muitos alunos, principalmente em comunidades como o da Escola Monteiro Lobato que, segundo funcionários da instituição, grande parte dos alunos não chega à idade adulta devido ao alto índice de violência existente no bairro. Crianças relatam histórias de vida

impactantes, a exemplo de pais que se encontram presos, crianças que já presenciaram assassinatos e vários tipos de violência, ou seja, vivem em meio a uma vulnerabilidade social, daí a necessidade da B.E em uma comunidade como essa, consolidando-se como espaço de desenvolvimento cultural, de acesso à leitura a todos sem distinção, o que me remete a Gomes (1983, p. 53), “A biblioteca tem o fim de desenvolver e propagar a instrução, estimulando o desenvolvimento intelectual de todos em geral, sem distinção de sexo e nacionalidade.”

3.5 As Funções e Atividades Desenvolvidas pelo Professor Regente de Oficinas de Biblioteca

A B.E, quando bem estruturada, é elemento importante para sustentação de um ensino de qualidade, enquanto a escola é a base que visa instruir; a biblioteca a complementa proporcionando aos alunos o acesso à leitura e à informação. Sendo assim, a B.E é um ambiente de aprendizagem contínuo, um espaço de interação e socialização, por isso precisa estar em boas condições estruturais e contar com a presença de um bibliotecário em mediar as ações nesse local. Uma vez que esse profissional, quando qualificado e envolvido com as práticas de leitura, auxilia e promove o acesso à cultura, o que me reporta a Souza, Cavalcante e Bernadino (2009, p.7), quando destacam que: “A biblioteca escolar aliada ao bibliotecário estabelece meios que guiam no processo educacional e no enriquecimento cultural dos alunos, transformando suas vidas em diferentes aspectos junto à sociedade.” Por meio desta citação, fica evidenciada a importância de se ter bons profissionais atuando no processo de mediação de leitura na B.E, o que proporciona aos alunos envolvimento e interesse nas atividades realizadas nesse espaço de cultura e apropriação.

Ainda sobre a importância de se ter um professor qualificado atuando na B.E, Feba e Vinhal (2013, p. 177) ressaltam que esse profissional precisa: “Ser presente, preparado e capacitado para organizar o acervo, auxiliar os leitores e atuar como mediador de leitura.” Ter um profissional com essas características é fundamental para o bom andamento das atividades, o que certamente contribuirá para a formação de leitores. Porém, a realidade no Brasil apresenta que em grande parte das escolas não há a figura do professor que atua na B.E, o que compromete o processo de mediação

realizado nesses espaços. Para agravar mais a situação, em algumas cidades, como Goiânia - GO, segundo a Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil (2011, p. 85), a Secretaria de Educação tem substituído os professores que atuam nas bibliotecas escolares por técnicos administrativos, que em sua maioria possuem o ensino médio. “No estado de Goiás, na maioria das escolas, quase todos os responsáveis por bibliotecas possuem formação superior [...] exceção para Goiânia, onde os professores têm sido substituídos por técnicos administrativos”. Atitudes iguais a essas comprometem as atividades de leitura na B.E, e fortalecem a ideia de guarda de livros como função única de quem atua nesses espaços.

Em Londrina, de acordo com as informações fornecidas pela Secretaria de Educação, há 120 professores que atuam nas B.E's, sendo que 100% possuem graduação na área de humanas, sendo a maioria formada em Letras e Pedagogia. Segundo a coordenação de B.E, há critérios definidos para analisar o perfil do profissional que pretende atuar nas bibliotecas, dentre esses critérios são analisados: a formação, o perfil, ou seja, se é um professor dinâmico, criativo, e se de fato aprecia a leitura e a literatura. Em relação a esses critérios, Silva (2009, p. 133) aponta:

Para que a biblioteca escolar possa cumprir a sua função de integrar-se ao ensino numa escola, faz-se necessário que o mediador, professor e/ou bibliotecário, seja um profissional dinâmico, pois caberá a ele estabelecer a ponte entre a biblioteca e os alunos, a biblioteca e os professores, e entre a biblioteca e os conteúdos.

Diante da importância e necessidade de se ter profissionais com esse perfil atuando nas B.E's, procurei conhecer mais de perto os professores que atuam nas bibliotecas pesquisadas em Londrina, assim, através de visitas e por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice C, p. 234), pude conhecê-los melhor.

Nas três bibliotecas em estudo os PROB's são formados em Normal Superior, Pedagogia e Educação Artística, respectivamente, sendo que todos trabalham em período parcial. Quanto ao tempo de serviço desses profissionais na rede municipal, uma professora tem 22 anos de serviços prestados e está há quatro anos na B.E; outra tem dez anos de município e está há dois anos na biblioteca, e o terceiro professor tem trinta anos de rede municipal e está há sete na B.E.

No período em que acompanhei as atividades desses professores, tive a oportunidade de ver de perto os projetos realizados, as atividades do cotidiano, além de

poder ouvi-los, ou seja, conhecer um pouco daquilo que eles pensam sobre mediação de leitura, suas condições de trabalho e suas perspectivas na função que exercem. O que, para mim, foi enriquecedor, poder vivenciar um pouco de seus desafios e conquistas no espaço da biblioteca. Saber mais sobre esses profissionais e seu envolvimento com a leitura e com a biblioteca passou a ser muito importante para o desenvolvimento das observações. Diante dessa premissa, perguntei aos PROB's, que por uma questão de privacidade os chamarei através de nomes fictícios²³, quais foram os motivos que os levaram a trabalhar na B.E.

A professora Laura, da Escola Carlos Drummond de Andrade, respondeu:

Eu já estou há 10 anos na escola, e já fazia uns seis anos que estava pedindo para trabalhar na B.E. Eu despertei o interesse em trabalhar na biblioteca e sempre gostei de leitura, foi até que recebi o convite e há dois anos estou atuando aqui na biblioteca. (Entrevista – 2013)

O professor Leandro, que trabalha na Escola Vinícius de Moraes, disse:

Bom, sempre gostei muito de ler e de biblioteca, eu vim trabalhar aqui porque recebi um convite da diretora, ela me convidou e eu aceitei, e estou aqui já faz sete anos. (Entrevista – 2013)

Já a professora Laís, da Escola Monteiro Lobato, falou:

Todo final de ano a escola faz um remanejamento e geralmente o diretor costuma atender ao pedido dos professores, colocando-os onde eles têm mais afinidade para desempenharem suas funções, e eu sempre gostei de biblioteca. Aí a diretora perguntou se eu tinha interesse, e eu assumi o desafio; propus uma nova reorganização para a B.E, e os professores aceitaram. (Entrevista – 2013)

Por meio da fala dos PROB's, notei que todos demonstraram interesse em trabalhar na B.E porque já tinham certa afinidade com a leitura e com o ambiente da biblioteca, o que é muito positivo para o desenvolvimento das atividades. O discurso desses professores passa a ideia que não estão na biblioteca por acaso, mas sim por opção, o que contribui para que esses docentes sejam envolvidos e dedicados com a formação do leitor, trazendo no seu interior as experiências de uma biblioteca vivida, tão discutida por Ferreira (2009, p. 74):

O profissional da biblioteca e o professor, compromissados com a formação do jovem leitor, ao realizarem diagnósticos dos conceitos prévios determinantes das eleições desse leitor, adquirem elementos que permitem desenvolver um trabalho com a leitura capaz de favorecer ao jovem o contato com obras ficcionais emancipatórias. [...] Para tanto, o trabalho desenvolvido

²³Os professores entrevistados em Londrina são chamados por meio de nomes fictícios começados com a letra L.

precisa centrar-se no pressuposto de que a compreensão do que é dado a ler ou a entender ocorre enquanto articulação no interior de uma biblioteca vivida.

O professor envolvido com a leitura e amante da B.E, quando designado a desempenhar as funções nesse espaço, levará suas experiências de leitura, sua biblioteca vivida e os elementos necessários para desenvolver um trabalho de excelência na formação de leitores. Daí, a importância de se ter profissionais com perfil leitor, em que a formação levará ao envolvimento, e os beneficiados pelo processo são os alunos e a comunidade escolar.

Outro questionamento levantado nas entrevistas relaciona-se às atividades desenvolvidas no cotidiano da biblioteca. Assim, perguntei: Quais eram as principais atividades realizadas por eles diariamente na B.E?

A professora Laura, da Escola Carlos Drummond de Andrade, explicou:

Realizo leituras, preparo a Hora do Conto, organizo o espaço, temos os projetos de oração e civismo, que é o hino nacional toda segunda-feira; e além disso, tem o projeto sacola da leitura, onde a escola inteira participa. Também realizo empréstimos, preparo as atividades de leitura para receber as salas de aula durante a semana, onde nessa programação cada sala de aula tem uma atividade de 45 minutos por semana. (Entrevista – 2013)

O professor Leandro, da Vinícius de Moraes, descreveu:

Bom, na biblioteca eu procuro realizar as atividades de forma bem dinâmica, por exemplo, eu levo todas as salas de aula pelo menos uma vez por semana para a Hora do Conto, aí organizo essas atividades para receber as salas de aula, além disso, faço empréstimos de livros, programo atividades como filmes, teatros, e a hora do conto; e também organizo todo o espaço. (Entrevista – 2013).

Já a professora Laís, que trabalha na Escola Monteiro Lobato, pontuou:

As principais atividades que desenvolvo são: a Hora do Conto, onde semanalmente todas as salas vêm para a biblioteca para participarem desse momento, organizo o espaço, executo alguns projetos, faço o controle de empréstimos de livros, auxílio e dou sugestões de obras para serem lidas e muito mais. (Entrevista – 2013).

As atividades realizadas pelos PROB's são bem definidas, em minhas visitas notei que há um cronograma regular da Hora do Conto, em que os horários de cada sala são estipulados. Isso faz com que o PROB tenha uma agenda semanal a ser cumprida, até porque é regulamentado pela Secretaria de Educação que nos 45 minutos em que as turmas estão em atividade na B.E, os professores de sala de aula devem fazer

sua hora atividade, ou seja, organizam diários, corrigem avaliações ou preparam suas aulas, com isso, há um agendamento prévio de visitas na B.E.

Por meio da fala dos professores, é possível notar que eles realizam atividades de leitura e mediação, além das atividades de organização e empréstimos de livros. Porém, quero destacar que nas observações que fiz, percebi que nas atividades de leitura e mediação, os três professores levantavam hipóteses sobre a leitura que iriam realizar e, além disso, auxiliavam os alunos e levantavam questões para serem discutidas com a turma. Essa mediação realizada pelos PROB's confirma as ideias de Silva e Balsan (2013, p. 91), quando destacam:

Cabe, então, ao professor, selecionar as obras a serem lidas, separar os materiais necessários para facilitar o entendimento, levantar hipóteses sobre a receptividade dos alunos e suas dificuldades, oferecer auxílio, segundo as necessidades, estabelecer previsões e relações sobre o texto, levantar questões, apresentar os textos e auxiliar na atualização dos conhecimentos dos alunos. É nesse momento da leitura que o educador deverá ativar os conhecimentos prévios da turma.

Fica evidenciado por meio da citação anterior, que as atividades do professor que atua na B.E devem ir além das questões administrativas e de organização do espaço, é necessário que ele atue como um exímio mediador, ou seja, cumprindo sua função pedagógica, auxiliando no processo de leitura e compreensão dos textos, usando como suporte as estratégias de leitura.

Mesmo notando que os três professores demonstravam afinidade com a função exercida na B.E, perguntei a eles se estariam dispostos a deixar a biblioteca para assumirem outra função na escola.

A professora Laura, da Carlos Drummond de Andrade, afirmou:

Eu gosto muito dessa escola, é uma escola que está inserida dentro de uma comunidade muito carente, existe muita dificuldade em achar professores dispostos a trabalharem aqui, então eu penso; seu eu sair, quem vai querer vir para cá? Então eu não sairia da biblioteca com facilidade, vejo que estou sendo útil para essa comunidade. (Entrevista – 2013).

O professor Leandro, da Escola Vinícius de Moraes, disse:

Olha, eu me sinto muito bem trabalhando na B.E, posso afirmar com sinceridade que eu me sinto realizado, tanto é que já recebi vários convites e não aceitei, trabalho na B.E porque gosto mesmo. (Entrevista – 2013).

E a professora Laís, da Monteiro Lobato, assegurou:

Eu não aceito nenhum cargo para deixar a B.E, eu quero continuar aqui, tenho prazer em promover a leitura nesse espaço, me sinto realizada. (Entrevista – 2013).

O fato de os professores quererem permanecer na B.E e demonstrarem motivados em exercerem a função, remete a Campello (2012), quando destaca que o profissional que trabalha na biblioteca motivado e com prazer, tem o poder de influenciar positivamente na formação de leitores. Assim, fica evidente que o fato dos professores se sentirem bem contribui para que a biblioteca se torne um espaço agradável, prazeroso e de constituição de leitores.

De maneira geral, notei que os PROB's pesquisados em Londrina se envolvem com suas atribuições no espaço da B.E, e procuram desempenhar atividades que estreitam laços entre biblioteca e alunos. É claro que existem aspectos que necessitam de ajustes, mas o que se evidencia é um grupo de professores envolvidos no processo de constituição de leitores, usando a biblioteca como meio de propagação da leitura e informação. Este comprometimento me reporta a Bicheri (2008), quando expõe que é fundamental que o professor que atua na biblioteca tenha algumas características como competência, envolvimento, dedicação, responsabilidade, iniciativa e curiosidade para inovar. Logo, espera-se que esse profissional faça diferença na unidade escolar na qual está inserido, e que promova a biblioteca como espaço do saber e espaço do leitor.

3.5.1 As Políticas Públicas Voltadas ao Professor Regente de Oficina de Biblioteca em Londrina

Segundo Azevedo (2003, p.38), “política pública é tudo que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Se política pública é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais são tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Diante disso, nota-se que as políticas públicas em educação voltadas para a B.E, na maioria das vezes, contemplam somente os recursos materiais. São poucos os investimentos direcionados para qualificação e aperfeiçoamento do professor que atua na B.E, sendo que em certas regiões do país não há nenhuma política educacional que contemple o professor da biblioteca. Esse cenário contraria as ideias de Bortolin e

Júnior (2009), quando destacam a importância de se ter um professor de biblioteca qualificado, leitor e que seja um exímio mediador de leitura.

Em Londrina, a Secretaria Municipal de Educação por meio da coordenação de B.E, realiza algumas ações, que visam a qualificação dos professores que atuam nas bibliotecas, dentre essas ações destacarei as principais voltadas para a formação e valorização desses profissionais. Uma ação que vem contribuindo como apoio e suporte a esses professores é o fato de haver uma coordenação específica de B.E na Secretaria de Educação. Coordenação essa composta por duas professoras que atuam especificamente no sentido de dinamizar as B.E's e dar suporte nas ações necessárias. Em entrevista com a coordenadora geral das B.E's, ela me disse:

A coordenação e o projeto “Biblioteca Escolar: Palavras Andantes”, ainda firma suas bases em quatro pilares: 1º Formação e Apoio aos Professores de Biblioteca, 2º Empréstimos de Livros e Ampliação do Acervo, 3º Hora do Conto e 4º Organização Arquitetônica e do Acervo das Bibliotecas Escolares. (Entrevista – 2013).

É importante destacar que esses pilares permanecem desde o início do projeto, ou seja, há 11 anos, o que evidencia o desenvolvimento contínuo do “Palavras Andantes”, buscando ao longo do tempo consolidar suas bases. Nesse processo, nota-se que o primeiro pilar é a formação e o apoio aos professores de biblioteca, o que é muito importante para o fortalecimento desses espaços. A esse respeito, o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GRUPO, 2010) afirma que é fundamental que a B.E tenha um professor qualificado, apoiado por uma equipe adequada para dar suporte e qualificação. Sobre isso, a Secretária de Educação de Londrina, em entrevista, reforçou a importância de se ter políticas específicas voltadas aos professores de biblioteca:

Os nossos investimentos e as nossas metas na realidade são em duas frentes: no espaço físico e na capacitação do professor que trabalha na biblioteca; toda biblioteca em Londrina tem um professor dentro dela, ou da área de Letras ou áreas afins, que são as áreas que a gente acredita que consegue trabalhar de uma forma pedagógica com o aluno, então, no que diz respeito a capacitação desse profissionais, isso aqui, é bastante intenso. (Entrevista – 2013).

Dessa forma, sob a organização da coordenação de B.E, há sistematicamente oficinas e cursos específicos para os PROB's, e a esse respeito a coordenadora de B.E explicou:

Hoje nós temos 120 professores regentes de oficina de biblioteca, porque alguns fazem período integral e, outros, parcial. Toda primeira quinta-feira

do mês nós nos reunimos para buscar o aperfeiçoamento da formação e trabalharmos dicas de livros e como trabalhar com o acervo. Também estudamos mediação, estratégias de leitura, como fazer empréstimos, e que livros devemos emprestar para determinada faixa etária e muito mais. As oficinas são ministradas pela nossa coordenação, pelas bibliotecárias da biblioteca pública da cidade, e por autores de livros que convidamos. Como temos um grande grupo de professores e aqui na Secretaria de Educação não temos um espaço para acomodar esse grande número de pessoas; fizemos uma parceria com o SESC, onde temos nos reunido; além disso, o SESC fica no centro da cidade o que facilita no deslocamento dos professores. (Entrevista – 2013).

Nas minhas idas a Londrina participei de uma dessas oficinas e vi o envolvimento dos PROB's com as atividades realizadas. Na oportunidade em que estava presente, houve uma oficina ministrada por duas bibliotecárias, o tema trabalhado foi “Lendas Urbanas da cidade de Londrina”, que tinha como objetivo o resgate histórico de personagens marcantes e lendários da cidade, além, é claro, dos aspectos literários.



Foto 23: Curso mensal PROB's



Foto 24: Oficina PROB's

O processo de qualificação contribui para a qualidade das atividades realizadas na B.E. Afinal, o professor conhecendo a literatura, os processos de mediação e seleção das obras, terá condições de desenvolver habilidades que resultarão na formação de leitores críticos e reflexivos. A esse respeito, Santos e Souza (2009, p. 101) asseveram:

Conhecendo a literatura, o professor bibliotecário pode entrar em sintonia com a criança e aumentar o conhecimento e a compreensão dela. [...] Quando os professores bibliotecários nutrem consistentemente o interesse de seus alunos pela literatura, por meio da leitura em voz alta de livros bem selecionados, dando às crianças tempo para que elas possam ler e discutir

esses exemplares em grupos, a capacidade delas de apreciação pela qualidade da literatura vai aumentar.

É possível afirmar que as políticas educacionais voltadas aos PROB's em Londrina buscaram alcançar os aspectos mencionados por Santos e Souza (2009), o que além de favorecer os alunos, também auxilia na qualificação dos docentes.

Outra ação importante voltada aos PROB's e para todos os professores da rede municipal, é a Biblioteca do Professor, que funciona na região central da cidade com um acervo variado voltado para temáticas da docência, e composto também por obras literárias e gêneros diversos. Todos os professores da rede municipal têm livre acesso aos livros, e, em especial, os professores que atuam nas B.E's, onde podem utilizar o espaço da Biblioteca do Professor para aprimoramento cultural e lazer. Nesse sentido, Campos e Bezerra (1998, p. 82 – 83) destacam: “Os professores precisam contar, em seu local de trabalho, com materiais de apoio e consulta. [...] O acervo deve contemplar as necessidades de lazer e de trabalho do professor”. É fundamental a existência de espaços como a Biblioteca do Professor para que o docente tenha condições de aprimorar seu capital cultural tão debatido por Bourdieu (2003), e ampliar seus conhecimentos e suas práticas de leitura.

Também é importante destacar, que a coordenação de B.E procura sempre despertar os gestores escolares a participarem das atividades desenvolvidas pelos PROB's. Sabe-se que a gestão deve perpassar por todos os setores da escola, dos aspectos mais simples aos mais complexos, como planejamento junto com o corpo docente, tarefas administrativas, tomadas de decisões, definições técnico-pedagógicas, acompanhamento e fiscalização financeira da escola e muito mais. Assim, diante de tantas questões de cunho administrativo e pedagógico, na maioria das escolas no Brasil, é possível notar certo distanciamento da gestão junto aos programas da B.E.

Porém, em Londrina, há escolas que vêm se utilizando da ideia de processos de gestão escolar democrática²⁴, que foi reconhecida por diversos pesquisadores e professores como a base fundamental para a organização e estabelecimento de unidade de processos educacionais, e, também, em prol da mobilização das pessoas que buscam se voltar para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade do ensino.

²⁴A LDB de 1996 (Lei nº 9.394/96) remeteu aos sistemas de ensino a definição das “normas de gestão democrática do ensino público na educação básica”, estabelecendo como diretriz nacional a “participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (art. 14).

Com essa nova postura de gestão escolar, na qual a qualidade do ensino deve ser alvo permanente dos gestores, torna-se fundamental o envolvimento da gestão junto às atividades da B.E. Nesse contexto, Luiz (2013, p. 162) ressalta:

Quando pensamos em uma esfera maior (no caso, a escola), é lícito que o diretor também integre a comunidade leitora. A gestão da unidade de ensino refletirá suas opções políticas, epistemológicas e, principalmente, culturais. Daí a preocupação exaustiva com a sua equipe no que tange às intervenções interdisciplinares no trabalho com a literatura; daí o investimento em projetos de leitura a serem implantados e organizados nas reuniões pedagógicas; daí o cuidado na escolha do local adequado da biblioteca e na seleção do acervo a ser adquirido.

Diante dessa premissa, vale afirmar que dentro de uma nova postura de administração escolar, é salutar que o gestor desenvolva meios que contemplem a B.E, e, tenha uma visão da biblioteca como espaço de apropriação de discursos e de intervenção do trabalho com a literatura.

Dentro do cenário apresentado nota-se que há políticas voltadas para os PROB's em Londrina, ações estão sendo desenvolvidas com o objetivo de qualificar os professores por meio de cursos, oficinas, eventos, e, além, é claro, do suporte permanente da coordenação de B.E há mais de uma década.

3.6 As Bibliotecas Escolares de Londrina: Formação de Leitores Aliada a Prática Pedagógica

Visando a formação de leitores críticos e reflexivos, a B.E tem como função conduzir o aluno à compreensão, à reflexão das ideias do texto e ao desenvolvimento das habilidades do gênero, dentro de um contexto social. Segundo Bakhtin (1999), é pertinente que o ensino se volte para as características sociais de usos da leitura e escrita, e comece a direcionar suas práticas para o desenvolvimento de métodos, que viabilizem a compreensão e comunicação nas esferas sociais. Porém, para que a biblioteca venha cumprir sua função de formar leitores com habilidades de compreensão e voltados para as esferas sociais de leitura tão discutidos por Bakhtin, é importante que a B.E organize suas atividades pautadas num plano pedagógico. “A biblioteca, como qualquer outro equipamento escolar, deve atuar em conexão com o

plano pedagógico da escola. Para isso é imprescindível contar com a participação dos professores”. (CAMPOS; BEZERRA, 1998, p. 92)

Nas três bibliotecas trabalhadas em Londrina, pude constatar que desde a implantação do Projeto “Palavras Andantes”, elas têm pautado suas atividades dentro de um planejamento pedagógico e didático bem estruturado, em que os resultados dessas práticas podem ser vistos por meio da evolução dos alunos na leitura e escrita. Mas, para alcançar a tão almejada formação do leitor, vários processos entram em jogo, dentre eles, a mediação adequada. Quanto a isso, observei que nas atividades de mediação, há nas bibliotecas pesquisadas uma preocupação em ativar os conhecimentos prévios das crianças, apresentando os objetivos da atividade e discutindo a leitura realizada, o que contribui para a compreensão do que foi lido e a apropriação do discurso do outro (BAKHTIN, 1999). Quanto a essa postura de mediação, Kleiman (2011, p. 154) reforça que:

Uma maneira adequada de ativar o conhecimento prévio da criança consiste em fornecer um objetivo à leitura. A criança deve aprender a adaptar suas estratégias de leitura e de abordagem ao texto aos seus próprios objetivos. Daí a dupla validade de uma prática em que o professor define, antes da leitura, os objetivos da mesma, assim modelando uma atitude importante de acesso ao texto.

Ativar o conhecimento prévio é levar o aluno a fazer conexões com sua vida, é mostrar ao leitor que seu conhecimento de mundo, suas experiências e vivências contribuem e são importantes para a apropriação de novas ideias. “Quando nós lemos, pensamentos preenchem nossa mente. Nós podemos fazer conexões com nossas vidas” (GIROTTTO e SOUZA, 2010, p. 45). Verifiquei também que as atividades realizadas na B.E buscavam interagir os alunos, ou seja, as crianças liam, discutiam, ouviam, investigavam, escreviam e desenhavam, sem nenhuma cobrança. Desse modo, o ensino da leitura é realizado utilizando o letramento ativo, o que resulta em alunos entusiasmados e interessados com as atividades de leitura.

Os resultados de uma mediação planejada, pautada em aspectos didáticos são excelentes, segundo os PROB's, o número de livros emprestados aumentou significativamente, tendo bibliotecas que chegam a emprestar mais de 100 livros diariamente a alunos que procuram o espaço de forma espontânea. A exemplo disso, na Escola Vinícius de Moraes, um único aluno leu 86 livros durante o ano, o que comprova o grande interesse pela leitura. Ainda, segundo os professores, há fatos positivos

relacionados à produção textual, como crianças que tinham dificuldades para escrever e que, atualmente, apresentam habilidades na escrita e na argumentação das ideias.

Outro ponto que merece destaque e que vem contribuindo para que a B.E utilize aspectos didáticos para a formação de leitores são os projetos realizados nas diferentes épocas do ano letivo. A esse respeito, o PROB Leandro da escola Vinícius de Moraes analisou:

No mês de abril nós trabalhamos a semana de Monteiro Lobato, estudamos a biografia, algumas obras, e eles (os alunos) levaram os livros de Lobato para casa. Após essa etapa realizamos um teatro, algumas crianças se caracterizaram, alunos que gostam de desenhar fizeram a caricatura do autor, e percebi que após essa atividade eles se interessaram ainda mais pelas obras de Monteiro Lobato. Percebo que eles fazem leituras prazerosas ao ponto de lerem um mesmo livro do autor várias vezes. (Entrevista – 2013)

Por meio dessa atividade, foi despertado nos alunos o interesse em se aprofundar nas obras de Monteiro Lobato, proporcionando-lhes uma leitura fascinante e prazerosa, leitura essa tão discutida por Barthes (2004, p. 20), ou seja, “Texto de prazer: aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável da leitura”.

Através de projetos como esses, é possível visualizar com clareza a relação pedagógica da B.E na formação de leitores, o que, segundo Eco (1986), com o passar do tempo poderá constituir um conjunto de condições de êxito, textualmente estabelecidos, que deverão ser satisfeitos, para que um texto seja plenamente atualizado em seu conteúdo potencial, encaminhando-se, assim, a um leitor modelo.

O prazer dos alunos em estarem na B.E, o comprometimento dos professores, as boas práticas de mediação e os projetos comprovam que as bibliotecas em Londrina têm contribuído, de forma direta, no processo de formação de leitores. Esse conjunto de fatores evidencia ainda mais a importância das bibliotecas para a comunidade escolar, e me remete as ideias de Chartier (1998, p. 125). Para ele (1998), “As bibliotecas, sejam elas nacionais, públicas ou universitárias, tornam-se um recurso absolutamente indispensável.” Assim posto, nota-se o quanto esses espaços precisam ser valorizados. E, em Londrina, a atenção deve ser redobrada, principalmente pelo poder público, no sentido de ter políticas, que não só mantenham, mas que busquem um nível cada dia mais elevado, para que não corra o risco desses projetos se enfraquecerem, ou caírem no perigo da rotina.

CAPÍTULO IV

O PAPEL DA BIBLIOTECA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PROPOSITURAS DEMOCRÁTICAS E COLETIVAS PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DE RIO VERDE - GO

Após realizar, nesta pesquisa, um levantamento histórico das B.E's no Brasil, abordar a realidade das B.E's de Rio Verde-GO e apresentar os programas de biblioteca em Londrina-PR como parâmetro de B.E's bem sucedidas, o presente capítulo tem como premissa: levantar apontamentos possíveis e compatíveis com a realidade de Rio Verde-GO, almejando dinamizar e propor um programa de B.E ativo na rede municipal de ensino.

Sabe-se que o principal objetivo da escola é proporcionar aos alunos o acesso ao conhecimento, uma educação de qualidade e integrar os estudantes à sua realidade, transmitindo-lhes as informações necessárias para a assimilação de novas teorias e construção do próprio conhecimento. Nesse processo de aquisição de novos conhecimentos, é imprescindível que a escola ofereça aos alunos possibilidades para que eles desenvolvam suas potencialidades. Todavia, para isso, é importante que sejam disponibilizados recursos que contribuam no processo de aquisição dos saberes.

Dentre as possibilidades que a escola pode disponibilizar, a biblioteca é um espaço que merece atenção especial. Afinal, de acordo com Antunes (2006), a B.E, quando bem conduzida e com propostas coerentes, torna-se num centro dinâmico de informação na escola, caracterizando-se como lugar vivo, atraente e instigante. Assim, inserir a B.E no processo de ensino é ofertar para a comunidade a possibilidade real de adquirir e ampliar seus conhecimentos por meio de uma variedade de livros, e atividades que desenvolvem o gosto pela leitura e informação. Essa situação me remete a Furtado (2008), quando destaca a importância da B.E dentro do processo educacional de um país, principalmente como elemento integrante no sistema de informação, contribuindo na constituição de um leitor crítico e reflexivo.

Porém, para que essa B.E transformadora e impactante seja uma realidade na sociedade, em especial na cidade de Rio Verde-GO, é importante que haja planejamento estratégico para inserção de atividades e políticas públicas coerentes desenvolvidas junto a esses espaços, o que contribuirá para um processo de

transformação, fazendo com que a biblioteca, por meio de seus dinamizadores, atue de forma ativa no sistema educacional, cumprindo, dessa maneira, seu papel cultural na sociedade contemporânea.

Diante do exposto, a presente pesquisa visa, neste capítulo, levantar propostas consistentes e coerentes voltadas para as B.E's de Rio Verde-GO, apontando proposituras possíveis que privilegiem políticas educacionais coletivas para a promoção das bibliotecas do município em que: estrutura física, acervo, mobiliário, qualificação das professoras dinamizadoras, estratégias de formação de leitores, projetos de leitura e o envolvimento do poder público, serão contemplados, no sentido de levantar discussões e propostas que levem melhorias às B.E's de Rio Verde-GO. Afinal, esta pesquisa objetiva contribuir com as bibliotecas em estudo, no intuito de apontar possibilidades reais de mudanças, tendo como alvo a formação de leitores e a promoção do espaço da biblioteca como ambiente de apropriação e cultura, o que vai ao encontro das proposituras de Andrade (2008, p. 13-14), quando afirma que:

Um bom programa de biblioteca, contando com profissional especializado, equipe de apoio treinada, acervo atualizado e constituído por diversos tipos de materiais informacionais [...] resulta no melhor aproveitamento escolar dos estudantes, independentemente das características sociais e econômicas da comunidade onde a escola estiver localizada.

Com base nessa possibilidade, esta pesquisa busca caminhos a serem trilhados, tendo como fim um programa de biblioteca que se adéque à realidade de Rio Verde-GO, e que contemple a parceria entre comunidade escolar (professores, direção, alunos, pais) e poder público. Pretende-se que meio do envolvimento de todos os pares, propostas sejam levantadas e discutidas, na busca de objetivos em comum: a promoção da leitura e a formação de leitores autônomos e questionadores.

4.1 A Biblioteca Escolar Além dos Modelos: Em Busca de Projetos de Transformação Coletiva

A B.E pode ser o ambiente potencialmente ideal para a realização do trabalho de repensar o mundo, visto que oferece material suficiente para unir o conteúdo dado em sala de aula e a realidade dos fatos científicos e do cotidiano sob variados

pontos de vista. Mas, além disso, a biblioteca pode se tornar o lugar onde, por meio da discussão aprofundada, os alunos sintam-se estimulados a uma postura crítica, analítica e interativa diante daquilo que lhes é dado a conhecer.

Para que a B.E seja de fato esse ambiente de estímulo e apropriação, é importante que ela seja constituída de propostas que a transformem mediante a coletividade, ou seja, por meio da elaboração de um projeto político-pedagógico com vistas a um processo coletivo, envolvendo os diversos agentes que fazem parte da realidade escolar. Segundo Vasconcelos (2004, p. 169), um projeto político-pedagógico pode ser entendido como:

Um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Assim, compreende-se que um projeto pode nortear os trabalhos nas B.E's de Rio Verde-GO, por encaminhar ações para o futuro com base na realidade atual e histórica, constituindo-se também um planejamento que prevê ações a curto, médio e longo prazo, intervindo diretamente nas atividades realizadas nas bibliotecas. Vale ressaltar, que as ações destacadas no projeto político-pedagógico devem incluir todos os aspectos que a comunidade escolar compreende que necessita de melhorias e ajustes.

Porém, essa busca por uma biblioteca dinâmica e atuante precisa partir do princípio de que os projetos não podem ser impostos. Mas, devem ser construídos coletivamente, com suporte técnico e teórico, pois as atividades desenvolvidas em cada biblioteca necessitam expressar a identidade de uma comunidade escolar, e não de um grupo ou equipe isoladamente, sendo uma necessidade de transformação e não uma obrigação.

Dessa maneira, uma nova biblioteca só será possível, através de discussões e reuniões que envolvam toda a comunidade escolar: professores, alunos, pais, direção e poder público. Todos focados na melhoria dos aspectos que constituem o espaço da B.E, transformando ideias e concepções em movimentos de ações importantes e fundamentais para constituição de bibliotecas dinâmicas e atuantes na comunidade escolar de Rio Verde-GO. Não podendo deixar de dizer, que cada ator desse processo

contribui até determinado ponto para que se construa o coletivo, por isso é preciso formação e conhecimento teórico.

É importante reafirmar que esta pesquisa aponta para uma proposta coletiva e flexível, em que toda a comunidade escolar é ouvida e tem voz. Afinal, ninguém conhece mais as carências e a ausência de investimentos tanto no material quanto no pedagógico, do que a própria comunidade que vivencia essa realidade diariamente. Daí a proposta de um projeto participativo, que abarque aspectos pedagógicos e estruturais das B.E's de Rio Verde-GO e que se adéque à realidade de cada escola e de cada comunidade, onde as propostas levantadas e executadas serão definitivamente enraizadas nessas bibliotecas, uma vez que foram elaboradas e implantadas pela própria comunidade escolar.

Diante disso, vale ressaltar, que quando o poder público estipula modelos engessados para todas as B.E's, corre-se o risco desses projetos já nascerem fragilizados, pois, na maioria das vezes, quando se muda as gestões municipais, consequentemente, altera-se o que foi implantado pela gestão anterior. Por isso a importância de não se fazer modelos, mas sim projetos e propostas de transformação coletiva, com a participação de toda comunidade. Já que a escola e seus departamentos não são de propriedade dos dirigentes políticos, nem dos gestores e professores, o que me reporta a Hernández (2003, p. 25), quando afirma: “A escola não pode ser propriedade dos professores, ela deve incluir toda comunidade no planejamento de suas metas e melhorias”.

Ainda alicerçado nas ideias de Hernández (2003), na elaboração de um projeto, é importante conhecer a realidade dos alunos da escola, sua história de vida e suas metas para o futuro. Nesse sentido, as atividades voltadas para as B.E's de Rio Verde-GO precisam incluir toda comunidade escolar, com vistas a: observar, dialogar e compreender a importância da B.E para a vida dos alunos. Dessa forma, na elaboração de propostas que contemplem uma B.E atuante, é fundamental ouvir os estudantes, para que se compreenda a visão que eles têm desse espaço. Uma vez que promover a participação dos alunos nesse processo de mudança, é atestar para eles sua importância, e evidenciar que uma nova biblioteca está sendo constituída, e que a comunidade escolar fará parte dessa transformação, bem como poderá usufruir dos benefícios de um espaço cultural, dinâmico e atuante. Mas, além disso, os alunos precisam sentir o

pertencimento ao espaço, isso só amadurece no cotidiano, com uso pedagógico bem estruturado e com acesso livre à B.E.

Assim, no decorrer deste capítulo, dentre as várias propostas que serão levantadas, objetivando contribuir com as B.E's de Rio Verde-GO e romper com o isolamento e a individualidade na execução de projetos é uma delas. É importante primar pela participação de todos os envolvidos no processo de consolidação do espaço das B.E's, o primeiro passo é acabar com o isolamento nas decisões e nos projetos, e a partir disso, resgatar a B.E como espaço democrático, comunitário e público, que procure aproximar a família junto à escola. Esse contexto me remete as ideias de Rigoletto e Di Giorgi (2009, p. 235), quando afirmam: “A escola pode promover eventos que agreguem a família e os alunos na biblioteca [...] o bibliotecário configura-se como o elo entre a família e a escola”.

É válido destacar que a construção de uma B.E participativa e democrática não é tarefa fácil. Afinal, ela implica diversos enfrentamentos pessoais e coletivos, sendo fundamental para o sucesso uma forte equipe articuladora e que não se considere detentora da situação. Assim, com o intuito de B.E's cada vez mais atuantes em Rio Verde-GO, é importante que os paradigmas do isolamento e da centralidade das ações sejam quebrados, e que se consolide uma construção possível, sendo pautada em dois princípios: o da necessidade de se ter B.E's que contribuam com a formação de leitores; e o segundo, o de se ter a consciência de que isso é possível por meio do envolvimento e propostas que privilegiem a interação entre B.E e comunidade. Esses aspectos são muito discutido por Caldeira (2008, p. 48), para ele (2008), “A biblioteca como espaço coletivo, onde os recursos serão compartilhados pela comunidade escolar, oferece excelentes oportunidades para o exercício da cidadania”. Isso reforça a importância de se ter projetos com vistas na promoção e consolidação das B.E's de Rio Verde-GO, favorecendo a inclusão dos alunos e fortalecendo a cultura local.

4.2 A Estrutura Física, Acervo e Mobiliário: Melhorias Possíveis e Dinâmicas

Quando presentes nas unidades de ensino, é importante que a B.E seja organizada, estruturada e tenha um acervo que desperte a atenção dos alunos, além de

mobiliários que proporcionem conforto e plenas condições de uso aos frequentadores. Possuir essas características básicas é um grande passo para integrar a biblioteca como espaço que desperta o prazer pela leitura, servindo como suporte para os alunos em suas necessidades de informação e, acima de tudo, de apropriação de conhecimento e culturas variadas.

É válido destacar neste subtítulo, que nas três B.E's pesquisadas em Rio Verde-GO, mesmo sendo pequenos os espaços que acomodam as bibliotecas, um grande passo já foi dado, ou seja, há um ambiente reservado para as práticas de leitura dentro das escolas. O mobiliário, a exemplo das mesas e cadeiras, mesmo fora dos padrões de altura ideal, vem atendendo aos pequenos leitores e; parte das estantes existentes nas três bibliotecas já são adaptadas à altura das crianças. O acervo, em quantidade e variedade limitada, vem auxiliando nas atividades de leitura e sendo trabalhado dentro desses espaços. A partir do que já se tem, a proposta é apresentar o que se falta, e apontar as possibilidades de melhoria.

Segundo Sobral (1982), a Pedagogia define B.E como força propulsora do processo educacional, sendo um instrumento que colabora com as metas educativas, e responsável por diversas atividades empregadas no desenvolvimento do currículo. Para Castrillón (1985), as B.E's são fator preponderante dentro de uma unidade de ensino, no sentido de desenvolver e auxiliar a capacidade de pesquisa, criatividade, leitura, comunicação, recreação e aproximação junto a comunidade escolar. Porém, para que as B.E's se constituam como ambientes que exerçam as atribuições citadas pelos respectivos autores, é fundamental que esse espaço possua condições mínimas de funcionamento, como boa estrutura física, acervo que atenda com qualidade e quantidades suficientes os leitores, além de um mobiliário que se adéque à faixa etária dos alunos. A esse respeito, Lopes (1998, p. 37) apresenta algumas características para estrutura física de uma B.E:

Uma sala com tamanho suficiente para acomodar o acervo e uma classe de alunos é o espaço mínimo recomendado. Se possível, num local silencioso, longe da quadra de esportes e pátio de recreio. Ventilação, iluminação adequada e ausência de umidade são cuidados a serem observados, para que se crie um ambiente agradável para os leitores e adequado à conservação dos livros.



Foto 25: Biblioteca Arejada, espaçosa e com mobiliário adaptado

Em Rio Verde-GO, como apresentado e discutido no capítulo II, a maioria das B.E's da rede municipal, em especial as três bibliotecas pesquisadas, não se adéquam na íntegra com as características citadas por Lopes (1998), pois os espaços são pequenos e quentes, e em grande parte das unidades sequer há o espaço da biblioteca. A existência de um bom acervo também é outro aspecto que merece atenção especial, afinal, é muito importante compreender que no processo de formação de leitores, livros de qualidade são essenciais para despertar o interesse do leitor iniciante, promovendo seu desenvolvimento cultural, e auxiliando no domínio de diversos temas e necessidades pessoais, o que é muito discutido por Bamberger (1986, p. 11), quando afirma:

Os livros não têm importância menor hoje do que tiveram no passado, mas ao contrário. [...] Para os jovens leitores, os bons livros correspondem às suas necessidades internas de modelos ideais, de amor, segurança e convicção. Ajudam a dominar os problemas éticos, morais e sociopolíticos da vida.

Diante disso, é possível evidenciar a importância de se fazer investimentos que privilegiem a aquisição de livros e materiais que proporcionem aos alunos o acesso a um acervo que faça diferença na sua caminhada estudantil, por meio de obras que desenvolvam a intelectualidade e a capacidade crítica. “Todo ser humano pode ser ajudado pelos livros a se desenvolver à sua maneira, além de aumentar sua capacidade crítica e aprender a fazer escolha entre a massa da produção geral, dos meios de comunicação.” (BAMBERGER, 1986, p.12).

Porém, para que esses benefícios provenientes dos livros seja uma realidade na vida dos estudantes, é fundamental que as bibliotecas tenham um acervo suficiente para atender os alunos. De acordo com a Lei 12.244/10, esse acervo ideal deve ter no mínimo 01 (um) livro para cada aluno matriculado na escola. Quando há qualidade e variedade, há um despertar da curiosidade e interesse em se aproximar das obras presentes no espaço da biblioteca, e se é possível fazer com que as crianças tenham sistematicamente atividades marcantes com a leitura, estar-se-á promovendo o seu desenvolvimento como ser humano crítico, e que evolui constantemente, dando significados e fazendo interpretações consistentes do mundo ao seu redor.

Outro ponto que merece destaque nesse processo de melhorias estruturais das B.E's de Rio Verde-GO, são os mobiliários, mesas, cadeiras, estantes, armários e demais móveis que também são elementos importantes que contribuem para uma prática de leitura confortável. Quando bem planejada, a B.E proporciona aos pequenos leitores livre acesso aos livros e materiais presentes nas suas instalações. Esse assunto é debatido por Garcia (1998), que destaca as vantagens de se ter mobiliários adaptados para atender ao público infantil, dentre elas, a acessibilidade ao acervo e o conforto na prática das atividades de leitura.

Frente a essa realidade de cunho estrutural das B.E's de Rio Verde-GO, constatei que seria enriquecedor para esta pesquisa, ouvir uma professora dinamizadora, com o objetivo de saber como ela desejaria que fosse as B.E's da rede, e o que poderia ser feito para alcançar essas melhorias. e então, a professora Rúbia, da Escola José de Alencar, disse:

Gostaria muito de trabalhar em uma biblioteca ampla e que proporcionasse melhores condições para a realização das atividades, na verdade queria mais, que todas as escolas do município fossem contempladas com um espaço para B.E, com bom acervo e mobiliário adequado; mas, infelizmente, enquanto não houver uma mobilização da comunidade no sentido de cobrar ações e melhorias do poder público, essa realidade não vai mudar. (Entrevista – 2014)

Por meio desse depoimento, é possível notar que há um anseio por melhorias, porém, o grande questionamento é: o que fazer para reverter essa ausência de investimentos em compra de acervo, mobiliário, reforma e construção de novas bibliotecas na rede municipal de Rio Verde-GO?

Esta pesquisa não se coloca como a solução desses problemas, porém, no decorrer do desenvolvimento da mesma, e vivenciando diariamente a realidade desses espaços e das pessoas envolvidas com as B.E's, acredito que seja pertinente levantar possibilidades e apontamentos que resultem em melhorias nessa área, o que vai ao encontro das ideias de Fonte (2004), quando enfatiza que a pesquisa científica tem por objetivo contribuir com a evolução dos saberes e com todos os setores da sociedade, construindo reflexões e direcionando intervenções quando possível.

Ao levantar proposituras, visando ajustes e adequações nas B.E's de Rio Verde-GO, uma das primeiras indagações é: será que as propostas levantadas são possíveis de serem concretizadas? Daí um dos motivos de se ter nesta pesquisa como parâmetro as transformações ocorridas nas B.E's de Londrina. Nelas fica evidenciado que quando há envolvimento de toda comunidade escolar, é possível sim realizar mudanças positivas e impactantes nas bibliotecas.

Em Rio Verde-GO, em busca de melhorias relacionadas à estrutura física das bibliotecas, acredito que o primeiro passo seja a constituição de um conselho ou comissão, liderado pela coordenação de B.E's, com a participação de professores, gestores, pais, alunos e representantes do poder público municipal. Essa comissão trataria especificamente de questões relacionadas às B.E's e às práticas de incentivo à leitura na rede municipal de ensino. Vale ressaltar, que essa comissão deveria ser devidamente oficializada pelo Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - COMERV²⁵.

A criação de um conselho/comissão pode gerar um amplo debate com os diversos segmentos da sociedade e, principalmente, com o poder público, constituindo, assim, um esforço de participação democrática e de geração de ideias e planos. Dessa maneira, assegura-se a integração de diferentes segmentos da sociedade educacional, como mecanismo de gestão colegiada e democrática, que terá voz e força junto ao poder público. Tal situação me remete a Cury (2000, p. 52-53), quando explicita: “No âmbito dos estados, os dispositivos constitucionais, em sua maior parte, tratam os conselhos como órgãos colegiados, aos quais compete estabelecer a relação entre a sociedade e o Estado.” É válido ressaltar que a constituição desse conselho deveria partir de uma ação

²⁵O Conselho Municipal de Educação de Rio Verde – COMERV é formado por representantes de escolas públicas e particulares, em que questões referentes a fiscalizações nas escolas, grêmio mirim e aspectos de ordem curricular são tratadas mensalmente nas reuniões.

de conscientização da importância da B.E na vida das pessoas, o que fortaleceria esse conselho, e daria aos seus membros uma visão mais ampla do valor desses espaços de leitura.

Por meio da constituição de um conselho/comissão, propõe-se a elaboração, juntamente com o departamento de arquitetura da prefeitura, de projetos que se adéquem à realidade de cada escola da rede, porém, sempre primando por espaços amplos, arejados e que consigam atender com qualidade as atividades de leitura executadas nesses ambientes. É importante que esses projetos contemplem também os móveis para as B.E's, com um mobiliário adequado ao tamanho das crianças e que favoreçam a disposição dos livros, para que seja fácil para os alunos visualizarem as obras que mais os interessam. Esse cenário me remete a Lopes (1998), quando destaca que o mobiliário para uma biblioteca precisa ser pensado levando em consideração os usuários que utilizarão o espaço, primando sempre por um ambiente de leitura confortável e dinâmico.

É válido destacar, que algumas ações visando a melhoria do espaço interno das B.E's em Rio Verde-GO podem ser realizadas sem envolver recursos financeiros, como o exercício de diminuir algumas mesas, caixas pouco utilizadas, armários com materiais obsoletos, isso com o objetivo de arejar e melhorar o ambiente. Enquanto não há investimentos na compra de mobiliários, a ideia de colocar tapetes, ornamentar a biblioteca e reorganizar o espaço contribui para manter a B.E apresentável e atraente para atender os alunos.

Após a elaboração de projetos que contemplem as escolas que receberão esses benefícios, e um orçamento prévio dos investimentos, cabe a esse conselho se reunir com o poder público, propondo um cronograma de execução dessas obras, respeitando as possibilidades financeiras do município, mas com prazos estipulados anualmente com vistas ao cumprimento das metas de construção, aquisição de mobiliário e acervo para as B.E's. Nesse caso, o conselho/comissão terá o papel de fiscalizar e cobrar o cumprimento das metas. A proposta de formação de um conselho/comissão e todos esses aspectos levantados remetem a Silva (1997, p. 99-100), ao relatarque:

Instalaremos o hábito da leitura em nossas crianças quando, nos diferentes espaços sociais, houver abundância de livros disponíveis. Assim, havemos de repensar o papel a ser cumprido pelas bibliotecas escolares na formação de

leitores. Sugerimos que a reivindicação dos educadores por melhores condições de ensino inclua também a instalação de bibliotecas nas escolas, que atendam às necessidades dos alunos e professores. Nessa mesma linha, sugerimos que as escolas se transformem em centros de participação comunitária, permitindo que as famílias tomem consciência de sua responsabilidade quanto à orientação sadia dos alunos-leitores.

Mais uma vez, percebe-se o valor da participação da comunidade no sentido de fortalecer e buscar investimentos que privilegiem o espaço da B.E, lembrando que a proposta de formação desse conselho/comissão não se restringe apenas a tratar das questões estruturais, mas sim, de todos os aspectos pertinentes ao desenvolvimento e fortalecimento das B.E's. Isso, conseqüentemente, inclui a figura do aluno, em que todo trabalho executado visa beneficiar a formação de um leitor atuante e crítico.

Quanto ao acervo existente nas bibliotecas pesquisadas, a maior parte necessita de renovação, porém, os entraves de ordem financeira e, às vezes, a falta de prioridade do poder público em adquirir novos livros faz com que o acervo fique desatualizado e comprometido, o que impede maior frequência dos alunos à biblioteca. Assim, o referido conselho/comissão também poderia atuar cobrando do poder público investimentos frequentes na compra de livros para as B.E's. Porém, por se tratar de valores mais acessíveis, outras alternativas podem ser utilizadas visando a renovação desse acervo, dentre elas, a utilização de parte dos recursos que as escolas recebem do município durante o ano para compra de livros. Vale ressaltar, que os valores arrecadados provenientes de eventos realizados pelas escolas, tais como: Festa da Primavera, Festa Junina, Festa de Carnaval, também podem ter parte da renda direcionada para este fim.

Outra maneira possível para a aquisição de livros é a parceria com grandes empresas. Em Rio Verde-GO, por ter várias agroindústrias, é possível firmar convênios com essas companhias, onde elas se comprometem a doar recursos para compra de livros. Prova disso, foi que no ano de 2011, a coordenação de biblioteca escolar conseguiu, junto a uma grande cooperativa de produtores rurais da cidade, a doação de mais de 500 livros de literatura infantil para uma escola rural situada em um assentamento. Já no ano de 2012, uma associação de produtores de soja do município doou mais de 1000 livros para cinco escolas rurais de Rio Verde-GO. Essas parcerias vão ao encontro das ideias postuladas por Lopes 1998 (p. 38-39), segundo ele:

Nas escolas públicas, a aquisição do acervo cabe ao órgão mantenedor. Apesar do incentivo que o governo, em seus diferentes níveis, vem oferecendo às escolas, o acervo em geral deixa a desejar, obrigando a comunidade escolar a recorrer a alternativas de aquisição para complementar e ampliar as opções de leitura. Sugerimos aquilo que já vimos acontecer com sucesso em escolas estaduais e municipais [...]

- O aluno é convidado a doar um livro de uma lista de sugestões;
- Doações conseguidas junto a entidades sociais ou grandes firmas localizadas nas proximidades da escola;
- Festas (junina, da primavera, do folclore...) também constituem um recurso bastante utilizado pelas escolas para conseguirem fundos a empregar na aquisição de livros.

É fundamental que a comunidade escolar não espere recursos apenas do poder público, há sim, diversas maneiras de se investir nas bibliotecas independentemente do auxílio dos órgãos mantenedores. É claro que há questões de ordem financeira que só podem ser realizadas pelo poder público, porém, aspectos como aquisição de acervo são investimentos possíveis de serem feitos a partir da mobilização da sociedade, como apontado acima por Lopes (1998).

Visualizadas as possibilidades de recursos para compra do acervo, é importante que se tenham critérios para a aquisição e escolha desses livros, dessa maneira, a coordenação de biblioteca escolar poderia auxiliar na escolha das obras literárias, orientando as professoras dinamizadoras a consultarem bons catálogos, a visitarem sites de autores, site do PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) e da FNLIJ (Fundação Nacional de Livros), que divulga a lista dos melhores livros infantis brasileiros. Afinal, discutir e apresentar meios para a seleção e aquisição das obras literárias são fundamentais para a formação de um acervo de qualidade. É válido reforçar que não basta ter só os recursos financeiros para a aquisição das obras literárias, daí a importância da comissão/conselho, juntamente com a coordenação de biblioteca escolar, promover cursos e oficinas voltados para a maneira de olhar e avaliar os livros infantis, abordando a materialidade das obras, as ilustrações e os aspectos textuais; ou, até mesmo, a criação de um usuário no facebook com sugestões de livros para as professoras dinamizadoras, instaurando nas docentes a vontade de ler e escolher livros para a B.E.

É interessante afirmar que a B.E é um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades diversas, para tanto, precisa ser disponibilizado aos

alunos as possibilidades de ampliação do conhecimento, por meio de um acervo variado e uma estrutura física que dê plenas condições para que esses espaços sejam dinâmicos e acolhedores. Porém, de acordo com as proposituras levantadas até aqui, para que as B.E's alcancem êxito nos aspectos estruturais, seria relevante que a biblioteca fosse um local onde houvesse participação de todos os responsáveis pela educação, como afirma Aguiar e Zilberman (1986, p. 141), quando relatam:

A biblioteca é um espaço democrático, conquistado e construído através do fazer coletivo (alunos, professores e demais grupos sociais) e sua função básica é transmitir a herança cultural às novas gerações de modo que elas tenham condições de reapropriar-se do passado, enfrentar os desafios do presente e projetar-se no futuro.

Diante dessa premissa, nota-se que a partir do momento que cada membro da comunidade escolar tiver a consciência do valor desse espaço coletivo e democrático na construção do conhecimento, o processo de formação de leitores críticos e reflexivos terá resultados surpreendentes, contribuindo para a expansão cultural.

4.3 O Professor Dinamizador em Rio Verde e a Importância de Políticas Específicas

Reflexões acerca de políticas voltadas para o professor que atua na B.E são de suma importância no processo de promoção da biblioteca como espaço de difusão e fomento a leitura. Uma vez que esse profissional, quando preparado e orientado, cumpre o papel de mediar, coordenar e organizar o processo de leitura, para que, por meio dela, os alunos aumentem seus conhecimentos, sua capacidade crítica, e veja a B.E como um ambiente de oportunidade e crescimento.

Vale destacar que a B.E é um espaço cultural, criado e mantido para os alunos e a comunidade escolar. Assim, um dos principais responsáveis em criar, recriar e manter esse espaço atuante é o professor dinamizador. Dessa forma, cabe a esse profissional tornar a biblioteca um organismo vivo e dinâmico, sabendo driblar as dificuldades financeiras e os entraves burocráticos existentes nas B.E's, principalmente na rede pública, onde entram em jogo as habilidades diplomáticas, e competências argumentativas para que em meio a todas as adversidades, a B.E se consolide como ambiente de leitura, apropriação e difusão da cultura.

Diante da relevância de se ter um profissional dinâmico atuando no espaço da B.E, penso que seja pertinente levantar alguns questionamentos que perpassam sobre as políticas públicas que giram em torno das bibliotecas: será que as escolas têm um padrão para selecionar o professor que vai atuar na B.E? Esse profissional tem conhecimento literário? Tem habilidades para exercer tal função? É um leitor? Gosta do espaço da B.E e de trabalhar com livros e crianças? É aberto a mudanças e disposto a se qualificar?

É interessante levantar esses questionamentos, no sentido de compreender que de nada vale ter políticas que consolidem a B.E, sem que esses profissionais se sintam parte integrante, valorizados pela escola e como sujeitos fundamentais no processo de promoção das bibliotecas. Daí a necessidade de se ter antes de qualquer ação, a certeza de que os professores que atuam nas B.E's vêem esse ambiente como espaço de apropriação e prazer, ou seja, é fundamental que o professor dinamizador tenha consciência que suas funções vão muito além do controle e distribuição de livros, e de atividades puramente administrativas. A esse respeito, Arena (2009, p. 175) alerta que muitas vezes as atividades dos professores de biblioteca se restringem em: "Controle e distribuição de livros, quando há livros e espaços. [...] ou uma designação puramente administrativa, e não creio que seja adequada para os que estudam leitura".

Ao se tratar especificamente das B.E's pesquisadas em Rio Verde-GO, nota-se a importância de se ter propostas e apontamentos consistentes, que contemplem a figura das professoras dinamizadoras. Isso por que, atualmente, não há políticas específicas que dêem suporte e amparo a essas profissionais. Assim, vi que seria enriquecedor ouvir as professoras dinamizadoras e saber deles quais são as dificuldades encontradas no exercício da função nas bibliotecas e os anseios da categoria. A professora Raquel, da Escola Machado de Assis, disse-me em entrevista:

O que mais precisamos é de cursos, oficinas, participar de congressos, seminários que nos capacite cada dia mais a desempenhar as atividades na biblioteca. Às vezes reconheço que fico meia perdida, procurando realizar algumas atividades mas fico meia insegura; acho que se tivéssemos cursos específicos poderíamos ter mais ideias para realizar as atividades. Outra coisa que penso que seria muito bom, era se conquistássemos a regulamentação da nossa função, ou seja, a gente ser oficializada como professoras dinamizadoras de B.E, isso nos motivaria mais; afinal, hoje estamos aqui, mas amanhã podem mudar a gente de função, e trazerem outra pessoa para a biblioteca, acho que é preciso oficializar nossa função para que isso não aconteça mais. (Entrevista – 2014).

Uma das maiores reclamações levantadas pelas professoras dinamizadoras é a ausência de cursos de qualificação voltados especificamente para elas. Ou seja, a professora assume uma biblioteca, porém não existe programa ou atividade, que conceda aperfeiçoamento ou qualificação a essas professoras, afinal, muitas delas não têm conhecimento específico em atividades relacionadas à leitura, o que me remete a Silva (1997, p. 42), quando afirma que: “Os cursos de licenciatura tocam por alto a pedagogia da leitura”, o que reforça ainda mais a necessidade de haver oficinas direcionadas especificamente às professoras dinamizadoras. Daí a importância de cursos de formação continuada e da formação em serviço, com o objetivo de oferecer a essas dinamizadoras, qualificação frequente, atualizada e especificamente voltada para as atividades desenvolvidas por elas nas B.E’s. A esse respeito, caberia a coordenação de B.E desenvolver, juntamente com a Secretaria de Educação, um projeto voltado para a qualificação e capacitação contínua dessas professoras em Rio Verde-GO.

Outro ponto levantado pela professora entrevistada foi a falta de regulamentação da função de professor dinamizador, pois não há critérios preestabelecidos para um professor trabalhar nas bibliotecas. Dessa forma, há profissionais de áreas diversas atuando nesses espaços, inclusive professoras da área de exatas, o que gera discussão e questionamentos entre as professoras dinamizadoras. É válido ressaltar, que o fato de ter professoras de áreas diversas atuando na B.E não é um problema, desde que essas professoras tenham afinidade com a leitura e domine as práticas de mediação, elas podem perfeitamente fazer valer a grande importância do livro e da B.E.

Frente aos pontos elencados, vale ressaltar, que, muitas vezes, há ausência de políticas públicas de formação e incentivo destinados aos professores que atuam nas bibliotecas, pois existe certo “desconhecimento” e “invisibilidade” desses profissionais e de suas funções dentro da biblioteca. Assim, professor e biblioteca ficam em segundo plano, quando se trata de investimentos e políticas educacionais. Esse cenário de invisibilidade, remete à afirmação de Campello (2012, p. 67), quando ressalta que:

O desconhecimento do papel do bibliotecário tem também consequências nas políticas educacionais. A biblioteca está sempre ausente dos movimentos de reforma educacional. Isso pode ser percebido nas políticas públicas de educação, que quase sempre ignoram a biblioteca e o bibliotecário. A invisibilidade do bibliotecário e da biblioteca também pode ser notada em um nível mais popular. Na mídia, em reportagens sobre inovações na educação,

por exemplo, a biblioteca raramente aparece – ou aparece timidamente – como algo importante para a aprendizagem.

Com base nas ideias de Campello (2012), é possível afirmar que parte dessa invisibilidade é resultado de certa zona de conforto que o professor da B.E em alguns casos tem. Não é o perfil dos dinamizadores entrevistados nessa pesquisa, mas muitas vezes há professores que atuam nas bibliotecas, que se limitam a realizar apenas as atividades básicas e rotineiras da B.E, prendendo-se muito a tarefas de cunho administrativo, e não se permitindo a realizar atividades que promovam ações educativas, culturais e de promoção da leitura:

Seria desejável que o bibliotecário e/ou responsável saísse da posição estática de mero espectador da ação educativa, para passar a ação propriamente dita, trabalhando ideias divulgadas, com todo o corpo docente e discente da escola, concretizando seus objetivos dentro do contexto escolar. (AMANTO; GARCIA, 1998, p.14).

Nota-se que por meio da ação educativa, é possível sair da posição estática e promover a figura do professor dinamizador, o que vai consolidar a importância desse profissional nas atividades de promoção da leitura no espaço escolar. Porém, é válido reconhecer, que para que esse professor procure cada dia mais fazer parte da ação pedagógica no ambiente da B.E, é interessante que seja oportunizado a ele meios para se alcançar uma biblioteca ativa. Desse modo, é fundamental oferecer cursos e oficinas, em que ele possa ter acesso a materiais e conteúdos que lhe dê condições de ser mais atuante e inovador nas tarefas exercidas na biblioteca.

Quando menciono a necessidade de formação de professores, não estou me referindo a um modelo de formação que considera o professor apenas como transmissor de conhecimento, que preocupa somente com a formação de atitudes de obediência, ou que trate os alunos como simples assimiladores de leitura e informação, pois é preciso garantir aos professores dinamizadores de Rio Verde-GO, uma formação que contemple várias dimensões, como ética, moral, estratégias de leitura, letramento e muito mais. Essa ampla formação vai ao encontro dos pensamentos de Ghedin, Almeida e Leite (2008, p. 31), para eles:

É preciso assegurar que a formação de professores possibilite ao profissional docente saber lidar com o processo formativo dos alunos em suas várias dimensões, além da cognitiva, englobando a dimensão afetiva, da educação dos sentidos, da estética, da ética e dos valores emocionais.

Diante dessa premissa, busca-se políticas mais específicas para as professoras dinamizadoras de Rio Verde-GO. A presente pesquisa aponta para a importância de se ter cursos e oficinas mensais voltados para a formação e qualificação dessas professoras, com o apoio da Coordenação de Biblioteca Escolar e Secretaria Municipal de Educação. Penso que tal formação deveria ser estruturada, buscando inserir essas professoras em atividades que trabalhem estratégias de leitura, produção de textos individuais e coletivos, temas para serem debatidos durante o mês, além de atividades que visem a integração das professoras dinamizadoras, para compartilharem ideias e experiências. A esse respeito, Silva, Ferreira e Scorsi (2009, p.52) afirmam:

Um dos desafios que vem sendo colocado nos cursos de formação continuada de professores, agentes de leitura etc; caminha no sentido de buscar inseri-los em experiências de compartilhamento de leituras, de entusiasmo por esta atividade de produção de significados para os textos, de diálogos entre os textos, evidenciando, enfim, que, na prática de ler, há também um componente afetivo e coletivo que não deve ser ignorado.

Os cursos voltados especificamente às professoras que trabalham com leitura são fundamentais no processo de qualificação dessas agentes e fortalece a B.E que, muitas vezes, tem sido rejeitada pelos alunos por falta de atividades e projetos interessantes; passando a ideia de que o livro é algo chato e que pouco acrescenta, o que é discutido por Silva (1997, p. 95):

[...] ainda enfrentamos problemas relacionados com o preparo profissional dos professores para o ensino e orientação da leitura. Nesses termos, o planejamento da leitura, quando é pensado pelos educadores, segue a linha do casuísmo, da não sequenciação, da não-integração – resulta que no ambiente da escola e valor do estímulo sócio – cultural “livro” perde em qualidade, transformando-se em algo aversivo, “chato” ou “que não leva a nada”.

Corroborando as ideias de Silva (1997), Ferreira (2009, p. 71) salienta que um dos fatores que levam determinados alunos a terem rejeição pela leitura é o “desconhecimento por alguns professores da produção literária infanto-juvenil”. Isso reforça ainda mais a importância de se oferecer a essas professoras em Rio Verde-GO, cursos de formação regulares, objetivando dinamizadoras motivadas e qualificadas. Assim, em minhas propostas penso que a Coordenação de Biblioteca Escolar em Rio Verde-GO, juntamente com professores e gestores, poderiam articular junto à Secretaria de Educação, políticas mais específicas, como as citadas neste subitem, com o intuito de

aperfeiçoar essas professoras e fortalecer o espaço da B.E, beneficiando, dessa maneira, alunos e toda comunidade escolar.

4.4 A Biblioteca Escolar e a Formação de Leitores Críticos e Reflexivos

A leitura é utilizada para finalidades diversas, seja na escola, no lazer, ou em casa. A formação do leitor inicia-se no âmbito escolar e se processa em longo prazo. Porém, muitas vezes, essa formação prima por um ensino e uma concepção de leitura mecanicista e superficial, e se esquece que o leitor iniciante precisa ser compreendido como sendo aquele que estabelece uma relação aprofundada com a linguagem e suas significações. Infelizmente, o que se percebe, muitas vezes nas etapas de formação de leitores, é um ensino de leitura superficial, que foca apenas na decifração e decodificação das palavras lidas pelos alunos. Essa situação me reporta a Silva (1997, p. 95), quando relata que “A educação escolarizada fracassa em sua responsabilidade de formar leitores [...] a leitura escolar na maioria das vezes é encaminhada de forma acrítica e ilegítima”. Nesse sentido, o leitor não sabe por que lê, qual o objetivo daquela ou de outras atividades de leitura.

Em meio a essa realidade, têm-se manifestado nos últimos tempos, a necessidade de ações que, de alguma forma, ofereçam suporte para a formação de leitores nas escolas, apresentando aos alunos uma leitura que lhes dê posicionamentos, e os levem a compreender a essência do texto, estabelecendo relações com o autor do mesmo, proporcionando ao leitor condições de preencher as lacunas que possivelmente possam surgir no ato de ler, levando-o a ter uma postura crítica e reflexiva, e à construção de novas ideias, tornando-se totalmente ativo no processo de leitura e interpretação. Esses anseios vão ao encontro das concepções de Bakhtin (1999), para ele, a importância da apropriação do discurso no ato da leitura ou diálogo, em que o discurso do outro passa a ser de um terceiro com o acréscimo de suas concepções e ideologias.

Desse modo, a B.E como organismo vivo dentro da escola necessita ter dinamizadores que desenvolvam um trabalho de formação de leitores, que prime em proporcionar à leitura a relevância necessária, oportunizando aos alunos a possibilidade

de criar hipóteses sobre o texto lido, esculpindo seu significado com estilo e clareza, colocando em evidência os principais conflitos que cercam a essência do texto, o que é fundamental para a formação competente do leitor crítico e reflexivo. A esse respeito, Silva (1997, p. 114) afirma:

A leitura crítica sempre leva à produção ou construção de um outro texto: o texto do próprio leitor. Em outras palavras, a leitura crítica sempre gera expressão, ou seja, o desvelamento do ser do leitor. Assim, este tipo de leitura é muito mais do que um simples processo de apropriação passiva de significados evocados; a leitura crítica deve ser caracterizada como um projeto, pois se concretiza numa proposta pensada pelo ser no mundo, dirigida ao outro e à dinamização da cultura.

Ao tratar especificamente das B.E's pesquisadas em Rio Verde-GO, quem as conduz precisa evitar uma leitura estética que centre no sentido primeiro das palavras, mas sim, apresentar uma leitura que abra lacunas, que oportunize ao leitor criar e recriar a partir daquilo que foi lido, buscando e idealizando a formação de um leitor capaz de agir e interagir em sociedade, tendo plena consciência dos seus posicionamentos e pronto para intervir no seu meio quando necessário.

Porém, a grande questão é: como aprimorar as B.E's de Rio Verde-GO, para contribuírem cada vez mais na formação desse perfil de leitor? Uso o termo contribuir, porque não cabe somente à B.E o papel de formar leitores, pois, a meu ver, essa responsabilidade cabe também à sala de aula, à família e à execução de projetos realizados nas unidades escolares. Sobre esse assunto, Rigoletto e Di Giorgi (2009) apontam para a importância de se ter parceiros junto à B.E, objetivando a democratização e o incentivo a leitura. Mas, dando destaque às B.E's de Rio Verde, acredito que seja pertinente levantar proposições que contribuam para a formação de leitores que leiam além das entrelinhas, e que saibam discutir e apropriar as leituras realizadas.

Para a constituição de uma B.E voltada para a formação de leitores atuantes e reflexivos, um dos primeiros passos é ter professores dinamizadores eficientes e com um bom repertório literário e de mundo, ou seja, professores que se relacionem bem com a literatura e que tenham plenas condições de explorar e compartilhar o discurso, o enredo, as ideologias e os aspectos simbólicos presentes nas obras. Assim, quando se busca uma B.E eficiente na formação de leitores, não se pode correr o risco de ter

profissionais na biblioteca que se relacionam mal com a literatura, e a explora com equívocos. Nesse sentido, Silva (1991, p.38) destaca que:

Em verdade, a orientação para a leitura, fornecida pelos professores, parece ocorrer através do processo de ensaio – e – erro e, pelo que se constata, com mais erros do que acertos. Como esses professores não estudaram, no seu período de formação, elementos de teoria da leitura, os procedimentos pedagógicos geralmente são adotados através de um mecanismo de imitação, desconsiderando as características de clientelas escolares específicas. (SILVA, 1991, p.38)

A constituição do leitor competente é de responsabilidade também do professor dinamizador, mas para que ele cumpra com excelência seu papel em formar leitores críticos e reflexivos, não basta simplesmente ler histórias para as crianças sem objetivos claros. O professor precisa desenvolver sua própria criticidade e maturidade linguística para colaborar com a formação leitora do aluno que frequenta a B.E.

Outro aspecto que merece destaque objetivando a formação desse leitor competente por meio das B.E's, é a importância desse mediador ser instigante e mostrar aos alunos o valor de suas opiniões acerca de tudo que lêem, assistem e ouvem no seu dia a dia, ou seja, levar o aluno a expressar seus julgamentos e valores. A esse respeito, Ferreira (2009, p. 78) ressalta que “O mediador, ao realizar indagações frequentes aos leitores, instiga-lhes o desejo de manifestarem suas opiniões acerca de uma obra de forma autônoma e crítica.” Assim, é fundamental que a B.E, mesmo diante da ausência de investimentos e políticas específicas, constitua-se e se fortaleça como espaço de liberdade, manifestações de ideias e opiniões, contribuindo na formação intelectual dos pequenos leitores, preparando-os para o convívio na sociedade da informação.

Ainda nesse contexto, outra característica importante em uma B.E que visa formar leitores autônomos é procurar em suas atividades de leitura mostrar aos alunos, a importância de se fazer relações das leituras feitas com suas experiências pessoais, com sua história de vida, apresentando aos estudantes a necessidade da contextualização da leitura, seja questionando, revendo e construindo suas próprias opiniões e ideias, a partir do seu acervo pessoal. Acervo esse que, com o passar do tempo, se torna cada vez mais consistente, embasado e reflexivo, mesmo se tratando de pequenos leitores. Solé (1998, p.72) dentro dessa concepção atesta:

Formar leitores autônomos também significa formar leitores capazes de aprender a partir dos textos. Para isso, quem lê deve ser capaz de interrogar-

se sobre sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte do seu acervo pessoal, questionar seu conhecimento e modificá-lo, estabelecer generalizações que permitam transferir o que foi aprendido para outros contextos diferentes.

A partir desse pensamento, verifica-se a dimensão das relações de tudo aquilo que é lido e aprendido e a transferência desse conhecimento para os diferentes contextos. Isso nos mostra a importância das B.E's de Rio Verde-GO não ficarem restritas a atividades isoladas dentro da escola, mas sim atuarem como suporte ao currículo²⁶ nas diferentes disciplinas educacionais.

Há várias discussões a respeito dos currículos que não cabe aqui destacá-las, porém, o que se aborda no momento, é a importância da biblioteca se colocar como suporte ao currículo dentro das unidades escolares, inserindo os alunos na cultura escrita, abrindo-se para a realidade no sentido de considerar a cultura extraescolar e os conhecimentos prévios das crianças, pois estas, desde que nascem, são rodeadas pela escrita, uma vez que a mesmas estão inseridas num meio social e cultural. Assim, por meio da parceria entre B.E e sala de aula, o dinamizador e o professor da sala trabalhando em conjunto temas e projetos variados, é possível constituir bibliotecas como suporte ao currículo nas escolas municipais de Rio Verde-GO.

Tem-se como premissa uma B.E inserida nas atividades diversas da escola, e que busca constantemente a formação de um leitor autônomo, é importante que toda equipe escolar compreenda que pensar literatura infantil é, antes de tudo pensar a literatura. Não se pode de forma alguma, quando se pretende formar leitores críticos, desvincular a literatura de literatura infanto-juvenil, afinal, elas não se opõem, muito pelo contrário. Dialogando e reforçando esse discurso, Machado (2001) sublinha que o importante ao pensar a literatura infantil é o substantivo literatura e não o adjetivo infantil. Dessa forma, não se trata simplesmente de livros para crianças, mas antes, trata-se de literatura, de textos que, rejeitando o estereótipo, apostam na invenção, na criatividade e no valor estético, objetivando sempre contribuir para a formação do leitor, e se colocando como apoio às atividades escolares.

²⁶Vasconcellos (2006) menciona que quando se fala em currículo, a ênfase se volta quase sempre para o objeto de conhecimento, porém, pouco se fala sobre as relações com o contexto, bem como sobre os sujeitos do currículo, que são alunos e professores.

Cito a literatura infantil aqui somente como um dos materiais de leitura adequados à formação deste leitor crítico de que eu falo, do leitor autônomo que conhece e lê vários gêneros e tipos textuais, reflete sobre o lido, incorpora conhecimentos, expõe em discussões e textos escritos seu aprendizado. Neste sentido, ler literatura é importante, assim como ler e conhecer outros tipos de textos, tais como: informativos, epistolares, humorísticos, referenciais, entre outros.

Diante desses apontamentos em busca de um número maior de B.E's em Rio Verde-GO, que ofereçam instrumentos para formação de leitores críticos e reflexivos, fica evidenciado que é possível, por meio do envolvimento e comprometimento da equipe escolar, implantar projetos que contemplem essas e outras propostas, objetivando uma biblioteca dinâmica e com plenas condições de auxiliar qualquer aluno na sua formação literária. Contudo, cabe a toda comunidade escolar a disposição e o envolvimento necessários para que essas propostas sejam concretizadas e produzam resultados satisfatórios.

4.4.1 As Estratégias de Mediação e Leitura: Propostas para as Bibliotecas de Rio Verde

Ainda no percurso de propostas objetivando um aumento na quantidade de B.E's em Rio Verde-GO, que auxiliem na formação de leitores críticos e reflexivos, torna-se relevante apontar as estratégias de leitura como meio eficaz e dinâmico para se trabalhar a mediação nas bibliotecas.

Como abordado no capítulo II, parte das B.E's de Rio Verde-GO executam processos de mediação, em que prevalece em algumas atividades de leitura, certa submissão ao texto, passando a ideia de que livro e autor sempre sobrepõem à imagem do leitor que, às vezes, é colocada como um ser passivo, ou inferior no ato da leitura e interpretação. Além disso, a mediação em parte das bibliotecas é voltada para uma leitura escolarizada e superficial, onde há na maioria das vezes uma cobrança em termos de notas e avaliações diversas. A esse respeito, procurei a professora dinamizadora Rúbia, da Escola José de Alencar, e a questionei: como ela desenvolvia o processo de mediação de leitura nas atividades realizadas na biblioteca? Ela me contou:

Geralmente peço para eles escolherem um livro para lerem, ou distribuo um texto interessante, após a leitura, fazemos uma roda e pergunto o que entenderam do texto lido; alguns respondem, outros não, mas para eu ter certeza que eles leram, às vezes peço para responderem algumas perguntas sobre o que foi lido, ou digo a eles que a professora da sala de aula vai cobrar essa leitura na prova. (Entrevista – 2014)

Por meio da fala da professora é possível notar que se trata de uma atividade de leitura superficial e mecânica, onde tive a oportunidade de acompanhar algumas mediações e percebi que parte dos alunos ficava dispersa e sequer lia o texto proposto. Tal fato deve-se a falta de acompanhamento, a estratégia e suporte didático da atividade. Além, é claro, de as perguntas e discussões realizadas sobre o texto lido serem superficiais, com perguntas voltadas para: nome do autor do livro, editora, ano de publicação e etc. Esse processo de mediação privilegiando uma leitura escolarizada e superficial, em que há ausência de estratégias de leitura, remetem a Silva (1997, p.52), quando afirma:

Se a formação do leitor está essencialmente condicionada à escolarização, então ler é, por necessidade, submeter-se aos objetivos que a escola tenta atingir através de seus programas e métodos. E, como a escola não é, e raramente foi, um organismo independente da sociedade, então as perguntas pertinentes ao processo de leitura (quem lê, o que ler, por que ler, de que forma ler, onde aplicar o que foi lido, etc.) ficam subordinadas a objetivos sociais mais amplos. Sendo as finalidades da leitura determinadas pela política educacional em vigor, e tendo sido essa política formulada segundo a ideologia da tecnocracia, fica mais fácil ver e sentir as suas conseqüências na área da leitura: discriminação (uns lêem outros não), falseamento dos conteúdos inseridos nos livros, mediocridade (não questionamento dos conteúdos), submissão ao texto-juiz, recepção mecânica e não significativa, etc.

Assim posto, é válido que no processo de mediação de leitura na B.E se tenha a consciência de que a leitura não se limita à superficialidade, muito menos à submissão ou recepção sem significados. Nesse sentido, Cavallo e Chartier (1998, p. 8) ressaltam que: “A leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata: ela é uso do corpo, inscrição dentro de um espaço, relação consigo mesma e com os outros”. Essa afirmação reforça a necessidade de se ter nas B.E’s estratégias que priorizem uma leitura aprofundada, questionadora e que procure integrar valores, resultando dessa forma na apropriação dos mais variados discursos.

Porém, ao se falar em procedimentos para se trabalhar a mediação de leitura, alguns questionamentos também podem ser levantados, como: que

procedimentos serão utilizados para mediação da leitura? Como ensiná-los? Com quais objetivos? Essas perguntas podem ser uma das possibilidades para se trabalhar com o usuário da B.E. São elas que me reportam a Solé (1998, p. 73), quando em meio a essas questões, assegura que:

As estratégias ensinadas devem permitir que o aluno planeje a tarefa geral de leitura e sua própria localização – motivação, disponibilidade – diante dela; facilitando a comprovação, a revisão, o controle do que se lê e a tomada de decisões adequada em função dos objetivos perseguidos.

A presente pesquisa, ao levantar propostas de estratégias de leitura e mediação para serem trabalhadas nas B.E's de Rio Verde-GO, busca por meio dessas atividades: a formação de um leitor que compreenda os propósitos implícitos e explícitos da leitura, aportando conhecimentos prévios contidos na sua experiência de vida, levando-o a avaliar a consistência interna do conteúdo expressado pelo texto e sua compatibilidade com o sentido comum, fazendo com que esse leitor seja um questionador das ideias, das estruturas de argumentação elaboradas pelo autor do texto e da relevância do tema abordado.

Assim, para Solé (1998, p. 67-70), as estratégias de leitura são “procedimentos de caráter elevado, que envolvem a presença de objetivos a serem realizados, o planejamento das ações que se desencadeiam para atingi-los, assim como sua avaliação e possível mudança”. Dessa maneira, essas estratégias são trabalhadas em três momentos: antes da leitura, durante a leitura e após a leitura. Diante dessa premissa, e após vivenciar o processo de mediação de leitura nas B.E's pesquisadas, este estudo aponta para a importância das professoras dinamizadoras em Rio Verde-GO fazerem um trabalho de mediação respeitando as três etapas enunciadas por Solé (2007).

É partindo desses três momentos, que Solé (2007) afirma que as atividades antes de serem iniciadas, deve-se, primeiramente, esclarecer aos alunos os objetivos da leitura, para que os mesmos possam selecionar, analisar e utilizar as habilidades e estratégias que estejam de acordo com o solicitado. É importante que essas estratégias forneçam às crianças informações sobre o que saber e o que fazer de acordo com os elementos propostos.

Dessa forma, é interessante que antes da leitura as professoras dinamizadoras selecionem as obras que serão trabalhadas, separem os materiais

necessários para facilitar o entendimento, levantem hipóteses sobre a receptividade dos alunos e suas dificuldades, estabeleçam previsões e relações sobre o texto, levante questões, apresente os textos, procure despertar a curiosidade e a motivação dos alunos para a leitura e auxilie na atualização dos conhecimentos possuídos pelos alunos. Dessa forma, ativando os conhecimentos prévios dos estudantes, que segundo Kleiman (2002), são aquelas informações que o leitor já tenha vivenciado, ou seja, que tenha adquirido ao longo da vida.

Já nas atividades trabalhadas durante a leitura, faz-se necessário estimular a leitura silenciosa para que as crianças possam, assim, realizar sozinhas as atividades demonstradas pela dinamizadora. Em virtude disso, é importante que a professora proponha atividades que requeiram dos alunos formular perguntas sobre o que foi lido, fazer previsões sobre o texto, esclarecer possíveis dúvidas e resumir as ideias contidas na leitura realizada. De acordo com Solé (2007), são as ações de leitura realizadas neste momento que permitirão que as crianças façam inferências sobre o texto lido. Segundo Gretchen Owochi (2003), inferir é uma estratégia que permite aos leitores considerar o texto sob uma nova perspectiva, criando sentidos através de informações que não foram dadas pelo autor, ou seja, informações que não se encontram explícitas no texto.

Ainda dentro das atividades propostas durante a leitura, a dinamizadora pode promover ocasiões em que os alunos na biblioteca discutam coletivamente sobre os aspectos lidos, buscando com que os estudantes façam relações entre os conhecimentos prévios com os novos apresentados pela obra lida, isso por meio de resumos, explicações, esclarecimentos, recontos, exposições, sínteses e círculos literários.

De acordo com Solé (2007), as estratégias utilizadas depois da leitura devem permitir a retomada e a reflexão sobre as relações estabelecidas anteriormente, visando auxiliar o aluno a desenvolver vários tipos de atividades cognitivas que permitam ao estudante: criticar, elaborar opiniões, realizar conexões pessoais com outras obras, estabelecer a causa e o efeito presente no enredo da obra, considerar as intenções e pontos de vistas do autor da obra e aplicar informações novas adquiridas com a leitura. É importante que nesta etapa do trabalho, as dinamizadoras solicitem aos alunos que formulem individualmente resumos, façam a identificação do tema do texto lido, que identifiquem as ideias principais e suscite reflexões variadas.

O uso dessas estratégias em busca da formação de leitores autônomos e reflexivos, e de uma mediação que auxilie nesse processo, reporta aos pensamentos de Terzi (1995, p. 93), quando pondera que:

Na oralidade, a criação de um texto é um esforço conjunto dos participantes, num processo de re-significação constante de um pelo outro. Já na escrita, existe uma unidade de significação construída pelo autor responsável pelo texto. Daí ser necessário que as crianças aprendam a construir um autor-falante, fisicamente distante, mas presente através do texto; a imaginar personagens não conhecidos e situações não-vivenciadas; a pensar em termos de uma unidade que tem existência prévia ao processo de re-significação pela leitura. Essa aprendizagem tem início nas atividades de leitura mediada pelo adulto, quando este leva a criança a estabelecer conexões entre o mundo descrito ou criado pelo autor e seu próprio mundo.

Conforme a citação anterior, nas etapas de aprendizagem da leitura, o aluno precisa integrá-las a uma atividade significativa. Assim, nesse processo de mediação, é válido articular situações de ensino de leitura em que se garanta sua aprendizagem por meio de uma mediação consistente, que privilegie teoria e prática, através de situações reais de leitura, em que o mediador com lucidez perceba a possibilidade real de acesso ao conhecimento, formando leitores competentes e que saibam atribuir significados à leitura realizada.

Em todo esse processo de mediação é fundamental que essas estratégias sejam utilizadas, sem que se esqueçam dos aspectos lúdicos, pois as crianças precisam ser atraídas por leituras e atividades que lhes cativem. “Na mediação com leituras, iniciar com atividades lúdicas realizadas por meio da resolução e produção de jogos, desafios e enigmas”. (FERREIRA, 2009, p.88). Daí a necessidade de se aliar atividades que visem uma formação de leitores com embasamento teórico, porém, sem abandonar o prazer do texto.

As questões levantadas neste subitem partem do princípio de que as crianças necessitam da mediação do professor dinamizador para consolidar e dominar com coerência as atividades e operações culturais. A esse respeito, Vygotsky (1984) destaca que a educação e o professor têm um papel singular no desenvolvimento das pessoas. Diante disso, a proposta de formação de um leitor crítico e reflexivo por meio das B.E's de Rio Verde-GO, parte do princípio da utilização das estratégias e da interação, em que o texto é passível de interpretações múltiplas, e que é função das professoras dinamizadoras é mediar as informações oriundas de uma esfera social mais

ampla do aluno. Dessa forma, visando possibilitar um elo com o texto, resultando, assim, na formação de um leitor constituído com o auxílio da B.E.

4.4.2 Os Projetos de Leitura: A Importância do Compartilhar entre as Bibliotecas da Rede

A principal competência das B.E's é ter condições e habilidades para oferecer aos alunos atividades de leitura que produzam o letramento literário, o prazer pelo ato de ler e, acima de tudo, a formação de leitores que saibam ler e interpretar com criticidade. Porém, para que as bibliotecas alcancem essas habilidades no seu dia a dia, é fundamental que desenvolvam seus projetos de leitura em parceria. Uma vez que a cooperação e o intercâmbio de atividades entre as B.E's surge como possibilidade de benefícios para toda comunidade escolar. Isso porque quando as bibliotecas compartilham projetos e atividades bem sucedidas, fortalecem os mais variados projetos de leitura. Tal proposição vai ao encontro das ideias postuladas por Amaral, Brito e Calabrez (2013), quando asseveram que nenhuma biblioteca pode bastar-se em si mesma, sendo importante a parceria e a integração, buscando sempre compartilhar atividades, projetos e programas bem sucedidos entre as B.E's, com o objetivo de formar leitores.

Nas B.E's de Rio Verde-GO, é possível afirmar que é tímido o trabalho de integração entre esses espaços, ou seja, os projetos de leitura realizados e a troca de livros não são compartilhados de forma ampla entre as bibliotecas. Isso resulta num certo isolamento; o que compromete a coletividade em busca de projetos maiores.

No período em que estive realizando as observações diretas nas bibliotecas das escolas Fernando Pessoa, José de Alencar e Machado de Assis, não presenciei, em momento algum, as dinamizadoras tentando articular com outras professoras de biblioteca, a possibilidade de troca de livros, isso porque, em algumas B.E's havia vários exemplares de uma determinada obra, em contrapartida, alguns títulos conhecidos, em outra B.E, se quer havia um exemplar. Diante desse cenário, acredito que poderia haver entre as bibliotecas do município um trabalho de integração e troca de livros, visando amenizar a falta de determinados títulos e, ao mesmo tempo, unindo as bibliotecas em um objetivo maior, fortalecer o acervo de seu espaço de leitura. Outra

possibilidade, que poderia contribuir para o enriquecimento do acervo e da coletividade entre as bibliotecas, seria a Coordenação de B.E viabilizar um sistema de catalogação integrado, em que por meio de um programa específico, todas as dinamizadoras poderiam em tempo real se informar sobre o acervo existente nas bibliotecas da rede.

Com relação aos projetos de leitura, o que se percebe é que mesmo diante de poucos investimentos e de políticas públicas fragilizadas, há em parte das bibliotecas pesquisadas em Rio Verde-GO, projetos interessantes que poderiam ser compartilhados com as demais bibliotecas da rede, o que beneficiaria um número maior de alunos. Diante dessa realidade, é preciso conscientizar as professoras dinamizadoras e toda comunidade escolar, de que a biblioteca é sim um espaço propício para o constante desenvolvimento de projetos e atividades pedagógicas inovadoras, porém, é fundamental que esses projetos sejam compartilhados com as demais B.E's, possibilitando a ampliação do conhecimento numa perspectiva de transformação coletiva e democrática.

Desse modo, é relevante que a B.E seja um espaço onde haja participação de todos os envolvidos nos projetos, e que esses sejam compartilhados com vistas à formação de leitores e à construção do conhecimento, dentro de um espaço organizado, prazeroso, com atividades diversificadas e acessíveis aos alunos. É nessa perspectiva de socialização de projetos e ideias realizadas nas B.E's, que deveria ser lapidada, cada dia mais, a capacidade leitora dos alunos. Isso poderia acontecer por meio de oficinas inovadoras, que compartilhadas com as demais bibliotecas, e adaptadas à realidade de cada espaço, contribuiriam para a transformação do meio no qual os alunos estão inseridos. A comunicação e partilha entre as B.E's é muito debatida por Amanto e Garcia (1989), quando afirmam que ao compartilhar e socializar projetos de leitura realizados nas bibliotecas, esses servirão de suporte a programas educacionais, integrando biblioteca e escola como parte dinamizadora de toda ação cultural e social.

Em Rio Verde-GO, durante o período de aplicação dos instrumentos desta pesquisa e de vivenciar o dia a dia das bibliotecas, tive a oportunidade de conhecer alguns projetos de leitura muito interessantes desenvolvidos em algumas das bibliotecas pesquisadas. Porém, um projeto realizado na Escola Machado de Assis, pela dinamizadora Raquel, chamou a atenção devido ao envolvimento dos alunos e o comprometimento da professora. Nesse projeto, toda primeira semana do mês são

desenvolvidas atividades em que se homenageiam e se trabalham autores da literatura infantil, personagens folclóricos e festividades diversas. Durante toda essa primeira semana, a biblioteca é ornamentada em homenagem ao tema do mês, e a dinamizadora se caracteriza do personagem trabalhado para o lançamento do tema, o que desperta a atenção dos alunos, e insere as atividades da biblioteca junto à comunidade escolar. Durante a semana de atividades, há contação de histórias no pátio, palestras com autores locais e da região, além de atividades que buscam a integração entre biblioteca e comunidade.

Esse projeto realizado na Escola Machado de Assis tem como objetivo despertar o prazer da leitura por meio de personagens folclóricos, e aguçar o potencial cognitivo e criativo dos alunos, além de possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação, proporcionando a essas crianças o alargamento dos horizontes pessoais e culturais; estimulando assim, o desejo de novas leituras e experiências no mundo da literatura.

Ao conhecer esse projeto, percebi que o espaço da biblioteca enquanto mediador estava contribuindo de forma direta para o fortalecimento das atividades. Afinal, ambientes bem organizados com o objetivo de recepcionar de forma acolhedora os alunos tornam-se fundamentais para atrair os estudantes ao universo da leitura. A esse respeito, Souza e Bortolanza (2012) afirmam que a organização física de uma biblioteca precisa ser agradável e despertar a atenção dos leitores.

Outro aspecto que vale ser destacado nesse projeto é a caracterização dos personagens, e a decoração da biblioteca. Já que esses elementos chamavam muito a atenção dos pequenos leitores, despertando-os e motivando-os para as atividades da B.E, o que me reporta a Luiz (2013, p. 164), quando aponta que:

Para sedução do leitor, alguns itens podem ser incorporados ao cotidiano da biblioteca. A decoração é uma delas [...] o espaço da biblioteca pode ser revestido de cartazes, objetos e materiais artísticos, conforme determinada organização temática. Nessa linha, a sala ganharia diferentes faces conforme os temas que norteariam a semana (carnaval, festa junina, semana do folclore, etc). Livros que abordassem estas temáticas ficariam em destaque no ambiente, conquistando, pouco a pouco, a atenção da criança.

Por meio da citação anterior, nota-se a importância de se trabalhar com temáticas, e ter uma organização física acolhedora na B.E no processo de sedução

dos leitores. Assim, esse projeto vem dando resultados excelentes na escola. Em entrevista, a professora dinamizadora Raquel que implantou o projeto, me disse:

As crianças ficam super ansiosas para saber qual tema será trabalhado no mês, elas se envolvem com o projeto, participam, e se sentem motivadas a ler todos os livros que abordam o tema do mês. Essa atividade tem despertado e motivado a formação de vários leitores aqui na escola. (Entrevista – 2014)



Foto 26: Dinamizadora caracterizada contando história

O presente projeto vem dando bons resultados na escola Machado de Assis, dessa forma, é importante que essa atividade seja compartilhada e socializada com as demais bibliotecas da rede, o que até o momento não acontece. Ou seja, os projetos ficam limitados a uma comunidade, daí a importância de se divulgar e propagar tais projetos para as demais B.E's, no sentido de disseminar bons programas de leitura para atender e integrar o maior número de alunos possível.

Espera-se que, por meio da integração entre as B.E's de Rio Verde-GO, haja a socialização de ideias e projetos que as envolvam em busca de objetivos comuns, tornando esse espaço vivo, atuante e com potencial para proporcionar o acesso aos mais variados bens culturais. Isso tudo mediante experiências compartilhadas e socializadas, tais vivências remetem a Amanto e Garcia (1998), quando declaram que um dos papéis das B.E's é buscar a integração com outras bibliotecas, proporcionando intercâmbios culturais, recreativos e informacionais, tudo em prol da comunidade escolar.

4.4.3 A Formação de Leitores e o Mundo Digital

Atualmente, por meio do constante avanço tecnológico, é válido que as B.E's se adéquem a novos suportes, afinal, o uso das tecnologias já é algo bastante comum em todas as áreas do conhecimento e as B.E's precisam saber aproveitar os benefícios das novas tecnologias, que podem ser utilizadas nas atividades que envolvem a formação de leitores.

Percebe-se que o livro e as suas práticas, bem como a relação com a escrita, encontram-se num momento de rápida transformação, impondo uma reflexão sobre como se traduzem essas mudanças na “ordem do livro”. Na verdade, há um campo de turbulência, em que se assiste cada vez mais as experiências no âmbito da edição eletrônica e ao aparecimento de obras para leituras em *écran*²⁷ de dispositivos portáteis de leitura de textos digitalizados, à multiplicação de publicações em diversos formatos e linguagens “mark-up” e ao desenvolvimento de “software” para potenciar condições dessa “nova leitura”.

Neste quadro, Chartier (1998, p.147) tem insistido que, muito embora situações aparentemente semelhantes sejam recorrentes na história do livro e dos meios de comunicação, o momento em que as pessoas se encontram, configura-se uma “revolução” mais radical do que todas as anteriores, por abranger, pela primeira vez, em simultâneo, um conjunto de mutações que até agora tinham ocorrido em separado. Na verdade, Chartier argumenta que muitas das categorias através das quais as pessoas têm relacionado com a cultura escrita estão alterando-se, pois têm havido mudanças nas técnicas de reprodução do texto, na forma ou suporte do texto e nas práticas de leitura. Ainda, segundo esse autor, no passado isso nunca sucedeu, porque a invenção do *códice*²⁸ no Ocidente não modificou os meios de reprodução dos textos ou dos manuscritos. A invenção de Gutenberg não modificou a forma do livro. As revoluções nas práticas de leitura ocorreram no contexto de certa estabilidade quer nas técnicas de reprodução dos textos quer na forma e materialidade do objeto.

²⁷ (que significa “rede de alcance mundial”) é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na internet. Os documentos podem estar em forma de vídeos, sons, hipertextos e figuras.

²⁸ Livro manuscrito, em geral do período da era antiga tardia até a Idade Média. O *códice* é um avanço do rolo de pergaminho, e gradativamente substituiu este último como meio de escrita. O *códice* por sua vez, foi substituído pelo livro impresso.

Ainda segundo Chartier (1998), essa singularidade leva ao enfrentamento de uma crise nas categorias que têm permitido uma ligação com o livro e com sua cultura. Por exemplo, as que dizem respeito à propriedade e ao “copyright”²⁹, que se cristalizam durante o século XVIII, encontram agora diversas dificuldades face às características do texto eletrônico. Mas o mesmo se passa com a noção da identidade do livro, identidade que é simultaneamente textual e material. Até agora, os gêneros textuais podiam distinguir-se imediatamente pela sua materialidade específica. Um livro não é um jornal, que por sua vez também não é uma carta. Mas no mundo dos textos eletrônicos esta diferença tende a desaparecer. Chartier (1998, p.30) ressalta que:

Ler numa tela, de fato, não é ler num codex. A nova representação do escrito modifica, em primeiro lugar, a noção de contexto, substituindo a contigüidade física entre textos presentes num mesmo objeto (um livro, uma revista, um jornal) sua posição e distribuição em arquiteturas lógicas – as que governam os bancos de dados, os fichários eletrônicos, os repertórios e as palavras-chaves que tornam possível o acesso à informação. Ela redefine também a “materialidade” das obras, quebrando o elo físico que existia entre o objeto impresso (ou manuscrito) e o texto ou textos que ele veicula, dando ao leitor, e não mais ao autor ou ao editor, o domínio sobre o contorno ou a aparência do texto que ele faz aparecer na tela. É, portanto, todo o sistema de identificação e de manejo dos textos que é transformado.

Mesmo em meio a todas essas transformações que estão ocorrendo nas formas de reprodução textual, no suporte do texto ou até mesmo nas práticas de leitura, há de se admitir que o mundo digital tenha revolucionado a informação e o conhecimento nos dias atuais.

Lévy (2003) mostra que a ciberdemocracia³⁰ favorece grandemente a quebra das barreiras territoriais, tanto no sentido político como cultural, abrindo um espaço para expressão da liberdade, podendo a humanidade se conectar com quem e quando desejar, tornando-se atemporal, para discutir assuntos sobre política, trocar informações, pesquisá-las de acordo com seus interesses. Para Lévy (2003, p.377), “a internet é o melhor meio de comunicação e traz a esperança de libertação tão esperada, libertação de uma sociedade estruturada sobre fortes pressões e imposições dos dominantes no império da globalização”. Para tanto, é necessária a intervenção do Estado no processo

²⁹ Direitos autorais, propriedade literária ou artística.

³⁰ Representação da democracia no meio virtual, o que, claro, se acredita existir na internet, ou seja, a oportunidade de todas as pessoas, independente de classe social, cor ou sexo, ter acesso ao mundo da informática.

de inserção de toda população na sociedade globalizada, oferecendo programas sérios que proporcionem acesso à informação e um suporte para o desenvolvimento da leitura.

Nas bibliotecas pesquisadas neste trabalho, nenhuma possui em suas dependências computadores suficientes para atender os alunos que frequentam esses espaços; porém, em todas as escolas municipais de Rio Verde-GO, há os laboratórios de informática, onde estão disponibilizados aos alunos computadores em quantidade suficiente para que as professoras dinamizadoras possam utilizá-los nas atividades de leitura, ou seja, uma oportunidade de se fazer uso dos recursos digitais.

Infelizmente, poucas bibliotecas estão fazendo uso desses espaços informatizados para a promoção da leitura e a formação de leitores, dessa forma, não está havendo a integração entre esses dois espaços objetivando atividades de leitura. Afinal, a B.E pode fazer uso de programas e sites para ter acesso a livros digitais, o que contribui para o aumento do fascínio e interesse dos alunos por uma leitura que toma novos rumos na sociedade contemporânea. Diante dessa realidade, acredito que a coordenação de B.E, poderia oferecer um momento de formação às professoras dinamizadoras de Rio Verde-GO, apresentando e discutindo *sites* de acesso a bibliotecas e livros digitais, além de discutir as vantagens da interação entre leitura e mundo virtual.

É preciso que toda comunidade escolar envolvida com a biblioteca se conscientize que a interação com o mundo digital faz parte da educação da sociedade, pois os mais diversos tipos de textos estão convergindo e se apropriando das linguagens e dos termos disponíveis na internet. Por isso é importante que a B.E tenha atividades e oficinas que possibilitem aos alunos o acesso ao mundo da *web*, utilizando estratégias que visem a formação de leitores tendo o meio digital como ferramenta aliada. A esse respeito, Furtado e Oliveira (2010, p. 20) afirmam que:

[...] o contato das crianças com a tecnologia dos computadores de forma lúdica e atrativa, colabora para o aprendizado das ferramentas da informática e conduz à inclusão digital com finalidade educativa [...] A biblioteca escolar ao oferecer serviço de comunidade de leitores, com o uso da web, amplia sua função de incentivo a leitura, pois a interação criadora entre leitores possibilita potencializar as experiências das crianças e jovens, de forma a motivá-los para a leitura.

Diante dessa premissa, é salutar que as B.E's de Rio Verde-GO, por meio de suas dinamizadoras, façam uso dos recursos digitais como suporte na formação de leitores autônomos e dinâmicos, disponibilizando a esses alunos novas formas de textos

com suportes digitais que ajudam no desenvolvimento da leitura, na apropriação do discurso e na criatividade. Vale lembrar, que sempre que os recursos na busca da formação de leitores críticos e reflexivos devem ser diversificados, inclusive através das multimídias, onde a informação está disponível para as pessoas por meio da tecnologia, que é uma das responsáveis pela transformação de inúmeros setores da sociedade.

É preciso que a B.E acompanhe a expansão dos horizontes do ensino e das práticas de formação de leitores, porque, ao proporcionar aos estudantes o acesso a diferentes tipos de textos através dos meios digitais, a biblioteca acrescenta aos usuários outras opções de contato com a cultura, com a informação, e com a prática da leitura; se tornando um meio para atrair essa nova geração de crianças totalmente voltadas para a tecnologia.

Vale destacar, que a proposta aqui levantada não avança para a implantação de bibliotecas digitais nas escolas municipais de Rio Verde-GO, que segundo Marchiori (1997), é aquela onde as informações se apresentam somente de forma digital, não contendo materiais impressos. Mas o que se propõe neste trabalho é a interação da B.E com os meios digitais, como apoio real no processo de formação de leitores, integrando mediação e estratégias de leitura com as ferramentas tecnológicas. Tal contexto me reporta a Freire (1998), quando destaca que por meio do desenvolvimento das tecnologias da comunicação, acabou surgindo novas tendências pedagógicas e didáticas, a chamada pedagogia interativa. Dessa maneira, as B.E's de Rio Verde-GO têm plenas condições de utilizar os meios digitais como auxílio na formação de leitores e no fortalecimento das atividades de leitura realizadas por meio das bibliotecas.

4.5 A Biblioteca Escolar e o Poder Público: A Importância do Diálogo e Parceria

No mundo contemporâneo, onde as áreas do conhecimento têm evoluído rapidamente, é salutar que a escola auxilie na formação de alunos que atue eficientemente frente a uma sociedade exigente e conflitante. Sendo a B.E parte integrante da escola, cabe a ela contribuir como centro cultural por meio de atividades de leitura, que auxiliem no desempenho individual e coletivo dos estudantes, visando à

formação de um leitor autônomo, questionador e com condições de alcançar espaço nessa sociedade cada vez mais competitiva.

Porém, para que a B.E atue como suporte, ou contribua dentro das unidades de ensino na formação de leitores autônomos e preparados para os desafios dessa sociedade, é necessário repensar as atuais políticas praticadas pelo poder público junto às bibliotecas. Hoje, vivendo na chamada sociedade da informação e do conhecimento, a B.E, aquela criada, e que deveria ser mantida pelo Estado, teria plenas condições de ser o ponto de apoio para a população ter acesso à informação e à leitura de materiais de qualidade, com vistas a uma formação cultural satisfatória. No entanto, o que se evidencia, é que o olhar e o entendimento que o poder público tem para com as B.E's, é de um espaço unicamente físico, de organização de documentos e que tem como atividade principal o atendimento as pesquisas escolares. Ou seja, uma visão superficial e limitada desse espaço de cultura e apropriação. Essa visão que não privilegia o acesso à leitura em nossa sociedade, o que me reporta a Feba e Vinhal (2013, p. 182), quando alertam que: “Os projetos governamentais devem aproximar livros e leitores para que se produzam situações propícias de leitura, assim como fomentar programas de dinamização de bibliotecas”.

Porém, no Brasil, o discurso político desde sempre defendeu e ressaltou a importância das B.E's, mas na prática ainda são tímidos os investimentos para apoiar efetivamente esse ambiente. Assim, diante desse cenário, a presente pesquisa aponta para a importância em Rio Verde-GO, de se buscar aproximação e diálogo entre B.E e poder público, objetivando fortalecer as bibliotecas da rede municipal, e apresentar ao poder público a relevância e os benefícios de se investir nesses espaços.

Ao se destacar a importância dessa aproximação entre B.E e poder público em Rio Verde-GO, é possível que surjam alguns questionamentos, tais como: de que maneira fazer essa parceria? Como conscientizar o poder público municipal que vale a pena investir em B.E? Como apresentar as vantagens de se investir nas bibliotecas da rede? Ou seja, quais os caminhos a serem trilhados para que essas bibliotecas sejam efetivamente valorizadas pelas diferentes gestões municipais? Enfim, esses questionamentos vêm à tona, porque a realidade evidenciada em Rio Verde-GO é de certo distanciamento entre biblioteca e poder público, em que, às vezes, nem mesmo a

Secretaria de Educação tem conhecimento dos projetos e das necessidades reais desses espaços.

Mediante essas indagações, e em meio a esse processo de busca por uma B.E valorizada, é fundamental que o primeiro passo seja a conscientização da comunidade escolar para que ela própria saiba a importância das bibliotecas. Ou seja, antes de buscar do poder público a tão sonhada valorização, é salutar e válido que professores, alunos, pais e gestão, vejam a B.E como um espaço cultural imprescindível no processo de formação de leitores dentro das unidades de ensino.

É desejável que alunos e professores vejam a B.E como um órgão de ação dinamizadora, e não como ambiente estático e fora do contexto escolar, o que enfraquece a biblioteca e a distancia de investimentos por parte do poder público. A esse respeito, Amanto e Garcia (1998) afirmam que no processo de valorização das B.E's junto aos alunos, é necessário que haja um programa de aproximação entre biblioteca e comunidade e, por meio desta, seja apresentada às potencialidades das bibliotecas. É válido destacar, que essa aproximação em Rio Verde-GO pode se iniciar através da Coordenação de B.E, em parceria com as professoras dinamizadoras. Isso tudo por meio de projetos que envolvam a comunidade e promovam a importância das bibliotecas na formação cultural dos estudantes.

Nesse processo de valorização, fica evidenciado que a primeira ação é ter uma comunidade escolar que reconheça a importância das bibliotecas. Isso, quando ocorre em uma sociedade, fortalece a cultura e faz com que o poder público repense suas ações e condutas junto a esses espaços. Afinal, com o povo consciente, a ausência de investimentos nas bibliotecas poderá gerar pedidos e cobranças junto ao poder público. Poder público que hoje se sente em posição confortável diante da passividade da comunidade em não cobrar por investimentos nas B.E's. Diante dessa passividade, as autoridades se contentam em ver um povo massificado e alienado culturalmente; o que me remete a Silva (1997, p. 61-62) quando relata que:

Há um trecho de uma reflexão feita por Dermeval Saviani, que eu acho fundamental para esta nossa discussão. Ele afirma o seguinte: “(...) O domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se utilizam exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. (...)” o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes

dominam. [...] Vemos que o domínio da cultura, ou, ainda, o domínio das condições de produção da cultura por parte do povo é um aspecto essencial para a conquista de sua libertação e, conseqüentemente, para a realização da democracia.

Na busca por melhores condições culturais, é que entra em jogo a importância do diálogo e da parceria com o poder público no sentido de mostrar que há sim uma comunidade interessada em cultura, conhecimento e acesso a leitura. Esse interesse poderá aumentar cada vez mais, se houver investimentos nas B.E's, o que tornará esses espaços atraentes e com plenas condições de contribuir efetivamente na formação de alunos leitores. Alunos esses, que ao compreenderem a importância de se ter B.E's estruturadas e com uma excelente política de mediação, procurarão apropriar das mais diversas fontes culturais, tornando-se uma força ativa no diálogo e na cobrança junto às autoridades por investimentos nas bibliotecas.

Os caminhos a serem percorridos em busca de B.E's valorizadas pelo poder público devem partir da mobilização social e de argumentos pautados em direitos essenciais de todo aluno, que é ter acesso à leitura e a uma B.E transformadora, que lhe dê possibilidades de contato com a cultura e informação, só assim, as autoridades competentes poderão se conscientizar que esses espaços são importantes e dignos de investimentos. Afinal, sendo o poder público responsável pela educação municipal, cabe à Secretaria de Educação de Rio Verde-GO investir na leitura como um ato verdadeiramente cultural e necessário. Com isso, não se pode ignorar a importância das bibliotecas, uma vez que a educação proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1997) exige que as escolas criem oportunidades para as crianças e jovens usarem a linguagem em suas diferentes modalidades. Diante dessa premissa, cabe a comunidade escolar, através de reuniões pedagógicas e reuniões com pais e alunos, propor junto ao poder público, ações para que o município invista nas B.E's como espaço aberto, cultural, interativo e de expressão genuína para crianças e jovens. Ou seja, é importante que comunidade e poder público objetivem consolidar em Rio Verde-GO bibliotecas com as funções mencionadas por Bajard (2002, p. 41), que são:

- Colocar à disposição dos alunos a literatura infanto-juvenil de hoje, visando desenvolver tanto a imaginação quanto o senso crítico;
- Possibilitar o domínio da língua escrita em sua articulação com outras línguas;

- Transformar a prática da alfabetização em prática de letramento permitindo a construção do sistema gráfico pela criança;
- Oferecer aos alunos uma documentação que lhes permita encontrar a informação atualizada necessária a cada uma das disciplinas escolares;
- Permitir aos jovens estabelecer conexões entre as leituras de textos e suas 'leituras de mundo'.
- Oferecer um espaço de troca, de crítica e de constituição da informação, para que os jovens vivam seu papel de cidadãos e de produtores da cultura.

Usando como parâmetro as funções citadas por Bajard (2002), pode-se afirmar que não cabe à B.E ser apenas armazenadora de informações. Ela precisa participar ativamente do processo educativo e cultural. Sendo assim, a parceria entre biblioteca e poder público em Rio Verde-GO precisa vislumbrar a consolidação desses espaços de cultura, para que elas atuem como centro socializador do conhecimento, responsável em levar aos alunos as mais diversas informações, fazendo com que todos possam adquirir e gerar novos discursos e habilidades, Bakhtin (1999).

Diante do exposto, se o poder público em Rio Verde-GO tiver como meta a inserção dos alunos na sociedade da informação e do conhecimento, será importante investir em instrumentos que facilitem o acesso à educação de qualidade, e nesse contexto, a B.E se enquadra como um dos principais instrumentos facilitadores, ou seja, dentro da escola, a biblioteca exerce papel importante no desenvolvimento da prática da leitura diferenciada e autêntica, contribuindo dessa maneira para a formação de leitores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte da memória/história das B.E's de Rio Verde-GO e das políticas públicas de investimento nesses espaços se fizeram presentes nesta pesquisa. O estudo envolveu professores dinamizadores, gestores, membros do poder público, além da observação direta junto aos leitores e suas respectivas práticas de leitura.

No decorrer deste trabalho ficou evidenciado por meio de estudo bibliográfico, pesquisa de campo e através de várias entrevistas, que as três B.E's pesquisadas em Rio Verde-GO (Machado de Assis, José de Alencar e Fernando Pessoa) são importantes como suporte cultural, pedagógico e educacional para muitos alunos da rede municipal, que buscam nesses espaços conhecimento, prazer e entretenimento. Foi possível perceber que as bibliotecas pesquisadas têm buscado, por meio de algumas práticas pedagógicas e culturais, se fazer presente na vida dos alunos e no cotidiano das escolas municipais de Rio Verde-GO, procurando por meio dessas iniciativas apresentar a importância e o prazer da leitura, tentando ser um elemento transformador que contribui diretamente no processo de formação dos alunos do ensino fundamental e da comunidade ao seu redor, mesmo com tantos problemas estruturais e administrativos.

Essa busca constante pela valorização da B.E, no sentido dela se constituir como elemento transformador na vida cultural e educacional dos alunos, faz com que a biblioteca deixe de ser um elemento passivo e sem valor dentro das escolas, e passe a se firmar como espaço de inclusão, apropriação e formação de leitores, tornando-se num ambiente com significado para toda comunidade escolar. É válido reafirmar que bibliotecas atuantes nas escolas fortalecem a importância desse espaço como fonte de saber e informação para um número significativo de estudantes, e reforça os benefícios da B.E para a comunidade educacional, além de aumentar o impacto positivo desses espaços na vida de pessoas que antes eram deixadas à margem.

Neste estudo, um exemplo prático desses benefícios foi a abordagem apresentada no 3º capítulo, em por meio do programa de B.E's de Londrina foi possível evidenciar resultados positivos e surpreendentes, fruto do envolvimento da comunidade escolar, dos investimentos e do fortalecimento das políticas públicas voltadas para as bibliotecas. Dessa forma, é válido destacar que as B.E's, de acordo com suas possibilidades, precisam ter como premissa levar o livro e o prazer da leitura às pessoas

que não têm acesso a esse bem cultural, mostrando que a biblioteca precisa ir além de suas fronteiras, ou seja, estar aberta a toda comunidade.

Por meio desta pesquisa, é possível afirmar que as B.E's de Rio Verde-GO, mesmo com algumas limitações, têm contribuído dentro de suas possibilidades, com o processo de formação de leitores, porém, é importante ressaltar que há carência de investimentos por parte do poder público junto às bibliotecas da rede, além da inexistência de políticas públicas específicas que contemplem com mais objetividade as professoras dinamizadoras e os projetos desenvolvidos nesses espaços.

Nas três B.E's pesquisadas em Rio Verde-GO (EMEF's Fernando Pessoa, José de Alencar e Machado de Assis), são tímidas as iniciativas que visem à promoção e consolidação das bibliotecas, no sentido de fazer com que esses espaços tenham plenas condições de exercer com excelência seu papel de agente cultural para alunos e comunidade em geral, oferecendo possibilidades de discussão, encontro e favorecimento da leitura. Fica claro que os projetos e as práticas de leitura existentes nessas bibliotecas são frutos da iniciativa e dedicação das professoras dinamizadoras ali presentes que, mesmo em meio à carência de recursos e verbas, vêm ao longo dos anos desempenhando projetos e campanhas com o objetivo de incentivar e propagar os benefícios da leitura e da formação de leitores.

Essa ausência de investimentos me remete a Abreu (2000, p.156), quando alerta que: "Se queremos uma sociedade democrática e justa, inclusive do ponto de vista cultural, é fundamental que se invista em escolas e bibliotecas de qualidade". Dessa forma, se considerarmos a educação como base sólida para o desenvolvimento massificador, será possível compreender que as B.E's podem oferecer o aprofundamento dos conhecimentos individuais, promovendo a capacidade e a criatividade dos alunos. Diante dessa premissa, é importante que o poder público municipal em Rio Verde-GO, por meio da Secretaria de Educação, promova políticas específicas junto às B.E's, para que elas tenham condições de se aperfeiçoarem, de continuarem cumprindo seu papel no oferecimento de oportunidades de leitura e, assim, contribuir ainda mais para a formação de leitores nas escolas do município.

Alguns problemas como: capacitação das professoras dinamizadoras, melhoria do acervo e do espaço não podem ser sanados se não houver por parte do poder público atitudes concretas no sentido de investir nas B.E's de Rio Verde. Outros problemas como catalogação dos livros, disposição dos mesmos na B.E e atividades de mediação entre o livro e o leitor, e até mesmo a questão de oferecer esse espaço para

além das escolas em que as bibliotecas estão instaladas, julgo que possam ser resolvidos por meio de reuniões entre a coordenação de B.E's de Rio Verde-GO e os gestores das escolas municipais. Pois, através da Coordenação, é possível padronizar um curso sobre catalogação e melhoria da distribuição dos livros, e imediatamente propor as esferas superiores da Secretaria de Educação. Acredito que se a Coordenação rever seus horários de atendimento, as 16 B.E's de Rio Verde e remanejá-las de maneira que uma vez por mês haja reuniões formativas com as professoras dinamizadoras, já seria o começo para uma longa e necessária caminhada de mudança.

Diante dessa premissa, almejo junto às bibliotecas pesquisadas em Rio Verde-GO, ações para que elas se consolidem como ambiente de apoio às desigualdades e compensação social, oferecendo a todos os alunos, a possibilidade de acesso igualitário à informação, à educação e à cultura, contribuindo para incentivar a leitura e apropriação dos mais variados discursos e ideias.

Início pensando em pequenas mudanças, pequenas, mas necessárias, pois inicialmente tenho que conscientizar as próprias professoras dinamizadoras. Depois disso, já em posse das mudanças, reunir com os gestores das escolas e não só evidenciar tais mudanças, mas, mostrar a necessidade de abrir esses ambientes de leitura para a comunidade e para o entorno das escolas, mostrando aos gestores que as B.E's são fundamentais face aos desafios da sociedade, pelas condições de espaço e acolhimento, equidade no acesso à informação e possibilidades de aprendizagem que potencia. Desta forma, pretendo juntar os gestores ao meu sonho, agora já mais real, mostrando que hoje é impensável idealizar uma escola sem biblioteca.

Assim, talvez com as professoras dinamizadoras mais contentes e conscientes do importante papel que desempenham, com os gestores ao meu lado, sabendo que o uso das bibliotecas de suas escolas pode mudar atitudes e formar leitores, juntos poderemos propor aos membros do poder público uma política de expansão de bibliotecas no município. E que essa ampliação tenha como meta, uma concepção de biblioteca como espaço público de produção de sentidos, onde se ativam lugares sociais, vivências, relação com o outro, valores da época e da comunidade, conhecimento do mundo onde se explique essa dimensão valorativa como base do relacionamento interpessoal no uso da informação (BAKHTIN, 1999), no processo de aprendizagem e na aquisição do conhecimento; onde por meio dessas práticas, as B.E's se constituirão cada dia mais como ambiente de apropriação e letramento.

Espera-se que a presente pesquisa contribua com as B.E's de Rio Verde-GO, ampliando ações junto a esses espaços, fazendo valer as atribuições sociais e culturais, além de valorizar as professoras que atuam nessas bibliotecas. Com isso, este trabalho buscou colaborar com a implantação e consolidação de futuros projetos junto as B.E's, na expectativa de promover a leitura e a cultura como forma de exercício democrático e acessível para todos os alunos da rede municipal, primando sempre pela autonomia, criticidade e desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Muitos são os desafios que se colocam pela busca da promoção das bibliotecas em Rio Verde-GO, porém, creio que o grande desafio se prenda ao entendimento e a compreensão que precisam partir do poder público e da gestão escolar, no sentido de reconhecer o valor pedagógico que existe nas ações desenvolvidas nesses espaços, da importância de se inserir a B.E na construção pedagógica da escola, e a consciência de que a B.E é fundamental no desenvolvimento curricular, além, é claro, de reconhecer o valor de um trabalho colaborativo que vise aproximar cada vez mais a comunidade junto à biblioteca, isso por meio de uma articulação profunda entre B.E, estudantes e poder público, todos com o objetivo genuíno de fortalecer e construir em Rio Verde, bibliotecas com um ambiente cada vez mais acolhedor, primando pela apropriação, autonomia dos estudantes e o fortalecimento da cultura local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas – SP: Mercado das Letras. 2000.

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Pesquisa escolar. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. Et al. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 25 – 28.

_____. A coleção da biblioteca escolar. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. Et al. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 29 - 32.

AGUIAR, V.T. de; ZILBERMAN, R. *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 6. Ed. Porto Alegre – RS: Mercado Aberto, 1986.

ALMEIDA, Beatriz; CARVALHO, Patrícia. *As centenárias e históricas escolas de São Paulo*. Revista SIOEST, São Paulo, v. 22, n. 187, p. 44-54, Nov, 1996.

ALMEIDA JÚNIOR, O.F. de. A mediação da informação. In: *Informação nas organizações sociais: desafios em face de multiplicidade de enfoques/ organização* de Bárbara Fadel. – Marília: FUNDEPE, 2004.

AMARAL, M. R. do; BRITO, A. G. C. de; CALABREZ, A. P. A. *Cooperação e intercâmbio em bibliotecas universitárias*. Disponível em: file:///C:/Users/Leonardo/Downloads/1618-1631-1-PB%20(1).pdf(2013). Acesso em: agosto de 2014.

AMATO, Mírian; GARCIA, Neise Aparecida Rodrigues. A biblioteca na escola. In: GARCIA, Edson Gabriel (coord.) *Biblioteca Escolar: estrutura e funcionamento*. São Paulo: Loyola, 1989. P. 9-23.

ANDRADE, Maria Eugênia Albino Andrade. A biblioteca faz a diferença. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. Et al. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 13- 16.

ANTUNES, Walda de Andrade. *Lendo e formando leitores: orientações para o trabalho com a literatura infantil*. São Paulo: Global, 2006.

ARENA, Dagoberto Buim. Leitura no espaço da biblioteca escolar. In: SOUZA, Renata Junqueira de. (Org.) *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 157 – 185.

AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES NO BRASIL. *Ministério da Educação*. 1ª Edição. Edições SM LTDA. São Paulo, 2011.

_____. A literatura infantil como produção cultural e como instrumento de iniciação da criança no mundo da cultura escrita. In: SOUZA, Renata Junqueira de. (Org.) *Ler e compreender: estratégias de leitura*. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2010. P. 13 – 44.

AVILÉS, Paloma Fernández de. *Servicios públicos de lectura para niños y jóvenes*. Gijón (Asturias): Trea, 1998.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In. SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos. (Et. Al). *Políticas públicas e gestão local*. Programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BAJARD, Élie. *Caminhos da escrita: espaço de aprendizagem*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

BALDI, Elizabeth. *Leitura nas séries iniciais: uma proposta para formação de leitores de literatura*. Porto Alegre: Editora Projeto Ltda. 2009.

BAMBERGER, Richard. *Como incentivar o hábito da leitura*. São Paulo, Ática/Unesco, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, R. *O prazer do texto*. Editora perspectiva S.A São Paulo – SP. 2004.

BERNADINO, M.C.R; CAVALCANTE, S.C; SOUZA, M.J.K. *A importância da leitura com crescimento e formação de leitores*. Disponível em: www.unirio.br/cch/eb/enebed/comunicacao.../importancia_da_leitura.pdf. Acesso em: 29/10/2013.

BICHERI, A.L.A. de O. (2008). *A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação*. Dissertação de Mestrado em Ciência da informação. Faculdade de Filosofia e ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP.

BORTOLIN, Sueli. *A leitura literária nas bibliotecas Monteiro Lobato de São Paulo e Salvador*. Marília - SP, 2001. 233 f. Dissertação de Mestrado em Ciência da informação. Faculdade de Filosofia e ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP. 2001.

BORTOLIN, S; JÚNIOR, O. F. A. de. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, Renata Junqueira de. (Org.) *Biblioteca escolar e práticas educativas*. Campinas – SP. Mercado de Letras. 2009. P. 205-218.

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das letras, 1994.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis : Vozes. 2003. P. 71-79.

BRANDEN, Nathaniel. *Auto-estima e os seis pilares*. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2014.

BRASIL. Senado Federal. *Lei 12244 de 24 de maio de 2010*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/listaTexto> integral. action?id=240379&norma=261310 Acesso em: 25 de março. 2013.

_____. *Projeto de Lei da Câmara nº 324 de 2009*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/matéria/detalhes>. Asp? p_cod_m ate=95219. Acesso em: 25 de março de 2013.

CALDEIRA, Paulo da Terra. O espaço físico da biblioteca. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. Et al. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 47 – 50.

_____. Biblioteca escolar e acervo de classe. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. Et al. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 51 - 54.

CAMACHO, R; ECARD, T. M; JESUS, T. M. de. Leitura discutida e leitura praticada: um estudo sobre as representações e práticas de leitura na escola básica. In: VIANNA, M.M; CAMPELLO, B; MOURA, V. H. V. *Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica*. Belo Horizonte: EB/UFGM, 1999. P. 46-48. Seminário promovido pela escola de biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. *A biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: Editora Senac. São Paulo: Conselho Regional de Biblioteconomia, 2005.

_____. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. *Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAMPOS, C. A. de. BEZERRA, M. L. L. de. Bibliotecas escolares: um espaço estratégico. In: GARCIA, E. G. (Orgs.). *Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1998. P. 77-96.

CARNEIRO, Maria Luiza T. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial – FADESP, 2002.

CARVALHO, Jonathas Luiz Silva. *Uma análise sobre a biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo*. Olinda: Edições Baluarte, 2010.

CARVALHO, Maria da Conceição. Escola, biblioteca e leitura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. Et al. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 21 – 24.

CASTRILLON, Sílvia. *Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares*. Brasil: FEBAB, 1985.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. V.1 São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

COELHO, Betty. *Contar histórias; uma arte sem idade*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

COLOMER, Teresa. Andar entre livros: a leitura literária na escola. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. *O letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro. *A biblioteca universitária brasileira*. CI, Inf. Brasília, Universidade de Brasília. V. 29, n1, p. 71-89, jan/abr. 2000.

CURY, C. R. J. Educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C; AGUIAR, M. A. S. (org.) *Gestão da educação*. São Paulo: Cortez, 2000. P. 43-60.

DACAL, Elizabeth. *Elementos básicos para La promoción de La lectura*. 1ª edición. Buenos Aires –Argentina. Ediciones Novedades Educativas, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes (org). *Políticas e gestão da educação básica no Brasil: novos marcos regulatórios*. São Paulo: Xamã VM editora e gráfica LTDA, 2009.

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Record. 1986.

EGGERT – STEINDEL, Gisela e FONSECA, Caio Faria. *A biblioteca escolar: participante da promoção da justiça e êxito escolar*. In VALLE, Ione Ribeiro; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da e DAROS, Maria das Dores Daros (Org.). Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. Ed. 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *Falante: que bicho é esse, afinal?* Curitiba (mimeo). 1997.

FEBA. B.L.T; VINHAL, T.P. Biblioteca escolar e mediação de leitura para a formação do leitor literário. In: SOUZA. R.J. de; FEBA. B.L.T. (Org.) *Ações para a formação do leitor literário: da teoria à prática*. Assis-SP. Storbem Gráfica e Editora. 2013. 169 - 186.

FERREIRA, Eliane Aparecida Galvão Ribeiro. A leitura dialógica como elemento de articulação. In: SOUZA. R.J de (Org.) *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. Campinas-SP. Mercado de Letras. 2009. 69-96.

FONTE. N.N. da. *Pesquisa Científica: O que é e como se faz*. [S.L: s. Ed; s. d], 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: 14º ed. Edições Loyola, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUNDESCOLA – MEC. *Cadernos técnicos I mobiliário escolar, nº 3*. Brasília – DF, 1999.

FURTADO, Cássia. *A biblioteca escolar brasileira no sistema educacional da sociedade da informação*. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/gebe/downloads/317.pdf>. Acesso em: Julho de 2014.

FURTADO, Cássia Cordeiro; OLIVEIRA, Lúcia. *A biblioteca escolar na formação de leitores – autores via web*. Informação e Sociedade. João Pessoa. V.20, n.20, n.1.p.13 – 23, jan./ abr. 2010. Disponível em: www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11410. Acesso em: agosto de 2013.

GARCIA, Neise Aparecida Rodrigues; AMANTO, Mirian. A biblioteca na escola. In: GARCIA Edson Gabriel (Org). *Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento*. São Paulo: Edições Loyola, 1998. P. 9 – 24.

GHEDIN, E; ALMEIDA, M.I. de; LEITE, Y. U. F. *Formação de professores: caminhos e descaminhos da prática*. Brasília – DF: Liber Livros, 2008.

GIROTTTO, C.G.G.S; SOUZA, R.J. de. Estratégias de leitura: para ensinar alunos a compreender o que leem. In: MENIN, Ana Maria da C.S Et al. *Ler e compreender: estratégias de leitura*. Campinas – SP. Mercado de Letras, 2010. P. 45-114.

GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na primeira república*. São Paulo, Pioneira, 1983.

GRUPO de Estudos em Biblioteca Escolar. *Biblioteca escolar como espaço de produção de conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares*. Belo Horizonte: GEBE, 2010. Disponível em: <http://www.cfb.or.br/miolo.pdf>. Acesso em: fev. 2012.

GUIMARÃES, Janaina. *Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo a leitura: de museu de livros a espaço de saber e leitura*. Presidente prudente, 2010. 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação _ PPGE. Universidade Estadual Paulista, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HAUM, Haieska. (Org.). *Política de desenvolvimento de acervo das bibliotecas escolares da rede municipal de educação de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 29 f. 2009.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HERNÁNDEZ, Fernando. *O projeto político pedagógico vinculado à melhoria das escolas*. Pátio, Porto Alegre: Artmed, n.5, p. 08-11, fev.2003.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. Trad. Cid Knipel. Ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/SINTESE.php?> Acesso em 02/04/2013.

KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas – SP: Pontes Editores. 2011.

KUHLTHAU, Carol. *Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental*. Belo Horizonte: 3ª Ed. Autêntica. 2009.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In ZILBERMAN, Regina (Org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1986.

_____. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. Ed. Ática. São Paulo – SP, 2006.

LEFFA, Vilson J. *Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística*. Porto Alegre: Sagra – D C Luzzato Editores. 1996.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org). *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

LERNER, Delia. *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*. Porto Alegre: Artmed Editora S/A, 2001.

LÉVY, P. *Pela ciberdemocracia*. In Moraes, D. Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 367 – 384.

LOPES. L. M; BALÇA. A. M. F. M. C. P. de. Biblioteca escolar: espaço do saber, espaço do leitor. In: SOUZA. R. J. de; FEBA. B. L. T. *Ações para a formação do leitor literário: da teoria à prática*. Assis-SP. Storbem Gráfica e Editora. 2013. 137 – 156.

LOPES, Yara Brandão Boesel. Organização e funcionamento de uma sala de leitura. In: GARCIA Edson Gabriel (Org). *Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento*. São Paulo: Edições Loyola, 1998. P. 35 – 50.

LUIZ, Fernando Teixeira. O labirinto de histórias: a biblioteca como espaço para a interação dialógica. In: SOUZA. R. J. de; FEBA. B. L. T. *Ações para a formação do leitor literário: da teoria à prática*. Assis-SP. Storbem Gráfica e Editora. 2013. 157 - 168.

MACEDO, Neusa Dias de (Org). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo: Conselho Regional de Biblioteconomia, 2005.

MACHADO, Ana Maria. *Texturas sobre ensaios escritos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MAGGE, Bryan. *História da filosofia*. Tradução. Marcos Bagno. São Paulo. 3 ed, Edições Loyola, 2001.

MANGUEL, Alberto. *Uma história de leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCHIORI, P. Z. “Ciberteca” ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.26, n.2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v26n2/v26n2-1.pdf>. Acesso em agosto de 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S/A. 2009.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita – História do livro da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Editora Ática. 2002.

MASSETO, M. T. *Mediação pedagógica e o uso da tecnologia*, in: MORAN, J. M. MASSETO, M. T. BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus. 2000.

MELO, Orlinda Carrijo. *A invenção da cidade leitura e leitores*. Goiânia – GO: editora da UFG, 2007

MILANESI, Luiz. *A informação, o cotidiano*. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. In: MINAYO, M. C. de S. (org.) *Pesquisa Social: teoria e criatividade*. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.oei.es/bibliobrasil.pdf>. Acesso em: 10/01/2014.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006.

MOTTA, Diana da. *Biblioteca escolar: orientações básicas para organização e funcionamento*. Revista do Professor, Porto Alegre, V.15, n.58, p. 21 – 25, abr/jun. 1999.

NERY, Alfredina. Biblioteca escolar: um jeito de ajeitar a escola. In: GARCIA Edson Gabriel (Org). *Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento*. São Paulo: Edições Loyola, 1998. P. 51 – 60.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. Ler e escrever na biblioteca. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt (Et. al) (org.). *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 3.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

NORA, Pierre. *Memória coletiva*. In: LE GOFF, Jacques; Chartier, Roger; REVEL, Jacques (Orgs). *A história nova*. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n.10, 1993.

OBATA, R.K. *Biblioteca interativa: construções de novas relações entre biblioteca e educação*. São Paulo, Nova Série. V.1. 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 4ª ed. São Paulo – SP, 1999.

OWOCHI, Gretchen. *Comprehension – strategic intruction for K – 3 students*. Portsmouth: Hernemann, 2003.

PAIVA, Aparecida. A trama do acervo: a literatura nas bibliotecas escolares pela via do programa nacional biblioteca da escola. In: SOUZA, Renata Junqueira (Org.) *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. Campinas: Mercado de Letras, 2009. P. 137 – 156.

PERFIL. Do município de Londrina. *Secretaria municipal de planejamento e orçamento e tecnologia – DP/GPI*. Londrina-PR. 2012. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=546&Itemid=560. Acesso em: 22/10/2013.

PERROTI, Edmir. *O texto sedutor na literatura infantil*. São Paulo: Ícone, 1986.

PIRES, Zilda. *Rio Verde: relato histórico*. 2ª Ed. Rio Verde: IAM Gráfica e editora, 1998.

PLACO, V. M. N. S. A didática e a formação de professores: analogias e especificidades. In: EGGERT, Edia et al (orgs.) Trajetórias e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores. Porto Alegre. Edipucrs, 2008.

QUEVEDO, H.F. *Ler é nossa função essencial (ou não?)*. In: leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca. Passo Fundo, RS: UPF editora, 2002.

RIGOLETO, A. P. C; DI GIORGI, C. A. G. Outros parceiros da biblioteca escolar: democratização e incentivo à leitura. In: SOUZA, Renata Junqueira de. (Org.) *Biblioteca escolar e práticas educativas*. Campinas – SP. Mercado de Letras. 2009. P. 219-238.

SANTIAGO, A. R. F. et al. Didática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. (*Coleção educação à distância. Série livro – texto*). Disponível em: <http://bibliodigital.unijuí.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/251/Did%c3%.Altica.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

SANTOS, C. C. S dos. SOUZA, R. J. de. Programas de leitura na biblioteca escolar: a leitura a serviço da formação de leitores. In: SOUZA, Renata Junqueira de. (Org.) *Biblioteca escolar e práticas educativas*. Campinas – SP. Mercado de Letras. 2009. P. 97-114.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Ezequiel da. *Elementos de pedagogia da leitura*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Leitura na escola e na biblioteca*. Campinas – SP: Papyrus. 1995.

_____. *Leitura e realidade brasileira*. Porto Alegre: Mercado aberto, 5ª ed. 1997.

_____. Biblioteca escolar: quem cuida? In: GARCIA Edson Gabriel (Org). *Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento*. São Paulo: Edições Loyola, 1998. P. 25 – 34.

SILVA. J. R. M. da; BALSAN. S. F. S. Estratégias de leitura, de Isabel Solé: um caminho para a formação de leitores. In: SOUZA. R. J. de. FEBA. B. L. T. (Org). *Ações para a formação do leitor literário: da teoria à prática*. Assis-SP. Storbem Gráfica e Editora. 2013. Pág. 81 - 100.

SILVA, Lopes Martin da. FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. SCORSI, Rosália de Ângelo. *Formar leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar*. In: SOUZA, Renata Junqueira de. (ORG.). *Biblioteca Escolar e Práticas Educativas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SILVA, Rovilson José. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. In: SOUZA, Renata Junqueira (Org.) *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. Campinas: Mercado de Letras, 2009. P. 115 – 136.

_____. *O professor mediador de leitura na biblioteca escolar da rede municipal de Londrina: formação e atuação*. Marília, 2006. 231 f. Tese (doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Universidade Estadual Paulista, 2006.

SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da biblioteca escolar*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVESTRE. P. L. S. S de; SILVA. V. S. da. Entre contos e encantos: contar, ler e ouvir. In: SOUZA. R. J. de; FEBA. B. L. T. *Ações para a formação do leitor literário: da teoria à prática*. Assis-SP. Storbem Gráfica e Editora. 2013. 51 – 70.

SIMBIESP. *Sindicato dos bibliotecários do estado de São Paulo*. Disponível em: www.simbiesp.org.br. Acessado em: 20 de março de 2013 às 09:55.

SOARES, M.B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte. Autêntica, 2000.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001. 2. ed., p. 13-60.

SOBRAL, Elvira Barcelos. *Recursos humanos para biblioteca escolar*. In: Seminário Nacional sobre bibliotecas Escolares, 1982, Brasília. Anais. Brasília: INL/UNB, 1982. P. 88-108.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Porto alegre: Artes médicas, 1998.

_____. *Estratégias de leitura*. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed Editora S/A. 2007.

SOUSA, M. J. ; CAVALCANTE, S. C. ; BERNADINO, M. C. R. *A importância da leitura escolar como crescimento de formação de leitores*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009.

SOUZA, R.J., BORTOLANZA, A.M.E. *Leitura e literatura para crianças de meses a 5 anos: livros, poesia e outras ideias*. In: *Leitura e Cidadania*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SOUZA, R. J. de; GIROTTO, C. G. G. S. *A leitura do texto literário: entre a sala de aula e a biblioteca escolar*. In: CALIXTO, J. A. *Bibliotecas para a vida II: bibliotecas e leitura*. 2. Ed. Évora, Portugal: Colibri, 2009, p. 379 – 395.

SOUZA, Renata Junqueira. Org. *Biblioteca Escolar e Práticas Educativas*. Mercado das Letras, Campinas: 2009.

SPONHOLZ, Regina M.L.P. *Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas*. São Paulo. Ed. Pioneira, 1984.

TAVARES, Denise Fernandes. *Biblioteca escolar*. São Paulo, Lisa, 1973.

TERZI, Sylvia Bueno. *A construção da leitura: uma experiência com crianças de meios iletrados*. Campinas, SP: Pontes; Editora da UNICAMP, 1995.

UNESCO. *Manifesto da biblioteca escolar da IFLA/UNESCO*. 1999. Disponível em <http://archive.ifla.org/vII/s11/pubs/portuguese.brazil.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2013.

VÁLIO, Else Benetti Marques. *Biblioteca escolar: uma visão histórica*. Transinformação, Campinas, v.2, n.1, p. 15-24, jan./Abr. 1990.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. São Paulo: Libertad, 2004.

_____. *Currículo: a atividade humana como princípio educativo – para além da prática disciplinar instrucionista*. Revista de Educação AEC, Brasília – DF, ano 35, n. 139, p. 27 – 46. Jul. / Set. 2006.

VIANNA, Márcia Milton. A organização da coleção. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. Et al. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 43-46.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1998.

ZILBERMAN, Regina. *Fim dos livros, fim dos leitores?* São Paulo: editora SENAC. 2001.

ANEXOS

Anexo A

LEI N.º 5.805, DE 03 DE OUTUBRO DE 1972

Estabelece normas destinadas a preservar a autenticidade das obras literárias caídas em domínio público.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As editoras sediadas no território nacional são obrigadas a adotar os textos fixados ou que tenham a fixação reconhecida pelo Instituto Nacional do Livro¹, quando editarem obras da literatura brasileira caídas em domínio público.

Parágrafo único. A fixação de um texto consiste no estabelecimento do texto original, após o cotejo de várias edições de uma obra.

Art. 2º A edição de condensação, adaptações ou outras quaisquer formas de popularização dessas obras dependerá de assentimento prévio do Instituto Nacional do Livro.

Art. 3º O Instituto Nacional do Livro publicará, periodicamente, no "Diário Oficial" da União, a relação dos textos fixados ou reconhecidos, promovendo, ao mesmo tempo, sua mais ampla divulgação.

Art. 4º O Instituto Nacional do Livro fará arquivar, de modo a permitir aos interessados a consulta no local, os relatórios que contenham as justificativas filológicas da fixação de cada texto, bem como os exemplares autênticos dos textos reconhecidos.

Art. 5º A autoridade policial competente, por solicitação do Instituto Nacional do Livro, apreenderá os exemplares das obras de que trata esta Lei, editadas em desacordo com os textos fixados ou reconhecidos.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EMÍLIO G. MÉDICI - Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.805. Disponível em: < <http://www.minc.gov.br/legisl/docs/L-005805.htm> > .Acesso em 22/09/2004

Anexo B

DECRETO Nº 520, DE 13 DE MAIO DE 1992

Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, e de acordo com o disposto no art. 23, inciso V, da Constituição, e nos arts. 10 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e 2º, inciso III, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, junto à Fundação Biblioteca Nacional, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com vistas a proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sócio-cultural do País.

Art. 2º O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tem os seguintes objetivos:

- I - incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- IV - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- V - incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- VI - proporcionar, obedecida à legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;
- VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;
- IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas.

Art. 3º Respeitado o princípio federativo, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas atuará no sentido de fortalecer os respectivos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 4º Para consecução dos objetivos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, poderão ser celebrados convênios e contratos de prestação de serviços que visem:

- I - à especialização do quadro de recursos humanos;
- II - à orientação técnica, dentro dos padrões biblioteconômicos e normas comuns ou para casos localizados;
- III - ao incremento da circulação de bens culturais;
- IV - ao apoio a programas de atualização profissional, com a colaboração das universidades, especialmente mediante seus cursos de biblioteconomia e de ação cultural;
- V - à colaboração em projetos que envolvam entidades nacionais e internacionais.

Anexo C

LEI 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LEI N. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

CAPÍTULO I

Do Ensino de 1º e 2º graus

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

§ 1º Para efeito do que dispõem os Arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau.

§ 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional.

Art. 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Parágrafo único. A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento do ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art. 3º Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integradas por uma base comum e, na mesma localidade:

- a) a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;
- b) a entrosagem e a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros;
- c) a organização de centros interestaduais que reúnem serviços e disciplinas ou áreas de estudo comum a vários estabelecimentos.

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

§ 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relacionadas de acordo com o inciso anterior.

§ 2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

§ 3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

§ 4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos.

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grupo currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;

b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciará para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores.

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.

Parágrafo único. O estágio não acarreta para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento.

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969.

Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.

Art. 8º A ordenação do currículo será feita por séries anuais de disciplinas ou áreas de estudo organizadas de forma a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendam às diferenças individuais dos alunos e, no ensino de 2º grau, ensejem variedade de habilitações.

§ 1º Admitir-se-á a organização semestral no ensino de 1º e 2º graus e, no de 2º grau, a matrícula por disciplina sob condições que assegurem o relacionamento, a ordenação e a sequência dos estudos.

§ 2º Em qualquer grau, poderão organizar-se classes que reunam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento, para o ensino de línguas estrangeiras e outras disciplinas, áreas de estudo e atividades em que tal solução se aconselhe.

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Art. 10 Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade.

Art. 11 O ano e o semestre letivos, independentemente, do ano civil, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus funcionarão entre os períodos letivos regulares para, além de outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente e ministrar, em caráter intensivo, disciplinas, áreas de estudo e atividades planejadas com duração semestral, bem como desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores e realizar cursos especiais de natureza supletiva.

§ 2º Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino.

Art. 12 O regimento escolar regulará a substituição de uma disciplina, área de estudo ou atividade por outra a que se atribua idêntico ou equivalente valor formativo, excluídas as que resultem do núcleo comum e dos mínimos fixados para as habilitações profissionais. Parágrafo único. Caberá aos Conselhos de Educação fixar, para os estabelecimentos situados nas respectivas jurisdições, os critérios gerais que deverão presidir ao aproveitamento de estudos definido neste artigo.

Art. 13 A transferência do aluno de um para outro estabelecimento far-se-á pelo núcleo comum fixado em âmbito nacional e, quando for o caso, pelos mínimos estabelecidos para as habilitações profissionais, conforme normas baixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Art. 14 A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão

os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

§ 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

§ 3º Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade:

a) o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;

b) o aluno de frequência inferior a 75% que tenha obtido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento

c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

§ 4º Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento.

Art. 15. O regimento escolar poderá admitir que no regime seriado, a partir da 7ª série, o aluno seja matriculado com dependência de uma ou duas disciplinas, áreas de estudo ou atividades de série anterior, desde que preservada a sequência do currículo.

Art. 16. Caberá aos estabelecimentos expedir os certificados de conclusão de série, conjunto de disciplinas ou grau escolar e os diplomas ou certificados correspondentes às habilitações profissionais de todo o ensino de 2º grau, ou de parte deste.

Parágrafo único. Para que tenham validade nacional, os diplomas e certificados relativos às habilitações profissionais deverão ser registrados em órgão local do Ministério da Educação

CAPÍTULO II

Do Ensino de 1º Grau

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e

Anexo D

Portal de Legislação

Resolução nº 2 de 09/02/2006 / FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
(D.O.U. 10/02/2006)

Dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola PNBE/2006.

RESOLUÇÃO No- 2, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2006

Dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola PNBE/2006.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Constituição Federal - 1998, artigos [205](#), [206](#) e [208](#)

[Lei nº 8.666, de 21/06/1993](#)

[Lei nº 9.394 - LDB, de 20/12/1996](#)

Portaria nº 584. de 28/04/1997

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 14, Capítulo V, Seção IV, do Anexo I do Decreto nº 5.157, de

27 de julho de 2004, e pelos arts. 3º, 5º e 8º do Anexo da Resolução/ CD/FNDE/ nº 031, de 30 de setembro de 2003, e

Considerando os propósitos de universalização e melhoria do ensino básico, emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a necessidade de garantir aos alunos e professores das séries finais do ensino fundamental o acesso à cultura e à informação, estimulando a leitura como prática social;

Considerando a necessidade de incentivar a dinamização das bibliotecas de escolas públicas brasileiras;

Considerando que o apoio a programas de estímulo à prática da leitura é uma das ações preconizadas pela Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997, que institui o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE e resoluções posteriores, resolve “Ad Referendum”:

Art. 1º - Determinar a distribuição de obras de literatura pelo Programa Nacional

Biblioteca da Escola - PNBE/2006, às escolas públicas que ofereçam as séries finais do ensino fundamental, cadastradas no Censo Escolar publicado pelo INEP.

Art. 2º - Serão selecionados 225 (duzentos e vinte e cinco) títulos de obras literárias para a composição de 03 (três) acervos diferentes.

Parágrafo Único - Os acervos de que trata o “caput” deste artigo serão compostos por 75 (setenta e cinco) obras de diferentes níveis de dificuldade, de forma que os alunos leitores tenham acesso à textos para serem lidos com autonomia e outros para serem lidos com a medição do professor, contemplando:

I - poesia;

II - conto, crônica, teatro, texto de tradição popular;

III - romance;

IV - memória, diário, biografia;

V - livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal artisticamente adaptadas ao público jovem.

Art. 3º - A avaliação e a seleção das obras inscritas para o PNBE/2006 serão coordenadas pela Secretaria de Educação Básica - SEB do Ministério da Educação.

Art. 4º - A avaliação, a seleção e a distribuição dos acervos observarão procedimentos específicos, atribuídos:

Parágrafo Primeiro - À Secretaria de Educação Básica:

I - definição dos critérios e dos instrumentos de avaliação das obras inscritas em atendimento ao Edital de Convocação; e

II - coordenação do processo de avaliação e seleção dos títulos para composição dos acervos.

Parágrafo Segundo - Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação:

I - pré-inscrição dos títulos, triagem e aquisição dos títulos selecionados;

II - supervisão, monitoramento e controle de qualidade da produção dos títulos;

III - definição de critérios de atendimento e distribuição dos acervos; e

IV - mixagem e distribuição dos acervos.

Art. 5º - O FNDE, em conjunto com a SEB, publicará edital específico contendo os procedimentos destinados à execução do PNBE/ 2006.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

FERNANDO HADDAD

Anexo E

Art. 208 da Constituição Federal de 88

Constituição Federal de 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I** - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
 - I** - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
 - I** - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
 - II** - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
 - II** - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
 - III** - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV** - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
 - IV** - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
 - V** - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 - VI** - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 - VII** - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
 - VII** - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
- § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- § 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- § 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Anexo F



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.244 DE 24 DE MAIO DE 2010.

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas [Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962](#), e [9.674, de 25 de junho de 1998](#).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando

Haddad

Carlos Lupi

Anexo G

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE
TODAS AS GESTÕES
Comparativo das Receitas Previstas com Executadas
PERÍODO: 2014 / JULHO

CODIGO	DESCRIÇÃO	Previsão	70.5504	Até o Mês
5110117619902	CONVENIO / QUALIDADE AMBIENTAL	0,00	1.219.495,00	1.219.495,00
5110124719930	CONVENIO / LAGO DONA GERCINA	0,00	243.750,00	243.750,00
84112101	IPTU	14.000.000,00	910.823,82	14.000.149,88
84112102	IRRF - RENDIMENTOS DO TRABALHO	8.500.000,00	1.329.800,18	8.500.753,42
8411210203	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	2.750.000,00	332.960,34	1.834.090,48
84112103	ITBI	4.500.000,00	1.122.318,33	7.840.849,41
84112104	DÍVIDA ATIVA DO IPTU	500.000,00	266.953,32	1.138.297,16
84112105	DÍVIDA ATIVA DO ITBI	1.000,00	8.517,14	79.300,57
84113101	ISS	45.000.000,00	4.250.747,21	27.828.954,15
84113102	DÍVIDA ATIVA DO ISS	10.000,00	0,00	0,00
84119101	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	3.188,49	3.245,33
84119101	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	7.322,38	70.032,92
84119101	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	0,00	1.776,02
84121102	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	0,00	777,57
84121102	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	300.000,00	340.627,74	991.960,89
84121104	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	54,10
84121104	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	0,00	94.447,58	1.881.373,76
84121106	TAXA DE LICENÇA FUNC ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	0,00	0,00	111.876,51
84121106	TAXA DE LICENÇA FUNC ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	400.000,00	28.794,40	575.964,29
51101112129	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	0,00	1.529,58	2.366,36
84121110	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	1.500.000,00	157.809,36	2.079.837,04
84121114	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE APARELHOS DE TRANSPORTE	350.000,00	54.498,12	198.195,14
84121114	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE APARELHOS DE TRANSPORTE	0,00	81,36	118,28
84121116	TAXA DE APREENSAO, DEPOSITO OU LIBERACAO DE ANIMAIS	150.000,00	0,00	25,91
84122105	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	0,00	988,28	875.847,42
84122105	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.300.000,00	104.720,89	800.824,01
84122105	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	0,00	19.429,70	74.482,82
84139101	OUTRAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00	3.969,79
8421110101	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	13.200.000,00	1.247.720,96	6.838.262,16
8421110201	CONTRIBUICAO DO SERV ATIVO CIVIL PARA O RPPS	11.000.000,00	1.468.879,29	7.757.666,58
8421119901	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA EM REGIME PARC DEBITOS	1.300.000,00	104.135,30	728.947,10
84219101	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	8.470.000,00	679.587,16	3.792.954,85
84220102	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	0,00	117,99	800,32
84230101	COSIP	5.000.000,00	826.804,93	2.320.148,94
8432110103	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	600.000,00	3.557,80	80.372,78
8433110101	ALUGUEIS	80.000,00	2.490,00	14.700,00
8433110101	ALUGUEIS	0,00	2.154,00	13.805,00
8433110102	ARRENDAMENTOS	0,00	0,00	162.086,46
8433110105	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	450.000,00	0,00	14.058,20
8433110105	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	100.000,00	4.014,04	33.470,48
8433110529	SERVICOS ESPECIAIS PM / BOMBEIRO	400.000,00	0,00	0,00

8433110535	SERVICOS EDUCACIONAIS	43.395.000,00	12.289.790,27	36.495.111,79
8445110102	RECEITA DE REMU DE DEPO BANCARIOS DE REC VINCULADOS	0,00	9.554,34	129.426,88
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	10.000,00	13.446,16	57.006,75
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	50.000,00	8.939,29	47.822,35
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	0,00	332,13	1.832,96
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	0,00	338,93	2.054,39
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	1.800.000,00	612.144,31	3.782.810,14
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	1.000.000,00	346.370,83	1.844.864,20
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	110.000,00	188.848,27	871.886,52
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	12.000,00	0,00	0,00
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	30.000,00	15.358,23	27.258,98
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	10.000,00	53,42	399,14
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	0,00	3.258,96	7.270,37
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	150.000,00	85.874,07	442.952,23
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	90.000,00	17.232,38	77.358,99
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	60.000,00	43.873,23	266.354,31
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	90.000,00	19.879,16	109.305,85
8445110201	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	0,00	10.745,74	56.913,14
8445210101	JUROS DE TITULOS DE RENDA	30.000,00	10.902,74	40.891,72
8452130101	COTA PARTE FPM	80.000.000,00	3.912.835,81	35.211.279,11
8452130102	COTA PARTE ITR	790.000,00	3.420,43	206.877,18
8452130205	COTA PARTE ROYALTIES PARTICIPACAO ESPECIAL LEI 9478/97	880.000,00	71.363,17	447.355,53
8452130301	SUS - REPASSE FUNDO A FUNDO UNIAO	30.213.587,16	0,00	0,00
8452130303	TRANSFERENCIA APB-MS / MEDICAMENTOS	0,00	78.833,50	886.913,15
8452130304	SUS- SISTEMA UNICO DE SAUDE	0,00	10.000,00	60.000,00
8452130305	TRANSFERENCIAS SUS PAB	0,00	830.040,07	4.186.776,71
8452130306	TRANSFERENCIAS SUS MACIAH	0,00	2.985.212,98	18.486.284,00
8452130307	TRANSF. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	0,00	0,00	2.300.000,00
8452130401	FNAS	1.894.800,00	0,00	0,00
8452130402	PRO - JOVEM	0,00	24.000,00	144.000,00
8452130403	PAC - IDOSO	0,00	0,00	80.274,75
8452130406	IGO - BOLSA FAMILIA	0,00	26.818,78	121.032,01
8452130407	PETI	0,00	0,00	265.054,95
8452130408	PFMC / LIBERDADE ASSISTIDA	0,00	4.400,00	108.890,00
8452130501	TRANSFERENCIAS DO SALARIO EDUCACAO	4.400.000,00	374.804,79	2.435.808,99
8452130503	PNAE	1.800.000,00	181.840,05	906.300,00
8452130504	PNATE	1.750.000,00	166.201,80	707.835,40
8452130505	OUTRAS TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE	488.884,00	0,00	0,00
8452130505	OUTRAS TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	0,00	1.839.790,00
8452130506	FNDE - PROJovem URBANO	0,00	0,00	84.859,00
8452130601	ICMS DESONERACAO LC N 87/96	430.000,00	28.732,56	172.385,36
8452130701	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	200.000,00	200.000,00
8452130701	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	90.000,00	9.996,82	1.880.191,88
8452130801	CEF - FMS - ILGES / CAPSII - INCENTIVO	0,00	0,00	463.982,49
8452140101	COTA PARTE ICMS	147.880.000,00	15.280.996,87	90.312.693,38
8452140102	COTA PARTE IPVA	12.000.000,00	1.841.963,20	9.176.380,59
8452140103	COTA PARTE DO IPI	1.100.000,00	110.328,35	765.879,94
8452140104	COTA PARTE DA CIDE	0,00	0,00	37.280,59
8452140401	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO	0,00	0,00	480.000,00

8452140401	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO	0,00	528.136,75	884.227,50
84522301	TRANSFERENCIAS FUNDES UNIAO	80.000.000,00	0,00	0,00
8452230101	TRANSFERENCIA FUNDES 40%	0,00	2.274.340,83	14.881.895,11
8452230102	TRANSFERENCIA FUNDES 60%	0,00	3.411.810,80	22.282.542,61
84523301010002	CONSTRUCAO CRECHE PROINFANCIA	0,00	0,00	360.318,64
8452330106	AFM / APOIO FINAN. AOS MUNICIPIOS	0,00	0,00	1.152.850,23
84523301020001	CONVENIO INFRA ESTRUTURA ESCOLAR	0,00	0,00	183.693,58
84523301030001	CONVENIO CONSTRUCAO E REFORMA	0,00	4.013,43	34.080,58
84523301030002	CONVENIO PAV. ASFALTICA	0,00	0,00	286.312,03
8452330106	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	1.000.000,00	0,00	0,00
8452330106	OUTRAS TRANSF. CONVENIOS UNIAO	0,00	0,00	489.340,56
84523301060002	CONVENIO / QUALIDADE AMBIENTAL	0,00	1.218.489,00	1.219.405,00
8452330201	PROGRAMAS DE SAUDE UNIAO	14.000.000,00	0,00	1.797.205,80
8452330205	PROGRAMAS DE INFRA ESTRUTURA EM TRANSPORTE UNIAO	0,00	0,00	1.487.121,11
8452330206	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO DA UNIAO	11.248.220,00	0,00	496.892,22
8452330206	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO DA UNIAO	608.734,43	0,00	0,00
84523302060001	CONVENIO MANUTENCAO RESTAURANTE POPULAR	0,00	0,00	101.884,40
84523302060002	CONVENIO / URBANIZACAO CORREGO DO SAPO	0,00	0,00	3.128.763,06
84523302060003	TRANSFERENCIA PEC/ PRACA ESPORTES	0,00	413.305,14	491.331,08
5110124719931	CONVENIO / ALBERGUE	0,00	300.000,00	300.000,00
84523302060005	CONVENIO / CREAS	0,00	330.000,00	330.000,00
84523302060006	CONVENIO / LAGO DONA GERCIANA	0,00	243.750,00	243.750,00
8452340101	SUS ESTADO	1.824.000,00	0,00	0,00
8452340206	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO DO ESTADO	2.000.000,00	0,00	0,00
845311	TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS	0,00	398.124,40	906.420,09
845311	TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS	180.000,00	0,00	0,00
8452210108	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	20.000,00	0,00	0,00
8452210205	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	10.000,00	0,00	0,00
8499510105	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	0,00	12.103,79	12.503,00
8499510107	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	90.000,00	33.833,86	157.196,02
8499510107	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	0,00	342,58
8499510601	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	0,00	242,89	1.881,43
8499510601	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRANSITO	2.300.000,00	363.763,80	2.136.728,72
8499510603	MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SOBRE DEFESA DOS DIREITOS	800.000,00	0,00	0,00
8499510603	MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SOBRE DEFESA DOS DIREITOS	0,00	18.820,84	581.025,38
8499510604	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	110.000,00	690.258,00	2.074.031,27
8499510608	OUTRAS MULTAS	57.300,00	11.735,43	73.214,29
8499910105	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE R GERAL E OS RPPS	400.000,00	24.731,34	173.357,83
8499910106	OUTRAS RESTITUICOES	50.000,00	686,42	2.245,10
8499910106	OUTRAS RESTITUICOES	80.000,00	0,00	0,00
8499910106	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	289,80	1.059,20
8499910106	OUTRAS RESTITUICOES	80.000,00	0,00	0,00
8499910106	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	0,00	689,80
8499910106	OUTRAS RESTITUICOES	0,00	0,00	1.814,66
8499910108	OUTRAS RESTITUICOES	50.000,00	1.405,51	3.078,07
8499910106	OUTRAS RESTITUICOES	890.000,00	18.803,27	602.091,55
8499910210	OUTRAS RECEITAS	190.000,00	67.147,05	1.437.932,42
8499910210	OUTRAS RECEITAS	1.000,00	333,82	25.599,01
8499910210	OUTRAS RECEITAS	1.000,00	0,00	12.768,72

0499910210	OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00
0499910211	RECEITA DE TERCEIROS	0,00	0,00	1.000.000,00
TOTAL		007.001.000,00	00.000.000,00	200.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE

FUNDEB

NOTA DE EMPENHO

Ordenador de Despesa no uso de suas atribuições e em cumprimento à execução orçamentária, autoriza a emissão de empenho de despesa conforme descrição abaixo.

09 - FUNDEB - FUNDO DESENVOLVIMENTO EDUCACAO BASICA
0928 - FUNDEB

Credor	CPF / CNPJ	Banco	Agência	Conta Bancária
MARCELO PEREIRA BARBOSA E CIA LTDA ME	09.427.031/0001-06	001	3282-4	13304-3
Endereço	Cidade		Telefone	
AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 2454	RIO VERDE		(64) 6436123069	

Empenho	Tipo Empenho	ORÇ	Ficha	Nº Empenho
	Ordinário		20110667	19021
Data	Aut. de Compra	Tipo	Nº Licitação	Processo
29/12/2011	0			2011035276
Local de Entrega		Aplicação		
		Saldo Anterior	Valor	Saldo Total
		152.412,41	4.680,00	147.732,41

Dotação	Classificação Funcional
Natureza de Despesa	
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.361.5023-2671-MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMEN-TAL 40%
Sub Elemento de Despesa	
42 - MOBILIÁRIO EM GERAL	
Verbas	Crédito
119 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB APLICACAO EM	ORÇAMENTÁRIO

Valores	Valor do Empenho
	4.680,00

Histórico

REEMPENHO DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR MOTIVO DE CORREÇÃO NA FONTE.

 ORDENADOR DA DESPESA

 SAIZA GUIMARAES LOSTA SANTOS
 EMITENTE

Líquido por Extensão _____
 *****QUATRO MILE SEISCENTOS E OITENTA REAIS*****

Assinaturas _____

IMPRESSÃO: ALISSON
 12 - W.F.G. -31/01/2013

Pág 5/7
 PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE

Anexo I



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE

FUNDEB

NOTA DE EMPENHO

Ordenador de Despesa no uso de suas atribuições e em cumprimento à execução orçamentária, autoriza a emissão de empenho de despesa conforme descrição abaixo.

09 - FUNDEB - FUNDO DESENVOLVIMENTO EDUCACAO BASICA
0926 - FUNDEB

Credor		CPF / CNPJ	Banco	Agência	Caixa Bancária
GALLAFAGGI EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA		05.090.282/0002-13	341	0609	34883-9
Endereço		Cidade		Telefone	
RUA 70 Nº 601 QD 127 LT 63		GOIÂNIA		(62) 3041-6329	

Empenho	Epis Empenho	DATA	Folha	QP Empenho
Ordem		20110607		17547
Data	Ano de Compilação	TRE	QP Liquidação	Empenho
01/12/2011	83633			2011030195
Local de Entrega		Aprovação		
		Valor Autorizado	Valor	Saldo Disponível
		0,00	30.552,85	30.552,85

Dotação		Classificação Funcional
Natureza de Despesa		
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.361.5023-2671-MANUTENÇÃO E ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-1AL 40%
Sub Elemento de Despesa		
18 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS		
Valor		Orçamento
119 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB APLICADAS EM		ORÇAMENTARIO

Valores	Valor do Empenho
	30.552,85

Histórico

REFERE-SE AO EMPENHO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO

ORDENADOR DA DESPESA

FABRER SILVA DOS SANTOS
EMITENTE

Líquido por Estender

*****TRINTA MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS*****

Assinaturas

IMPRESSÃO: ALISSON
12-06-2013

Pág. 1 de 1

Impressão: 12/06/2013 14:00

Anexo J

20.168

Pr



www.rioverdegolas.com.br
compras@rioverdegolas.com.br

DENIS

PROTOCOLO	: 2010022638	Autuação:	30/07/10	Hora:	08:48
Interessado	: DISTRIBUIDORA SUDOESTE LTDA				
C.G.C	: 02.606.820/0001-57	Data Doc.:			
N. Documento	: PROT. ORIGEM: 2010020168				
Valor	: R\$ 43.500,00				
Assunto	: LIQUIDACAO				
Comentário	: REFERE-SE A LIQUIDACAO DE NOTA FISCAL DE AQUISICAO N.11752 DO CONTRATO DE AQUISICAO DE UM VEICULO TIPO FURGAO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CONFORME PROCESSO LICITATORIO PREGAO PRESENCIAL 020/2010, PROCESSO DE ORIGEM: 2010020168 FICHA: 20100438 EMPENHO: 8749.				
Loc. da Despesa:	SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				



9.10-08

PROTOCOLO	: 2010022638	Autuação:	30/07/10	Hora:	08:48
Interessado	: DISTRIBUIDORA SUDOESTE LTDA				
C.G.C	: 02.606.820/0001-57	Data Doc.:			
N. Documento	: PROT. ORIGEM: 2010020168				
Valor	: R\$ 43.500,00				
Assunto	: LIQUIDACAO				
Comentário	: REFERE-SE A LIQUIDACAO DE NOTA FISCAL DE AQUISICAO N.11753 DO CONTRATO DE AQUISICAO DE UM VEICULO TIPO FURGAO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CONFORME PROCESSO LICITATORIO PREGAO PRESENCIAL 020/2010, PROCESSO DE ORIGEM: 2010020168 FICHA: 20100438 EMPENHO: 8749.				
Loc. da Despesa:	SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				





Fls.	01
Ass.	DENIS

IMPRESSÃO: 30/07/2010 - DENIS
L.S. - C.L.S. - 30/07/10

PÁGINA: 1/1
PRIDATA INFORMATICA LTDA

Anexo L



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
Prefeitura do Município de Londrina

Exercício 2013	Balanco Anual	Data de	24/09/2014	Página: 1
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	1.194.837.000,00	1.258.868.893,09	1.126.168.868,65	(130.800.224,74)
RECEITA TRIBUTÁRIA	572.280.000,00	573.280.000,00	562.760.737,19	(9.519.262,82)
IMPOSTOS	360.722.000,00	360.722.000,00	341.094.891,71	(19.627.108,29)
TAXAS	21.436.000,00	21.436.000,00	21.075.795,81	(360.204,19)
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	122.000,00	122.000,00	90.249,66	(31.750,14)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	94.961.000,00	96.325.143,46	93.658.787,89	(2.486.355,56)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	57.973.000,00	58.347.143,46	56.321.738,21	(3.015.384,24)
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	16.978.000,00	16.978.000,00	17.307.028,68	329.028,68
RECEITA PATRIMONIAL	62.836.000,00	64.422.132,91	23.316.868,20	(41.105.463,72)
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	449.000,00	450.266,00	379.796,00	(70.500,00)
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	82.387.000,00	83.961.866,91	22.936.903,20	(61.014.963,71)
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DECORRENTE DO DIREITO DE	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	20.000,00	20.000,00	0,00	(20.000,00)
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	32.775.000,00	43.570.836,51	33.364.808,69	(10.206.027,39)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	571.708.000,00	608.844.101,13	587.289.868,51	(22.574.121,62)
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	585.326.000,00	600.737.893,90	563.284.617,23	(17.448.176,88)
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	185.000,00	185.000,00	444.367,51	259.367,51
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	220.000,00	220.000,00	433.247,23	213.247,23
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.878.000,00	8.701.207,23	3.102.737,55	(5.598.469,68)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.286.000,00	112.528.860,01	67.617.396,42	(44.911.463,59)
MULTAS JUNTAS DE MORA	21.253.000,00	23.941.062,27	23.119.696,79	(70.621.893,49)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.194.000,00	21.463.066,72	20.778.482,96	(884.583,76)
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	47.384.000,00	47.384.000,00	20.113.107,85	(27.270.892,15)
RECEITAS DIVERSAS	9.455.000,00	9.738.169,02	3.436.707,03	(6.301.461,99)
RECEITAS DE CAPITAL	80.496.000,00	84.842.170,69	14.213.603,42	(70.628.566,27)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.540.000,00	23.540.000,00	0,00	(23.540.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	16.490.000,00	16.490.000,00	0,00	(16.490.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	7.050.000,00	7.050.000,00	0,00	(7.050.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS	307.000,00	307.000,00	407.520,65	100.520,65
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	146.000,00	146.000,00	393.520,65	247.520,65
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	161.000,00	161.000,00	14.000,00	(147.000,00)
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	55.862.000,00	59.364.170,69	13.806.281,77	(45.557.888,92)



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
Prefeitura do Município de Londrina

Exercício 2013	Balanco Anual	Data de	24/09/2014	Página: 2
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	30.375,19	1.387.118,81	1.387.043,42
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	99.982.000,00	99.894.098,30	12.419.183,18	(47.914.992,34)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.029.000,00	1.029.000,00	0,00	(1.029.000,00)
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	1.029.000,00	1.029.000,00	0,00	(1.029.000,00)
DEDUÇÕES DA RECEITA	(98.472.000,00)	(98.472.000,00)	(98.831.964,31)	9.540.435,49
RENUNCIA	(6.807.000,00)	(6.807.000,00)	0,00	6.807.000,00
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCONTOS CONCEDIDOS	(8.321.000,00)	(8.321.000,00)	(7.755.799,81)	(1.434.799,81)
DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEF/FUNDEB	(53.820.000,00)	(53.820.000,00)	(51.175.764,90)	2.644.235,10
DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO	(53.820.000,00)	(53.820.000,00)	(51.175.764,90)	2.644.235,10
OUTRAS DEDUÇÕES	(1.524.000,00)	(1.524.000,00)	0,00	1.524.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (d)	1.206.823.000,00	1.275.337.064,28	1.083.450.906,78	(181.886.157,52)
REFINANCIAMENTO (e)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (e) + (f+h)	1.206.823.000,00	1.275.337.064,28	1.083.450.906,78	(181.886.157,52)
DÉFICIT (iv)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (v) = (d+h)	1.206.823.000,00	1.275.337.064,28	1.083.450.906,78	(181.886.157,52)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	1.144.376.000,00	1.280.064.019,34	1.111.865.296,47	1.072.805.987,28	1.050.756.432,68	168.098.722,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	867.805.000,00	740.572.100,00	647.369.916,48	640.589.274,13	629.052.798,31	96.202.183,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	18.191.000,00	18.819.100,00	14.289.788,64	14.289.788,64	13.747.338,88	2.529.311,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	458.382.000,00	522.672.819,34	450.205.591,35	417.946.924,52	401.906.293,48	96.367.227,89
DESPESAS DE CAPITAL	153.352.000,00	179.442.485,19	76.030.342,70	66.638.526,60	57.830.805,55	102.412.142,48
INVESTIMENTOS	115.798.000,00	139.433.975,19	36.361.552,13	23.068.881,58	22.109.388,68	100.052.423,05
INVERSÕES FINANCEIRAS	10.875.000,00	11.274.460,00	10.821.498,19	10.652.312,94	10.511.608,29	453.000,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	26.716.000,00	27.734.050,00	28.827.331,38	25.827.331,38	25.008.810,58	1.906.718,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.947.000,00	23.947.000,00	0,00	0,00	0,00	23.947.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.947.000,00	23.947.000,00	0,00	0,00	0,00	23.947.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (vi)	1.321.677.000,00	1.482.453.504,52	1.187.995.639,17	1.132.144.412,89	1.108.589.238,23	294.457.865,30



CONSOLIDAÇÃO GERAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
Prefeitura do Município de Londrina

Exercício 2013	Balanco Anual	Data de	24/09/2014	Página: 3		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	c=(e-f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA REFINANCIAMENTO (VR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VR) = (VR + VR)	1.321.877.000,00	1.482.483.504,32	1.187.895.835,17	1.132.144.412,89	1.108.385.338,23	294.487.862,35
SUPERÁVIT (SK)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (G) = (VR + SK)	1.321.877.000,00	1.482.483.504,32	1.187.895.835,17	1.132.144.412,89	1.108.385.338,23	294.487.862,35

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO (f)=(a+b-c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
DESPESAS CORRENTES	5.990.966,73	29.095.079,43	21.366.595,52	21.342.870,84	7.888.466,00	5.728.963,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.211,86	518.805,45	524.786,79	524.786,79	120.453,10	102.774,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.961.754,87	28.576.273,98	21.043.808,73	21.018.084,10	7.868.012,90	5.626.208,49
DESPESAS DE CAPITAL	9.202.574,37	19.139.868,59	13.835.145,39	13.580.140,79	9.821.438,98	8.785.663,71
INVESTIMENTOS	9.188.240,07	19.085.786,67	13.582.896,07	13.507.896,43	9.821.438,98	8.770.834,11
INVERSÕES FINANCEIRAS	13.334,30	53.879,92	52.184,32	52.184,32	0,00	15.029,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.193.542,80	48.234.748,02	35.193.738,91	34.903.811,84	13.909.905,18	14.514.846,73

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO (f)=(a+b-c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(f)
DESPESAS CORRENTES	2.362.769,84	12.797.543,72	12.088.894,83	927.159,84	1.664.437,81
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	210.754,59	8.898.410,84	8.884.188,42	162.814,91	82.961,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	167.796,37	167.796,37	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.171.884,28	5.731.333,71	5.506.707,14	765.144,93	1.581.465,72
DESPESAS DE CAPITAL	482.454,17	877.712,85	1.149.832,87	0,00	210.834,15
INVESTIMENTOS	480.586,89	561.574,40	836.728,80	0,00	193.834,49
INVERSÕES FINANCEIRAS	13.365,28	4.390,30	1.055,80	0,00	16.899,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	311.747,95	311.747,95	0,00	0,00
TOTAL	2.865.222,83	13.675.256,37	13.738.227,80	927.159,84	1.875.261,79

Anexo M



Prefeitura do Município de Londrina

Correspondência Interna (C.I.)

C.I Nº 143	DATA: 20/05/2011	
DE: GERÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA		
PARA: ESCOLAS MUNICIPAIS		

Os livros enviados para escolas das caixas da PNAE- Passo Fundo- deverão fazer parte do acervo da Biblioteca, portanto eles devem estar listados e carimbados, mesmos aqueles que estão na caixa intitulada "Educação Infantil", pois são para ficar à disposição dos alunos para empréstimo na biblioteca. (segue em anexo a listagem dos livros)

Uma sugestão: que a escola promova uma apresentação dos livros novos para os alunos de modo a estimular o empréstimo e, por conseguinte, a leitura.

Ainda, chegaram com um certo atraso, por parte da distribuidora, mais alguns livros para a biblioteca. São Clássicos dos contos de fadas e a Direção da escola poderá vir buscá-los.

Também será encaminhado um kit de livros que são destinados para doação aos alunos e estarão à disposição das escolas na Av. Bandeirantes, nº. 116.

Apenas no período da tarde. (13h30 às 17h10) de 23/05 a 30/05


Artemis Torres Nascimento
DIRETORA DE ENSINO


Márcia Batista de Oliveira
COORD DO PROJETO
BIBLIOTECAS ESCOLARES
"PALAVRAS ANDANTES"


Neri Cazarim Barrozo Cavalcanti
GERENTE DE FORMAÇÃO
CONTINUADA

Apêndices

Apêndice A

Questionário de Entrevista – Secretário (a) de Educação

Este questionário é um instrumento de pesquisa referente ao trabalho final de doutorado em educação, cursado na UNESP - Presidente Prudente-SP, pelo aluno Leonardo Montes Lopes, cuja pesquisa é voltada às políticas de leitura em bibliotecas escolares dos municípios de Rio Verde - GO e Londrina - PR.

Sexo: M (☐) F (☐)

Idade: _____

Secretário no município de: _____

Quantidade de escolas e de alunos sob sua jurisdição: _____

Curso superior que é graduado: _____

Tem Pós-graduação – especialização (☐) mestrado (☐) doutorado (☐) - Se sim em quê? _____

01- Há quanto tempo é secretário de educação?

02 – Como você vê, concebe, compreende a biblioteca escolar no processo de ensino?

03- Quais são os investimentos anuais feitos especificamente na aquisição de acervo para as bibliotecas escolares do seu município?

04- Quais são os investimentos anuais em mobiliário para bibliotecas escolares?

05- Quais são os investimentos anuais em, reforma e construção de novas bibliotecas escolares no seu município?

06- Quantas escolas do seu município possuem um espaço adequado para biblioteca escolar, com um bom acervo, mobiliário adequado, professor dinamizador qualificado e com projetos regulares de leitura?

07- A secretaria de educação do seu município possui uma coordenação específica (de biblioteca escolar) para dar suporte às bibliotecas e aos dinamizadores, por meio de projetos, cursos e oficinas?

08- Existe algum projeto ou estudo, que viabilize a implantação de uma biblioteca escolar em cada escola do município?

09- Qual é o orçamento destinado anualmente para educação da sua cidade? (verbas municipais e federais)

10- A educação do seu município já ganhou algum prêmio relacionado a programas de incentivo a leitura? Sim ou não. Se sim, em nível: (local, regional, nacional ou internacional)?

Apêndice B

Questionário – Observação Biblioteca Escolar

I. Identificação:

1. Nome da escola:

2. Cidade:

II. Estrutura Física:

1. A escola tem biblioteca adequada para adultos e crianças?

() sim () não

2. A biblioteca está em:

() espaço próprio () espaço compartilhado () local improvisado

3. As condições de acesso, utilização e controle da biblioteca para crianças e adultos são:

() ótimas () boas () precárias () muito precárias

4. Na biblioteca há mesas e cadeiras próprias para as crianças?

() sim () não

5. A biblioteca está adaptada (armários, estantes, acessibilidade) para as crianças?

() sim () não

6. Qual é área aproximada da biblioteca?

() até 15m² () até 30m² () até 50m² () até 100m² () mais de 100m²

7. As condições físicas das dependências da biblioteca são:

() ambiente arejado () ambiente pouco arejado

() ambiente bem iluminado () problemas de iluminação

() ambiente espaçoso () ambiente pouco espaçoso

() ambiente bem distribuído () ambiente mal distribuído

- ☐ facilita a pesquisa do aluno ☐ dificulta a pesquisa
- ☐ ambiente ruidoso ☐ ambiente silencioso
- ☐ adequado ao acesso das crianças ☐ não adeq. ao acesso das crianças
- ☐ outras características dos espaço. Quais?.....

8. Dentro da biblioteca, há algum espaço lúdico (com tapete, almofadas, puffs, pintura) para que as crianças pequenas possam manusear os livros?

- ☐ sim ☐ não ☐ outro lugar. Qual?.....

9. Nesse espaço lúdico, existe alguma forma diferenciada de contato com os livros que propicie um momento de brincadeira e descontração das crianças pequenas? Exemplo: livros guardados em caixas de brinquedos?

- ☐ sim Qual?..... ☐ não

10. A escola na qual a pesquisa da biblioteca está sendo realizada possui:

- ☐ brinquedoteca
- ☐ parque
- ☐ refeitório
- ☐ banheiros infantis
- ☐ quadra
- ☐ sala do professor
- ☐ tanque de areia
- ☐ cozinha
- ☐ sala de vídeo
- ☐ sala de informática
- ☐ ar condicionado nas salas

11. Há outro ambiente em que são colocadas as obras de literatura infantil, que não na biblioteca?

- ☐ sim ☐ não Qual?.....

12. Quais são as condições de guarda e conservação das obras?

- ☐ ótimas ☐ boas ☐ precárias ☐ muito precárias

13. O que é feito para que os livros da biblioteca permaneçam em bom estado de conservação?

- ☐ os livros são plastificados
- ☐ os livros são cartonados
- ☐ os livros são encapados/encadernados
- ☐ outras formas de conservação. Quais?.....

14. Existe na biblioteca diversos tipos de livros? Assinale os existentes.

- ☐ livro de plástico
- ☐ livro de pano
- ☐ livro cartonado
- ☐ livro brinquedo
- ☐ livro de poesias
- ☐ livro de imagens
- ☐ livro de gravuras
- ☐ livro de contos de fadas
- ☐ clássicos da literatura
- ☐ outros. Especificar:.....

III. Funcionamento

15. O funcionário responsável pela biblioteca é um(a):

- ☐ professor ☐ bibliotecário ☐ estagiário ☐ prof. Readaptado ☐ voluntário ☐ outro (especificar).....

16. O responsável pela biblioteca desenvolve atividades de leitura na biblioteca?

- ☐ não ☐ hora do conto ☐ roda de leitura ☐ outras (quais).....

17. Como se dá o acesso aos livros?

- ☐ com carteirinha
- ☐ empréstimo pelo professor da sala
- ☐ a professora pega o livro na biblioteca e leva para a sala de aula
- ☐ o aluno pode levar o livro para casa
- ☐ leitura apenas na biblioteca
- ☐ alunos não vão a biblioteca
- ☐ outras formas de acesso. Quais.....

18. Como funciona a biblioteca da escola:

- ☐ os alunos têm acesso a qualquer hora
- ☐ os alunos são acompanhados pelo professor da sua sala. Com que frequência?.....
- ☐ apenas o professor tem acesso a biblioteca.

19. Qual é o tempo destinado para a visita dos alunos à biblioteca?

- ☐ não há limite de tempo
- ☐ menos de uma hora. Quanto tempo em média?.....
- ☐ uma hora por semana.
- ☐ mais de uma hora por semana. Quanto tempo em média?.....

20. Há horários determinados para o funcionamento da biblioteca?

- ☐ sim ☐ não Quais são os horários?.....

21. Esses horários são restritivos:

- ☐ porque não há responsável
- ☐ para não tumultuar o acesso

- () para que cada turma tenha seu próprio horário
- () para facilitar o manuseio dos livros
- () para preservar os livros.

22. Como são organizados os livros da biblioteca:

- () por gênero
- () por faixa etária/idade
- () por série
- () outro. Qual:.....

23. A biblioteca é informatizada? (controle de acervo, empréstimos, usuários)

- () sim () não

Se sim qual o programa?.....

IV Composição do Acervo

24. A escola:

- () Assina revistas qual (is):.....
- () Assina jornais qual (is):.....

25. Qual é o volume aproximado do acervo existente na biblioteca escolar? (exceto livros didáticos)

- () até 100 obras () 100 a 200 obras () 200 a 400 obras () 400 a 600 obras () 600 a 1000 obras () mais de 1000 obras Quantas?.....

26. Sobre a idade das obras (porcentagem):

.....adquiridas e recebidas há menos de cinco anos

.....adquiridas e recebidas de 5 a 10 anos.

..... adquiridas e recebidas há mais de 10 anos.

27. Como tem sido adquiridos os livros da biblioteca?

() compra direta

() Doações de terceiros

() Programas governamentais

() outra maneira. Qual:.....

28. Sobre a diversidade e quantidade do acervo:

a) Indique três livros mais lidos pela e para as crianças das séries iniciais.

.....
.....
.....

b) Indique os autores (as) de livros de literatura infantil mais conhecidos pelas crianças da escola:

.....
.....
.....

c) De que modo as crianças entram em contato com o livro de literatura infantil?

.....
.....
.....

d) Ao ler um livro de literatura infantil para as crianças, qual é o principal critério de escolha que o professor dinamizador adota?

.....
.....
.....

29. O acervo pode ser levado para casa? ()sim () não. Os pais podem retirar livros com/para as crianças? () sim () não

30. Quantos alunos pegam livros emprestados ou lêem livros na biblioteca por dia em média?

() 1 a 20 () outro número Qual?.....

31. Qual é a principal motivação para o uso do acervo (em porcentagem estimada)

() recomendação/ordem de professores

- () sugestão de colegas ou familiares
- () curiosidade pessoal
- () pelo tema da obra
- () pelo tipo de conteúdo que está sendo trabalhado na sala de aula.
- () outra forma de motivação. Qual.....

32. O professor dinamizador conhece o PNBE?

- () sim () não

33. O que significa a sigla PNBE?

.....

34. Em que medida o professor acredita que o PNBE contribui em seu trabalho pedagógico?

.....
.....
.....

35. Qual é a influência e participação da equipe pedagógica da escola junto a biblioteca escolar?

.....
.....
.....

36. Qual a relação pedagógica da biblioteca escolar na formação de leitores.

.....
.....
.....

Outras Observações Pertinentes:

Apêndice C

Questionário de Entrevista – Professor Dinamizador/ PROB

Este questionário é um instrumento de pesquisa referente ao trabalho final de doutorado em educação, cursado na UNESP - Presidente Prudente-SP, pelo aluno Leonardo Montes Lopes, cuja pesquisa é voltada às políticas de leitura em bibliotecas escolares dos municípios de Rio Verde - GO e Londrina - PR.

Identificação

Sexo: M (☐) F (☐)

Idade: _____

Nome da Escola que trabalha: _____

Curso superior que é graduado: _____

Tem especialização (☐) sim (☐) não. Se sim em que? _____

01 - Há Quanto tempo trabalha na biblioteca desta escola?

02- Já exerceu outras funções na rede municipal de ensino? Quais e onde?

03- Quais foram os motivos que levaram você a exercer suas funções na biblioteca escolar?

04- Você se sente bem e realizado trabalhando no espaço da biblioteca escolar?

05- Quais são as atividades que você exerce como professor dinamizador de biblioteca escolar?

- 06- Você recebe cursos de qualificação (formação), ou participa de congressos, seminários e simpósios que tratam sobre a biblioteca escolar?
- 07- Quantos projetos de leitura são realizados anualmente pela biblioteca escolar que trabalha? Dê exemplos desses projetos.
- 08- Quando a biblioteca escolar está recebendo a visita de alunos de uma sala de aula, o que você realiza nesse momento?
- 09- Você se sente membro integrante e importante no corpo docente da escola que trabalha? Por quê?
- 10- Se houvesse oportunidade, deixaria de trabalhar na biblioteca escolar para ser transferido (a) para outra função dentro da escola na qual trabalha?

Apêndice D

Questionário - Gestor Escolar

Este questionário é um instrumento de pesquisa referente ao trabalho final de doutorado em educação, cursado na UNESP - Presidente Prudente-SP, pelo aluno Leonardo Montes Lopes, cuja pesquisa é voltada às políticas de leitura em bibliotecas escolares dos municípios de Rio Verde - GO e Londrina - PR.

Identificação

Sexo: M (☐) F (☐)

Idade: _____

Nome da Escola que trabalha: _____

Quantidade de alunos matriculados _____

Curso superior que é graduado: _____

Tem especialização (☐) sim (☐) não. Se sim em quê? _____

01- Há quanto tempo é gestor escolar desta unidade de ensino?

02- Com os recursos provenientes de verbas do governo municipal e federal, é destinado algum valor para investimentos na biblioteca escolar? Sim ou não?

03- Aproximadamente qual é o valor anual de investimentos na biblioteca escolar, e geralmente esse recurso é investido em quê?

04- Há cursos específicos destinados aos professores dinamizadores das bibliotecas escolares ministrados pelas secretarias de educação?

05- Quais foram os critérios estabelecidos pela gestão escolar para selecionar o professor dinamizador que trabalha na biblioteca de sua unidade de ensino?

- 06- Com qual frequência a gestão/coordenação procura saber como andam as atividades realizadas pelo professor dinamizador na biblioteca escolar?
- 07- No projeto político pedagógico da sua escola, a biblioteca escolar está contemplada? De que maneira?
- 08- Quantos cursos, congressos ou seminários a gestão escolar se mobilizou para que o professor dinamizador participasse?
- 09- A seu ver, a biblioteca (tamanho, mobiliário, acervo, climatização, organização) da sua unidade escolar, é adequada para proporcionar qualidade nas atividades realizadas nesse espaço? Sim ou não? Se não o que a gestão escolar está fazendo para reverter essa situação?
- 10- A gestão estabelece metas e objetivos para serem alcançados pelos dinamizadores de biblioteca escolar?
- 11- Na posição de gestor, como você vê o relacionamento entre professor dinamizador e professores (sala de aula) no dia-a-dia da escola?
- 12- A seu ver, qual é a contribuição da biblioteca escolar no processo de ensino da escola?

Apêndice E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: **“Bibliotecas Escolares de Rio Verde: uma possível política municipal de leitura”**

Nome do (a) Pesquisador (a): **Leonardo Montes Lopes**

Nome do (a) Orientador (a): **Prof^a. Dr^a. Renata Junqueira de Souza**

1. Natureza da pesquisa: O sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade:

- Analisar as bibliotecas escolares das redes municipais de ensino de Rio Verde-GO e Londrina-PR;
- Analisar as práticas e representações de leitura nas bibliotecas escolares dessas duas cidades;
- Realizar um diagnóstico das condições de funcionamento e atendimento ao público leitor nas bibliotecas escolares, tendo em vista a formação de leitores;
- Diagnosticar os projetos políticos pedagógicos de incentivo a leitura no espaço da biblioteca escolar desses dois municípios;
- Analisar a função da biblioteca escolar em Londrina-PR, e a função da biblioteca escolar em Rio Verde-GO;
- Diagnosticar os espaços das bibliotecas escolares, assim como o acervo e a formação do professor dinamizador nessas duas cidades, além de propor a estrutura de uma política pública municipal de leitura, tendo a Biblioteca Escolar como foco.

- **Participantes da pesquisa:** A pesquisa terá a participação e entrevistará secretários de educação dos municípios de Rio Verde – GO e Londrina -PR, gestores escolares, coordenadores das bibliotecas e professores dinamizadores de biblioteca escolar. Todos maiores de 18 anos, e diretamente envolvidos nas escolas e bibliotecas que serão pesquisadas.

2. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra (sr), permitirá que o (a) pesquisador (a) Leonardo Montes Lopes lhe faça entrevistas estruturadas e semi-estruturadas sobre o objeto de estudo acima mencionado. A sra (Sr) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (64) 9642-5377 do pesquisador do projeto Leonardo Montes Lopes e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa (18) 3229-5315.
3. **Sobre as entrevistas:** As entrevistas (questionários) semi-estruturadas, serão feitas com as pessoas envolvidas direta e indiretamente com as bibliotecas escolares em estudo. Será realizada análise qualitativa das respostas dos entrevistados.
4. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e não gera nenhum risco ou desconforto aos participantes. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
5. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos

comprometemos a mantê-la (o) em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

6. Benefícios: ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre biblioteca escolar, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para ações de incentivo a leitura, e políticas públicas de investimentos na biblioteca escolar, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

7. Pagamento: a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador: Leonardo Montes Lopes. Tel. (64) 9642-5377 E-mail:
leonardomontes09@uol.com.br

Orientador: Prof.^a Renata Junqueira de Souza. Tel. (18) 9799-0705 E-mail:
recellij@gmail.com

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo

Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Renata Maria Coimbra Libório

Telefone do Comitê: 3229-5315 ou 3229-5526

E-mail cep@fct.unesp.br